

ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM TEMPOS DE TERRA EM TRANSE AMBIENTE, SOCIEDADE E PANDEMIA

DIAMANTINO PEREIRA
organizador



MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (5)

ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM TEMPOS DE TERRA EM TRANSE

AMBIENTE, SOCIEDADE E PANDEMIA

MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (5)



ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM TEMPOS DE TERRA EM TRANSE

AMBIENTE, SOCIEDADE E PANDEMIA

DIAMANTINO PEREIRA
organizador

MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (5)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Bruna Heller – CRB 10/2348

E82 Pereira, Diamantino
Estudos Transdisciplinares em tempos de Terra em Transe: ambiente, sociedade e pandemia /
organizador: Diamantino Pereira. – São Paulo: Annablume, 2020.

374 p. 16 x 23 cm

ISBN: 978-65-5684-008-6

1. Sociologia. 2. Sociedade. 3. Ambiente. I. Pereira, Diamantino. II. Título.

CDU 316

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociologia 316

ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM TEMPOS DE TERRA EM TRANSE
AMBIENTE, SOCIEDADE E PANDEMIA

Diagramação

Fernandes Augusto Castro

Projeto e Produção

Coletivo Gráfico Annablume

Annablume Editora

Arquitetura, Urbanismo e Políticas Urbanas

Conselho Científico

Carlos Antônio Brandão

Carlos Fortuna

Giuseppe Cocco

Jeroen Klink

Joana Mello (coordenadora)

Mario Henrique D'Agostino

Maria Irene Szmrecsanyi (coordenadora)

Rosana Denaldi (coordenadora)

1ª edição: setembro de 2020

© Diamantino Pereira

Annablume Editora
www.annablume.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR	
I - DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS TERRITORIAIS	15
APRESENTAÇÃO	17
ANDRÉ FELIPE SIMÕES	
OS AGROTÓXICOS E OS HUMANOS: DOENÇAS E CONTAMINAÇÃO	23
DIAMANTINO PEREIRA E RUBIA FERNANDA PANEGASSI DOS SANTOS	
O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA SOBRE OS BABAÇUAIS MARANHENSES: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NOS SABERES E FAZERES DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU	43
FRANCISCA SILVA VIANA E SÍLVIA HELENA ZANIRATO	
SERVIÇOS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: GEOÉTICA E A GOVERNANÇA AMBIENTAL DA ÁGUA EM MEGACIDADES	61
GABRIELA PENKAITIS, ROSELY APARECIDA LIGUORI IMBERNON, CLARA VASCONCELOS E CRISTINA CALHEIROS	

O RENASCIMENTO DA ECOPOLÍTICA NA AMÉRICA LATINA MARCOS BERNARDINO DE CARVALHO	87
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COVID-19: VOLTA AO PASSADO OU É POSSÍVEL UM NOVO MUNDO? EDUARDO DE LIMA CALDAS, GUILHERME CHECCO E LIVIA KALIL	105
GESTÃO PARTICIPATIVA EM ÁREAS PROTEGIDAS: O CASO DO USO PÚBLICO DA ESTRADA PARQUE DOS CASTELHANOS NO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA, SÃO PAULO, BRASIL DANIELLA MARCONDES E SIDNEI RAIMUNDO	125
II - EDUCAÇÃO, GÊNERO E SAÚDE	145
APRESENTAÇÃO	147
CONFLITOS INTERGERACIONAIS NO BRASIL ATUAL E A ESCOLA COMO CAMPO DE MEDIAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS VINICIUS FERREIRA DE CARVALHO, MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES E PATRÍCIA JUNQUEIRA GRANDINO	151
SOBRE EXPERIÊNCIAS DE ACOMPANHANTES DE PESSOAS IDOSAS EM UM PROGRAMA PÚBLICO DE SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO SILVIO RIBEIRO E JULIANA PEDRESCHI RODRIGUES	167
DESAFIOS E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS COM AUTISMO NO BRASIL SORAIA ANSARA E MÁRCIA FRANCISCA LOMBO MACHADO	187

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES: TECENDO VISIBILIDADES	207
CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO, CORINA EVELIN DEMARCHI VILALLON E MARIA PAULA BOTERO RODRIGUEZ	
VIDA, MORTE E ÉTICA DO CUIDADO DE SÍ: APRENDIZADOS (IM)POSSÍVEIS COM A PANDEMIA COVID-19	221
ELIZABETE FRANCO CRUZ	
O FUTURO ESTÁ ÀS NOSSAS COSTAS: UMA BREVÍSSIMA REFLEXÃO SOBRE PROJETOS DE PESQUISA NUM PRESENTE-PASSADO-(SEM)-FUTURO	237
MARÍLIA VELARDI	
III - POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO PARTICIPATIVA	243
APRESENTAÇÃO	245
MOVIMENTOS SOCIAIS: PROPOSTA DE UMA CONCEITUAÇÃO DECOLONIAL LATINO-AMERICANA	247
DENNIS DE OLIVEIRA E FABIANA FELIX DO AMARAL E SILVA	
OS SENTIDOS DA EMANCIPAÇÃO EM HABERMAS E HANS JONAS: DIÁLOGOS CRÍTICOS COM O CAMPO MARXISTA	267
GUSTAVO DA COSTA MEYER, GUILHERME DA COSTA MEYER E MARCO BETTINE	
ANÁLISE DE MEMES CONSERVADORES DO FACEBOOK DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	285
JORGE MACHADO E FELIPE GUARE	

O CAMINHO DOS MOVIMENTOS NEGROS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL: SEU PROCESSO HISTÓRICO E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	301
RODRIGO DE ARAUJO MERIDA SANCHES E URSULA DIAS PERES	
A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM QUESTÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE COLETA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO: O CASO DE UBATUBA, SÃO PAULO	317
ESTELA MACEDO ALVES, ALINE LIS RAMOS PEREIRA E ANA PAULA FRACALANZA	
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DO ESPORTE E DA ATIVIDADE FÍSICA NO ENFRENTAMENTO À COVID-19	331
DOUGLAS ROQUE ANDRADE, MARIANA HARUMI CRUZ TSUKAMOTO, DAIANY FRANÇA SALDANHA E MARÍLIA VELARDI	
EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA EM MUDANÇA SOCIAL	347
GUSTAVO LUIS GUTIERREZ	
CAPÍTULOS E AUTORES	363
ÍNDICE REMISSIVO	371

PREFÁCIO

Os movimentos históricos entorno da interdisciplinaridade não estão dissociados do próprio processo de formação da disciplinaridade e da especialização científica. Desde o desenvolvimento das nossas contemporâneas concepções de ciência, os processos de estruturação dos campos científicos sempre contaram com o contraponto da necessidade da unificação das ciências, estejam eles situados nas ciências naturais ou nas ciências humanas. Como, por exemplo, nos manuscritos do Jovem Marx, que em torno de 1843 já se debatia sobre a questão: “(...) apenas conhecemos uma ciência, a da história. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em história da natureza e história dos homens. Porém, estes dois aspectos não são separáveis (MARX, 1843)”. É possível perceber, ao longo do século XX, tentativas de elevação desta ou daquela ciência ao status de “integradora”: a Ecologia, por Odum (1988), a Antropologia, por Lévi-Strauss (1976) ou, novamente, na História, por Braudel (2013). Algo muda no sentido da busca pela interdisciplinaridade, a partir dos anos 1950/1960, quando a referência a uma disciplina articuladora perde a força em detrimento do surgimento de ciências interdisciplinares temáticas, como é o caso da Cibernética (WIENER, 1984) e mais recentemente a “ciência da sustentabilidade” (MCMICHAEL, 2003). Em ambos os casos, temos a chamada interdisciplinaridade “formativa”, em que a intersecção entre diferentes campos científicos produz novas ou mais disciplinaridades e processos de especialização científica.

Mas a mudança mais relevante acontece já no final do século XX, quando se constrói um certo entendimento de que o foco de diálogo não deveria estar centrado em um campo científico, mas entre eles ou mesmo na superação deles. Surge um modelo de interdisciplinaridade que podemos denominar

de “reflexiva”, na medida em que ela se propõe reconfigurar os modelos de análise e atuação do mundo sem lançar mão de disciplinas ou especialidades científicas. Isso, por dois motivos prementes: pelo entendimento de que o mundo é complexo demais para que as disciplinaridades deem conta dele (MORIN, 2002); e por um certo consenso de que os modelos de especialização científica não deixam de ser partícipes importantes dos processos de produção e profusão dos problemas sociais, políticos e ecológicos do mundo contemporâneo, na medida em que favorecem a proliferação de modelos de aplicação científico-tecnológicos também produtores de riscos e vulnerabilidades (BECK, 2010). Assim, as experiências não disciplinares nascem não apenas para ultrapassar os limites epistemológicos das tendências especializantes, mas, também para tratar dos impactos negativos por elas gerados.

É nessa configuração que termos como “multidisciplinaridade”, “interdisciplinaridade” ou “transdisciplinaridade” ganham popularidade nos meios científicos, na mesma medida em que se produzem ambientes acadêmico-institucionais para o surgimento de universidades e centros de pesquisa estruturados em torno de modos de produção interdisciplinares de pesquisa (KLEIN, 1990). No Brasil, essa densidade teórica, epistemológica e institucional ganha fôlego, principalmente, entre os anos 1990 e 2000, a partir de um contexto de expansão das universidades públicas, da construção de centros universitários de pesquisa fora do eixo sudeste-sul e do fortalecimento e crescimento do sistema nacional de pós-graduação. A reboque dos debates relacionados a questões ambientais, educacionais e de políticas públicas, as pesquisas de cunho interdisciplinar fomentaram e, ao mesmo tempo, ganharam grande estímulo com a criação da Área de Avaliação Interdisciplinar na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em 1999. Em diálogo com Área, ou mesmo dela derivada, a CAPES conta hoje com outras quatro Áreas de natureza inter ou multidisciplinar (Biotecnologia, Ciências Ambientais, Ensino e Materiais) que juntas congregam 1021 programas de pós-graduação.

Em que pese os grandes problemas de organização, regulação e avaliação de programas interdisciplinares por parte da CAPES (levando-se em consideração seu franco processo de desestruturação promovido pelo atual governo federal), os esforços acadêmicos e institucionais para a promoção da interdisciplinaridade têm apresentado bons frutos no Brasil, tanto no que se refere à maturação do debate, quanto dos possíveis efeitos em torno das relações mais aproximadas de interlocução entre esfera acadêmica e dimensões político-sociais mais amplas. E é um caminho tortuoso, já que

o fazer científico transfronteiriço não nasce de geração espontânea, mas de um triplo, senão múltiplo, esforço: de auto confrontação com as trajetórias de formação disciplinar de docentes e pesquisadores que se aventuram pela interdisciplinaridade; de enfrentamento de estruturas político-acadêmicas ainda amplamente organizadas pela lógica disciplinar (no que se refere às métricas avaliativas, às agências de fomento, às políticas editoriais, etc.); e de uma cultura epistêmica que ainda se vale de modelos de causalidade que hierarquizam dimensões da realidade entre “fenômenos” e “epifenômenos”, cultivando e mantendo, assim, tanto ciências “mais importantes” que outras, quanto grandes áreas “mais científicas” do que outras.

É neste contexto, e inserido neste debate, que o ProMuSPP (Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política) nos apresenta este “Estudos Transdisciplinares em Tempos de Terra em Transe: Sociedade, Ambiente e Pandemia”. Situado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), ou simplesmente, a “USP-Leste” (unidade criada no contexto de expansão das universidades públicas paulistas tal como a Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp e os “Campus Experimentais” da Unesp), o programa foi criado em 2011 e tem vocação fortemente inter/transdisciplinar. Suas linhas de pesquisa (Dimensão Socioambiental, Patrimônio e Políticas Territoriais; Educação, Gênero e Saúde; e Políticas Públicas e Gestão Participativa) não apenas emulam o fluxo de formação estabelecido pela unidade no âmbito da graduação, mas também fornecem as condições para operacionalização dos seus objetivos interdisciplinares em termos de pesquisa e de egressos, capacitados para trabalhar na confluência acadêmica e política dos problemas relacionados à mudança e ação social no mundo contemporâneo. Do ponto de vista epistemológico, a opção é das mais difíceis, já que o Programa se propõe a correlacionar dois temas que, isolados, se configuram como categorias centrais em suas disciplinas de origem (“mudança social” em sociologia e “participação política” em ciência política).

O que se apresenta aqui é um dos resultados desse empreendimento acadêmico, mas não de forma isolada. Faz parte de uma das estratégias que o Programa adota para a disseminação e divulgação de suas atividades de pesquisa e formação: a edição de livros, com periodicidade bianual, que demonstram as pesquisas produzidas por seus docentes, discentes e colaboradores. A obra que o leitor tem em mãos é o quinto esforço bibliográfico do Programa nesta direção. Esse modelo de divulgação apresenta-se muito interessante não apenas por materializar o compromisso político-acadêmico

do programa, mas também, porque permite acompanhar o seu processo de amadurecimento da proposta inter e transdisciplinar. Para isso, cabe destacar algumas características deste quinto volume.

Em primeiro lugar, a diversidade de temas trabalhados, que não se configura em um ajuntamento aleatório de capítulos. Ela reverbera não apenas o tratamento equilibrado de temas das três linhas de pesquisa, mas também outras características fundamentais do programa: a diversidade de formação dos seus pesquisadores, os temas tratados e o grau dos processos colaborativos que compõem a sua experiência inter e transdisciplinar. Assim, estão disponíveis aqui 19 capítulos, nos quais 14 foram escritos em coautoria entre pesquisadores de diferentes estágios de formação e carreira, atrelados a tópicos e discussões muito relevantes para o cenário político-social no mundo contemporâneo.

Em segundo lugar, o tratamento epistemológico que, de forma geral, colocam os problemas de pesquisa em prevalência com relação a métodos ou modelos de análise pré-definidos, como é comum em campos disciplinares que abordam tradicionalmente os temas aqui tratados, a sociologia e a ciência política. Esse “privilegio” ao problema possibilita que os trânsitos conceituais e metodológicos sejam mais fluídos, garantindo que outras abordagens, mais próximas da antropologia e geografia, possam ser bem aproveitadas. É importante ressaltar que esta característica não exclui as necessidades e demandas por esforços de tratamento teórico-metodológico e análises epistemológicas afeitas ao programa, também presentes no livro.

Em terceiro lugar, o canal de interlocução não se resume ao “entre” campos científicos, mas operacionaliza um movimento que o coloca na busca de sua transcendência, em direção à diferentes formas de conhecimento para além do científico-acadêmico. Ou seja, caminha da interdisciplinaridade para a transdisciplinaridade. Essa forma de tratamento dos temas aproxima-os das políticas públicas, colocando essas pesquisas em uma condição de fundamentação e base de apoio para estes movimentos institucionais.

Com estas três características, finalmente, a presente obra cria as condições para contribuir de forma interessante para as recentes e crescentes preocupações sobre a necessidade de estreitamento da relação entre “ciência” e “sociedade”. E demonstra que este problema deve receber tratamento não apenas na esfera da comunicação científica, como se a apresentação de resultados de pesquisa científica em linguagem coloquial e lúdica fosse suficiente para resolver a questão. Trata-se aqui: de conceber e trabalhar a refe-

rida relação na convergência de interesses em torno dos mesmos problemas (ou seja, transformando mais diretamente problemas sócio-políticos em problemas de pesquisa), mobilizando-se diferentes perspectivas científicas em tratamento conjunto com diferentes esferas de política pública e setores da sociedade civil. Isso, de modo a contribuir com análises e enfoques que fundamentem e direcionem ações. Colocando a ciência a serviço dos problemas é que estaremos mais “próximos” da sociedade. A experiência inter e transdisciplinar presente nesta obra demonstra as potencialidades de tal afirmação. Convido o leitor a experimentá-la.

ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR
Universidade Estadual de Campina

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. 3ed. Trad. J. Guinbur & Te-reza C.S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KLEIN, Julie Thompson. Interdisciplinary - History, Theory & Practice. Detroit: Wayne State University, 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Bra-sileiro, 1976.

MCMICHAEL, A. J. et al. New Visions for Addressing Sustainability. Scien-ce, n. 302, 2003.

MORIN, Edgar. A ciência com consciência. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ODUM, E. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

WIENER, Norbert. Cibernética e sociedade: o uso humano de seres huma-nos. São Paulo: Cultrix, 1984.



**I - DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL,
PATRIMÔNIO E POLÍTICAS TERRITORIAIS**



APRESENTAÇÃO

ANDRÉ FELIPE SIMÕES

Antes de gerar as devidas apresentações das questões centrais abordadas em cada um destes instigantes e contemporâneos textos, faz-se necessário refletir a respeito do que seria o elemento central de conexão entre estes manuscritos (todos elaborados por docentes ou por docentes em parceria com estudantes de mestrado e de doutorado do ProMuSPP e outros pesquisadores). Para além da busca desta conexão, avaliei que seria necessário estabelecer vínculo com a distópica realidade socioeconômica, socioambiental e mesmo existencial do Brasil contemporâneo. Para exemplificar esta distopia, cito que nesta data, 01/06/2020, o Brasil passou a França e se tornou o 4º país do mundo em número de mortes por COVID-19, atrás dos Estados Unidos, com 105.926 falecimentos, Reino Unido, com 38.489, e Itália, com 33.415.

Não considerando os estudos realizados pela Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto (por exemplo) que apontam para ampla subnotificação no país, em 01/06/2020 havia no Brasil 501.985 pessoas contagiadas pelo novo Corona vírus (SARS-CoV-2) e o número de óbitos por esta doença infecto contagiosa era de 28.872.

E o aspecto notoriamente dramático é que mesmo neste quadro de sofrimento ampliado e crescente a toda população brasileira em vista do avanço da pandemia, aparentemente não há um plano no âmbito do governo federal que seja claramente voltado e pensado no sentido de se reduzir o contágio no país. Prefeitos e governadores que tem, respeitando o conhecimento científico, adotado o distanciamento social, tem sido, para dizer o mínimo, pouco incentivados a seguir neste caminho que, basicamente, apresenta como base as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Mas, enfim, parece ser a desigualdade social, fruto do modelo de (sub) desenvolvimento capitalista neoliberal, o elo comum entre os seis brilhantes estudos que me foram confiados. De fato, como fruto direto da transformação do capitalismo financeiro em modelo hegemônico (ou da transformação do capitalismo industrial de base produtiva em capitalismo financeiro de base especulativa), menos de 70 pessoas no mundo detêm riqueza equivalente àquela possuída por cerca de metade da população mundial (no caso, a parcela menos economicamente favorecida), ou seja, algo em torno de 3,7 bilhões de terráqueos, de acordo com a Confederação Não Governamental Oxfam (2018). E, cada vez mais, esse processo piramidal de enriquecimento vem se intensificando. No caso do Brasil, a desigualdade é alarmante: os 5 cidadãos brasileiros mais ricos detêm riqueza equivalente à riqueza somada pela metade mais pobre da população do país (algo próximo de 105 milhões de pessoas), de acordo com Oxfam (2019). Não por acaso tem aumentado, no Brasil, os casos de suicídio, por exemplo, no seio das comunidades indígenas; afinal, se perceber desvalorizado e desabilitado para o livre viver, para o desfrute e a construção e o revisitado da própria cultura ou para alguma relação mais harmônica com a natureza, de fato, para alguns, pode ser absolutamente inaceitável, pode ser insuportável.

A dominação de uma classe em relação à outra fundamenta-se nas ideias, nas filosofias, no *modus vivendi* das classes dominantes que são amplamente difundidos ao longo do tempo, visando legitimar e mesmo aprofundar a divisão social do trabalho. Em última instância, esta difusão da ideologia das classes dominantes, que usam seu poder político e econômico para tal, almeja impingir certo senso de moral ao que é fundamentalmente imoral: que há pessoas que merecem mais simplesmente pelo fato de pertencerem às classes dominantes – como se ricos ou remediados fossem seres humanos “melhores” do que pessoas pobres ou miseráveis. Esta deturpação intencional visa legitimar a estratificação social, manter e, idealmente, aumentar o rol de privilégios usurpados pelas classes dominantes. Há de se reconhecer, neste contexto, o triste êxito dessas classes na manutenção deste quadro de crescentes desigualdades.

Sob a égide de tais considerações provavelmente reside o início das diversas análises necessárias para que se compreenda e, principalmente, se reverta o atual contexto de retrocesso em todas as políticas ambientais e sociais (além das políticas territoriais e aquelas voltadas à preservação do patrimônio sociocultural e socioambiental) em curso no Brasil desde a mais recente ruptura democrática de 2016 (golpe empresarial-midiático-político),

marcado pela deposição da Presidenta Dilma Rousseff. Os capítulos sucin-
tamente apresentados a seguir, porém, vão além, vão muito além no senti-
do de destrinchar e analisar com a devida e necessária criticidade política
e social os meandros das muitas desigualdades que caracterizam o Brasil
de hoje – que, cada vez mais, se apresenta vulnerável devido ao avanço da
pandemia de COVID-19 (diga-se de passagem, sem maiores enfrentamen-
tos pela perspectiva das políticas públicas) e em vista do advento ainda não
totalmente compreendido da conjunção neofascista-neoliberal que, emble-
maticamente, simboliza o atual governo. Eis a seguir, portanto, a descrição
dos ricos conteúdos dos seis capítulos deste 5º Livro do ProMuSPP.

No trabalho **“Os Agrotóxicos e a Humanidade: Doenças e Contaminação”**, o autor Diamantino Pereira analisa a submissão do Estado Brasileiro ao setor do agronegócio. Neste sentido, o texto discorre sobre a negligência deste setor para com a saúde dos trabalhadores rurais e dos consumidores dos alimentos. Diamantino analisa as escusas estratégias que este setor utiliza para burlar a legislação brasileira em prol de crescentes usos de agrotóxicos, sem qualquer contrapartida no sentido de evitar o perigo da contaminação do meio ambiente. Para tanto, com a devida consistência, o estudo em foco analisa a cooptação da opinião pública pela incisiva propaganda midiática em prol da ideologia de que não há outra forma de se produzir alimentos que não seja por meio do agronegócio agroquímico. O capítulo não deixa de fomentar esperança no sentido de que há outro possível fazer, e que este não significa uma volta ao passado, mas sim de estabelecer novos processos produtivos que cotejem os ciclos e os ritmos da “mãe natureza” num modelo de produção que se preocupe com o ambiente e com o ser humano e saiba que o ambiente não é o lugar onde estamos, o ambiente é o que somos, é materialidade da nossa existência. Trata-se, enfim, de leitura fundamental para que se amplie a compreensão sobre o quão deletério são modelos produtivos que priorizem irrefreavelmente o lucro em detrimento da sociedade como um todo, e da própria saúde da população, como é o caso do agronegócio brasileiro.

Outro capítulo que discorre sobre o cultivo agrícola no Brasil é **“O avanço da fronteira agrícola sobre os babaçuais maranhenses: implicações socioambientais nos saberes e fazeres das quebradeiras de coco babaçu”**, de autoria de Francisca Silva Viana e Silvia Helena Zanirato. Este estudo, que objetiva analisar os efeitos da expansão da fronteira agrícola sobre os babaçuais do oeste maranhense e suas implicações na atividade tradicional das quebradeiras de coco babaçu, considera de modo especial a percepção

das mulheres diretamente envolvidas com a prática. Trata-se de trabalho que coteja mui interessante estudo de campo baseado em vívidas entrevistas realizadas em 2017 no município de Zé Doca com algumas destas trabalhadoras quebradeiras de coco, legítimas representantes da rica cultura nordestina. No transcurso da leitura é possível se compreender quão negativa tem sido tal apropriação territorial por parte de grandes proprietários para a própria identidade destas trabalhadoras, cuja atividade contribui decisivamente para a preservação dos babaçuais. O estudo deixa clara a importância de que a percepção das quebradeiras deva ser considerada nos processos decisórios, na construção e proposição de soluções.

Já o capítulo **“Serviços Ambientais no Contexto do Desenvolvimento Sustentável: Geoética e a Governança Ambiental da Água em Megacidades”**, de autoria de Gabriela Penkaitis, Rosely Aparecida Liguori Imbernon, Clara Vasconcelos e Cristina Calheiros, apresenta análise transversal absolutamente necessária para que se inicie alguma reversão do atual quadro de degradação das políticas ambientais no Brasil. Destarte, o estudo em foco, analisa o vital papel exercido pelos serviços ecossistêmicos no delineamento de políticas públicas. Em prol das sustentabilidades financeira e social, este papel, tal como demonstram as autoras, deve ser amplamente considerado no delineamento de tais políticas. Os leitores não de se beneficiar desta leitura de modos diversos, mas eu destacaria o debate acerca da valoração ambiental (que explicita os elevados custos gerados pela degradação do ambiente, da qualidade de vida e da saúde humana) e as explicações com exemplos para os significados da Geoética, enquanto mote reflexivo sobre as atividades antrópicas em relação ao ambiente. A escassez de recursos hídricos é inserida e analisada, transversalmente, neste contexto.

O autor Marcos Bernardino de Carvalho contribui com o capítulo “O Renascimento da Ecológica na América Latina”, que representa, em boa medida, uma justa ode acadêmica ao ressurgimento da ecológica e em sua forma original de concepção, qual seja, o intrínseco caráter internacionalista e socialmente referenciado, de respeito e reconhecimento das alteridades. Como casos emblemáticos deste ressurgir da ecológica o autor nos brinda com análises pormenorizadas para os casos de alguns estados da América Latina. Assim, o texto discorre a respeito do estado plurinacional da Bolívia, do Equador (reconhecendo a “natureza como sujeito de direitos”) e da Colômbia, a qual conferiu status de seres vivos aos seus rios. O estudo em foco discorre, coerentemente, sobre a necessidade de que a lida da questão ambiental não se limite tão somente às dimensões e dinâmicas físico-biológicas

dos ambientes, mas que coteje, fundamentalmente, os conteúdos políticos e sociais nos quais se inserem a compreensão e análise de questões como o aquecimento global, o desmatamento e a perda de biodiversidade. Já na última seção deste instigante estudo, intitulada “Ecopolítica em perigo no Brasil: ordem e retrocesso”, é possível depreender que o Brasil, talvez o mais naturalmente plurinacional país da América Latina, sofre, em especial a partir da mais recente ampla ruptura democrática, amplos retrocessos nas ações e na compreensão dos sentidos e significados da ecopolítica. Neste sentido, peremptoriamente, o autor exemplifica com a liberação de atividades de exploração mineral em antigas áreas de reserva natural na Amazônia e o declarado apoio do atual governo federal em prol da acrítica expansão do agronegócio, em que pesem amplos aviltos aos territórios demarcados (ou seja, protegidos por lei) das populações indígenas e tradicionais.

O capítulo “**Mudanças climáticas e Covid-19: volta ao passado ou é possível um novo mundo**” de autoria de Eduardo de Lima Caldas, Guilherme Checco e Livia Kalil apresenta uma análise tipicamente diferenciada no seio dos trabalhos publicados por pesquisadores brasileiros sobre a questão das mudanças climáticas. Destarte, as políticas engendradas em prol da mitigação (ou, mais recentemente, não mitigação) de tais mudanças ambientais de magnitude global por cada um dos governos brasileiros é descrita e analisada, de modo pormenorizado, desde o ano de realização da primeira Conferência das Partes, a COP 1 (da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, a UNFCCC na sigla em inglês, criada em 1992), realizada, em 1995, na Alemanha. Este quadro histórico analítico tende a ser de grande relevância para que se compreenda, por exemplo, quão abrupta foi a perda de protagonismo do Brasil nesta seara, qual seja, no âmbito das negociações (multilaterais) internacionais voltadas à adaptação e à mitigação das mudanças climáticas (e, assim, de seu mais proeminente fenômeno correlato, o aquecimento global). Neste contexto, é emblemático e vigorosamente contemporâneo o conteúdo da Subseção 2.4 (intitulada “Temer e Bolsonaro, o que era ruim ficou pior: um desgoverno no contexto de pandemia global e mudanças do clima”). Outros pontos de atenta leitura no contexto deste capítulo referem-se às caracterizações e às críticas inerentes aos retrocessos socioambientais diversos perpetrados pelo atual governo federal que, em descompasso com os alertas de especialistas (por exemplo do IPCC), tem tomado medidas (aparentemente com base em negacionismo científico) que ampliam o desmatamento (na Amazônia Legal e nos demais biomas brasileiros) e, conseqüentemente, as emissões de CO₂ computáveis ao Brasil. O texto

encerra ainda mais relevância por não se furtar de uma análise para possíveis relações entre a pandemia de COVID-19 e a questão do enfrentamento (ou não enfrentamento) das consequências das mudanças climáticas por parte do Brasil. Neste sentido, o texto, coerentemente, sublinha que todo o discurso sobre a impossibilidade (econômica) de se reduzir, de modo relevante e em curto espaço de tempo, as emissões de CO₂ mostrou-se enganoso com a pandemia em curso. Sob esta perspectiva, este capítulo frisa que no Brasil e no mundo, manter o padrão atual de produção, e o correlato elevado nível de emissões é uma opção política.

Por sua feita, o capítulo **“Gestão participativa em Áreas Protegidas: o caso do uso público da Estrada Parque dos Castelhanos no Parque Estadual de Ilhabela, São Paulo, Brasil”**, de autoria de Daniella Marcondes e Sidnei Raimundo, na medida em que trabalha com a questão da governança e dos conflitos ambientais, dialoga com todos os demais capítulos deste conjunto de trabalhos inerentes à Linha de Pesquisa “Dimensão Socioambiental, Patrimônio e Políticas Territoriais”. Há interessante correlação indireta deste trabalho, que encerra claro recorte espacial, com o estudo desenvolvido por Francisca Silva Viana e Silvia Helena Zanirato (“Implicações do Avanço da Fronteira Agrícola nos Babaçuais Maranhenses Sobre os Saberes e Fazeres das Quebradeiras de Coco Babaçu”). Afinal, trata-se de outro consistente estudo a demonstrar a importância das comunidades afetadas (caiçaras, no caso) se tornarem partícipes dos processos decisórios, da concepção original de empreendimentos de cunho socioambiental – no caso, o ordenamento do uso da Estrada-Parque dos Castelhanos, no Parque Estadual de Ilhabela. Através de consistente estudo de caso, este capítulo denuncia a submissão do Estado (representados, nesta análise, pela Prefeitura de Ilhabela e pelo Parque Estadual homônimo), enquanto ente representante da sociedade como um todo, perante o assédio e os interesses não coletivos da iniciativa privada. Será possível ao leitor observar as moldagens de políticas públicas (no caso aquelas com foco numa Unidade de Conservação – UC) em prol dos interesses mercadológicos (com a falaciosa desculpa de turismo sustentável) e em detrimento da função precípua social do patrimônio público.

Convido, portanto, a todas e a todos à leitura destes instigantes, necessários e culturalmente muito enriquecedores capítulos associáveis à Linha de Pesquisa “Dimensão Socioambiental, Patrimônio e Políticas Territoriais” deste 5º Livro do ProMuSPP.

OS AGROTÓXICOS E OS HUMANOS: DOENÇAS E CONTAMINAÇÃO

DIAMANTINO PEREIRA
RUBIA FERNANDA PANEGASSI DOS SANTOS

Palavras chave: Agricultura convencional; Agricultura sustentável; Agroecologia; Agrotóxicos; Contaminação.

A denominada agricultura convencional, caracterizada pela extensão das monoculturas, adoção da mecanização e administração de agroquímicos, apresentou-se como um processo em busca da hegemonia a partir das manifestações de Liebig que questionou a teoria do húmus segundo a qual a fertilidade da terra seria derivada da presença de matéria orgânica e sua conversão em húmus.

Para Liebig, os fertilizantes orgânicos são irrelevantes, e o rendimento das culturas depende da presença no solo das substâncias minerais. Para manter a fertilidade do solo, bastaria repor os nutrientes exportados através das colheitas. A fertilidade do solo se resumiria, portanto, à presença ou não dos minerais que as plantas precisam para se desenvolver, atribuindo à química o papel principal para a resolução da fertilidade do solo.

Liebig questionou, portanto, a prática secular da agricultura na virada do século XIX para o XX e devemos nos perguntar porque ele conseguiu ser tão bem-sucedido. A resposta está no fato de que a presença de elementos minerais é importante, mesmo que não seja o único fator importante.

E quando as afirmações de Liebig foram colocadas em prática, ou seja, quando se colocaram os elementos minerais necessários para o desenvolvimento das plantas no solo de forma artificial, de imediato os resultados

foram fabulosos: “uns poucos quilos de adubos químicos podiam fazer aquilo que o pousio levaria anos para conseguir ou que exigiria toneladas de esterco e de esforço humano”. (KHATOUNIAN, 2001)

Quando Khatounian se refere ao pousio, esterco e esforço humano, ele está colocando alguns dos elementos característicos da agricultura tradicional que existia previamente à consagração das formulações de Liebig e que garantiram a fertilidade dos solos ao longo de milênios com o aperfeiçoamento progressivo de métodos e técnicas.

O pousio foi uma dessas técnicas que permitia a recuperação do solo na medida em que as vegetações espontâneas que ali se desenvolviam eram incorporadas ao solo e progressivamente se convertiam em húmus através da atividade microbiológica e com o tempo os nutrientes passavam a ser liberados para o desenvolvimento das plantas.

O pousio oferecia ainda a possibilidade de ser um lugar de pastagem para o gado das fazendas. Entretanto, implicava em deixar uma parcela da propriedade sem uma cultura comercial por um tempo que muitas vezes superava um ano. E com o tempo, foi se desenvolvendo o método da sucessão de culturas na medida em que os agricultores foram descobrindo que determinadas sequências proporcionavam a manutenção da produtividade sem a necessidade de pousio.

Ao longo desses tempos, a presença e associação da pecuária com a agricultura foi fundamental, tanto para a produção de esterco quanto para a tração dos implementos agrícolas. Essa relação era de suma importância pois o plantel de animais deveria estar relacionado com a extensão da propriedade ou mais propriamente com a intensidade da produção agrícola ali desenvolvida. MAZOYER E ROUDART (2010) relatam épocas de escassez de alimentos em algumas regiões europeias quando os produtores não respeitaram devidamente a relação entre o plantel de animais e a sua área de produção agrícola. Em outras palavras, sem estrume na quantidade adequada, não dava para garantir a produtividade.

Para ter gado era necessário ter também área de pastagem e de produção de silagem, o que evidentemente aumentava bastante a necessidade de trabalho nas fazendas.

Quando alguém falou para um agricultor que seria possível garantir a fertilidade da terra sem a necessidade de estrume e, portanto, sem a necessidade de ter o gado em número proporcional, abria-se um pro-

cesso de intensa transformação no processo de produção. Bem, mas era necessária ainda a presença de um plantel de animais para a tração dos implementos agrícolas.

Entretanto, nessa mesma época em que se começou a prover a administração de elementos minerais químicos para a fertilidade da terra, foi também o momento em que se desenvolveu a mecanização com o aparecimento dos tratores num processo denominado como mecanização e quimificação (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Com o tempo, não se tem mais a necessidade do gado para garantir a fertilidade e nem a tração, não se precisa mais fazer rotação de culturas, pois tudo o que diz respeito à fertilidade se resolve com a administração dos elementos minerais.

Nasceu a agricultura denominada como moderna (que chamamos atualmente de convencional) com a separação entre a agricultura e a pecuária e a monocultura como paisagem resultante e como método.

Essa agricultura moderna vai sendo implantada progressivamente, sobretudo nos EUA e na Europa Ocidental e amplia ainda mais a sua participação principalmente após a II Guerra Mundial, quando o arsenal agroquímico adquiriu força e estatura para atuação em praticamente todos os processos agrícolas, numa profusão de fertilizantes e agrotóxicos.

Para completar o cenário, a biotecnologia entrou em cena com o desenvolvimento de cultivares híbridos de alto rendimento adaptados para responder com eficiência à administração de fertilizantes químicos.

E foi uma explosão de produtividade (CONWAY, 2003), mas esse aumento só se tornava possível na medida em que se possa utilizar intensivamente o arsenal químico e haja a disponibilidade de água constante e abundante.

A alta resposta dos novos cultivares em termos de produtividade gerava paisagens agrícolas monoculturais viçosas extremamente atraentes para insetos e outras pragas e por isso a proteção química da cultura também deveria fazer parte da nova tecnologia com a administração dos agrotóxicos.

O contexto desse processo foi o da Revolução Verde que se desenvolveu a partir da década de 1960 com o objetivo de desenvolver “variedades que pudessem ser cultivadas em todo o mundo mesmo em ambientes diferenciados. (...) variedades que fossem indiferentes ao fotoperiodismo, podendo, portanto, florescer e produzir grãos em qualquer época do ano”.

(CONWAY, 2003) Esse processo contou com o desenvolvimento de novos cultivares, sobretudo híbridos, de milho e trigo no México, com financiamento da Fundação Rockefeller, e do arroz na Ásia com financiamento das fundações Rockefeller e Ford.

Os cultivares híbridos, entretanto, “só têm alto vigor e produtividade na primeira geração, sendo necessária a aquisição de sementes híbridas todos os anos. Se os grãos colhidos forem semeados, o que corresponde a uma segunda geração, dependendo do tipo do híbrido haverá redução de 15 a 40% na produtividade, perda de vigor e grande variação entre plantas.” (CRUZ e FILHO, 2012)

“Para produzir bem, os híbridos precisam de ótimas condições de crescimento, com as quantidades corretas de fertilizantes, água e agrotóxicos. Em condições rústicas, os híbridos costumam produzir pior que as variedades” formadas por seleção. (AGRIC, 2020)

Para combater as pragas, o método da Revolução Verde foi desde o início o combate químico com a aplicação de agrotóxicos, desprezando-se outros métodos. A paisagem típica tornou-se a da monocultura que fornece um ambiente homogêneo e sem interrupções para a infestação de pragas.

Com o combate químico, eliminam-se as pragas e também os seus inimigos naturais. Fica-se dependente dos agrotóxicos e em pouco tempo as pragas adquirem resistência aos agrotóxicos que devem ser aplicados com mais intensidade e frequentemente substituídos.

Mas com monocultura não dá para fazer rotação que é uma forma eficiente de reduzir os impactos ambientais provocados pela monocultura, melhorando as condições físico-químicas e biológicas do solo no longo prazo, além de reduzir a incidência de pragas, doenças e ervas adventícias (que alguns chamam de daninhas).

E não adianta querer enganar: intercalar o plantio de soja-algodão-soja ou soja-milho-soja não é fazer rotação e sim sucessão de culturas.

Com a hegemonia dos procedimentos agroquímicos, a antiga (agri)cultura baseada sobretudo em métodos naturais e orgânicos foi se perdendo e progressivamente os “agricultores literalmente desaprenderam essas práticas”. (KHAUTONIAN, 2001).

Por outro lado, a produção agora convencional artificializou os ciclos produtivos e fez com que seja considerado normal o oferecimento dos mesmos

produtos agrícolas durante todo o ano, desconsiderando os períodos propícios para o desenvolvimento de cada cultura em particular.

A entrada progressiva dos supermercados na comercialização de produtos agrícolas frescos, fato que anteriormente era quase uma exclusividade das feiras livres, acabou por efetivar um novo tipo de relação com os produtores agrícolas, estabelecendo (na maioria das vezes impondo) um contrato de fornecimento para a entrega diária de uma variedade de produtos, independente do que possa ter acontecido no setor produtivo, como por exemplo, a ocorrência de praga, uma seca ou uma tempestade. Além disso, os produtos devem ser apresentados em um formato padrão e ter um peso determinado.

Dessa forma, a viabilização comercial do produtor agrícola é colocada em questão e isso se torna mais um elemento de pressão para a adoção das práticas convencionais. O outro elemento de pressão está relacionado com os custos de produção, particularmente os custos da mão de obra que é mais exigida quando não se lida com os agroquímicos.

“A manutenção de um estabelecimento agrícola em atividade coloca o produtor sob o dilema de se adaptar a essas circunstâncias. A opção de manutenção da pequena propriedade com base, sobretudo no trabalho familiar permite o escape da escassez e alto custo da mão de obra, mas coloca a questão da escala da produção.

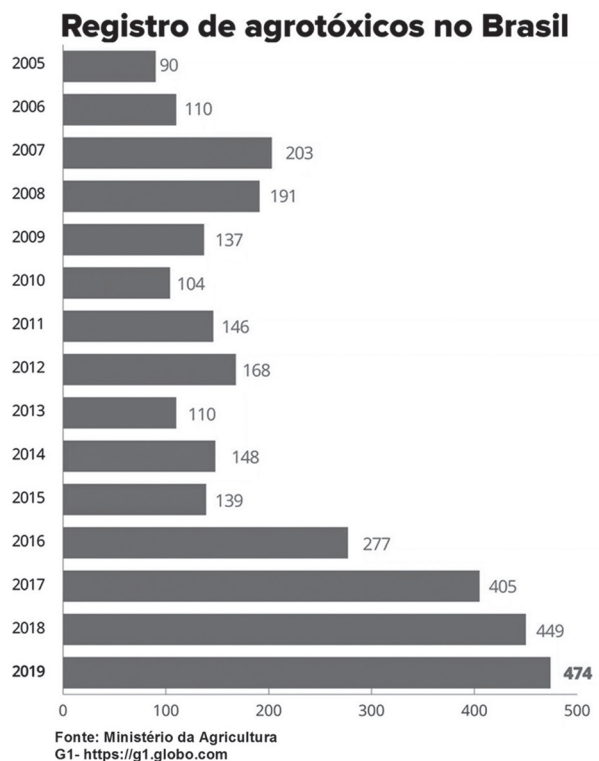
A outra opção consiste em produzir em grande escala, perseguir ganhos de produtividade, agregar de valor à produção e buscar maior controle das operações em sua totalidade, tanto no que diz respeito à produção, quanto ao seu beneficiamento e destinação.

Mesmo a opção familiar, não pode prescindir, entretanto da adoção de implementos e insumos que garantam a produtividade.

Frente a essas questões, assim como a constatação da presença de resíduos de agrotóxicos em diversos produtos agrícolas, cresce a exigência de pelo menos um maior controle e uso racional desses produtos, quando não a sua limitação extrema.

Mais do que isso, a racionalidade que se impõe é a do controle do processo produtivo como um todo. As pressões advindas de diversos segmentos da sociedade, tanto de consumidores, quanto de órgãos ambientais e governamentais atuam no sentido de colocar a prática agrícola em novos patamares de produção e controle.” (Pereira & Abdo, 2013)

Figura 1 Registros de Agrotóxicos no Brasil



O enredo dos movimentos sociais tem sido o de mobilização contra o vale tudo da produção agrícola com campanhas e mobilizações na contraposição do abrandamento de regras de liberação dos agrotóxicos preconizado por um projeto de lei em discussão no congresso, o apoio ao projeto de lei que estabelece a Política Nacional de *Redução de Agrotóxicos*, assim como a campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida.

Na contramão, o governo federal e a bancada ruralista no congresso agem para derrubar e desregular tudo o que podem. O retrato dessa ação intensa pode ser evidenciado com a Intensificação da liberação do registro de novos agrotóxicos que foi acelerado a partir de 2016 e a cada ano vem batendo recordes desde então. Neste governo atual totalizamos a liberação do registro de 630 agrotóxicos desde o seu início em 2019 até abril de 2020.

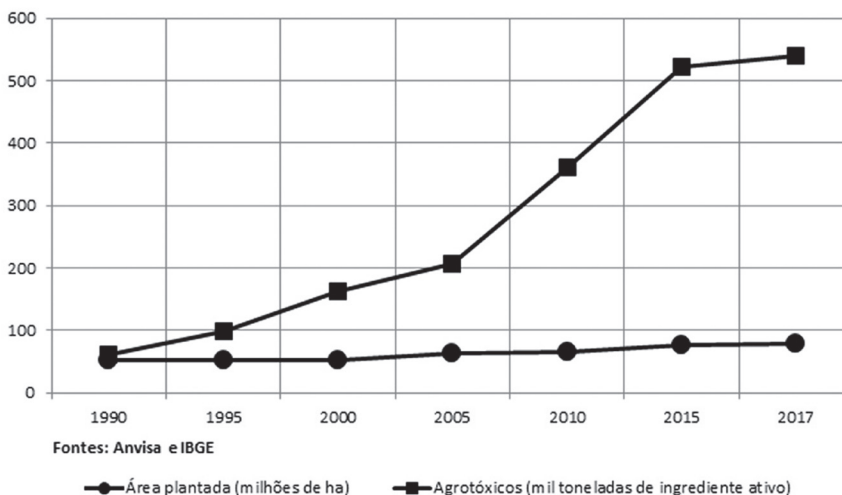
A lei nº 7.802/1989 define que serão denominados como os agrotóxicos

- “a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
- b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento”. (Brasil, 1989).

A denominação é um elemento importante da caracterização de um fenômeno, produto ou agente, como é o caso dos agrotóxicos. É agro porque se destina preferencialmente às atividades agropecuárias (embora a lei amplie sua abrangência também para “ambientes urbanos, hídricos e industriais”) e é tóxico pois abrange todos os produtos tóxicos utilizados para o manejo de pragas, patógenos e ervas adventícias.

Figura 2 Área Plantada e uso de Agrotóxicos

Área plantada e uso de Agrotóxicos



Na época da votação da lei já existia a polêmica (que continua até hoje) a respeito da denominação, sugerindo-se uma variedade de nomes em que se destacam o de pesticidas e o de produto fitossanitário, nomes questionados quando se sabe que esses produtos e agentes matam não apenas as pestes (pragas) mas também os seus inimigos naturais e também não se poderia denominar como fitossanitário um produto que visa por exemplo erradicar e matar as ervas adventícias.

Note-se que no ano posterior à edição da legislação, a relação entre a área plantada e a utilização de agrotóxicos era de 1,2 mil toneladas de ingredientes ativos para cada milhão de hectares de área plantada com culturas temporárias e permanentes. Em 2017 essa proporção atingiu a cifra de 6,8 por milhão, representando, portanto, uma grande intensificação da utilização dos agrotóxicos motivada de um lado pelos aparecimentos de novas pragas e também pela utilização intensiva de herbicidas, seja em cultivos transgênicos, seja para ressecar as plantas para colheita mecanizada ou para o plantio direto sobre a palha.

Atualmente a aprovação do registro de um agrotóxico depende da deliberação de três órgãos do governo: o IBAMA (Ministério do Meio Ambiente), a ANVISA (Ministério da saúde) e o MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento). Ao MAPA cabe analisar a eficácia agrônômica, ao IBAMA a periculosidade ambiental e à ANVISA a toxicidade à saúde humana.

Com base nessas análises é definido o limite máximo de resíduos (LMR) que um vegetal pode apresentar. O LMR é definido como a “quantidade máxima de resíduo de agrotóxico ou afim oficialmente aceita no alimento, em decorrência da aplicação adequada numa fase específica, desde sua produção até o consumo”. (BRASIL, 2002). O LMR é expresso na forma de mg de Ingredientes Ativos (I.A.) presentes em um kg de alimento.

Para se definir o LMR é necessário estabelecer anteriormente a IDA (ingestão diária aceitável) que é a “quantidade estimada de substância presente nos alimentos que pode ser ingerida diariamente ao longo da vida, sem oferecer risco apreciável à saúde”. (ANVISA, 2019). Como a ingestão do resíduo de agrotóxico é feita através da alimentação, é necessário que se estabeleça uma relação entre a IDA e a dieta média da população brasileira, que é estabelecida através de pesquisa de consumo efetuada pelo IBGE que se configura na Ingestão Diária Máxima Teórica Nacional (IDMTN). Dessa forma, os resíduos ingeridos pela dieta da população (IDMTN) não podem ser superiores ao estabelecido na IDA e o LMR só pode ser aprovado nessas circunstâncias.

Parece complicado, mas o que interessa é que na ingestão de alimentos não se supere o limite segundo o qual “ocorra um risco apreciável à saúde”. O grande desafio, entretanto, é o estabelecimento da tal dieta média nacional em um país tão diferenciado como o Brasil. Se a dieta de um conjunto de pessoas não for média, elas estarão correndo o risco de ingestão de resíduos acima da dose estabelecida como “segura”. E aqui temos outra questão que é o pressuposto de que possa haver uma dose “segura” para a ingestão de veneno quando na verdade são vários os tipos de resíduos presentes nos alimentos cujos efeitos não são avaliados em conjunto e além de mais, além de não existir uma “dieta média” da população brasileira, dever-se-ia levar em consideração as diferenças entre as pessoas em relação à capacidade de seus organismos processarem esses elementos. Não existe dose segura, portanto para a ingestão de resíduos de agrotóxicos. (MELGAREJO e GURGEL, 2019).

Um outro elemento a ser considerado reside no fato de que as agências reguladoras se baseiam nas informações fornecidas pelas próprias empresas interessadas na liberação das substâncias e, como são informações das empresas, são declaradas confidenciais e se torna impossível para pesquisadores e grupos de pesquisa avaliarem os critérios e os resultados obtidos dos testes e ensaios.

CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA DOS AGROTÓXICOS

A portaria nº 03/MS/SNVS, de 1992 que regulamenta o uso de produtos agrotóxicos e afins, determina que o registro de um agrotóxico deve ser precedido de uma avaliação toxicológica por parte da Vigilância Sanitária e que deve ser efetuado o cálculo da dose ou ingestão diária aceitável (IDA).

Essa avaliação levava a uma classificação em quatro classes:

Classe I - Produtos Extremamente Tóxicos;

Classe II - Produtos Altamente Tóxicos;

Classe III - Produtos Medianamente Tóxicos;

Classe IV - Produtos Pouco Tóxicos.

Para se chegar a essa classificação eram levados em consideração vários fatores como a provocação de lesões oculares, cutâneas, sensibilidade cutânea, toxicidade dérmica subaguda (21 dias), toxicidade a curto e longo prazo, além de efeitos sobre a reprodução e o metabolismo, entre outros.

A diretoria colegiada da ANVISA (Dicol) aprovou em 23/07/2019 o novo marco regulatório para a avaliação toxicológica dos agrotóxicos que tomou como base “um padrão internacional chamado GHS – Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals)”, sob o argumento de que haveria que se adequar os procedimentos brasileiros aos internacionais. Essa homogeneização é limitada, pois os EUA não adotam, ao contrário da União Europeia que adota esse sistema, mas como podemos observar no Atlas dos Agrotóxicos (BOMBARDI, 2017) é muito mais rígida em relação às exigências e níveis de resíduos presentes nos alimentos e na água.

Até essa nova resolução, a classificação toxicológica no Brasil era “feita com base no resultado mais restritivo de todos os estudos agudos de toxicidade oral, dérmica e inalatório, incluindo os resultados dos estudos irritação cutânea e irritação ocular.” (ALMEIDA, 2019).

Entretanto, na nova normativa temos uma alteração significativa, pois agora com o “GHS os resultados dos estudos toxicológicos de irritação dérmica e ocular e de sensibilização dérmica e inalatória não serão utilizados para fins de classificação toxicológica.” (ALMEIDA, 2019).

A nova classificação acrescentou mais dois níveis em relação à classificação interior e não deixa de ser irônico que, por exemplo a categoria 5 que seria “improvável de causar dano agudo”, não ostenta o símbolo da caveira e nem o de cuidado, mas logo abaixo podemos ler que os produtos dessa categoria são perigosos se forem ingeridos, se forem colocados em contato com a pele ou também se forem inalados. Como um produto que pode provocar todo esse conjunto de danos pode ser considerado menos ainda que “pouco tóxico”? Como pode não ter nenhum símbolo de advertência?

Figura 3 Aspectos da rotulagem do Novo Marco Regulatório dos Agrotóxicos

Aspectos da rotulagem do novo marco regulatório dos agrotóxicos						
	CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	CATEGORIA 3	CATEGORIA 4	CATEGORIA 5	NÃO CLASSIFICADO
	EXTREMAMENTE TÓXICO	ALTAMENTE TÓXICO	MODERAMENTE TÓXICO	POUCO TÓXICO	IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO	NÃO CLASSIFICADO
PICTOGRAMA					Sem símbolo	Sem símbolo
PALAVRA DE ADVERTÊNCIA	PERIGO	PERIGO	PERIGO	CUIDADO	CUIDADO	Sem advertência
CLASSE DE PERIGO						
Oral	Fatal se ingerido	Fatal se ingerido	Tóxico se ingerido	Nocivo se ingerido	Pode ser perigoso se ingerido	-
Dérmica	Fatal em contato com a pele	Fatal em contato com a pele	Tóxico em contato com a pele	Nocivo em contato com a pele	Pode ser perigoso em contato com a pele	-
Inalatória	Fatal se inalado	Fatal se inalado	Tóxico se inalado	Nocivo se inalado	Pode ser perigoso se inalado	-

(Fonte: Almeida, 2019)

É porque só está sendo utilizado o dano agudo como critério de classificação, mas as demais advertências indicam que se trata de um produto perigoso.

Além do mais, a dosimetria utilizada para a classificação toxicológica nos induz a pensar que produtos pouco tóxicos não oferecem perigo, mas a contaminação crônica que é provocada pelo contato com doses pequenas de venenos em um longo tempo também merece ser considerada.

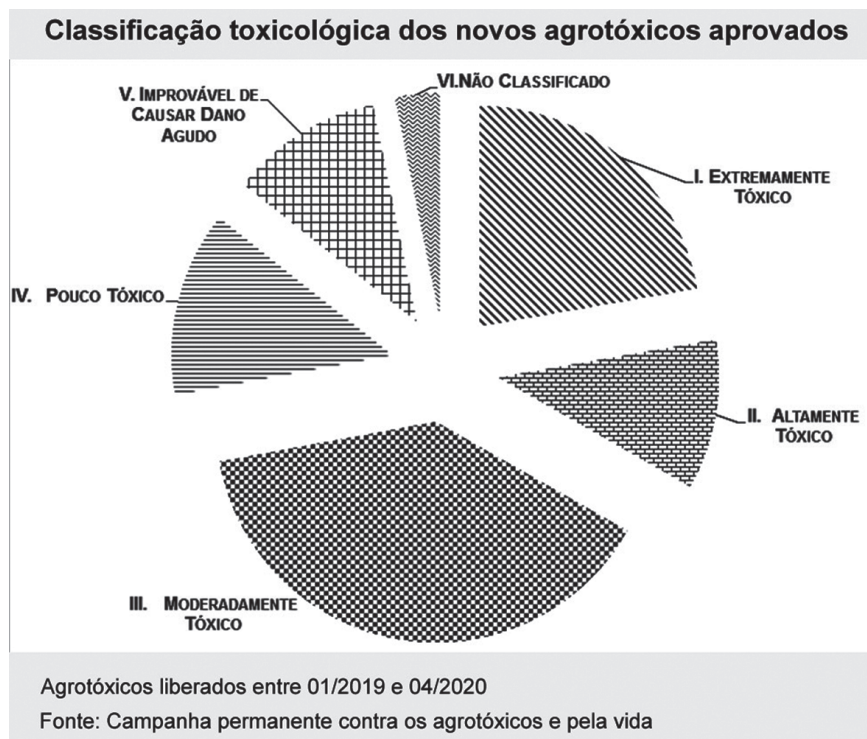
Mas como fazer isso se os ensaios exigidos pelos órgãos reguladores validam as pesquisas de que observam os animais de laboratório por apenas 14 dias após a exposição a uma dose determinada de agrotóxico? Com essa duração, não há tempo de manifestação de outros sintomas, ou seja, “os estudos não são delineados para identificar efeitos neurotóxicos de longo prazo, que são mais graves e potencialmente irreversíveis, como o parkinsonismo e a toxicidade para o neurodesenvolvimento”. (FRIEDRICH, GURGEL, MELLO, ALMEIDA, GURGEL, & AUGUSTO, 2019).

Um outro aspecto a ser considerado reside no fato de que os LMRs são estabelecidos para cada ingrediente ativo considerado individualmente, quando na prática podemos encontrar resíduos variados juntos no mesmo produto que consumimos (resíduos por exemplo de inseticidas, fungicidas e herbicidas e muitas vezes de princípios ativos diferentes para cada classe agrônômica). Não se considera o efeito combinado da exposição a venenos conjuntos com diferentes princípios ativos e dessa forma, se um alimento apresentar resíduos de vários agrotóxicos ele será considerado dentro da regulamentação.

Acrescentamos ainda que o Programa de Análise de Resíduos nos Alimentos da ANVISA não investiga a presença de resíduos de outros elementos químicos que fazem parte da composição dos produtos formulados, tais como aditivos, esparsantes, adjuvantes e outros elementos derivados da metabolização dos venenos. E, para coroar a omissão, não se analisa a presença do Glifosato que é há muito tempo o principal agrotóxico comercializado no Brasil.

Mesmo que ele seja considerado oficialmente como pouco tóxico para a ANVISA, apenas o fato de ser o produto com maior utilização nas lavouras já mereceria ser incluído nas análises de resíduos. Ou será que levaríamos um susto se os resíduos desse produto fossem monitorados e divulgados?

Figura 4 - % de Agrotóxicos por classe toxicológica



Veja-se ainda que, mesmo com o novo critério de levar em consideração apenas a ocorrência de danos agudos à saúde das pessoas mais de 30% dos novos agrotóxicos liberados desde 2019 são extremamente ou altamente tóxicos, evidenciando que o critério de liberação não reside na toxidez, mas na função agrônoma.

ERVAS E HERBICIDAS

Os herbicidas são de longe a principal classe de uso de agrotóxicos utilizada no Brasil, quase cinco vezes mais que o segundo colocado que são os inseticidas. Dessa forma podemos dizer que a agricultura moderna brasileira e internacional é dependente de herbicidas e essa dependência ironicamente foi sendo consumada através de práticas que são consideradas sustentáveis. Vamos explicar.

É quase senso comum hoje em dia, sobretudo após várias contribuições de Ana Primavesi, que os solos tropicais devem ser tratados de forma diferenciada em relação aos solos das zonas temperadas sobretudo no que diz respeito à aração profunda. Os solos tropicais não congelam no inverno e, portanto, não precisam ser revirados para descongelar e possibilitar o plantio. O solo submetido à aração profunda é desestruturado e fica mais suscetível à compactação, além de ficar sem cobertura e submetido às intensas chuvas tropicais e à intensa insolação. As chuvas provocam erosão e lixiviação dos elementos minerais e a insolação o aumento da temperatura do solo que prejudica ou mesmo impede a atividade biológica do solo, o que dificulta a liberação dos nutrientes para as plantas.

Qual a solução? O plantio direto sobre a palha, ou seja, não se retira a cobertura do solo e se planta diretamente sem passar pela etapa da aração. Sabe-se também que sobretudo as leguminosas apresentam a capacidade de fixação de nitrogênio no solo e então uma outra prática que tem sido implementada mesmo em áreas de agricultura convencional é o plantio das leguminosas ou forrageiras como plantações de cobertura que são derrubadas antes do plantio da cultura comercial.

Vejam que até agora estamos falando de uma prática que se assemelha com as práticas conservacionistas. Mas, antes do plantio, ocorre a pulverização com um herbicida para fazer a dessecação da plantação de cobertura e então chegar a hora de plantar diretamente.

Herbicidas são também utilizados para dessecar as plantações comerciais para facilitar a colheita mecanizada, como ocorre por exemplo com o milho e com a soja.

E temos ainda a utilização dos herbicidas nas plantas transgênicas. Dos 59 cultivares transgênicos de milho aprovados até 11/2019, 50 apresentavam como função ser resistentes a algum herbicida. No caso da soja, dos 18 aprovados, 15 eram também resistentes aos herbicidas.

Como funciona esse mecanismo? Os agricultores podem aplicar os herbicidas mesmo sobre essas plantas transgênicas que o produto só deve afetar o que é denominado como “ervas daninhas” e deixar a cultura comercial intacta. Intacta mas tendo recebido a sua dose de herbicida. Além disso, antes do plantio muitas vezes se faz a aplicação de herbicidas pré-emergentes sobretudo em áreas onde ocorrem a Buva e o Capim Amargoso que adquiriram resistência ao glifosato.

Ao final, quando chega a hora da colheita, temos mais uma dose de herbicida para a dessecação pré-colheita.

Estão aí os motivos que fazem com que os herbicidas sejam a classe de agrotóxicos mais utilizada no Brasil e no mundo.

O aparecimento de “ervas daninhas” resistentes a herbicida ocorreu sobretudo em relação ao glifosato. A propaganda de uma das empresas produtora de produtos com base nesse princípio ativo (Monsanto) afirmava a sua eficiência a ponto de poder considerado “o herbicida do século”, pois teria a capacidade de eliminar uma ampla gama de espécies de ervas daninhas, que seria absorvido rapidamente através das superfícies das plantas e seria inócuo o meio ambiente e para o ser humano pois a enzima EPSPS só existe em plantas, em alguns fungos e algumas bactérias, mas não está presente em insetos, pássaros, peixes e mamíferos.

O glifosato atua na “síntese de aminoácidos de cadeia aromática inibindo a EPSPs cuja rota sintetiza proteínas, vitaminas (K e E), hormônios, alcaloides e outros produtos essenciais ao crescimento e desenvolvimento das plantas. As plantas pulverizadas com glyphosate paralisam o crescimento, murcham, ficam cloróticas, necrosadas e morrem”. (GAZZIERO, BRIGHENTI, & VOLL, s/d).

Pesquisadores independentes afirmam, entretanto, que não é tão simples e evidente como a empresa afirma. “A enzima EPSPS é produzida por plantas, mas ela é parte indispensável de todos os organismos vegetais como bactérias, arqueobactérias e leveduras, que vivem no nosso intestino e produzem substâncias essenciais à nossa saúde. (...) acumula no meio ambiente (a meia vida do glifosato no solo varia de 1.5 a 22 anos). Está presente no leite materno, na urina de homens e mulheres e na água”. (GARCIA, 2017).

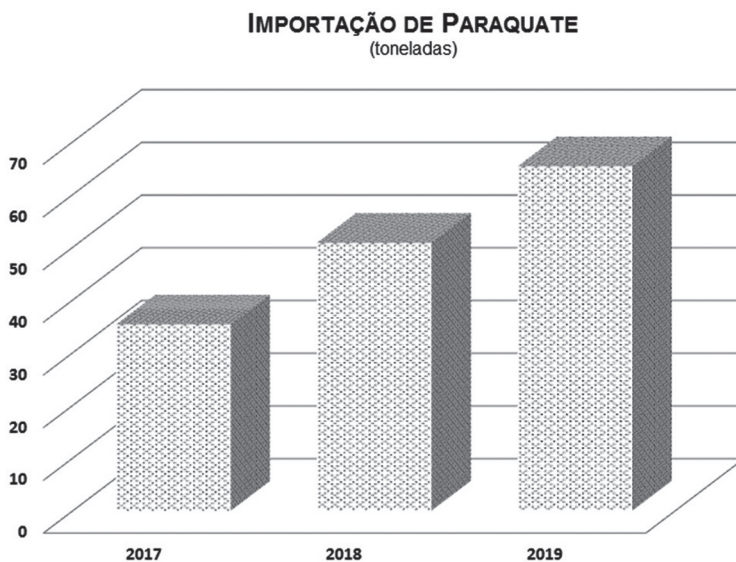
Além disso, segundo a International Agency for Research on Cancer (IARC), instituição intergovernamental da OMS cuja missão é promover a colaboração internacional na pesquisa sobre o câncer, há fortes evidências que o glifosato seja cancerígeno para os humanos. A afirmação foi feita em 2015 e está mantida até o momento em que escrevemos este artigo (05/2020).

Quando, então o glifosato não dá conta do recado, apela-se para outros herbicidas que são ainda mais tóxicos como é o caso do Paraquate e do 2-4-D.

O Paraquate é um herbicida de grande potência tóxica e muito solúvel em água, com via de absorção principalmente por via oral, podendo acumular-se nos tecidos pulmonares provocando o seu comprometimento. Pode prejudicar as funções celulares e levar à morte, sendo que a maioria dos casos de intoxicação é classificado como grave. O produto é proibido na Suíça (sede da Syngenta) e na União Europeia, em 2007, enquanto a China e Inglaterra permitem a produção, mas apenas para exportação.

A resolução da diretoria colegiada da ANVISA nº 177 de 21/09/2017 proibiu a “produção, a importação, comercialização e utilização de produtos técnicos e formulados à base do ingrediente ativo Paraquate” e concedeu três anos de prazo para que a medida passasse a valer.

Figura 5 Importação de Paraquate



Fonte: Agência Pública/Repórter Brasil - <https://portrasdoalimento.info/2019/12/19/empresas-estrangeiras-desovam-no-brasil-agrotoxico-proibido-em-seus-propios-paises/#>

Na resolução, a ANVISA determina que um termo de consentimento seja anexado à Receita Agrônômica do produto informando que “um pequeno gole de Paraquate pode matar, que o Paraquate pode ser absorvido pela pele, pode causar doença de Parkinson e mutações genéticas.” (ANVISA, 2017).

Apesar de constatar esses riscos, 66 dias após a proibição, a ANVISA publicou a RDC 190 onde permite a utilização do Paraquate como dessecante e ameniza o texto do termo de consentimento que deve ir anexado ao receituário agrônomo. Agora se afirma que “evidências indicam que a exposição ao Paraquate pode ser um dos fatores de risco para a doença de Parkinson em trabalhadores rurais e que demonstram a existência de risco da exposição ao Paraquate causar mutações genéticas em trabalhadores rurais.” (ANVISA, 2017).

As empresas fabricantes de agrotóxicos à base de Paraquate constituíram uma “Força Tarefa” integrada pela Syngenta e por outras 18 empresas e com a finalidade de esgrimir argumentos e medidas para evitar o banimento do herbicida. O recuo da ANVISA deu-se após reuniões com a diretoria da Syngenta.

Nesse meio tempo, ao contrário do que poderia se prever, durante esse período de carência, as importações do produto tem apresentado crescimento como podemos verificar no gráfico e, o agricultor que formar estoque do produto pode utilizá-lo ainda por anos a fio.

O herbicida 2,4-D foi colocado em reavaliação pela ANVISA em 2016 e a conclusão foi de impor apenas restrições em algumas formas de aplicação do produto. “Em vários estudos independentes foram demonstrados danos genotóxicos, distúrbios hormonais e reprodutivos em seres humanos expostos a esse ingrediente ativo. No entanto, esses estudos foram desconsiderados”. (MELGAREJO & GURGEL, 2019). Como sempre, a base do parecer foi constituída pelos testes e análises apresentados pelas próprias empresas fabricantes, cujo conteúdo não é aberto. Isso apesar do IARC ter classificado o 2,4-D “como possivelmente carcinogênico para seres humanos (Grupo 2B)” (IARC, 2015).

Todas essas alterações têm sido possíveis graças a resoluções, portarias, ordens de serviço por parte dos órgãos que deveriam ser de controle justamente como afirmou o ministro do meio ambiente em reunião ministerial de 22/04/2020 relatado na página do UOL quando afirmou que era preciso aproveitar a “oportunidade que o governo federal ganhava com a pandemia do novo corona vírus para ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” através da adoção de reformas infra legais de desregulamentação e simplificação”. (UOL, 2020)

A DESTRUIÇÃO DO APARATO LEGISLATIVO DE PROTEÇÃO

Além de todas essas iniciativas e estratégias de desregulamentação da proteção sanitária e ambiental, estamos ainda sob o ataque da tentativa de alteração da atual legislação de agrotóxicos.

Trata-se do Projeto de Lei nº 6.299/2002 apelidado como PL do Veneno que apresenta como justificativa que haveria a necessidade de se modernizar a legislação.

O projeto propõe a substituição do termo “agrotóxicos” pelas expressões “produtos fitossanitários” e “produtos de controle ambiental”, tema que já abordamos anteriormente.

Estabelece prazos para aprovação dos agrotóxicos pelos órgãos reguladores, após os quais o agrotóxico será liberado automaticamente, com a justificativa de que o processo de liberação brasileiro seria muito demorado.

Mas a atual velocidade de liberação de agrotóxicos parece que já resolveu essa questão com os números atingidos em 2019, como também informamos anteriormente. Por outro lado, estabelecer um prazo mínimo para as agências reguladoras e não proporcionar a elas as condições infraestruturas para executar as tarefas é o mesmo que aprovar com base apenas na autodeclaração.

A velocidade atual de liberação também pode estar sendo incrementada por outra medida regulatória, uma ordem de serviço de 2018 que permite o registro de agrotóxicos por analogia, na medida em que o produto já tenha sido aprovado pelas agências reguladoras dos EUA e da União Europeia. Veja-se que não se pretende fazer reavaliação por analogia apenas analisar pedidos novos, pois uma reavaliação encontraria vários agrotóxicos proibidos na UE, mas permitidos no Brasil.

O projeto de lei estabelece o Ministério da Agricultura e Produção Agropecuária (MAPA) como órgão registrante exclusivo, ao invés do sistema atual que engloba também o ministério da Saúde e o do Meio Ambiente. O sistema atual exige, como já informamos, os pareceres dos três ministérios para o registro dos agrotóxicos e com a aprovação do PL apenas o MAPA terá o poder executivo e determinante, tanto a ANVISA quanto o IBAMA poderão apenas se manifestar de forma consultiva. Até a proposição da reanálise dos agrotóxicos passa a ser da alçada exclusiva do MAPA.

Para completar, continua sendo necessário o receituário agrônomo para a compra de agrotóxicos, mas o profissional habilitado poderá prescrever receita agrônoma antes da ocorrência da praga, de forma preventiva. O receituário foi pensado de forma a estabelecer algum controle sobre a compra de agrotóxicos, ou seja, para o agricultor comprar ele teria que ter a receita. Acontece que as revendas de agrotóxicos resolveram essa limitação colocando pessoas habilitadas para emitir o receituário como funcionários das próprias lojas. Com a aprovação desse PL nem a doença ou praga precisará ser caracterizada, bastaria afirmar que se trata de “prevenção”.

CONCLUINDO

A estrutura legislatória e procedimental estabelecida pela legislação dos agrotóxicos de 1989 pressupunha que cada instância envolvida no processo de registro de novas substâncias agrotóxicas estaria fazendo sua análise baseada em critérios técnicos: O MAPA averiguando a eficiência agrônoma, a ANVISA o risco à saúde e o IBAMA o perigo ambiental.

Acontece que órgãos de governo não agem apenas com base em critérios técnicos, mas também pela ótica da política e das concepções que orientam os diferentes governos.

Dependendo então das políticas implementadas, as prioridades podem não ser a saúde dos trabalhadores agrícolas e dos consumidores dos alimentos e também não se dar prioridade para o perigo de contaminação do meio ambiente. Mas para alterar a legislação é necessária a aprovação no congresso o que muitas vezes é demorado e carregado de polêmicas, além de provocar a mobilização dos movimentos sociais.

Então a alternativa é fazer as alterações de forma sub-reptícia, desrespeitando os objetivos estabelecidos pela própria legislação, o que vem ocorrendo de forma sistemática.

As frentes de luta são várias: o agronegócio agroquímico tem a seu lado a propaganda midiática, o que construiu a ideologia essa forma de produzir seria a única possível e que quem fala contra está querendo prejudicar a economia do país.

Esconde-se a predação e contaminação da natureza e dos seres humanos que trabalham na produção que consomem os produtos de uma agricultura

envenenada e predatória. Escondendo a podridão, o objetivo é ganhar “o coração e as mentes” dos cidadãos e falar para eles que se trata de procedimentos técnicos e modernos.

Mas existe outro fazer, e não se trata de voltar ao passado, mas sim de procurar estabelecer um processo produtivo que leve em consideração os ritmos da natureza, que atue em sinergia com ela e que não tente escravizá-la.

Que se preocupe com o ambiente, e para que essa preocupação seja efetiva se preocupe com o ser humano e saiba que o ambiente não é o lugar onde estamos, o ambiente é o que somos, é materialidade da nossa existência.

Para proteger o ambiente é necessário proteger as pessoas, não deixar que sejam expostas a produtos tóxicos, não deixar que sejam obrigadas a consumir produtos carregados de resíduos apenas porque é o que elas podem ter acesso e, claro, cuidar dos lugares onde as pessoas vivem, para que não sejam expostas à poluição e a condições insalubres.

REFERÊNCIAS

AGRIC. Variedades x Híbridos - Qual a diferença? https://www.agric.com.br/termos_tecnicos/variedades_vs_hibridos.html 2020.

ALMEIDA, C. A. (22 de 07 de 2019). Novo Marco Regulatório para a Avaliação Toxicológica de Agrotóxicos. Acesso em 05 de 2020, disponível em ANVISA: http://portal.ANVISA.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/ANVISA-aprova-novo-marco-regulatorio-para-agrotoxicos/219201

ANVISA. (21 de 09 de 2017). RDC N° 177. Dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo Paraquate.

ANVISA. (30 de 11 de 2017). RDC N° 190. Altera a RDC n° 177.

ANVISA. (29 de 07 de 2019). RDC n° 295. Critérios para avaliação do risco dietético decorrente da exposição humana a resíduos de agrotóxicos.

BOMBARDI, L. M. (2017). Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil. São Paulo: FFLCH USP.

BRASIL. (11 de 07 de 1989). Lei N° 7.802. Dispõe sobre os agrotóxicos, p. 23.

BRASIL. (04 de 01 de 2002). Decreto nº 4074. Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989.

CONWAY, G. (2003). Produção de alimentos no século XXI. São Paulo: Estação Liberdade.

CRUZ, J. C., & FILHO, I. A. (10 de 2012). Escolher a semente de milho envolve muitos fatores. Acesso em 05 de 2020, disponível em Embrapa Milho e Sorgo: <http://grao.cnpms.embrapa.br/artigo.php?ed=MTA=&id=OQ==>

FRIEDRICH, K., GURGEL, A. D., MELLO, M. S., ALMEIDA, V. E., GURGEL, I. G., & AUGUSTO, L. G. (2019). Registro de agrotóxicos no Brasil: um processo enviesado. In: A. d. Gurgel, M. O. Santos, & I. G. Gurgel, Saúde do campo e agrotóxicos (p. 413). Recife: UFPE.

GARCIA, J. L. (01 de 2017). Glifosato: tudo que você quis saber sobre o glifosato mas tinha receio de perguntar. Acesso em 05 de 2020, disponível em Instituto de Agricultura Biológica: <https://institutoagriculturabiologica.org/2017/01/19/glifosato/>

GAZZIERO, D. L., BRIGHENTI, A., & VOLL, E. (s.d.). Plantas daninhas na soja RR. Acesso em 05 de 2020, disponível em Agência Embrapa de Informação Tecnológica (Ageitec): https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_84_271020069133.html

IARC. (23 de 07 de 2015). IARC Monographs evaluate DDT, lindane, and 2,4-D. PRESS RELEASE N°236.

KHATOUNIAN, C. A. (2001). A reconstrução ecológica da agricultura. Botucatu: Agroecológica.

MAZOYER, M., & ROUDART, L. (2010). História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Unesp.

MELGAREJO, L., & GURGEL, A. d. (2019). Agrotóxicos, seus mitos e implicações. In: A. d. Gurgel, M. O. Santos, & I. G. Gurgel, Saúde do campo e agrotóxicos (p. 413). Recife: UFPE.

PEREIRA, D., & ABDO, R. (2013). Da agricultura convencional à Produção Integrada de hortaliças na região do Alto Tietê: ambiente e oportunidade. (A. Bauru, Ed.) *Ciência Geográfica*.

UOL. (23 de 05 de 2020). Cotidiano. Acesso em 05 de 2020, disponível em UOL: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/23/salles-reforca-fala-em-reuniao-ministerial-sobre-passar-a-boiada.htm>

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA SOBRE OS BABAÇUAIS MARANHENSES: IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NOS SABERES E FAZERES DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

FRANCISCA SILVA VIANA
SÍLVIA HELENA ZANIRATO

Palavras chave: Conhecimento tradicional, Quebradeiras de coco babaçu, Amazônia maranhense, Percepções, Patrimônio cultural.

O texto tem como objetivo analisar os efeitos da expansão da fronteira agrícola sobre os babaçuais do oeste maranhense e suas implicações na atividade tradicional das quebradeiras de coco babaçu, a partir da percepção das mulheres diretamente envolvidas com a prática.

Para entender como as quebradeiras percebem esse processo se fez uma abordagem eminentemente qualitativa, fundada nas leituras de Maria Cecília Minayo (2001), de modo a favorecer a compreensão da dinâmica das relações sociais com os significados decorrentes. O método empregado para isso foi o estudo de caso, um método interpretativo que busca compreender a realidade por meio dos sentidos que os indivíduos atribuem às suas experiências (YIN, 2005, p 13).

A análise bibliográfica fundamentou a discussão e proporcionou maior clareza a respeito do que já há produzido sobre o avanço da fronteira agrícola na Amazônia Legal e sobre as quebradeiras de coco babaçu.

Os dados secundários foram obtidos de documentos oficiais, instrumentos jurídicos e administrativos que induziram e/ou limitaram o desmatamento e o avanço da fronteira agrícola na Amazônia Legal, em especial na porção dos babaçuais da região oeste do estado do Maranhão, a partir da década de 1970. Eles consistem em informações sobre o desmatamento dispostos no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Foram também analisados dados da série histórica (1988-2017) referentes a focos de queimadas e de desmatamento na Amazônia Legal dos sistemas PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) e DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real), de programas de monitoramento da alteração da cobertura florestal da Amazônia, operados pelo INPE e dados do programa SIAGEO, do Ministério do Meio Ambiente, referentes ao uso da terra, as atividades agropecuárias e a estrutura agrária. Esses dados foram sistematizados e analisados para ver os efeitos que tiveram sobre a porção dos babaçuais na região oeste do Maranhão.

Os dados empíricos foram coletados em campo, no período de julho a agosto de 2017, por meio da técnica de entrevistas semiestruturadas - dirigidas a um grupo focal de quebradeiras de coco babaçu, reunidas em ritual que elas chamam de adjunto, no município de Zé Doca-MA. As entrevistas foram orientadas pelas leituras de Boni e Quaresma (2005), com perguntas abertas e fechadas previamente definidas, aplicada num contexto mais informal.

Os dados colhidos foram analisados na ótica da análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (1977) e “numa busca do sentido contido nos conteúdos de diversas formas de textos, de maneira a permitir compreender o acesso à informação de certos grupos e a forma como esses grupos a elaboram e transmitem” (REIGOTA, 1995, p. 73).

Esse conjunto de procedimentos favoreceu a elaboração do texto que se estrutura da seguinte forma: inicialmente, são apresentadas as quebradeiras de coco babaçu, como essa população se organiza coletivamente e a importância de seus saberes associados à natureza. É mostrado que esses saberes associados ao meio ambiente são tidos como um patrimônio cultural imaterial, e são relacionados às identidades que elas têm com o território. A seguir é discutida a Mata dos Cocais, o território onde essas mulheres vivem e realizam suas práticas tradicionais. Esse espaço de manifestação é apresentado primeiro em um passado longínquo que o torna uma *Floresta Cultural* e, posteriormente, com as modificações ocorridas a partir da década de 1970, com severas mudanças nas formações vegetacionais. Por fim, são verificadas como essas modificações impactam a atividade das quebradeiras e como elas percebem esse processo. Nas considerações finais são apresentados os entendimentos das autoras quanto às alterações na Mata dos Cocais e nas atividades tradicionais das quebradeiras de coco.

AS QUEBRADEIRAS DE COCO COMO POPULAÇÕES TRADICIONAIS

O desenvolvimento das atividades culturais e de subsistências das populações tradicionais está diretamente relacionado à ocupação dos territórios e sua fixação nesses, para a utilização dos bens naturais (PEREIRA e DIEGUES, 2010).

De acordo com a definição de Almeida e Cunha (2009), “populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui, dentre outras características, o uso de técnicas ambientais de baixo impacto”, formas equitativas de organização social e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.

O grupo das quebradeiras de coco babaçu é portador de um tipo especial de conhecimento considerado um patrimônio imaterial, e a ele se vincula para assegurar seu reconhecimento como população tradicional e o direito de territorialidade. Espera-se, que esse saber tradicional, como um patrimônio recebido e transmitido de geração em geração, seja preservado como um testemunho referencial dos valores culturais e simbólicos das comunidades que os detém (ZANIRATO, 2009).

Esse saber diz respeito às tradições, ou seja, a um conjunto de conhecimentos construídos e reconstruídos por uma população na lida cotidiana e com a interação direta com o meio que a cerca (ALMEIDA e CUNHA, 2009).

As quebradeiras de coco babaçu são um grupo que se afirmam como uma existência coletiva, com um saber específico sobre a quebra do coco e os usos empregados para o babaçu, e com uma noção muito clara de que sua identidade está correlacionada a um território específico: a Mata dos Coicais, ou babaçuais. Nesse espaço elas não só extraem e quebram o coco, como aproveitam a palmeira em toda sua extensão produzindo diversos bens de uso pessoal e de comercialização (alimento, objetos de uso cotidiano, material de construção, etc.).

A atividade expressa um profundo e diversificado conhecimento das propriedades do babaçu, o que a qualifica como um patrimônio imaterial relacionado aos recursos genéticos. A quebra de coco é uma atividade com origem indígena, herdada pelas quebradeiras de coco que as mantém como uma atividade tradicional (BALÉE, 1989). Conforme Marielle Pereira “a terra e o babaçu são os principais elementos para reprodução familiar desse grupo” (2015, p. 36).

A literatura mostra que as mulheres envolvidas com o extrativismo passaram progressivamente a se autodenominar “quebradeiras de coco babaçu”, construindo uma identidade política a partir da valorização do seu modo de vida, característica comum para muitas formas de organização popular no início dos anos 1990. A afirmação identitária está também relacionada ao movimento das “Quebradeiras de Coco Babaçu”, que une componentes dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, em luta pelo acesso aos babaçuais e à preservação dos modos de vida associados, bem como à preservação dos babaçuais (ALMEIDA, 2004, DIEGUES, 2000).

A atividade é essencialmente feminina e “coletiva, as quebradeiras de coco praticam ideais de solidariedade e igualdade entre si e com a natureza. Um costume que exemplifica esses ideais é nunca cortar o cacho inteiro do coco, mas coletar o coco que caiu naturalmente no chão, respeitando seu ciclo de vida e permitindo que outras mulheres possam ter acesso” ao que permanece na palmeira (ALMEIDA, 2004; ACSELRAD et al., 2004).

As comunidades tradicionais possuem forte dependência dos bens naturais e o modo como desenvolvem os sistemas de manejo ao longo do tempo e a sua estrutura simbólica com o local e com os bens ajudam nos esforços para a conservação biológica (ADAMS, 1994; DIEGUES, 2000). No entanto, a posse da terra ou mesmo o acesso a ela são os principais problemas das populações extrativistas no país (DIEGUES, 2000).

Diversos fatores e processos podem colocar em risco a integridade ou a existência dos saberes e fazeres de populações tradicionais, entre esses as transformações no ambiente.

A MATA DOS COCAIS E OS BABAÇUAIS MARANHENSES

O Estado do Maranhão localiza-se no Nordeste do Brasil, região caracterizada pelo clima semiárido e por grande parte do território coberta por vegetação de floresta (AB’SABER, 1960), fazendo parte da Amazônia Legal, uma divisão política e não apenas fisiográfica, dado que inclui áreas de vegetação distintas (FEARNSIDE, 2005; MELLO-THÉRY, 2011; INPE, 1989). O Maranhão é uma área de grande diversidade animal e vegetal devido à sua extensão territorial e posição estratégica de confluência dos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga e também por apresentar formações típicas como a Mata dos Cocais, em zona de transição entre o Cerrado e a

Amazônia (AB´SABER, 1977; EMBRAPA, 2013). 64,1% do estado estão no Cerrado, 34,8% na Amazônia e 1,1% na Caatinga (ARAÚJO et al. 2016).

Reconhecida como uma área de transição, a Mata dos Cocais tem características que a levam a ser considerada uma “Floresta Cultural”, um tipo de floresta secundária de terra firme, cuja formação se explica pela ação direta e indireta de populações humanas num passado remoto (BALÉE, 1989). A Floresta Cultural corresponde em acordo com o antropólogo William Balée (1989) a um local que depois de manejado e abandonado foi reconquistado pela vegetação. É resultado de um complexo modo pelo qual o solo foi manejado, que expressa a coexistência entre sociedades e natureza (ADAMS, 1994).

Para Balée (1989), algumas espécies como a *Attalea speciosa*, popularmente conhecida como babaçu, encontradas na Amazônia, podem indicar que essas áreas tiveram perturbação antrópica num passado remoto. A palmeira do babaçu é uma planta que ocorre com frequência em regiões que foram perturbadas por queimadas, sendo considerada um bom indicador de perturbação e pode servir para comprovar os fatores culturais e naturais que contribuíram para formar os diferentes tipos de vegetação nas florestas de terra firme da Amazônia (BALÉE, 1989; ADAMS 1994).

Assim, as florestas secundárias, especialmente aquelas dominadas pelo babaçu, podem representar um “resíduo de outras culturas” e não apenas uma adaptação à natureza (BALÉE, 1988). Disso resulta que a Mata dos Cocais seja um ecossistema importante não só por suas peculiaridades naturais, como também por sua expressão cultural, aí inclusas as comunidades indígenas e tradicionais (ALMEIDA, 2004; ALMEIDA e CUNHA, 2009).

Apesar dessa importância, processos recentes ligados à “modernização” da agricultura têm modificado essa configuração e posto em risco sua continuidade.

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E O DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL – IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO MARANHÃO

As fronteiras agrícolas são ambientes dinâmicos, caracterizados pela conversão de habitats nativos em agricultura. Nesses espaços se veem conflitos entre produção e conservação (SCHIESARI et al., 2013).

A partir da década de 1970, no Maranhão, o avanço da fronteira agrícola se fez sob a lógica da ocupação do território e da organização de atividades econômicas, respaldados por políticas e projetos governamentais, que beneficiaram grupos da população ligados ao agronegócio, em detrimento das atividades de populações tradicionais. A ocupação está ligada à expansão da fronteira agrícola para a Amazônia Legal (ainda que de forma menos intensa no Maranhão, se comparada a outros estados como Pará e Mato Grosso), que se fez acompanhada de uma série de problemas, dentre os quais os conflitos sociais em relação ao acesso à terra e aos bens naturais (INPE, 2017; PPCDAm, 2011; MELLO-THÉRY, 2011).

Entre as principais causas do desmatamento da Amazônia Legal estão a formação de pastos para a criação de gado, a produção de soja, além da abertura de grandes rodovias como a Transamazônica e a Belém Brasília que buscaram interligar a Região Norte ao restante do país e facilitar o acesso às grandes propriedades e o escoamento da produção; tudo em nome do desenvolvimento econômico da região (FEARNSIDE, 2005; MELLO-THÉRY, 2011; MORAN et al. 2008). Segundo Bertha Becker (2008, p. 283), o crescimento econômico a qualquer custo, legitimado pelo Plano de Integração Nacional (PIN), foi responsável por inúmeros conflitos sociais e ambientais na região amazônica.

A Lei Estadual de Terras nº 2979, de 17 de julho de 1969, mais conhecida como “Lei Sarney”, contribuiu significativamente para o avanço da fronteira agrícola no Maranhão. Essa lei legitimou a distribuição de milhares de hectares de terras públicas transformando-as em privadas, e isso levou ao aumento da concentração de terras, a conflitos agrários e mortes no campo (REGO & ANDRADE, 2006; ALMEIDA, 2004).

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) considera que aproximadamente 71 milhões de hectares da floresta amazônica brasileira foram desmatados até 2010, o que corresponde a 18% de sua cobertura original. Segundo o IMAZON, esse desmatamento pouco contribuiu para o crescimento econômico nacional, porém fez com que o Brasil ocupasse o quarto lugar no ranking de países que mais emitiram gases do efeito estufa no período (IMAZON, 2012).

A maior parte da área desmatada encontra-se no “Arco do Desflorestamento, área que se estende do oeste do Maranhão passando por Tocantins, parte do Pará e do Mato Grosso, todo o Estado de Rondônia, o sul do Amazonas e chegando ao Acre” (PPCDAm, 2009). Os municípios que

compõem o Arco do Desflorestamento sofreram profundas alterações na mata natural (IMAZON, 2012), com áreas que eram de extensas florestas que passaram a ser ocupadas por pastagens, agroindústrias, mineradores madeireiras e, mais recentemente, por extensas plantações de eucalipto, o que gerou expressivas perdas de biodiversidade e diminuição de territórios de populações tradicionais (MARANHÃO, 2011). Estimativas do INPE, provenientes do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia Legal (PRODES), são de que 18% das florestas da Amazônia Legal foram removidas no Maranhão. Além disso, o Maranhão é o estado da Amazônia Legal com o menor número de áreas protegidas, apenas 19% do território (MARTINS; OLIVEIRA, 2011; ARAÚJO et. al. 2016). A eliminação ou drástica redução de palmeiras para pastagens, plantações de capim e, recentemente, para o plantio de eucalipto, representam um desafio para a integridade do sistema de produção camponês e para preservação ambiental (PORRO e PORRO, 2015).

A redução que já vinha desde os anos 1970 teve uma ênfase a partir de 2013, quando foi inaugurada no município de Imperatriz a empresa Suzano Papel e Celulose com o plantio florestal de espécies de crescimento rápido, como é o caso do gênero *Eucalyptus* para a produção de madeira, carvão e de resinas (EMBRAPA, 2016; IBGE, 2009). A partir de então, a silvicultura ganhou espaço no território maranhense. A expansão de monoculturas florestais provoca severos impactos socioeconômicos e ambientais nas regiões produtoras, uma vez que cada árvore empregada para a silvicultura consome cerca de 360 litros de água por dia (TENDINE, 2003), o que leva ao esvaziamento do lençol freático (TENDINE, 2003; VITAL, 2007). Mas, essas ações também têm implicações nos babaçuais e também nas práticas tradicionais das quebradeiras de coco babaçu.

AS TRANSFORMAÇÕES DOS BABAÇUAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATIVIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO

No Maranhão, os babaçuais ocupam uma área extensa com mais de 10 milhões de hectares, o que equivale a 54% da área de babaçuais no Brasil (IBGE, 1997; DIEGUES, 2000). O estado “concentra quase toda a produção de amêndoa de babaçu destinada ao mercado, com um montante de 94, 4%” do produto (IBGE, 2009).

Há muitas gerações as famílias rurais do Maranhão dependem do extrativismo das palmeiras de babaçu para obtenção de renda, seja pela venda das amêndoas do coco, seja pela troca por itens de consumo (DIEGUES, 2000; ALMEIDA, 2004).

Até meados de 1960, a coleta do coco ocorria de forma livre e mesmo havendo propriedades privadas, os fazendeiros não opunham resistência à entrada das quebradeiras em suas propriedades (ALMEIDA, 2004). Com a privatização de espaços onde estão os babaçuais e a opção de muitos fazendeiros pelo desmatamento para a criação de gado e produção de soja e, mais recentemente, para a silvicultura, os proprietários passaram a cercar suas propriedades e a dificultar o acesso das quebradeiras aos cocais (ALMEIDA, 1995; ANDRADE, 2004, REBELO, 2012).

A extração do babaçu apresenta elevada importância social, pois constitui uma alternativa para a população de baixa renda do estado (PEREIRA, 2011; EMBRAPA, 2013). Aproximadamente 400 mil famílias trabalham de alguma forma com o babaçu no Brasil, sendo que só no Maranhão há cerca de 300 mil famílias que dependem dessa atividade para o seu sustento (DIEGUES, 2000; MDA, 2005).

A palmeira tem entre 10-30 metros de altura e entre 20-50 cm de diâmetro (caule). Frutifica a partir do oitavo ano e alcança a produção plena após 15 anos. Cada safra pode ter entre 3 e 5 cachos e cada cacho pode produzir de 300 a 500 cocos. A florada ocorre entre janeiro e abril e os frutos estão maduros entre agosto e dezembro. A coleta tradicional se inicia quando os frutos maduros começam a cair no chão, havendo também vezes em que se usam uma vara para cutucar o cacho, ou ainda arremessar um pedaço de pau para derrubar os cocos que ainda não caíram (CARRAZZA et al, 2012).

Para o coco ser quebrado se prende um machado embaixo da perna da quebradeira, que a seguir apoia o coco na lâmina do machado com uma das mãos e o golpeia com um porrete. Como o coco é muito duro, tem que ter destreza para extrair a amêndoas sem danificá-las.

A parte externa do coco, o epicarpo é utilizado para vasos, placas, para queima em fornos caseiros e comerciais e como adubo orgânico. A parte intermediária, endocarpo é empregado como combustível substituindo a lenha e em artesanatos diversos. A parte interna é composta por amêndoas, cuja quantidade pode variar de 1 a 8, mas a média é de 3 a 4 amêndoas por coco, que podem medir entre 2,5 a 6 cm de comprimento e 1 a 2 cm de largura. Dela se extrai o leite e como a amêndoa tem mais de 60% de óleo, ela

é utilizada na alimentação humana e em cosméticos e produtos de limpeza sabonetes, shampoos, sabões etc. Também se emprega as cascas do coco em artesanato como brincos, colares, chaveiros, marchetaria e das folhas da palmeira se fazem cestas e cobertura de casas (CARRAZZA et al, 2012).

A coexistência entre as populações tradicionais e a natureza proporciona a elas um acúmulo de conhecimento que possibilita conviverem num longo prazo e de modo sustentável com os bens naturais, por meio de técnicas simples de manejo (ADAMS, 1995; DIEGUES, 2000).

Porém, a prática contínua dos desmatamentos, as queimadas e o revolvimento do solo têm atingido níveis que podem inviabilizar a regeneração natural e as formações secundárias das palmeiras de babaçu, implicando diretamente na atividade das quebradeiras, que dependem da extração para existirem enquanto população tradicional, bem como para a reprodução do grupo.

Diante disso, por meio de luta e da auto-organização em um movimento próprio, parte das mulheres quebradeiras do estado do Maranhão passaram a reivindicar seus direitos, enquanto população tradicional (ALMEIDA, 2004). Constituíram assim a Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com filiados nas principais cidades do Maranhão (São Luiz, Imperatriz). O objetivo do movimento foi o de organizar as quebradeiras de coco para conhecerem seus direitos, defenderem as palmeiras de babaçu e terem condições de vida e de trabalho nas áreas dos babaçuais, ainda que estejam em propriedade privada (ALMEIDA, 2004). Isso resultou na adoção em 14 (quatorze) Municípios do Maranhão da promulgação de leis ordinárias denominadas “Leis do Babaçu Livre”, que proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso, e cria regras para a exploração da espécie.

Mas, nem todas aderiram ao movimento. Em povoados distantes, onde a formação política ainda não se colocou, as quebradeiras mantiveram suas formas de organização tradicional, e ainda assim estão a desafiar o acesso às terras que não lhes pertencem e que rareiam dia-a-dia. É o caso das quebradeiras do povoado Garapé das Lages, de Zé Doca, município maranhense na microrregião de Pindaré, cerca de 300 km de São Luís. Zé Doca conta com uma grande extensão de babaçual e a quebra de coco é a principal fonte de renda e subsistência para muitas famílias locais. Também é o que se passa no Povoado Olho D’Água dos Martins, na zona rural de Imperatriz. Em ambos os municípios se têm visto a diminuição dos babaçuais para a pecuária e a silvicultura.

Para acessar suas percepções constituíram-se dois grupos de quebradeiras que residem na Mesorregião Oeste Maranhense. Um primeiro com quebradeiras do povoado de Olho D'Água, no município de Imperatriz, composto por seis participantes, e outro com quebradeiras do povoado de Garapé das Lages, no município de Zé Doca, composto por sete participantes.

O olhar das quebradeiras ainda não organizadas em movimento social sobre as transformações nos babaçuais é considerado importante, pois elas convivem com a mata, conhecem seu funcionamento e são assim sujeitos respeitáveis para a investigação das formas de sentir as ocorrências referidas.

PERCEPÇÕES DAS ALTERAÇÕES DE SABERES E FAZERES POR QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU

As quebradeiras dos povoados referidos foram entrevistadas em seus locais de trabalho em agosto de 2017. As entrevistas foram conduzidas por uma das autoras do texto, moradora de Zé Doca por mais de 16 anos e cuja mãe foi uma quebradeira até tempos recentes. A familiaridade com o grupo possibilitou maior disposição das mulheres em dialogarem em torno do assunto perguntado.

Em Zé Doca as mulheres se reuniram de uma forma que chamam de *adjunto*, um tipo de mutirão (Imagem 1). É o momento em que as quebradeiras se reúnem em grupo na casa de uma delas para quebrar coco. A dona da casa que recebe o grupo fica em dívida com todas as outras quebradeiras e precisa convidá-las a quebrar coco em sua casa para pagar a dívida e assim sucede o adjunto de casa em casa. Esse onde as quebradeiras foram ouvidas ocorreu na casa da Dona Mocinha, cujo nome é Francisca da Silva Romão. Em Imperatriz, ele se deu na comunidade de quebradeiras da Estrada do Arroz, povoado Olho D'água, na casa de Maria de Jesus Vieira Santos.

As perguntas seguiram um roteiro pré-determinado e foram feitas no ritual da quebrada, à medida que quebravam coco, ao som do *porrete*, ou *macete*, batendo sobre o fruto. Inicialmente houve a identificação dos sujeitos ouvidos e a indagação de há tempo praticam a coleta e quebra de cocos. A grande maioria disse estar na profissão desde criança, tendo aprendido com seus pais a discernir os lugares de concentração dos babaçuais, o coco bom, a forma de colhê-lo, de quebrá-lo e o tempo certo da colheita. É o que se vê na fala desta entrevistada: “*Eu aprendi*

*com minha mãe. Lá em casa nós somos quatro e todas as quatro meninas sabem quebrar coco*¹. Outra diz ainda:

“O meu aprendizado veio de geração, da minha avó passou para minha mãe e da minha mãe passou para mim. Toda a família, desde o começo, sempre mexeu com o Babaçu. Aqui no Maranhão quebrar coco é a atividade que as mulheres mais praticam, é um serviço para aquelas mulheres que não são nem lavradoras e que não tem estudo. E é da quebra do coco babaçu que tiramos nossa renda”²

Figura 1. Mulheres em adjunto



Foto: Francisca Viana, Garapé das Lages/Zé Doca. 02/08/17.

Dona Mocinha, outra entrevistada explicou como funciona o adjunto: “os cocos são meus né, a gente foi apanhar os cocos juntas na mata e trouxemos

1. Valdenice de Oliveira Silva, depoimento colhido no povoado Garapé das Lages/Zé Doca em 02 de agosto de 2017.

2. Maria de Jesus Vieira Santos Em depoimento colhido no Povoado Olho D'Água/Imperatriz, em 08/08/2017.

no meu jumento aqui para casa. Todas elas quebram os cocos hoje para mim e eu fico devendo um adjunto para cada uma delas”³. Ou seja, ela explica o que entende como em dívida com as outras seis mulheres, que terá que ir à casa de cada uma para quebrar coco com elas e, assim, pagá-las.

Em Imperatriz, a quebradeira Maria de Jesus disse como é o dia a dia da atividade delas:

É passar o dia sentado arribando o macete e batendo em cima de um coco, quando chega a tarde e você vai levantar, você sai caçando os quadris, caçando as juntas, as pernas estão dormentes. Mas é um serviço que você só acha ele pesado nos primeiros dias que você começa, depois você acostuma⁴.

Em Zé Doca a atividade é desenvolvida nos moldes mais tradicionais, não havendo indícios de formas de mecanização na quebra e nem no processamento da amêndoa. As quebradeiras trituram o coco em um pilão de madeira e aí extraem o leite e o óleo. Nenhuma das quebradeiras faz ou fez parte de cooperativas nem de movimentos organizados em torno da atividade. Em Imperatriz, por outro lado, há quebradeiras que utilizam máquina de triturar a amêndoa e extrair o óleo e o leite. Ali algumas participam de cooperativas e também do MIQCB e pressionam a empresa Suzano para que ela implante uma cooperativa de quebradeiras no povoado de Olho D’água. Segundo Maria de Lourdes Ferreira Lima⁵, a empresa prometeu isso a elas desde que abriu a fábrica em Imperatriz, em 2014, mas isso nunca saiu do papel.

O azeite do babaçu faz parte da culinária regional e está presente nas receitas camponesas substituindo o óleo industrializado. Geralmente o azeite é extraído por meio de um processo artesanal, após a trituração no pilão e o cozimento da amêndoa. É uma atividade que demanda tempo e paciência, e necessita da presença da quebradeira sempre próximo. O azeite também é utilizado na preparação do sabão de coco, igualmente elaborado de modo artesanal. Algumas vezes o azeite é trocado pelo óleo de soja, que acontece por meio do escambo de mercadorias nas próprias comunidades, ou em bodegas que se organizam na beira das estradas.

As quebradeiras dizem conhecer tão bem o fruto que só de olhar conseguem saber se o coco é bom, ou ruim. Segundo uma delas, levam o machado para debaixo da palmeira e lá mesmo testam o coco: “se o coco for ruim

3. Francisca da Silva Romão, depoimento colhido em Garapé das Lages, Zé Doca, em 02/08/2017.

4. Maria de Jesus Vieira Santos, em depoimento colhido no Povoado Olho D’Água/Imperatriz, em 08/08/2017.

5. Maria de Lourdes Ferreira Lima em depoimento no Povoado Olho D’Água/Imperatriz, em 08/08/2017.

a gente põe na beira da estrada para queimar, para fazer o carvão. Quando é bom, a gente traz para casa para quebrar e tirar o coco, para fazer o azeite, o sabão, o leite de coco. O cavaco a gente queima no fogareiro em casa mesmo”⁶ Mesmo o coco bom, depois de quebrado e retiradas as amêndoas, o *cavaco* é utilizado para queimar no fogão de barro, que fica no fundo da casa. Do babaçu não se perde nada; até mesmo os gongos, que são as larvas do besouro *Pachymerus nucleorum*, que crescem no fruto do babaçu. Segundo as quebradeiras, o besouro é comestível frito ou assado, ou ainda utilizado como isca para pescar e seu sabor carrega o puro sabor do babaçu.

Em relação às mudanças nas formações dos babaçuais as depoentes disseram perceber que alterações estão ocorrendo, elas dizem: “Como você sabe, o nome do nosso povoado é Olho d’Água, e ele recebeu esse nome porque antigamente isso aqui era uma mata e hoje em dia ele está coberto de fazenda. O pessoal apelida o vilarejo de Olho Seco, porque já não tem água, deve ser por conta disso”.⁷ Outra diz: “Tem muito gado aqui, eles matam a solta para plantar capim para o gado”⁸. “Eles derrubam as palmeiras para plantar o capim. Dizem que tinha que derrubar as palmeiras porque não nasce capim onde tem palmeiras, mas isso é história. Palmeiras não mata o capim não”⁹.

Também dizem que agora têm que andar muito mais para encontrar as palmeiras com bons cocos, se comparado há alguns anos: “Às vezes tem muita palmeira longe umas das outras, estão longe porque o dono da solta corta muita palmeira e fica falhado, aí tem que andar mais”¹⁰. E outra complementa: “Ficam falhadas, aí a gente tem que andar um pouco mais, a gente anda um quilômetro mais ou menos. Às vezes tem muita palmeira uma perto da outra e outras vezes têm umas que estão longe porque o dono da solta corta muita palmeira e fica falhado. Aí, tem que andar mais”¹¹.

Sobre o cercamento de terras, que antes eram de livre acesso e as dificuldades em entrar nas fazendas disseram: “A gente passa pelos arames. As porteiras são todas trancadas no cadeado, aí a gente passa pelos arames. Ainda bem que os arames são daqueles lisos, porque se fosse feito com arame farpado, a gente só vivia rasgada que nem cachorro”¹².

6. Elicimar Macena Oliveira, em depoimento em Garapé das Lages, Zé Doca, em 02/08/2017.

7. Ana Lúcia Rodrigues Silva, em depoimento no Povoado Olho D’Água/Imperatriz, em 08/08/2017.

8. Em depoimento no Povoado Garapé das Lages/Zé Doca, em 02/08/17.

9. Em depoimento no Povoado Garapé das Lages/Zé Doca, em 02/08/17.

10. Em depoimento no Povoado Garapé das Lages/Zé Doca, em 02/08/17.

11. Elisângela Silva Ferreira, em depoimento no Povoado Garapé das Lages/Zé Doca, em 02/08/17.

12. Maria de Jesus Vieira Santos, em depoimento no Povoado Olho D’Água/Imperatriz, em 08/08/2017.

Algumas admitem que, com muitas limitações, têm permissão de entrar nas fazendas apenas para coletar os cocos, mas não para quebrá-los no local. Como é muito pesado levar os cocos coletados para casa, elas recolhem, tiram da propriedade e deixam na beira da estrada e os maridos veem em um animal de carga buscar os cocos no final do dia: “A gente ajunta os cocos na solta e traz para fora porque o dono não quer que a gente se amontoe lá dentro da terra dele. Ele deixa a gente entrar e pegar os cocos, só não deixa ficar lá dentro, quebrar o coco lá dentro e nem queimar”¹³.

Dentre as dificuldades decorrentes da não permissão de entrada aos babaçuais agora confinados em propriedades privadas está o fato de que as que podem entrar para coletar o coco, não podem mais quebrar à sombra das palmeiras, como faziam desde que se lembram. Agora têm que levar o coco para fora, com argumentos de que o cavaco (que são os restos do coco) prejudicam os animais, que podem comer e mesmo pisotear e, em ambos os casos, ficarem doentes.

Hoje em dia, diz uma das entrevistadas, existem dificuldades de entrar nas fazendas para quebrar coco; somente se entra para a coleta, a quebra é feita em casa. “O dono da terra é abusado e não deixa a gente entrar mais. Só quer que a gente junte os cocos da solta, mas os donos não querem que a gente quebre dentro das fazendas deles e nem que faça a caieira dentro da solta deles”¹⁴.

Segundo Maria de Lourdes: “Alguns deixam a gente entrar e pegar o coco, só não deixam quebrar lá dentro”. Essa quebradeira lamenta a proibição da entrada nas propriedades e a mudança que isso provocou na atividade, antes coletiva, estar se tornando mais e mais individualizada:

“Se nós tivéssemos um local para juntar o coco para quebrar e depois queimar as cascas e fazer o carvão seria muito bom, mas a gente não tem. Então, eu acho que a maior dificuldade é essa. Cada uma de nós acaba quebrando na sua casa, sozinha, a atividade vai deixando de ser uma atividade coletiva. Se a gente tivesse um pedaço de terra para fazer um galpão onde a gente juntasse o coco e lá mesmo quebrasse e desse para queimar o cavaco, para fazer o carvão, seria ótimo. Mas não tem um local adequado, não se pode queimar na fazenda. As pessoas reclamam, porque machuca o gado e por causa da fumaça”¹⁵.

13. Maria Antônia Carvalho, depoimento no povoado Garapé das Lages/Zé Doca em 02 de agosto de 2017.

14. Maria Antônia Carvalho, depoimento no povoado Garapé das Lages/Zé Doca em 02 de agosto de 2017.

15. Maria de Lourdes Ferreira Lima, em depoimento no Povoado Olho D'Água/Imperatriz, em 08/08/2017.

Além do cercamento, comentaram sobre a diminuição do babaçual, o que atribuem às queimadas e ao envenenamento de palmeiras pela aplicação de um produto químico, no tronco da planta, que, segundo elas, ocorre a mando de proprietários de terras: “Eles furam a palmeira com motor serra e colocam aquele veneno mata tudo na palmeira e a palmeira morre”, explica Maria de Lourdes Ferreira Lima.

Ao serem perguntadas sobre o que elas fariam diante da possibilidade de um dia não existir mais o coco babaçu, a resposta foi:

“Nada. Aí fica difícil né, para quem não tem estudo. A gente não para pensar nisso aí não. Mas se fosse o caso, pelo jeito que está indo né como a gente está vendo, daqui a pouco não vai mais existir atividade mesmo, porque eles estão matando é tudo. Não tem como a gente entrar no mercado de trabalho com essa idade, aí vamos ficar em casa”¹⁶.

Constata-se, assim, que a percepção dos processos que levam às modificações dos espaços e suas implicações nas atividades extrativas dessa população tradicional é fundamental para que se construa uma valorização desses saberes. E, por isso mesmo, a preocupação do desaparecimento da atividade secular das quebradeiras de coco babaçu, uma vez que o avanço da fronteira agrícola sobre os babaçuais que compromete a prática, impactando diretamente no saber tradicional e também na renda de muitas famílias da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa mostram que o avanço da fronteira agrícola no Oeste do Maranhão nas últimas cinco décadas vem impactando a atividade das quebradeiras de coco babaçu, em função da diminuição dos cocais, de dificuldades de direito de acesso e extração dos bens dos cocais. Essas mudanças são percebidas pelas quebradeiras tanto em relação à redução da renda quanto da perda de conhecimento e do saber tradicionais.

16. Maria de Lourdes Ferreira Lima, em depoimento no Povoado Olho D'Água/Imperatriz, em 08/08/2017.

Os depoimentos colhidos mostraram que essas têm, de fato, sentido as mudanças, que suas leituras sobre isso se expressam em alterações nas formas de acesso aos babaçuais, nos moldes de transportar e quebrar o coco e na dinâmica da transmissão do conhecimento.

A defesa dos babaçuais, concebida como uma luta de caráter socioambiental, vai além dos conflitos com grandes proprietários de terras, perpassando também a identidade das quebradeiras de coco, cuja atividade tradicional não só depende da preservação dos babaçuais, como contribui para que esta preservação ocorra.

Enfim, a literatura trabalhada, os depoimentos colhidos mostram a vulnerabilidade que se abate sobre os babaçuais e sobre as quebradeiras e indicam que a preservação desse ambiente depende da luta e da continuidade da atividade tradicional das quebradeiras, assim como a existência da atividade depende da preservação dos babaçuais. Isso remete à necessidade de uma visão mais abrangente sobre a situação do babaçual, na qual a percepção das quebradeiras deve ser levada em consideração, de modo a reconhecer seus saberes e torná-los partícipes na proposição de soluções.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, A. N. Contribuição à geomorfologia do Estado do Maranhão. *Notícia Geomorfológica*, Campinas, v.3, n.5, p.15-25, abr. 1960.

ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. *Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi, sér. Antropol.*, 10 (1). 1994.

ALMEIDA, A. W. B. Quebradeiras de Coco Babaçu: identidade e mobilização - legislação específica e fontes documentais e arquivísticas. III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. São Luís: MIQCB, 1995.

ALMEIDA, A. W. B e CARNEIRO da Cunha, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: M. Carneiro da Cunha, *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

ANDRADE, M. de P; FIGUEIREDO, L.D. Na lei e na marra – a luta pelo livre acesso aos babaçuais. Projeto Olhar Crítico – casos bons para pensar – DFID/ACTION AID. São Luís, 2004.

BALÉE, William. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, Walter Alves (Org.). *Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

BECKER, Bertha K. Pensando no Futuro da Amazônia: O Papel das Grandes Cidades em Produzir para Conservar. In BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio; ALVES, Diógenes (orgs.). *Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação*. São Paulo: EDUSP, 2008.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. *Parcerias Estratégicas*, Vol. 6, no. 12, 2001.

CARRAZZA, Luis R., ÁVILA, João C. C. e, SILVA, Mariane L. da. *Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto e da Folha do Babaçu (Attalea spp.)*. Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasília – DF, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211p.

FEARNSIDE, P. M. A floresta Amazônia nas mudanças globais. Manaus, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2003, 134p.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). *Megadiversidade*: 113-123. Volume 1 - Nº 1. Julho 2005.

IBGE. Zoneamento Geoambiental do Estado do Maranhão. Diretrizes gerais para a ordenação territorial. Ministério de Planejamento, Orçamento e Coordenação. Salvador, 1997. Zoneamento ecológico da Região Nordeste. Salvador, 1990. 109p.

IMAZON, Estudo aponta que moratória da soja ainda é necessária para preservar Amazônia. 2017. Disponível em <http://amazon.org.br/imprensa/estudo-aponta-que-moratoria-da-soja-ainda-e-necessaria-para-preservar-amazonia/>.

INPE, 2018 Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira (AMZ). Disponível em <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html>. Acesso em 22 de março de 2019.

LAURANCE W. F.; ARREA I. B.. Roads to riches or ruin? *Science*. 27 Oct 2017. Vol. 358, Issue 6362, pp. 442-444. Acessado em 31 de out. de 2017. Disponível em <http://science.sciencemag.org/content/358/6362/442.full>.

MARTINS, Marlúcia B.; OLIVEIRA, Tadeu G. de. Amazônia Maranhense: diversidade e conservação. Museu paraense Emílio Goeldi. Belém: MPEG, 2011. 328p.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. A cadeia produtiva do babaçu. Curitiba: 2005. Disponível em http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/estudo_babacu.pdf. Acesso 13/04/2018.

MELLO, Neli Ap. de. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Anna-blume, 2006.

MELLO-THÉRY, Neli Ap. de. Território e Gestão Ambiental na Amazônia. Terras públicas e os dilemas do Estado. São Paulo: Annablume, 2011.

PÁDUA, J. A. Biosphere, history, and conjuncture in an analysis of the main amazon issues. *Histórias, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemente), 793-811, September 2000.

PEIXOTO, Paulo. O desaparecimento do mundo rural. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, Portugal, 2004.

PEREIRA, Bárbara E.; DIEGUES, Antônio C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, n. 22, p. 37-50, 2010.

PEREIRA, Marielle R. Caminhos para proteção dos babaçuais e dos seus detentores culturais. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p. 33-48, jun. 2015.

PORRO, R. PORRO, N. S. M. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. *Ambiente e Sociedade*, vol.18 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2015.

PRODES, 2019. Disponível em <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em 23 de março de 2019.

ZANIRATO, Sílvia H. Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. *Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP*, v. 5, n.1, p. 137-152 - out. 2009.

SERVIÇOS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: GEOÉTICA E A GOVERNANÇA AMBIENTAL DA ÁGUA EM MEGACIDADES ¹

GABRIELA PENKAITIS

ROSELY APARECIDA LIGUORI IMBERNON

CLARA VASCONCELOS

CRISTINA CALHEIROS

Palavras chave: Serviços ambientais; Serviços ecossistêmicos; Geoética; Recursos hídricos; Governança ambiental.

Os serviços ambientais ou ecossistêmicos “são os benefícios que as pessoas recebem dos ecossistemas. Incluem serviços de produção como alimento e água; serviços de regulação e controle como regulação de enchentes, de secas, da degradação dos solos, e de doenças; serviços de suporte, como a formação dos solos e os ciclos de nutrientes, e serviços culturais, como o recreio, valor espiritual, valor religioso e outros benefícios não materiais” (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT - MEA, 2005). Há várias definições e, invariavelmente, todas apresentam como resultados os benefícios gerados pelos ecossistemas para a sociedade, e que garantem a vida humana no planeta Terra (DAILY, 1997). O conceito de serviços ambientais ou ecossistêmicos mais utilizado internacionalmente é o conceito estabelecido pela Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005), classificados em Serviços de Suporte, Aproveitamento, de Regulação, e Culturais, conforme Quadro a seguir:

1. Agradecimentos: O presente artigo apresenta resultados do Projeto FAPESP Processo 2017/22598-6 “Serviços ecossistêmicos e ambientais no programa produtor de água (PPA), São Paulo, Brasil: Abordagens da Geoética e Educação Geocientífica” - Coordenação Rosely A. L. Imbernon

Quadro 1: Serviços Ambientais Definidos pela Avaliação Ecosistêmica do Milênio

Serviços de Suporte	Serviços de Provisão	Serviços de Regulação	Serviços Culturais
Formação do solo	Alimentos	Regulação do clima	Espirituais e religiosos
Ciclagem de nutrientes	Água doce	Regulação das doenças	Paisagísticos
Produção Primária	Madeira	Regulação da água	Estéticos
	Fibra	Purificação da água	Sentido de lugar
	Produtos químicos	Polinização	Patrimônio cultural
	Recursos energéticos		Inspiradores

“... benefícios gerados pelos serviços ambientais estão associados também a ações de manejo do homem nos sistemas naturais ou agro ecossistemas. Englobam tanto os serviços proporcionados ao ser humano por ecossistemas naturais (os serviços ecossistêmicos), quanto os providos por ecossistemas manejados ativamente pelo homem (agricultura agroflorestal, manejo florestal e reflorestamento)”. (GUEDES E SEEHUSEN, 2011)

Ainda, segundo PRADO et al. (2015) “as atividades antrópicas, sem foco conservacionista, podem resultar em externalidades negativas na provisão dos serviços ecossistêmicos”. As externalidades citadas pelos autores se remetem tanto aos aspectos sociais, que envolvem o abastecimento público, e a conseqüente redução na oferta de água, quanto aos aspectos ecológicos, com a perda da biodiversidade aquática por conta da poluição e contaminação dos recursos hídricos, da perda de solos agricultáveis pelos processos erosivos, e conseqüente diminuição na produção de alimentos, fibras e energia. O crescimento econômico acelerado nas últimas décadas tem gerado uma busca excessiva por estes serviços, causando um aumento na degradação ambiental, conseqüentemente, uma perda na qualidade dos serviços ambientais dos ecossistemas.

A preservação dos ecossistemas e, conseqüentemente, dos serviços ambientais por eles prestados é fundamental à existência humana. Entretanto,

economicamente, a preservação ambiental, por muitos anos, não foi vista como interessante, uma vez que atividades como a pecuária e a agricultura, em curto prazo, são mais lucrativas. Porém, essas atividades geram impactos, principalmente em áreas de florestas e áreas de mananciais, interferindo no fornecimento de água e, indiretamente, no clima. De fato, a recuperação de áreas degradadas é onerosa, e deve ser considerada como um passivo econômico, apesar dos ganhos de qualidade ambiental que podem afetar direta ou indiretamente a sociedade humana.

De acordo com a Millennium Ecosystem Assessment - MEA (2003), “a proteção, a recuperação e o aumento dos serviços ecossistêmicos tendem a gerar benefícios sinérgicos múltiplos, e muitos governos já começaram a reconhecer a necessidade de gestão mais efetiva destes sistemas básicos de suporte à vida”.

Diversos são os exemplos em que, paralelamente ao estabelecimento de ações de proteção e recuperação dos serviços ecossistêmicos, ocorreram significativo processo de desenvolvimento sustentável dos recursos biológicos. Tais exemplos se configuram tanto em sociedades urbanas, quanto em comunidades indígenas e locais, e em setores privados. Porém, apesar de considerarmos os serviços ecossistêmicos essenciais à melhoria da qualidade da vida humana, não identificamos, ainda, políticas públicas e/ou ações econômicas que demonstrem resultados significativos na mitigação da degradação ambiental ou uma redução da perda da biodiversidade.

A invisibilidade de muitos serviços para economia resulta pois numa negligência geral do capital natural, levando a decisões com repercussões na degradação dos ecossistemas e, por conseguinte na perda de biodiversidade. O TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity) – o estudo da economia dos ecossistemas e da biodiversidade surgiu da necessidade de se “analisar os benefícios econômicos globais da diversidade biológica, os custos da perda de biodiversidade e as falhas das medidas de proteção versus os custos da sua efetiva conservação” (TEEB, 2010), cujo objetivo principal propõe uma estimativa dos efeitos da perda global de biodiversidade, e destacar o quanto sua conservação apresenta, também, benefícios econômicos. Foram já lançados vários relatórios direcionados para diferentes públicos, desde decisores políticos até à comunidade empresarial e cidadãos (TEEB, 2010).

A criação de técnicas de valoração ambiental torna-se fundamental para demonstrar os custos que a degradação gera, e permitir que, a partir da atribuição de um valor monetário aos serviços prestados pelos ecossis-

temas, sejam criados ferramentas e programas que incentivem a conservação dos recursos naturais ou ainda as práticas de uso sustentável. Em 2013 foi publicado o estudo intitulado “A economia de ecossistemas e da biodiversidade no Brasil (TEEB Brasil): análise de lacunas”, desenvolvido em consonância com os princípios do TEEB internacional, se identificam nos objetivos a busca por uma melhor compreensão das questões que envolvem o “valor econômico da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos brasileiros”, de forma a que pudessem ser tidos em consideração pelos tomadores de decisão e atores sociais, e que fosse possível em fases posteriores “incorporá-los de uma forma apropriada nas políticas públicas nacionais” (ROMA et al, 2013).

O cenário de degradação e necessidade de valoração dos serviços ecossistêmicos se torna complexo nas megacidades, uma expressão cunhada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para referir-se *a toda e qualquer área urbana contínua formada por mais de 10 milhões de habitantes, em geral, grandes metrópoles cujo contingente populacional é tão elevado que chega a ser superior ao de muitos países, o que justifica a utilização desse conceito*. A constituição de megacidades não envolve somente um município, há exemplos em que vários municípios formam uma grande área interligada em um processo denominado conurbação. Esse processo prolonga a cidade para fora de seu perímetro, absorvendo outros aglomerados e cidades que passam a fazer parte dessa metrópole. Segundo MENEGAT (2008), as megacidades são, em geral, dimensionadas fisicamente quanto ao tamanho de sua área, população, densidade e altura das edificações. Estas “se conectam entre si por inúmeros artefatos como túneis, tubulações, rodovias, ferrovias, hidrovias e aerovias”. Em 2018, registavam-se 33 megacidades concentradas em 20 países, sendo que duas delas se situam no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). Prevê-se que em 2030 surjam mais 10 megacidades que albergarão 752 milhões de pessoas. Em 2050 perspectiva-se que a população mundial será 68% urbana. Esta expansão urbana ameaça a biodiversidade, contribui para a fragmentação de habitats e contribui para as emissões de carbono associadas ao desmatamento tropical e à mudança no uso da terra. Por outro lado, quase 60% das cidades com 300 mil habitantes correm um risco elevado de exposição a pelo menos um tipo de seis desastres naturais (ciclones, secas, inundações, terremotos, deslizamentos de terra e erupções vulcânicas) (UN, 2019).

Nestes grandes aglomerados, que compõem as regiões metropolitanas, as pressões da expansão urbana têm exercido papel majoritário na fragiliza-

ção dos ambientes naturais, principalmente nas áreas de mananciais para abastecimento urbano. Como forma de minimizar tais impactos identificamos propostas em PRADO et al. (2015), que apontam que a partir da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (Millennium Ecosystem Assessment - MEA) indicam que tem se ampliado as pesquisas focadas na compreensão e no entendimento dos serviços ecossistêmicos e ambientais.

CRISE HÍDRICA E OS SERVIÇOS AMBIENTAIS OU ECOSISTÊMICOS

LIMA et al. (2013) apontam que a “disponibilidade hídrica em mananciais e nascentes se encontra intimamente associada aos sistemas florestais, que vêm sendo intensamente devastados e fragmentados em função da pressão de expansão agrícola, urbana ou ainda de exploração ilegal”. Da mesma forma, BARBOSA et al. (2009) corroboram com as premissas destes autores, completando, ainda, que “os mananciais se tornam cada vez mais estratégicos para a sobrevivência e o abastecimento das cidades, mas a pressão urbana tem comprometido a capacidade das áreas produtoras de produzir água em boa qualidade e quantidade”. Sendo que o impacto das cidades sobre os recursos naturais repercute numa desproporcionalidade relativamente à população que os ocupa (TTEB, 2010). O crescimento futuro das cidades concomitante com a apropriação de terra e recursos naturais irá determinar o sucesso em direção a um futuro ambientalmente sustentável (UN, 2019).

LOUREIRO (2018) aponta a maior crise hídrica que o Brasil enfrenta e que culminou em problemas de abastecimento e armazenamento de águas. Para o autor, alguns fatores podem estar diretamente relacionados à crise hídrica a gestão das políticas públicas para recursos hídricos no país ou a necessidade de uma gestão pública mais efetiva no que se refere o tema; problemas de ordem natural relacionados à distribuição de água nas diversas regiões do país versus a densidade populacional nessas áreas; problemas relacionados a saneamento básico e poluição das águas; problemas relacionados a poluição por outras atividades como a indústria e a agricultura.

As consequências desse cenário são os impactos nas diversas áreas para os diversos atores locais: populações diversas das grandes e pequenas cidades; indústrias e serviços de saneamento básico; agricultura e, principalmente os pequenos produtores e as pequenas populações e comunidades que

sobrevivem de serviços ambientais gerados em suas propriedades pela disponibilidade de água em termos de qualidade e quantidade. O setor energético no Brasil que depende da disponibilidade hídrica também pode ser considerado um ator que diretamente é impactado pela crise hídrica.

Assim, de acordo com LOUREIRO (2018) percebe-se que a crise hídrica não tem apenas um foco específico a ser combatido, mas inúmeros, o que causa uma extrema dificuldade na busca de soluções para contornar ou mesmo remediar a situação, de forma colocar fim à calamidade instalada.

Partindo do cenário da importância dos recursos hídricos na proteção dos serviços ecossistêmicos, BRAUMAN et al. (2007) definem serviços hidrológicos “como os benefícios recebidos pelos seres humanos que são produzidos pela ação dos ecossistemas sobre as águas continentais, isto é, os corpos hídricos interiores ao continente”. FIDALGO et al. (2017) compreendem os “serviços ambientais hídricos como uma modalidade de serviços ecossistêmicos relacionados aos processos hidrológicos, cuja provisão pode ser garantida, mantida ou mesmo recuperada por intervenções humanas de proteção e conservação desses processos, inclusive mediante práticas de gestão adequadas nas diversas atividades produtivas beneficiárias dos recursos hídricos”. Assim, de acordo com esses autores, os principais serviços ambientais hídricos são: o suprimento de água para usos extrativos diversos; o suprimento de água *in situ* (ou seja, a recarga e produção de água nos aquíferos subterrâneos e em superfície); a mitigação de danos relacionados à água (causados por cheias, assoreamentos, etc.); os serviços culturais relacionados à água (valores estéticos, educacionais, turísticos, etc.); e os serviços hidrológicos de suporte ao ecossistema (flora e equilíbrio de ecossistemas aquáticos).

Desta forma, sabendo-se que a conservação desses recursos nas bacias hidrográficas é fundamental para garantir a segurança hídrica frente a futuras crises, há um crescente aumento de esforços para, além de conservar, valorar esses serviços e, ao mesmo tempo, beneficiar a quem contribui para sua conservação.

O uso do solo em uma bacia hidrográfica é determinante para a qualidade e quantidade da água em toda a área de drenagem, sendo que a erosão do solo, as descargas de efluentes, o uso inadequado de agroquímicos e a urbanização, são os principais fatores da degradação da qualidade da água (FRANCO et al., 2014). Da mesma forma, as práticas de manutenção da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente

(APP) são de extrema importância para a manutenção da qualidade e disponibilidade de água em uma bacia. Essa manutenção também melhora as condições de permeabilidade do solo, garantindo uma melhor recarga de águas subterrâneas.

A gestão dos serviços ambientais, em especial dos serviços ambientais hídricos torna-se imprescindível em países e regiões cuja importância hídrica afeta a qualidade de vida de sua população local, e, mais ainda, de populações e regiões mais distantes que acabam sendo dependentes, pois regulam a quantidade e qualidade de água em determinadas bacias. JACOBI et al. (2015) acreditam que as políticas de recuperação de recursos hídricos, principalmente em áreas urbanas, têm um potencial inovador. Segundo os autores, para a manutenção dos serviços hídricos são necessárias ações de múltiplos atores, que envolvem o Estado, como principal protagonista. Diante disso, segundo os autores, é imprescindível uma governança para gerir o tema, “propiciando o exercício deliberado e contínuo de desenvolvimento de práticas cujo foco analítico está na noção de poder social que media as relações entre estado, sociedade civil e agentes econômicos”.

“Deve ser então adotada uma visão que identifica todos os esforços relacionados com a construção social para articular teorias, agendas, sujeitos e potencialidades, construção de alianças e cooperação, além de acumular energia para romper com as abordagens verticais e estanques das atividades humanas e transcender aquelas que se baseiam na supremacia do mercado”. (JACOBI, 2012)

Muitos dos problemas existentes nas grandes cidades em relação à gestão dos recursos hídricos poderiam ser mitigados caso houvesse participação efetiva da sociedade nos processos de gestão, tal como o modelo dos Comitês de Bacia Hidrográfica implantados no estado de São Paulo desde a década de 1990. Tal participação permitiria uma redução na dependência das ações governamentais, ao mesmo tempo em que se ampliaria a criação da cultura de pertencer e ser responsável pelo uso racional desses recursos na sociedade, enxergando assim que estes fornecem serviços ambientais indispensáveis. O tema da “ética da água” é, pois, premente e está sendo cada vez mais discutido nas políticas e práticas de gestão de recursos hídricos (UNESCO, 2011).

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E POR SERVIÇOS AMBIENTAIS HÍDRICOS

As Leis e Políticas Públicas voltadas à proteção, conservação e reparação ambiental apresentam diversos instrumentos de incentivo econômico e valoração ambiental. Dentre tais instrumentos, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é uma política pública que inovou o cenário mundial de commodities ambientais, com objetivo principal de transferir recursos, monetários ou não, para aqueles que ajudam a conservar ecossistemas, beneficiando assim a coletividade.

De fato, PERALTA (2014) ressalta “o uso crescente do sistema de PSA como um instrumento econômico de gestão ambiental com o intuito de internalizar externalidades ambientais positivas”, que envolvem uma visão de valoração dos recursos naturais pela economia, embora para SHIKI (2008), “os pagamentos por serviços ambientais nada mais são do que mecanismos de compensação econômica aos provedores, isto é, aqueles que fazem aumentar a capacidade dos ecossistemas de restaurar ou melhorar suas funções”.

“As principais características do sistema de PSA são: (1). Trata-se de um acordo voluntário entre as partes; (2). O objeto da transação é um serviço ambiental claramente definido, ou, por exemplo, o uso sustentável do solo – permitindo assegurar o serviço ambiental; (3). Deve existir pelo menos um comprador e um provedor do serviço; e (4). O provedor dos serviços ambientais deve assegurar a prestação desses serviços”. (WUNDER, 2006)

O processo envolve a transferência de recursos indireta, por meio de ator intermediário, “e a compra dos serviços poderá ser feita através de pagamentos em dinheiro, certificados ou pagamentos em espécie” (FIGUEROA et al., 2009). As propostas envolvem um acordo que deve ter um prazo previamente definido, e, concomitante, deve ser realizado um monitoramento em todas as etapas de implantação, de forma que o processo possa ser monitorado em todos os níveis, e determinar o sucesso do sistema e o cumprimento das obrigações do provedor. O PSA, neste cenário, se torna um mecanismo de estímulo à proteção e preservação dos serviços ecossistêmicos, que se efetiva pelo pagamento ao responsável pelas áreas de provisão desses serviços. Aplica-se, nesta conjuntura, o princípio provedor-recebedor, ou

seja, a partir do princípio da precaução, antecipada à possibilidade do dano ambiental, por meio do estímulo a conservação.

Os sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais Hídricos (PSAH) são constituídos por um modelo que consiste na busca da garantia da qualidade e quantidade de água de uma determinada bacia, através da gestão e regulação entre os usuários desta água, ou o poder público, e os proprietários das terras que compõem a respectiva bacia (FRANCO e PRADO, 2014). Neste caso, os proprietários da terra comprometem-se a adotar certas práticas de uso da terra, manejo florestal, reflorestamento ou manutenção de florestas, a fim de garantir ou melhorar a eficiência da produção de água da bacia, tanto em qualidade quanto em quantidade.

De acordo com FAVRETTO (2012), a primeira experiência de PSA surgiu na Costa Rica, devido ao fato deste país ter enfrentado as maiores taxas de desmatamento do mundo. Peralta (2014) afirma que “em pouco mais de quatro décadas, a cobertura florestal do país passou de 75% (em 1940) para 21% (em 1987)”. Foi criado em 1996 o Atual Programa de Pagamento por Serviços Ambientais do país (PSA-CR), e PERALTA (2014) considera “um programa de incentivos consolidado, que junto com outras medidas de proteção ambiental permitiu deter o desmatamento e ampliar a cobertura florestal do país de 21% (1987) para 52,38% (2012)”. Na Costa Rica esse programa tem como objetivo pagar (financeiramente) aos proprietários de bosques e plantações florestais pela proteção dos serviços florestais que incidem diretamente no desenvolvimento humano e na proteção e conservação do meio ambiente.

Na América Latina, outras experiências de PSA surgiram há alguns anos e demonstraram casos de êxito, quando, em 1997, o Equador lançou as bases para o que se tornaria um inovador programa de PSA, especificamente baseado em recursos hídricos. De acordo com FRANCO e PRADO (2014), a ideia de criar um fundo com o objetivo de promover a conservação das águas que abastecem a cidade de Quito começou através de uma campanha para proteção das nascentes que abastecem a cidade. No ano seguinte, o projeto ganhou força através da adesão de instituições locais e internacionais, como o Conselho Municipal de Quito, a Fundação Artesana e a Organização não Governamental (ONG) The Nature Conservancy (TNC). Anos mais tarde a legislação ambiental do Equador, através de um Decreto Executivo reconheceu e regulou o conceito de Serviços Ambientais, definido instrumentos e atribuições para a implementação dos Sistemas de Pagamentos Ambientais.

Em 2003, o México lançou, através da Comissão Nacional de Florestas, um Programa Nacional de Pagamentos para Serviços Ambientais, destinado a preservar e recuperar áreas florestais através da assinatura de contratos com as comunidades e os proprietários de terras. Segundo relatado por FRANCO e PRADO (2014), uma vertente do programa denominada “Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Hidrológicos”, tem como principal objetivo garantir a manutenção ou melhoria dos recursos hídricos através da recuperação ou manutenção de cobertura florestal em áreas prioritárias.

Os recursos do programa provêm do Fundo Mexicano da Floresta, e foram arrecadados principalmente por encargos repassados aos usuários dos recursos hídricos no país. Segundo os autores, desde o início do programa até 2008, foi contemplado o equivalente a 1.467.700 hectares de área. De acordo com a análise realizada, o programa só atingiu esses números devido a sua importante base jurídica e institucional, onde uma das principais leis - Lei Geral de Desenvolvimento Florestal Sustentável de 2003 - que traz os princípios da Política Nacional de Florestas, reconhece o valor dos serviços ambientais das florestas e promove apoio, incentivos econômicos e compensação aos proprietários que contribuem para sua manutenção.

No Brasil, historicamente, a discussão sobre o tema PSA obteve maior atenção no lançamento do Programa Proambiente, no ano de 2000, que constituiu uma experiência inicial do PSA no país.

“(…) o programa surgiu de uma demanda de setores da sociedade ligados à produção familiar rural com a proposta de compensar pequenos produtores da Amazônia pela prestação de serviços ambientais. Foi transformado em política pública nacional com o objetivo de conciliar conservação e desenvolvimento, buscando a sustentabilidade da produção rural, por meio de uma compensação aos provedores de serviços ambientais e tinha como objetivos: o sequestro de carbono; a redução do desmatamento; o restabelecimento das funções hídricas; e a conservação da biodiversidade”. (MORAES, 2012)

Entretanto, o Programa demonstrou ser um desafio complexo, em fase a proposta de uma política agrícola e ambiental integradas.

“O Proambiente foi uma tentativa bem mais complexa de qualificação de várias políticas setoriais, mas que não obteve o êxito esperado, por exigir uma grande articulação entre ministérios, estratégia que pressupõe uma forte coordenação política, algo ausente na nova lógica neoclássica do Estado brasileiro”. (MATTOS, 2010; GALVÃO & BRANDÃO, 2003 apud MATTOS, 2014)

Esse cenário político propiciou que diversos outros Projetos de Lei (PL) envolvendo a temática surgissem no Congresso Nacional. A partir daí, matéria jurídica, na forma de leis federais, passaram a incorporar o PSA, embora ainda não de forma específica.

Para além da esfera legislativa federal, também nas esferas estaduais, algumas leis passaram a tratar o tema, porém, não diretamente, mas associadas às legislações sobre recursos hídricos e mudanças do clima (Agência Nacional de Águas - ANA, 2018). No Brasil, para implementação de projetos de PSA, o Congresso Nacional propõe, através do PL nº 5487/2009 (substitutivo ao PL 792/2007) o pagamento ou a compensação por serviços ambientais e a criação do Programa Bolsa Verde. Em resumo, este PL visa instituir o pagamento de benefícios financeiros aos agricultores familiares que, de forma voluntária, empregarem esforços na manutenção ou na ampliação dos serviços ambientais. Alguns estados já possuem legislação específica sobre PSA.

A previsão legal sobre o PSA no país também é disposta na revisão do Código Florestal (Lei nº 12651/2012), e muitas experiências e projetos estão em desenvolvimento, a maioria voltados à melhoria na qualidade e quantidade dos recursos hídricos em diferentes regiões, aonde ocorrem bacias hidrográficas de importância para o abastecimento de grandes populações.

Cabe ressaltar, no tocante ao tema recursos hídricos, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997), que pode ser considerada como uma das bases fundamentadoras para que se estabelecessem os sistemas de pagamento por serviços ambientais hídricos no Brasil.

Segundo a ANA (2018) as iniciativas de programas PSA, no Brasil, concentram-se, em sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste. Sendo assim, ainda existem desafios e limitações a serem superados, a fim de que esses programas ampliem seu alcance para outras regiões. Para GUEDES e SEEHUSEN (2011), as limitações não são apenas de ordem econômica, decorrentes, dos custos elevados, que envolvem as atividades de recuperação da vegetação e

da gestão compartilhada dos projetos. Outros fatores podem ser apontados como limitantes como questões de ordem técnica associadas à elaboração e implementação de sistemas de monitoramento, além de dificuldades nos processos de recuperação das áreas com outros usos de solo. A falta de regulamentações que apoiem o surgimento de sistemas de PSA também são colocadas como limitantes nesse processo.

O Programa Produtor de Água, da Agência Nacional de Águas (ANA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), emprega o mecanismo de PSA com foco para a proteção dos recursos hídricos. O Programa foi lançado em 2001 com foco em estimular a política do PSA voltada a proteção hídrica no Brasil. O Programa, por meio de articulações e parcerias entre instituições das esferas municipal, estadual, federal e privada, tem como objetivo o desenvolvimento de políticas públicas de PSA, como estratégia de promover junto aos produtores rurais práticas voltadas à conservação de água e solo, com o intuito de reduzir a erosão e o assoreamento dos mananciais nas áreas rurais (ANA, 2017). É prevista a remuneração monetária dos atores locais, os produtores agrícolas inseridos no território, com valores proporcionais aos serviços ambientais prestados no cenário da bacia hidrográfica, e assistência técnica para a recuperação ambiental das propriedades. Este programa também articula atores políticos como governo federal e os municípios, além de parceira com ONG.

O projeto Conservadores das Águas, realizado na cidade de Extrema, Minas Gerais, foi o primeiro grande programa nacional que aplicou o princípio do pagamento por serviços ambientais (NETO, 2008). LIMA et al. (2013) afirmam que devido ao caráter pioneiro e ao sucesso de seus resultados, o projeto em Extrema serviu de modelo para outros projetos em todo o país, cuja metodologia utilizada pelos tomadores de decisão do projeto consiste em uma sequência de ações.

“(i) seleção da área prioritária onde será implementado o projeto; (ii) análise das propriedades que se cadastraram voluntariamente – alguns pré-requisitos devem ser atendidos e são enviados técnicos ao local para avaliar as condições ambientais da propriedade. (iii) emissão pela Prefeitura, após o parecer positivo dos técnicos, do contrato com o proprietário rural. São realizados ao longo do projeto monitoramentos de indicadores de qualidade da água nas propriedades”. (LIMA et AL, 2013)

No âmbito do estado de São Paulo, a Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009) instituiu o Programa de Remanescentes Florestais, cujo objetivo é “fomentar a delimitação, demarcação e recuperação de matas ciliares e outros tipos de fragmentos florestais”. Para tanto, o programa prevê “o pagamento por serviços ambientais aos beneficiários, bem como incentivos econômicos a políticas voluntárias de redução de desmatamento e proteção ambiental” com o objetivo de incentivar a preservação e recuperação de florestas nativas.

O Projeto Nascentes, criado pelo governo do estado de São Paulo, prevê “a restauração de florestas e solos em áreas de mananciais, o apoio a políticas públicas para a recuperação florestal e o engajamento do produtor rural na preservação das fontes de água”. O programa envolve, além do governo estadual, empresas privadas e prefeituras dos municípios selecionadas para os plantios, além do envolvimento de ONG. Essa articulação visa adotar medidas que buscam a proteção de nascentes, principalmente, nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), que abastecem reservatórios essenciais para a população do interior do estado, e através de transposição, reservatórios componentes do sistema de abastecimento da região metropolitana de São Paulo (RMSP).

De acordo com o cenário exposto, percebe-se que muitas são as propostas e programas de PSA em andamento no mundo e no Brasil. Para que um projeto de PSA seja aplicável a uma determinada realidade, é necessário que existam três elementos básicos: os produtos, os compradores e os vendedores. Segundo PAGIOLA et al. (2005 apud JARDIM, 2010) diversos autores consideram que os produtos são os serviços fornecidos pelas áreas rurais ou naturais; os compradores são os beneficiários desses serviços gerados; e, os vendedores são os usuários das terras.

“(…) os grandes desafios inerentes à criação desses mercados se concentram na identificação e contabilidade dos serviços; no estabelecimento de mecanismos sustentáveis de financiamento e pagamento que ofereçam incentivos adequados aos responsáveis pelas terras; no fomento e adaptação das disposições institucionais e legais às circunstâncias locais, e na garantia da distribuição equitativa dos custos e benefícios entre as partes envolvidas”. (PAGIOLA et AL. (2005)

O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA ABORDAGEM DA ECONOMIA ECOLÓGICA

A economia convencional não leva em consideração qualquer conectividade entre os sistemas ecológicos, as atividades de produção e o consumo. Para os economistas, os fluxos monetários circulam entre produtores e consumidores, entre empresas e indivíduos, e o meio ambiente, neste contexto, é considerado como uma “externalidade” (CAVALCANTI, 2010).

No entanto, ao nos remetermos ao crescimento da economia global entre o final do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI, identificamos impactos ambientais globais e locais, que nos remetem a uma reflexão e análise sobre o sistema econômico vigente, como aqueles que envolvem a economia ambiental e a economia ecológica.

“(…) tornou-se evidente na medida em que a economia global cresceu a tal proporção que o sistema ecológico se tornou pequeno para prover os recursos necessários e absorver os resíduos gerados, e devido, também, aos enormes impactos ambientais e desafios com os quais a humanidade se depara atualmente”. (TUROLLA et al., 2007)

Essa visão da economia sobre o meio ambiente começa a mudar a partir da segunda metade do século XX, quando os movimentos ambientalistas passaram a demonstrar a urgência de debates sobre desenvolvimento econômico a qualquer custo, e os limites de sustentabilidade planetária. Esses debates, que ao longo das últimas décadas têm se tornado muito mais frequentes, se manifestam em virtude de um cenário de baixa expectativa sustentável, frente a grande exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental a um ritmo bastante acelerado, que tem afetado a qualidade de vida em todo o planeta.

Segundo MONTIBELLER et al. (2012) aponta que “diante de vários princípios e de uma abordagem holística e sistêmica, o desenvolvimento sustentável prevê a necessidade de que os conteúdos econômicos e sociais sejam revistos, uma vez que os padrões de produção e consumo vigentes não podem ser mantidos”.

Porém, a inclusão do meio ambiente como variável em modelos econômicos se deve mais ao fato de considerar o ecossistema como um almoxarifado, numa visão econômica da ecologia, campo de estudo da economia

ambiental, cuja motivação central é internalizar custos ambientais a fim de se obterem preços que reflitam custos de oportunidades sociais marginais completos (CAVALCANTI, 2010).

TONUS (2017) entende que “a Economia Ecológica parte do princípio de que, além de alocar de forma eficiente os recursos, conforme defendido pela Economia Ambiental, um sistema econômico deveria tratar da distribuição justa e da escala de utilização desses recursos”. O autor reconhece “a importância da existência dos mercados, mas não lhe atribui a capacidade de refletir todos os desejos da sociedade e defende, também, a ideia de que a não regulação dos mercados seria inadequada para a alocação de bens e serviços providos da natureza” (TONUS, 2017).

Assim, pode-se compreender que o modelo ecológico da economia tem por meta usar os materiais e energia retirados do meio ambiente de forma sustentável, atribuindo também à natureza um papel de suporte insubstituível de tudo que a sociedade pode fazer. Neste sentido, a economia ecológica vê a economia apenas como um subsistema dentro de um sistema maior, que é a natureza (CAVALCANTI, 2010).

Outros autores, como JARDIM (2010), apontam que o princípio da economia ecológica se fundamenta em que o funcionamento do sistema econômico deve ser compreendido tendo-se em vista as condições do meio biofísico, já que é deste que derivam energia e outros recursos necessários para o funcionamento da economia. De acordo com essa premissa, é necessário que os recursos naturais sejam explorados de forma sustentável e que o conceito de economia passe a ser visto como um subsistema da natureza. Não é possível dissociar os conceitos de economia e natureza, o que torna necessário promover o entendimento da natureza como fonte esgotável de recursos, que deve ser administrada de forma a garantir o suprimento dos recursos de forma sustentável para todos que necessitam de recursos naturais, o que engloba não apenas as necessidades antrópicas.

Na percepção de BARKIN et al. (2012), a economia ecológica pode ser entendida sob três óticas. A primeira versão, tem uma visão conservadora da economia ecológica, que ressalta que este modelo econômico é um subsistema dentro de outro sistema maior, a natureza; a segunda versão enfatiza a insustentabilidade do sistema econômico convencional; e a terceira versão, mais radical, prepondera a necessidade de uma divisão com o discurso econômico atual, ou seja, não aceita o crescimento econômico como meta de uma economia.

Ao nos direcionarmos as propostas de desenvolvimento sustentável, os serviços ambientais são incorporados ao conceito de uma economia sustentável, de forma a proporcionar não somente o bem-estar humano, mas, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente de forma economicamente equilibrada, estabelecendo uma compensação econômica por meio do pagamento de serviços ambientais (CHAVES et al., 2004).

A sociedade ainda tem um longo caminho a trilhar, no sentido de readequação de hábitos e atitudes, até atingir um modelo sustentável. Assim, percebe-se que teoria econômica tem atuado nesse sentido, por meio de debates e instrumentos que têm permitido uma nova percepção da necessidade de incorporar os recursos naturais escassos como elemento importante na tomada de decisão (TUROLLA et al., 2007). O pagamento por serviços ambientais é um instrumento que, do ponto de vista da economia ecológica, envolve as questões ambiental e econômica. No entanto, para que haja sucesso e equilíbrio devem estar inseridas num contexto de governança ambiental participativa, de modo que o modelo seja justo e economicamente atrativo para todos os atores envolvidos, além de sustentável.

RECURSOS HÍDRICOS, GEOÉTICA E GOVERNANÇA

A preocupação dos governos de vários países, a partir de meados do século XX, demonstrou uma forte preocupação para com o estado ambiental do planeta, que se intensificou exponencialmente ao longo dos últimos anos. Neste cenário, o uso dos recursos minerais, energéticos e hídricos, amplificados com o crescimento populacional global, colocou em cheque um dos paradigmas das Ciências do Sistema Terra, centrado, principalmente, na compreensão do passado para passar a (re)pensar o futuro, salvaguardando impactos ambientais negativos que possam colocar em risco as gerações futuras (VASCONCELOS et al. 2014).

A relação entre sociedade e ambiente, extremamente fragilizada, impõem novos comportamentos, que remetam a consideração de aspectos de natureza política, econômica e social. Tal fato reside em comportamentos que apontam para a centralidade da dimensão ética associada ao princípio da sustentabilidade. A maneira como exploramos os recursos do sistema Terra implica em obrigações éticas, e a adoção de princípios éticos é essencial quando há a exploração dos recursos minerais, energéticos e hídricos, atividade fundamentalmente exercida pelos profissionais da geologia.

Nessa perspectiva, BOBROWSKY et al. (2017) acreditam que o desenvolvimento de competências e habilidades relativas ao conhecimento geológico por parte da sociedade, desempenham um papel fundamental na definição dos limites de sustentabilidade para o planeta e na condução do comportamento necessário para respeitar esses limites, que envolve a responsabilidade global em sociedades sustentáveis. O planeta Terra é um conjunto de sistemas complexos, únicos e mutuamente necessários; esses sistemas interagem fortemente entre si em uma ampla gama de escalas no contínuo espaço-temporal, e a consciência de como nossas ações impactam esses sistemas nos remete a questões éticas para determinar o que garantirá a preservação presente e futura da vida de todas as espécies, buscando um equilíbrio entre o progresso científico-tecnológico e a conservação da geodiversidade e biodiversidade.

A Geoética surge no início do século XXI como um emergente ramo de conhecimento na área das Geociências que relaciona os conteúdos científicos com os aspectos tecnológicos, metodológicos e socioculturais das Ciências da Terra e da Ética. Como um novo campo do saber, representa um ponto de interseção entre as disciplinas humanistas, como a Filosofia, a Epistemologia, a Sociologia e a Ética, e as disciplinas científicas, como a Geologia, as Ciências Naturais e a Ecologia, e a Economia (LUCCHESI & GIARDINO, 2012). Segundo PEMBERTON (2001, 2007) o fato de a maioria dos geólogos, profissionais responsáveis pela pesquisa e exploração dos recursos minerais, energéticos e hídricos, exercerem a sua profissão em indústrias extrativistas tiveram reflexos significativos, e considera-se que a Geoética surge quando os geocientistas começaram a ter consciência de que as suas atividades, ao interagirem com a geosfera, podiam alterar de maneira irreversível os processos naturais do Sistema Terra, e perceberam que as suas escolhas poderiam ter consequências negativas sobre o ambiente e comprometer a sobrevivência de muitas espécies, incluindo a espécie humana (PEPPOLONI & DI CAPUA, 2015).

Segundo alguns princípios da Geoética, MATTEUCCI et al. (2014) apontam que se deve compreender o modo como os seres humanos se relacionam com a geosfera. PEPPOLONI & DI CAPUA (2015) complementam afirmando que a Geoética lida com os aspectos éticos, sociais e culturais utilizados nas ciências da Terra para benefícios sociais. Mas acima de tudo, a Geoética representa uma oportunidade para que os geocientistas considerem suas atividades em um sentido ético e como ferramenta para aumentar a consciência da sociedade em relação a problemas relacionados à geo-recursos, geoambiente e geo-perigos.

Atendendo a que a Geoética é um ramo do conhecimento geocientífico que se baseia na reflexão sobre as atividades do ser humano em relação ao ambiente, para adotarmos comportamentos e práticas adequados neste domínio, deve-se definir um conjunto de valores de referência, nos quais se devem basear as decisões dos intervenientes. Estes valores devem orientar a escolha ou a decisão a tomar relativamente a uma situação específica (PEPPOLONI & DI CAPUA, 2017; VASCONCELOS et al., 2016).

A Geoética defende a existência de três valores principais: os valores éticos, os valores culturais e os valores sociais, sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1: Valores geoéticos nos contextos ético, cultural e social

VALORES ÉTICOS	Os valores éticos relacionam-se, mais diretamente, com as pessoas que trabalham em Geociências, e dizem respeito aos valores basilares que qualquer especialista deve demonstrar: a honestidade, a integridade, a responsabilidade, a cooperação, o respeito, a inclusão, o profissionalismo, a transparência, a justiça e a cortesia (Bobrowsky et al., 2018; Peppoloni & Di Capua, 2016, 2017).
VALORES CULTURAI	As paisagens geológicas, a geodiversidade e o património geológico passam a ser também capitais sociais, constituindo um conjunto de bens e de recursos culturais, científicos e económicos pertencentes a toda a sociedade (Peppoloni & Di Capua, 2016). A apreciação de todo o património geológico pela sociedade, devido ao seu valor cultural, fortalece a relação ser humano-geosfera valores culturais relacionados com o valor do património geológico.
VALORES SOCIAIS	Os valores sociais da Geoética prendem-se com o desenvolvimento de uma sociedade com literacia científica no que diz respeito, essencialmente, às Geociências. A sustentabilidade, a prevenção e a educação, mais propriamente a geoeeducação, Os valores sociais nos quais se deve basear uma nova visão da sociedade para os próximos anos devem apostar na promoção da sustentabilidade planetária dando uma ênfase ao papel da geoeeducação, (Peppoloni & Di Capua, 2017).

A Geoética incentiva uma análise crítica do uso de recursos naturais, promove a gestão cuidadosa dos riscos naturais e a divulgação adequada dos resultados dos estudos científicos, incluindo a desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis (PEPPOLONI & DI CAPUA, 2012).

Diante desse contexto, é imprescindível que projetos e políticas públicas voltadas à restauração e conservação dos recursos naturais estejam alinhados com o conceito de Geoética. Os programas de PSA, como programas com tais perspectivas, devem levar em consideração esse conceito para que

os atores envolvidos possam compreender o sentido ético da conservação dos recursos e, assim, os programas possam atingir as metas de conservação, e principalmente a valorização ambiental por parte dos proprietários das áreas a serem preservadas, independentemente do valor econômico dos pagamentos e/ou recompensas.

Na gestão de recursos hídricos, GEORGETTE (2018) afirma que analisar projetos ou programas com base nos princípios geoéticos é estritamente importante, visto “que um dos princípios é que o sistema Terra deva ser considerado pelo seu valor absoluto e a preservação dos recursos hídricos, e em especial dos mananciais, e também é válida no processo de educação das pessoas”. Os protagonistas que fazem parte do processo de governança na gestão de recursos hídricos não devem entender os mananciais apenas como fornecedores de água e receptores de efluentes gerados pela sociedade, mas devem considerar o seu valor intrínseco natural. Essa questão não se mostra de fácil equacionamento quando focamos áreas densamente habitadas, como as megacidades, que se mostram manejadas pelas disputas de território e de interesses econômicos. Mas tratamos, de fato, de um valor que deve ser perseguido.

“Para garantir o processo de desenvolvimento sustentável, os mananciais devem ser preservados considerando o princípio geoético do equilíbrio da velocidade de desenvolvimento humano com a velocidade dos processos geológicos, e o não respeito a esse equilíbrio pode colocar em risco a manutenção do importante princípio da inter-relação, onde qualquer mudança numa área resultará em mudança em outros sistemas em semelhante intensidade”. (GEORGETTE (2018))

O cenário de conurbação urbana, em especial na Região Metropolitana de São Paulo – RMSPP, frente às perspectivas da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos, aponta para um cenário crítico e repleto de complexidades e necessidades, considerando o contingente populacional que depende da água para diversos usos. Portanto, é necessário o estabelecimento de programas e projetos que fomentem a conservação desses recursos de forma sustentável e alinhada aos princípios da geoética, e que considerem o comprometimento daqueles que estão, e são, responsáveis pela gestão desse recurso.

Assim, o PSA é uma ferramenta que vem demonstrando resultados em várias experiências, tanto no Brasil como em outros países, e a governança desses programas perpassa pelo envolvimento dos diversos atores, do pon-

to de vista ambiental, político e social, ao que JACOBI (2015) afirma ser necessário “avançar no fortalecimento de canais de participação e parcerias, que contribuem para a criação de condições de governabilidade e para a garantia de uma governança participativa como referência de redefinição e rearticulação das relações entre Estado e sociedade”.

De fato, em consonância ao pensamento de CASTRO et al. (2018), os conceitos aplicados da geoética podem auxiliar na sensibilização da sociedade aos temas ambientais, e buscar redefinir essa rearticulação, de forma a garantir a governança dos recursos ambientais, principalmente os recursos hídricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da intensa divulgação em diferentes meios de comunicação a respeito dos grandes problemas ambientais, a sociedade, em sua grande maioria, desconhece os serviços prestados pelos sistemas componentes do sistema Terra, os serviços ambientais ou ecossistêmicos. Para além dos serviços que envolvem aspectos cotidianos, como alimento e água, ressaltamos os serviços de regulação e controle, como regulação de enchentes, de secas, da degradação dos solos, e de doenças; os serviços de suporte, como a formação dos solos e os ciclos de nutrientes; e também os aspectos promovidos por serviços culturais, como o recreio, valor espiritual, valor religioso e outros benefícios não materiais. A compreensão e entendimento sobre a preservação dos serviços ambientais contra a ação e impactos promovidos pelas atividades antrópicas, sem foco conservacionista, resultam em externalidades negativas, que não são internalizadas pela sociedade.

A valoração ambiental desses serviços demonstra os custos gerados pela degradação, a perda da qualidade ambiental, da qualidade de vida e da saúde humana, que tem um custo no desenvolvimento das ações de gestão pública, da mesma forma, no orçamento dos núcleos familiares. A atribuição de um valor monetário aos serviços prestados pelos ecossistemas, como proposição na forma de instrumentos e programas que incentivem a conservação dos recursos naturais, prestadores de serviços ambientais essenciais como os recursos hídricos, se aliam às práticas de uso sustentável, e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um exemplo de políticas públicas implantadas em diferentes localidades em todo o planeta, cujo principal objetivo é o

incentivo à manutenção da vegetação e/ou recuperação de áreas de proteção permanente nas áreas rurais. Esses programas devem ocorrer paralelos a um processo contínuo de Educação para o Sistema Terra, que estabelece o (re) conhecimento dos processos naturais como premissa para o envolvimento da sociedade na recuperação e/ou conservação das áreas.

Em regiões como a Megametrópole Paulista (MMP), que envolve para além da RMSP outras regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, o coletivo de municípios apresenta cenários distintos e uma complexidade sócio-cultural-ambiental, que valoram de formas distintas o “custo” da perda desses serviços ambientais. A gestão dos recursos hídricos no estado de São Paulo envolve políticas públicas por meio de uma gestão participativa, mas que não apresenta elementos que envolvam a educação geocientífica ou o fortalecimento de procedimentos éticos para com o meio ambiente, como por exemplo, comportamento geoéticos no uso e ocupação da geosfera.

O desenvolvimento de políticas públicas, nas esferas federal, estadual e mesmo municipal, perpassa, primeiramente, pelo desenvolvimento de um (re) conhecimento dos processos do Sistema Terra, da valoração intrínseca dos recursos que provêm dos serviços ambientais e ecossistêmicos, e de um processo de estabelecimento de comportamento geoéticos no uso e ocupação das áreas de mananciais. Tais fatores, quando considerados no desenvolvimento dos programas de Pagamento por Serviços Ambientais, juntamente ao empoderamento e protagonismos dos diversos atores, fortalecerão os programas, tanto no que se relaciona a sustentabilidade social e financeira, quanto na replicabilidade e sucesso em outros municípios, pois promove o fortalecimento de ações colaborativas e pactuadas, caminhando, assim, para a obtenção de uma construção coletiva e de governança ambiental.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas. Website do Programa Produtor de Água. Disponível em: < <http://produtordeagua.ana.gov.br>>. Acesso 20.09.2017.

ANA. Agência Nacional de Águas. Curso EAD Pagamento por Serviços Ambientais. Módulo I. Disponível em: <https://capacitacao.ead.unesp.br/dspace/bitstream/ana/106/1/Unidade_1.pdf>. Acesso 02.09.2018.

BARBOSA, J. M.; ABRAÃO, R. Q.; CANADA, C. B. S.; MARIOTONE, C. A. Pagamento por serviços ambientais em áreas de proteção aos mananciais: uma proposta para região do ribeirão Balainho, Suzano, São Paulo. In II Seminário de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul: Recuperação de áreas degradadas, serviços ambientais e sustentabilidade. Taubaté, Dez.2009.

BARKIN, D.; CARRASCO; M. E. F.; ZAMORA, D. T. La significación de una Economía Ecológica radical. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica. V. 19, p. 01-14. 2012.

BOBROWSKY, P., CRONIN, V.S.; DI CAPUA, G.; KIEFFER, S.W.; PEP-
POLONI, S. The Emerging Field of Geoethics. In: Scientific Integrity and Ethics with Applications to the Geosciences, edited by L.C. Gundersen. Special Publication American Geophysical Union, John Wiley and Sons, Inc. 2017.

BRAUMAN, K. A.; DAILY, G. C.; DUARTE, T. K.; MOONEY, H. A. The nature and value of ecosystem services: an overview highlighting hydrologic services. Annual Review of Environment and Resources, v. 32, p. 67-98, 2007.

CASTRO, P. T. A.; RUCHKYS, U.; MANINI, R.T. A sociedade civil organizada e o rompimento da Barragem de Fundão, Mariana (MG): porque é preciso difundir a geoética. Terrae Didatica. Campinas, SP. v.14, n°4: 439-444, 2018.

CAVALCANTI, C. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. Estudos Avançados, v.24, n°68: 53-67, 2010.

CHAVES, H.M.L.; BRAGA JR., B.; DOMINGUES, A.F. & SANTOS, D.G. Quantificação dos benefícios ambientais e compensações financeiras do “Programa do Produtor de Água” (ANA): I. Teoria. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, n° 9: 5-14, 2004.

FAVRETTO, D. Análise do sistema de pagamento por serviços ambientais no âmbito internacional. Anais do Universitas e Direito da PUCPR, 2012. 134 -151.

FIDALGO, E. C. C.; PRADO, R. B.; TURETTA, A. P. D.; SCHULER, A. E. Manual para pagamento por serviços ambientais hídricos: seleção de áreas e monitoramento. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

FIGUEROA, Eugenio et al. Pago por Servicios Ambientales en Áreas Protegidas en América Latina. Santiago, Chile: FAO, 2009, p. 30-31.

FRANCO, J. G. O.; PRADO, R. C. O. Los pagos por servicios ambientales (PSA) en Latinoamérica: casos del uso de recursos hídricos en el medio rural. EN: Direito e mudanças climáticas [recurso eletrônico]: Pagamento por Serviços Ambientais: experiências locais e latino-americanas / Paula Lavratti, Guillermo Tejeiro, organizadores. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2014 (Direito e Mudanças Climáticas; 7), pp 54-86.

GEORGETTE, T. V. Comitês Mirins de Bacias Hidrográficas como estratégia de Educação Ambiental em escolas localizadas em áreas de mananciais no município de Limeira, SP. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2018.

GUEDES, F. B.; SEEHUSEN, S. E. (Orgs.). Pagamentos por serviços ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios. Brasília: MMA, 2011. 272 p. (Biodiversidade, n. 42), 2011.

JACOBI, P. R. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. In: PHILIPPI, A. et al. (eds.). Gestão da natureza pública e sustentabilidade. São Paulo, Manole, 2012.

JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A.N.; SÁNCHEZ, S. S. Governança da água e inovação na política de recuperação de recursos hídricos na cidade de São Paulo. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 61-81, 2015.

JARDIM, M. H. Pagamento por serviços ambientais na gestão de recursos hídricos: o caso do Município de Extrema – MG. Brasília: Dissertação de Mestrado, Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável. 195 p, 2010.

LIMA, A. P. M.; ALBUQUERQUE, R. H.; TURETTA, A. P. D.; FIDALGO, E. C. C.; SCHULER, A. E. Pagamento por serviços ambientais hídricos no Brasil: experiências iniciais e os desafios de monitoramento. XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Bento Gonçalves, 2013.

LOUREIRO, A. J. C. Pagamento por serviços ambientais hídricos: solução para a crise hídrica no Brasil? Revista Âmbito Jurídico, 2018.

LUCCHESI, S. & GIARDINO, M. (2012). The role of geoscientists in human progress, *Annals of Geophysics*, 55(3): 355-359.

MANKIW, N. G. Principle of economics. Nashville: Southwestern, 2004.

MATTEUCCI, R.; GOSSO, G.; PEPPOLONI, S.; PIACENTE, S.; WASSOWSKI, J. The “Geoethical Promise”: A Proposal. *Episodes*, Vol. 37, no. 3, pp. 190-191, 2014.

MATTOS, L. Decisões sobre uso da terra e dos recursos naturais na agricultura familiar amazônica: o caso do Proambiente. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MATTOS, L. Proambiente: do dinamismo popular à inoperância governamental. In: Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi. Brasília: Ipea, 2014. 273 p.

MENEGAT, R. A emergência da tecnourbesfera e os novos desafios da geologia urbana. In: As ciências da terra e sua importância para a humanidade - A contribuição brasileira para o Ano Internacional do Planeta Terra - AIPT. Porto Alegre: Instituto de Geociências da UFRGS, 2008.

MEA - MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and Human Well-being – A framework for assessment. Washington DC: World Resource Institute Publication, 235 p, 2003.

MEA - MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and Human Well-being: Synthesis. Island Press: Washington, DC., 2005.

MONTIBELLER, G., SOUZA, G. C. Economia Ecológica e Sustentabilidade Socioambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, nº 23: 25-35, 2012.

MORAES, J. L. A. 2012. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como Instrumento de Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: O Projeto Protetor Das Águas de Vera Cruz, RS. *Sustentabilidade em Debate - Brasília*, v. 3, n. 1, p. 43-56, jan/jun 2012.

NETO, F. A. Construção dos Mercados de Serviços Ambientais e suas Implicações para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, 2008. 286 p.

PAGIOLA, S. BISHOP, J., & LANDER-MILLS, N. Mercados para serviços ecossistêmicos: instrumentos econômicos para conservação e desenvolvimento. REBRAJ, RJ, 2005.

PEMBERTON, M. Conserving Geodiversity, the Importance of Valuing our Geological Heritage. Paper presented to the Geological Society of Australia National Conference, 2001.

PEPPOLONI, S. Social aspects of the Earth sciences. Interview with Prof. Franco Ferrarotti. *Annals of Geophysics*, vol. 55, p. 347-348, 2012.

PEPPOLONI S.; DI CAPUA G. The meaning of geoethics. In: Wyss M., Peppoloni S. *Geoethics. Ethical Challenges and Case Studies in Earth Sciences*. Amsterdam: Elsevier. p. 3-14, 2015.

PEPPOLONI, S. & DI CAPUA, G. (2016). *Geoethics: Ethical, Social, and Cultural values in Geosciences research, practice, and education*. In Greg Wessel, Jeff Greenberg, *Geoscience for the Public Good and Global Development: Toward a Sustainable Future*, Geological Society of America.

PEPPOLONI, S. & DI CAPUA, G. (2017). *Geoethics: Ethical, Social and Cultural implications in Geosciences*. *Annals of Geophysics*, 60: 1-8.

PERALTA, C. E. O pagamento por serviços ambientais como instrumento para orientar a sustentabilidade ambiental: a experiência da Costa Rica. In: LAVRATTI, P.; TEJEIRO, G. (Orgs.). *Direito e mudanças climáticas: pagamento por serviços ambientais: experiências locais e latino-americanas*. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2014. 143p. (Direito e Mudanças Climáticas, 7).

PRADO et al. Pesquisas em serviços ecossistêmicos e ambientais na paisagem rural do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia Física*. V.08, número especial IV SMUD: 610-622, 2015.

ROMA, J. C.; SACCARO JUNIOR, N. L.; MATION, L. F.; PAULSEN, S. S.; VASCONCELLOS, P. G. - *A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil (TEEB-Brasil): Análise de Lacunas*. (2013). Livraria do IPEA, Rio de Janeiro. ISSN: 1415-4765. Acesso: 20/04/2020. Acessível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1912.pdf

SHIKI, S. 2008. *Uso de mecanismos de pagamentos por serviços ambientais na conservação do solo e água*. Brasília. p. 1. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/Produagua/Link_Click.aspx?fileticket=aqfBhWYr2hM%3d&tabid=691&mid=1504/>. Acesso 19.set.2017.

TEEB (2010). *A economia dos ecossistemas e da biodiversidade: integrando a economia da natureza. Uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB*. Acesso em: 20/04/2020. Acessível em: <http://doc.teeb.org/>

teebweb.org/wpcontent/uploads/Study%20and%20 Reports/Reports/yn-thesis%20report/TEEB_Sintese-Portugues.pdf

TONUS, Thiago de Almeida. Economia e meio ambiente: economia ambiental e economia ecológica, valoração e belo monte. 2017. 70 pp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

TUROLLA, F. A.; HERCOWITZ, M. Economia e Ecologia. GV Executivo. Vol. 6, n° 3: 23-27, 2007.

UNESCO (2011). Water Ethics and Water Resource Management. Liu J., Dorjderem A., Fu J., Lei X., Liu H., Macer D., Qiao Q., Sun A., Tachiyama K., Yu L., Zheng Y. Ethics and Climate Change in Asia and the Pacific (ECCAP) Project, Working Group 14 Report. Published by UNESCO Bangkok, ISBN 978-92-9223-359-4. Acesso: 20/04/2020. Acessível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000192256>

UN - UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420). New York: United Nations. Acesso: 20/04/2020. Acessível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>

VASCONCELOS, C.; ALMEIDA, A. (2014). Sustentabilidade e questões de (Geo) ética. Revista de Ciência Elementar, 2 (03):0086.

VASCONCELOS, C., TORRES, J., VASCONCELOS, L. & MOUTINHO, S. (2016). Sustainable development and its connection to teaching geoethics. Episodes, 39(3): 509-517.

ZANCHETA, D. A primeira macrometrópole do hemisfério Sul. O Estado de São Paulo. 2008. Disponível em: <<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1217909>>. Acesso em 20.set.2018.

O RENASCIMENTO DA ECOPOLÍTICA NA AMÉRICA LATINA¹

MARCOS BERNARDINO DE CARVALHO

Palavras chave: Ecopolítica, Geografia Política, Socioambientalismo, Estado plurinacional, Direitos da natureza

Ecopolítica, na forma como a conceberam alguns de seus formuladores originais, está renascendo. Por iniciativas institucionais de alguns estados latino americanos, a ecopolítica com seu caráter internacionalista, ampliado e socialmente referenciado, de respeito e reconhecimento das alteridades, tem ressurgido. As novidades, trazidas nesse campo pelas recentemente promulgadas constituições da Bolívia, com seu estado plurinacional; Equador, reconhecendo a “natureza como sujeito de direitos”; Colômbia, conferindo status de seres vivos aos seus rios, e todas declarando-se tributárias das doutrinas do *‘buen vivir’*, atestam isso. Ao exame desses pioneirismos, dentre outros, que recompõem o conteúdo político dessa nova ecopolítica, produzida pelo Sul, é que se dedicará a reflexão que segue.

REDUÇÃO GEOPOLÍTICA DA DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

Em tempos de reducionismo da questão ambiental às preocupações com o aquecimento global, – principalmente –, ou então com a perda da biodiversidade e com o desmatamento, secundariamente, ou, ainda, o que é pior,

1. Uma síntese do conteúdo deste capítulo foi exposta no XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL), ocorrido em Quito/Equador em abril de 2019. A versão completa e escrita da reflexão lá sintetizada é aqui apresentada pela primeira vez.

aos problemas que afetam ou que estão relacionados apenas às dimensões e dinâmicas físico-biológicas dos ambientes, esvaziou-se o conteúdo político e social que já envolveu essa questão.

Embora, diga-se de passagem, tais preocupações sejam extremamente relevantes, o fato é que, para além delas, o ambientalismo já foi visto como uma espécie de terceira via, alternativa aos ordenamentos que representavam os dois polos que disputavam a hegemonia do planeta até anos finais do século passado.

A despeito do reducionismo imposto pela geopolítica que organizava e submetia a vida de tudo e todos, em ambos os lados desses dois “mundos”, a chamada “questão ecológica” era mais ampliadamente compreendida, pelo menos por aqueles que a abraçavam nos importantes movimentos sociais que em seu nome ganhavam as ruas. Estes, a entendiam como resultante de ordenamentos injustos e subjulgadores de pessoas e outros elementos integrantes da natureza terrestre, suas dinâmicas e seus ciclos existenciais, às imposições das territorialidades e dos fundamentos urbano-industriais, que tanto de um lado como de outro dos polos em disputa, então se desenvolviam.

Se a questão ambiental, dessa maneira ampliada e politicamente compreendida, revelava potencial aglutinador e subversivo da própria ordem que a produziu, o seu inverso, ou seja, sua compreensão reduzida e politicamente esvaziada, em seu mantra de “comedimento e racionalidade no uso dos ‘recursos naturais’ e das reservas estratégicas” (de fato ameaçadas pela volúpia do sistema produtivo e seu padrão global de espoliação), converteram-se em instrumento de manutenção dessa ordem e de perpetuação da economia-política tornada hegemônica.

Essa economia-política que se assenhorou do mundo, globalizando os estados nacionais territorializados, impondo o ordenamento geopolítico que os caracterizam, é que produziu o conjunto dos problemas a que hoje denominamos de socioambientais ou ecológicos. Sendo assim, a redução que obscurece essas responsabilidades, imposta pela geopolítica dos estados nacionais e, particularmente, circunscrita aos interesses de alguns destes, beneficia-se do esvaziamento verificado nos rumos desses ambientalismos que se nutrem dos acordos internacionais e das cúpulas dos estados que os promovem, preocupados com a sustentabilidade do padrão de acumulação que viabilizam globalmente.

Em grande parte, portanto, uma geografia política reduzida à geopolítica imposta pelos interesses dos estados nacionais (particularmente de alguns deles, não custa reiterar), é que foi responsável por esse esvaziamento verificado nos rumos de um ecologismo que, de socialmente referenciado,

converteu-se nesses ambientalismos “chapa branca” das institucionalidades estatais, restritos aos tais acordos e cúpulas que garantem e viabilizam a manutenção do sistema para as “futuras gerações”.

Paradoxalmente, tem sido por iniciativa institucional de alguns desses estados, não participantes do polo hegemônico da configuração geopolítica internacional, que a ecopolítica com seu caráter internacionalista, revolucionário e respeitador das alteridades, como a conceberam alguns de seus destacados pensadores pioneiros, entre eles André Gorz/Michel Bosquet, tem ressurgido. Nesse renascimento, a própria geopolítica, como modernamente a concebemos, reduzida aos interesses das nacionalidades territorializadas que submetem interesses e territorialidades ao jugo de uns poucos estados nacionais hegemônicos, também sofre alguma reconfiguração, como não poderia deixar de ser, considerando os breves argumentos expostos até aqui, que já demonstram a estreita relação entre os reducionismos políticos e ambientais promovidos por essa redução da ‘geografia política’ à geopolítica dos estados nacionais. Nessa condição os limites, territórios, fronteiras e existências subjulgados encontram possibilidade de expressar-se, tanto nas plurinacionalidades que se institucionalizam, como na condição de novos sujeitos de direitos adquirida pelos demais integrantes (bio) físico-territoriais dessas existências.

Alguns países dessa parte meridional do mundo, pioneiramente, estão investindo na reafirmação de uma geografia política, que indica a possibilidade de libertação dos interesses e jugos da geopolítica dos estados nacionais. Com isso ensejam o renascimento de uma ecopolítica naqueles moldes imaginados, que viabilizariam a realização de algumas utopias civilizatórias e necessárias para facear a crise e os perigos que uma economia-política dependente dos estados nacionais produziu. Muitas dessas perspectivas apoiam-se nas doutrinas do ‘*buen vivir*’ porque retomam as tradições que lograram sucesso na manutenção e reprodução dos mananciais de socio-biodiversidade que se concentram nessa parte do planeta. Seja como for, há muitas e importantes novidades sendo gestadas por aqui e capazes, talvez, de mudar o curso de uma história que tem se imposto nos últimos séculos de colonização territorial e de uma colonialidade, que para além desses territórios, persiste nos “espíritos” daqueles que os habitam.

Ao exame das formas e ações como tem se dado esses renascimentos, particularmente os que alimentam a chamada luta ou resistência ‘decolonial’, é que se dedicam os itens seguintes. Antes impõem-se algumas considerações sobre os significados e as possibilidades da Política.

Política, em clássico dicionário organizado por um dos mais respeitados pensadores da ciência que a tem como objeto de estudo, Norberto Bobbio, é definida como termo “derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, consequentemente, o que é urbano, civil, público e, até mesmo, sociável e social”. Nesse verbete, escrito pelo próprio Bobbio, o pensador italiano afirma ainda que “o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*”. Para Bobbio, essa obra “deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão (...) sobre as coisas da cidade”. (BOBBIO, N *et al.*, 1998, p. 954)

Séculos de história transcorreram antes que essa condição vinculada às questões exclusivamente afetas aos interesses dos cidadãos (no grego “*πολίτικοι*”, “*politikoi*”) ou da cidadania (também derivado de *civitas*, cidade em latim), restritos ao universo de práticas e reflexões relacionadas às “coisas [e aos habitantes livres] da cidade”, fosse ampliada para uma compreensão da Política como campo de reflexões, ou de atividades e direção de atitudes, relacionados a quaisquer espaços e territórios, indistintamente vinculados aos estados nacionais e suas “várias formas de governo”, em suas configurações e elencos de direitos e deveres de cidadania, segundo as fronteiras que os definem.

Um dos marcos centrais dessa história, para a compreensão do que seja a Política hoje, relaciona-se ao advento do Estado Nacional Moderno e às muitas revoluções, acontecimentos e novidades interpostas a partir daí. As unidades geopolíticas que se assenhorraram do mundo, viabilizando o padrão de acumulação e organização social que igualmente dele se assenhorraram, determinaram o sentido do que se entendeu e se fez (e em certa medida continua se fazendo) em nome da Política desde então.

O Estado nacional territorializado, — o país —, passou a ser a fonte exclusiva de poder e de determinação dos rumos econômicos, históricos e políticos das áreas circunscritas pelas fronteiras que os definem, incluindo as pessoas e as sociedades que em seus interiores se contêm.

A partir dos “pioneiros” europeus dos séculos XIV e XV, que implantaram os antigos e primeiros países, os muitos episódios havidos nos séculos que se sucederam apenas consagraram e ampliaram essa geografia política dos novos Estados nacionais, fundada em unidades territorializadas por Estados soberanos. E esse modelo de organização se estendeu para o resto do mundo até atingir os confins do planeta, transformando-o em expressão territorializada da economia-política que o globalizou.

A cartografia desse mundo que ganhou o direito de ser adjetivada como política, — o *Mapa-múndi Político* —, passou a ser a carta que, orientada para o norte, exhibe as fronteiras e os territórios dos países e assim indica e consagra o sentido, o significado e o conteúdo admitido para a Política: ação institucional, segundo os parâmetros legais e territoriais consagrados pelos Estados nacionais em moldes europeus. Mapas que indiquem outras fronteiras, recebem outras denominações, outras adjetivações, que não as da Política.

A Política imposta pelos limites estreitos das fronteiras nacionais e suas soberanias territoriais (considerando-se, diga-se de passagem, as hegemonias e/ou predomínios, que nessas fronteiras determinada nacionalidade exerce sobre as outras), revela também uma dimensão de ordenamento, sufocamento e subjugação de tudo que é apropriado nesses espaços-continentes.

Fenômenos, fatos, identidades e agrupamentos humanos, cujos limites de expressão ou existência não se contêm, não se enquadram e não são contemplados por essas fronteiras tornadas hegemônicas e que definem o sentido da política territorializada nos mapas desse mundo, produzem a tensão permanente que também caracteriza o [mapa-múndi] Político desde que este se estabeleceu. Sendo assim, o Político é igualmente sinônimo de crise, em suas mais variadas manifestações: econômica, social, cultural, religiosa, étnica, ambiental, ecológica, ecossistêmica..., uma vez que as fronteiras dos Estados nacionais dificilmente coincidem com aquelas que representam as territorialidades dos diversos outros fenômenos relacionados às dimensões dessas variadas manifestações.

O exercício da soberania é um exercício de subjugação. A tensão, as resistências e as manifestações desencadeadas pelo estabelecimento do Estado nacional moderno e os rumos que a Política trilhou desde então, sob a égide e os princípios dos contratos sociais, que de Hobbes a Rousseau animaram a implantação dessas instituições, igualmente aprimoraram e diversificaram os próprios sentidos da Política, das instituições, dos Estados e dos

mecanismos de expressão coletiva. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que recém completou 70 anos (desdobrada e detalhada em acordos posteriormente celebrados entre quase todos os países signatários da Declaração: os pactos internacionais que tratam dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais), é, em certa medida, a culminância desse processo aqui aludido e é prova e expressão de que os limites dos Estados nacionais são insuficientes para abrigar os sentidos e rumos que a Política tomou. A geopolítica que os define, portanto, não se consagrou apenas como uma redução da Geografia Política, mas como redução da própria Política.

POLÍTICA: AMPLIAÇÃO E LIBERTAÇÃO

Desde sempre, no entanto, ações e tentativas de conferir outro rumo para a Política, libertando-a dos determinismos estreitos das fronteiras e instituições nacionais, exclusivamente vinculadas aos Estados, acompanharam e interferiram na trajetória e nos resultados descritos. A Política que se pretendia enquadrada, provocada e tensionada pelos limites estreitos dessa pretensão, protagonizada pelos Estados e suas instituições, produziu as próprias trajetórias de ampliação, desenquadramento, no conceito e na ação.

De Marx-Engels, em suas exortações internacionalistas, consagrada no famoso Manifesto, a Ratzel, o antropogeógrafo alemão, que exortou por um conceito ampliado de fronteira (em seu *Geografia Política*) e pela ideia de uma “cidadania universal” (em seu *A Terra e a Vida*), passando por Darwin, Humboldt, entre outros, que ignoraram as limites impostos pelos Estados e estabeleceram suas teorias das alteridades biofísicas e das relações destas com as dimensões antropológicas, deslocando o sentido eurocêntrico de nossa cartografia, é possível observar essas trajetórias de ampliação e desenquadramento, que ao menos do ponto de vista das teorias e dos conceitos (mas com amplas repercussões práticas, diga-se de passagem), contribuíram para alargar o sentido da Política.

De alguma maneira, estes, entre muitos outros que também se poderiam evocar, contribuíram para inspirar aqueles que, motivados pelas mais diversas insatisfações, imprimiram à Política a ideia de que esta pode expressar a resultante de uma correlação de forças que, para além, ou aquém, das

fronteiras nacionais, com suas pretendidas “naturalizações” de indivíduos e “nacionalizações” das dinâmicas e ingredientes físico-naturais, interfere no estabelecimento dos limites, das territorialidades, da expressão e da dinâmica dos fenômenos.

Com isso se presta aqui um tributo a uma outra possibilidade para a origem da Política ou da ideia do que ela seja. Esta possibilidade quem assinala é o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves ao afirmar que “política, desde os gregos, é a arte de definir limites” e não apenas o que se praticava no interior de alguns desses limites, na cidade, por exemplo. *Pólis*, segundo Gonçalves, “era o nome originariamente dado ao muro, ao limite entre cidade e o campo” e, posteriormente, é que “se passou a designar *pólis* ao que estava contido nos muros, nos limites” (GONÇALVES e FERNANDES, 2007, p.19-20).

Sorrentino *et al.*, que igualmente recuperam essa menção ao sentido original da Política afirmam por sua vez que o resgate desse significado, — “da política como arte de definir limites” —, remete-nos para a noção de “bem comum”, de “pluralidade”, de reconhecimento do outro e de regulação de interesses diversos e de garantia de espaço para a manifestação e existência de todos eles: “Quando entendemos política a partir da origem do termo, como limite, não falamos de regulação sobre a sociedade, mas de uma regulação dialética sociedade-Estado que favoreça a pluralidade e a igualdade social e política”. A pluralidade é, segundo Sorrentino, mencionando Hanna Arendt, a ‘*conditio per quam*’ da Política e esta, conseqüentemente, tem por função “a conciliação entre pluralidade e igualdade” (SORRENTINO *et al.*, 2005, p. 288).

A amplitude de ação, de conceito e de escala de abrangência, está presente, portanto, e desde a origem, nessa ideia — Política —, que nos remete a pensar na teoria e na ação e nos seus mais diversos âmbitos, do conteúdo ao continente, do institucional ao instituinte ou ao não institucional, nos limites e no que é limitado, no que está fora ou no que está dentro, no campo ou na cidade, *urbi et orbi*.

Claro que, as contingências históricas, as hegemonias que se estabelecem e as correlações de forças que se configuram podem ampliar ou restringir esse conceito. Neste sentido, como vimos, a despeito de todas as possibilidades e potencialidades da teoria e da ação políticas, precisamente pelo exercício dos poderes e das hegemonias historicamente prevaletentes, permanece forte a pressão de enquadramento e controle institucional da Política por parte dos Estados e de suas instituições. Sendo assim, todos os movimentos que a partir dessas mesmas instituições contribuam para alterar o curso dessa história, merecem a nossa atenção.

O mundo de hoje é prenhe de exemplos nesse sentido, particularmente, como já se adiantou, nesse ‘canto’ subalterno e latino americano do mundo onde nos encontramos. Por aqui há acontecimentos e movimentações, inclusive institucionais, que podem tanto indicar ousadias capazes de alterar o curso de uma história de restrições e de enquadramento como essa que tem prevalecido, sugerindo sentidos novos e ampliados para os limites da política, como podem indicar a confirmação dos retrocessos e restrições que alguns, particularmente vinculados às ordens hegemônicas e estabelecidas institucionalmente, insistem em manter.

Boa parte dessas ousadias, “inclusive institucionais”, com a potencialidade de alterar o curso dessa história referida, não há dúvida que derivam do mesmo espírito que norteava os movimentos ecológicos e ambientalistas, quando atuavam daquela forma ampliada e politicamente compreendidas, a que aqui já se fez referência. Não por coincidência, os dois pensadores há pouco mencionados para nos indicar a possibilidade de ampliação (e libertação) da ‘política’, Porto Gonçalves e Sorrentino, são reconhecidas referências do movimento ambientalista brasileiro e latino americano que resiste na manutenção desse espírito, explicitando o caráter político e antissistema que deveria caracterizar os movimentos que em seu nome se expressam.

ECOPOLÍTICA: SUBVERSÃO

Manuel Castells, em clássico texto seu – O “verdejar” do ser – é quem nos indica algumas das características, origens e motivações desse espírito, referindo-se ao amplo movimento ambientalista, que surgido a partir dos anos 1960 adotou a “justiça ambiental” como a centralidade de uma luta que propunha uma revisão “drástica na forma como pensamos as relações entre economia, sociedade e natureza” (CASTELLS, 2006 p. 142). Esse movimento, que segundo Castells apregoava o desenvolvimento de uma nova cultura, insurgia-se contra o poder de estado, declarando o nacionalismo como o inimigo, pois o “Estado-nação, tende a exercer o poder sobre um determinado território [e] desse modo rompe a unidade da espécie humana, bem como a inter-relação entre os territórios, comprometendo a visão de um ecossistema global compartilhado” (CASTELLS, 2006 p. 159).

Por isso, ainda segundo o autor, esse movimento, surgido na segunda metade do século XX, com essas características de amplitude e politização, assume, inclu-

sive, uma espécie de vácuo deixado pelo fracasso das duas grandes utopias que então se digladiavam – o liberalismo das “ditaduras de mercado” e o estatismo centralizado dos totalitarismos socialistas – e que revelaram-se incapazes de absorver as mínimas reivindicações que os mais diversos integrantes da “onda verde” traziam para o debate, particularmente os “ecologistas radicais”, que, segundo Castells, “estabelecem um elo de ligação entre ação ambiental e revolução cultural, ampliando ainda mais o escopo de um movimento ambientalista abrangente e visando a construção da ecotopia” (CASTELLS, 2006, p. 149).

De ecofeministas, a espiritualistas, passando pelos defensores dos direitos das diversas minorias, das populações tradicionais, dos indígenas, ou dos direitos dos animais, muitas eram as possibilidades que as novas (eco)utopias do movimento ambientalista prometiam reunir. Todos eles convergindo inclusive para a defesa de estruturas de governo e de sociedade que, ao mesmo tempo que confrontam os parâmetros e referências responsáveis pela degradação socioambiental generalizada, sugerem arranjos sociais alternativos e capazes de proporcionar relações diversas com o restante da natureza.

Os pioneiros da chamada “ecologia profunda”, como o norueguês Arne Næss, e o austríaco, radicado na França, André Gorz, invariavelmente associado também à “ecologia política”, ou simplesmente “ecopolítica”, podem ser considerados alguns dos mais destacados ideólogos desses movimentos (eco)utópicos, especialmente, este último, – André Gorz (também conhecido como Michel Bosquet) –, cuja radicalidade na interpretação dos movimentos ambientalistas e ecológicos, não deixava qualquer dúvida quanto aos seus propósitos.

Em texto que faz parte de uma clássica coletânea da época, intitulado *Ecologia, caso de vida ou de morte*, publicado em 1973, Gorz-Bosquet vaticinava que a “visão de uma sociedade pós-capitalista é a única compatível com a gestão e atribuição racionais dos recursos globais, com a revolução econômica, que supõe a ‘revolucionarização’ das relações entre o homem e a natureza, reclamada pelos ecologistas” (BOSQUET, 1973, p. 32).

A ecologia de que então se falava era, na palavra desses próprios autores, uma “disciplina fundamentalmente anticapitalista e subversiva” (*ibid.*), por causa dos novos parâmetros que introduzia no cálculo econômico e por causa da subversão nas determinações e subordinações que esse “cálculo” preconizava.

Buscavam colocar na “ordem correta” a inversão de valores praticada pela economia-política que globalmente se instalou, graças ao papel desempenhado pelos estados nacionais modernos, como já havia denunciado outra pensadora de ex-

pressão – Susan George – em consagrada formulação sua: “no mundo moderno atuamos como se *nomos* prevalecesse sobre o *logos*, e isto se traduz pela supremacia outorgada à economia sobre a ecologia” (GEORGE, 1996, p. 41).

Para Susan George e vários outros, “O *logos* é a palavra, mas é também o princípio diretor. Em uma sociedade normal o princípio diretor do domínio ou da casa [*oikos*] deveria ser mais importante que as regras, que o *nomos*...” (*Ibid.*)

Os movimentos ecológicos e ambientalistas que com esses entendimentos e convicções se desenvolviam, preconizavam, portanto, um ecologismo com aquelas características “subversivas e anticapitalistas” há pouco indicadas por Gorz. Várias foram as propostas que daí surgiram, com o intuito de promover essa subversão, de colocar a vida (e suas condições de existência), em uma palavra a ecologia, como valor supremo, e a economia como sua subordinada. Dentre elas, o “decrecimento”, cunhada pelo próprio Gorz; bioeconomia, proposta por Georgescu-Roegen, um dos principais sistematizadores da ideia do “decrecimento”; ecodesenvolvimento, preconizada por Ignacy Sachs; eco-economia, sugerida por Lester Brown, o inventor da expressão desenvolvimento sustentável. Todas elas, com profundo conteúdo político, dedicavam-se a propagar ideias para a construção de contra-hegemonias que confrontassem a racionalidade e a (a)normalidade de subordinanças vigentes, como as que Susan George havia denunciado.

Mas, como vimos, parte desse conteúdo politizado e (eco)utópico da questão ambiental e dos movimentos que em seu nome se desenvolveram, esvaziou-se, sucumbindo-se à hegemonia interpretativa que lhe foi conferida pelos valores e poderes prevaletentes, particularmente no predomínio quase absoluto da ação institucional que determina o fazer político e o seu reconhecimento. Porém, como já se adiantou, algo tem sido retomado pela ousadia de algumas instituições e/ou movimentos sensíveis à necessária recuperação desse conteúdo olvidado (na verdade, sufocado) da questão ambiental.

ECOPOLÍTICA RENASCE NA AMÉRICA LATINA: “ORDEM E *BUEN VIVIR*”

No campo das ousadias, que buscam ampliar os limites para os alcances da Política, há exemplos de atitudes e formulações, institucionais ou não, entre países latino americanos, já indicando passos de aprimoramento que podem ir além dos enquadramentos e das reduções promovidas pelos Estados nacionais, pelos contratos sociais e pelos ordenamentos socioculturais, exclusivamente europeus, que lhes dão suporte.

Perspectivas como as do ‘*Buen Vivir*’ e a ampliação dos fundamentos contratuais para o âmbito de um ‘contrato natural’ e dos direitos da natureza, indicam a adoção de referências para a ação e o pensamento políticos que não apenas aqueles fundados nas perspectivas euro ou antropocentradas. Há países na América Latina, bem como movimentos sociais, nos quais essas possibilidades já estão sendo consideradas e praticadas.

Aos chamados “*movimientos decoloniais*”, como aqueles integrados pelas diversas *Cumbres de Los Pueblos de America*, que passaram a denominar-se de ‘originários’ em um continente rebatizado de *Abya Yala*, talvez se possa atribuir a responsabilidade pela recuperação dessa proposta de existência social alternativa que a ideia de *Buen Vivir* representa. Segundo Anibal Quijano, mencionando a escritora peruana Carolina Ortiz Fernandez, essa expressão e essa perspectiva é provavelmente a formulação mais antiga da resistência “indígena” contra a “Colonialidade do Poder”, e foi cunhada, segundo informam, em 1615. (QUIJANO, 2014, p. 847). Para Quijano, referência desses movimentos e de suas propostas, tais associações são evidentes e não ocorreram por acaso nesta parte do mundo:

“No es por accidente histórico que el debate sobre la Colonialidad del Poder y sobre la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada, haya sido producido, en primer término, desde América Latina. Así como no lo es que la propuesta de Bien Vivir provenga, en primer término, del nuevo movimiento de los “indígenas” latinoamericanos. (...) América Latina y la población “indígena” ocupan, pues, un lugar basal, fundante, en la constitución y en la historia de la Colonialidad del Poder. De allí, su actual lugar y papel en la subversión epistémica / teórica / histórica / estética / ética / política de este patrón de poder en crisis, implicada en las propuestas de Des / Colonialidad Global del Poder y del Bien Vivir como una existencia social alternativa”. (QUIJANO, 2014, p. 857, 858)

Essa primazia resistente que se consolida entre os descendentes dos povos originários da América, segundo ainda Quijano, deve-se às condições históricas e até mesmo físico-naturais que proporcionaram tanto o desenvolvimento do processo colonial (de colonialidade/ modernidade/eurocentrada) por aqui, como a compreensão, por parte da população vitimada por esse processo de que “lo que está en juego

ahora no es sólo su pobreza, como su sempiterna experiencia, sino, nada menos que su propia sobrevivencia.” (*ibid.*)

Sintonizados com essa compreensão, os movimentos *decoloniais* expressam em suas bandeiras, conforme nos informam algumas de suas importantes lideranças, o caráter epistêmico e (eco)político de suas lutas, levantando dísticos como “não queremos terra, queremos território”, por exemplo. Luis Macas (ex-reitor da Universidad Intecultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas «Amawtay Wasi» - casa de la sabiduría - de Ecuador) em um texto intitulado “La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales”, reconhecendo o caráter cognitivo e epistemológico da crise [socioambiental] que vivemos, em grande parte produzida pelo exclusivismo dessa racionalidade a que se refere Quijano, que exclui ou desvalora as outras racionalidades possíveis como as dos povos originários de América e África, nesse sentido propõe que devemos pensar em dois eixos fundamentais : “Primero, en una lucha política; segundo, en una lucha desde la epistemología. Es decir: ¿cómo es que ahora, cuando el mundo es mucho más difícil siquiera de comprender en su complejidad, podemos construir otros conocimientos? Desde otros aportes, desde otras existencias, desde otros pueblos”. (MACAS, 2005, p. 40)

Quando cotejamos o conjunto dessas ideias, com aquelas que se podem verificar nas reflexões e propostas dos pioneiros da ecopolítica, como os ecossocialistas representados por André Gorz, ou, na atualidade, pelos decrescentistas representados por Serge Latouche, vemos, portanto, que há grande convergência entre elas. Este último, por exemplo, que talvez possa ser considerado o principal divulgador atual das ideias decrescentistas e da obra de Georgescu-Roegen, e que se diz identificado com a vertente ecossocialista, inaugurada por Gorz e outros, em passagem mais ou menos recente pelo Brasil, convidado para ministrar conferência em um simpósio internacional declarou:

“Eu definiria o decrescimento como o projeto ecossocialista, a saber, com a dupla dimensão ecológica e socialista. Antes de mais nada, o decrescimento é um *slogan*, *slogan* provocador... Se quisermos ser rigorosos, poderíamos falar não de decrescimento, mas de a-crescimento, com o prefixo grego “a”, de privação, como o que colocamos em “ateísmo”. Aliás é disso que se trata, se trata de sair da religião do crescimento, de nos tornarmos ateus da economia e agnósticos do

progresso. Então, o Brasil deveria mudar sua divisa “Ordem e Progresso” para ‘Ordem e *Buen vivir*’².

Com essa sua exortação, mesmo que chistosa, Latouche, a um só tempo confronta horizontes epistemológicos distintos e retoma a perspectiva ampliada da luta ambiental. Opondo o dístico famoso do positivismo à formulação secular indígena, sugere libertação dos padrões e das racionalidades que sustentam e/ou viabilizam o tipo de sociedade que tem se desenvolvido até aqui, com todos os efeitos danosos e críticos conhecidos. Como apregoa o autor, em um de seus livros ainda inédito em língua portuguesa e apropriadamente intitulado *Survivre au développement. De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternativa*³, isto requisitará, em primeiro lugar, uma “descolonização das mentalidades” para “sair da economia” ou do reducionismo que impõe a monetização de tudo, até das boas ações, para que sejam valorizadas.

Todas essas perspectivas, talvez possam ser resumidas e abrigadas na definição de Quijano para “buen vivir”:

“Lo que aquí propongo es abrir una cuestión crucial de nuestro crucial período histórico: Bien Vivir para ser una realización histórica efectiva, no puede ser sino un complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro modo de existencia social, con su propio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad / Modernidad / Eurocentrada. Este patrón de poder es hoy aún mundialmente hegemónico, pero también en su momento de más profunda y raigal crisis desde su constitución hace poco más de quinientos años. En estas condiciones, Bien Vivir, hoy, sólo puede tener sentido como una existencia social alternativa, como una Des/ Colonialidad del Poder”. (QUIJANO, 2014, p. 847-848.)

2. Trechos da palestra “Natureza: problemáticas econômicas e antropológicas”, ministrada por Serge Latouche, da Universidade de Paris XI. A palestra ocorreu entre os dias 10 e 12 de novembro de 2011, no “Simpósio Internacional Merleau-Ponty”, Universidade Federal do Mato Grosso. Vídeo disponível em <http://www.ufmt.br/ufmt/tvu/galeria/index/0/68?anterior=http://www.ufmt.br/ufmt/tvu/programa/videos/14/30>.

3. Trata-se de livro publicado em 2004. Algumas das ideias presentes nesse texto foram reproduzidas pelo autor em artigo intitulado “Convivialidade e Decrescimento” (Latouche, 2012). É de lá que algumas referências aqui feitas foram extraídas.

E o fato é que, além de animar as motivações dos movimentos mencionados, essas perspectivas, sintetizadas na ideia do *Buen Vivir*, já foram incorporadas nos aparatos constitucionais de alguns países da América Latina, como Equador e Bolívia, por exemplo, incluindo a referência à origem remota de resistência ao padrão de vida e organização social que o capitalismo europeu impôs aos povos da América.

Na constituição do Equador, tanto no Preâmbulo como em diversos outros artigos, a evocação ao *Buen Vivir* faz referência à expressão *quechua* de sua origem – *sumac kawsay* – e no sétimo parágrafo desse preâmbulo se lê: “[Decidimos construir] Una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el *sumak kawsay*”. Na constituição da Bolívia, ao consagrar os princípios ético-morais do Estado plural (‘Estado Plurinacional’; divergente do nacional, portanto) faz-se referência ao “*suma qamaña*” – *vivir bien* – de origem aymará. Na Colômbia, considerando essas mesmas perspectivas, a natureza e seus integrantes foram elevados à categoria de “sujeitos de direitos”. Lá, já há rios, por exemplo, que adquiriram a condição de reconhecimento como seres vivos, conforme decisões recentes de sua Corte Constitucional (proferidas em 2016, disponíveis em <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/T-622-16.htm>>).

Os “direitos da natureza”, ou a natureza como sujeito de direitos (como de maneira explícita e pioneira se referem à *Pacha Mama* alguns dos exemplos mencionados) e a plurinacionalidade, estão consagrados nessas constituições e decisões, sugerindo que pelo menos nos textos que estruturam as instituições conformadoras desses Estados, há construção de outras referências para a teoria e a ação políticas. No mínimo, importante reconhecer que se amplia ainda mais o conceito da Política, incluindo, dentre as possibilidades conceituais que já se expôs e visitamos nesta reflexão, a ideia da Política como a arte de construir o “*Buen Vivir*”, ou política como Ecopolítica, no sentido a que essa expressão emprestaram os vários pensadores e movimentos a que já se fez aqui referência.

A colonização, incluindo o seu prosseguimento e manutenção no âmbito das mentalidades, também denominada de “colonialidade”, sufocou essa perspectiva e sua origem indígena, durante os seus séculos de vigência.

A fundação do Estado Nacional moderno e a formulação dessa “nova” concepção são contemporâneas. Ambas são do início do século XVII, como vimos. Para a recuperação dessa última — o “*Buen Vivir*” —, no

entanto, precisamos não só nos libertar da colonização, mas do prosseguimento desta pela via das mentalidades, dos comportamentos e dos enquadramentos herdados. E aqui desempenharam importante papel as resistências ‘de(s)coloniais’ já mencionadas, que tiveram lugar, enquanto movimentos em inúmeras regiões e países, repercutindo e influenciando na organização institucional de alguns deles, como os exemplificados, que ampliaram os princípios de contratualidade e de direitos (sociais e naturais), revertendo, inclusive as prevalências ou hegemonias das nacionalidades únicas e impositivas, que fundaram os Estados Nacionais, para a perspectiva de Estados plurinacionais, que reconhecem as alteridades e o direito a existência, inclusive política e territorial, de todas as nações e povos abrigados em um mesmo Estado.

ECOPOLÍTICA EM PERIGO NO BRASIL: “ORDEM E RETROCESSO”

Antes de concluir, uma menção ao Brasil, que se justifica para demonstrar quão tênue pode ser a linha que separa potencialidades de renascimento, de situações que induzem ao retrocesso nas ações e entendimentos da ecológica na América Latina. Talvez não haja na América Latina país mais plurinacional do que este, já que aqui, segundo institutos e estimativas variados, há mais de duas centenas de nações e agrupamentos indígenas. O ISA, Instituto Socioambiental (a mais tradicional organização indigenista e ambientalista não governamental do país), registra 252 povos indígenas, a maioria vivendo na região amazônica; o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o instituto oficial das estatísticas brasileiras), em seu último censo, registrou a existência de 240 nações indígenas. A Amazônia, por sua vez, embora seja um espaço presente em 9 países, tem a sua maior parte no Brasil (60%) e esta corresponde quase à metade de seu território (40%). E na Amazônia, todos concordam, encontra-se o principal manancial de (sócio)biodiversidade do planeta.

Embora o Brasil, apesar dessa evidente plurinacionalidade, ainda não tenha decretado isso em sua própria identidade de Estado, nem tampouco assumido integralmente a sua responsabilidade amazônica, ampliando os fundamentos de sua contratualidade institucional para o reconhecimento dos “direitos da natureza”, já havia dado passos importantes na ampliação e reconhecimento desses direitos com a promulgação de sua Constituição de 1988. Esta, que ficou conhecida como “*Constituição Cidadã*”, em função do

processo de sua elaboração e da mobilização popular envolvida, completou 30 anos de vigência em 2018 e teve reconhecimento internacional especialmente por causa do capítulo consagrado ao meio ambiente, considerado dos mais avançados do mundo. Mas não só em relação a esse tema a Carta Magna brasileira foi considerada avançada, pois essa compreensão também se estendeu aos capítulos relacionados aos direitos sociais e até mesmo à admissão dos direitos originários dos povos indígenas, ou seja, anteriores à existência do próprio Estado brasileiro.

A potencialidade de ampliação das concepções e práticas políticas e também dos ‘contratos’ concebidos por esse conjunto de referências e regulações gerais, presentes na Constituição do Brasil, são evidentes. Muitos desses princípios já estavam em processo de implementação mais concreta, por meio das inúmeras leis regulamentadoras que proporcionariam isso. Porém, ao invés desse potencial continuar se desenvolvendo, a ponto de aproximar-se da consagração de ousadas e ampliações como as que se verificam em alguns dos países latino americanos exemplificados, promoveu-se aqui uma ruptura que ameaça de grave retrocesso todas as ampliações conquistadas a duras penas após a derrocada do regime militar, que até 1985 foi responsável pela ditadura instalada por mais de 20 anos no Brasil.

Uma sucessão de erros por parte dos movimentos sociais, de suas lideranças e dos partidos políticos que representavam esses avanços e que por eles foram responsáveis, ao lado de violentas reações, oportunismos e sabotagens promovidos pelos poderes econômicos, político-institucionais e midiáticos, representantes dos setores descontentes com a ampliação da ação política no país, compõem o conjunto de elementos que devem ser considerados para os que queiram enunciar a equação capaz de explicar a ruptura do movimento de ampliação da Política que estava em curso no país, ameaçando privilégios, promovendo alguma justiça socioambiental, em detrimento de alguns negócios, particularmente o agronegócio, que avança sobre os territórios indígenas nas áreas do centro-oeste e do norte do país, nas regiões de domínio da chamada Amazônia Legal.

Dos elementos dessa mencionada equação é que se poderia extrair, por exemplo, algum esboço de entendimento para compreensão da interrupção do mandato presidencial da única mulher eleita presidente e por um partido de esquerda, na história da República do Brasil. Fato este que teve

lugar em 2016, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Desde então, as medidas tomadas pela nova presidência, assumida pelo vice de Dilma, promoveram muitos dos retrocessos que compõem a tal ruptura, especialmente no âmbito das conquistas sociais e também no âmbito das políticas socioambientais. Uma reforma trabalhista aprovada em meados de 2017, que permite, entre outras medidas, o trabalho de mulheres grávidas em condições insalubres, ao lado da liberação de atividades de exploração mineral em antigas áreas de reserva natural na Amazônia, apenas para ficarmos em dois exemplos de grande repercussão, dão-nos bem a dimensão desses retrocessos.

Como culminância desse processo, saiu vitorioso das eleições presidenciais que tiveram lugar no final de 2018, precisamente um representante da continuidade desses retrocessos. Em um governo que apenas se inicia, dentre outras medidas e ameaças de extinção de ministérios e órgãos como aqueles que cuidam do meio ambiente ou das populações indígenas, acabou-se indicando para conduzir a gestão dessas pastas e organismos, pessoas nitidamente comprometidas com os reducionismos nacionalistas, a expansão do agronegócio e, conseqüentemente, com o desrespeito aos territórios das populações indígenas e tradicionais e a integridade do espaço amazônico, por exemplo. Retroceder, tanto nos direitos conquistados como nas compreensões mais ampliadas do que seja a dimensão socioambiental, presentes no texto constitucional de 1988, passou a ser a ordem dos novos gestores do território brasileiro.

A depender da continuidade das [ausências de] respostas oferecidas a esses retrocessos pelos movimentos sociais, essa situação poderá nos remeter para condições ainda mais sombrias, típicas daquelas conjunturas em que a Política, por força da lei e das imposições policiais e militares, restringe-se ao controle estrito do Estado Nacional, dos seus gestores e de seus juizes, de maneira nada flexível, plural ou inclusiva. Portanto, muito pouco adepta daquela “conciliação entre pluralidade e igualdade”, a que se referia Arendt (*apud* Sorrentino).

Como se vê, na América Latina hoje, as possibilidades diversas de concepção e de ação do Político manifestam-se, e a um só tempo, nos exemplos que pelas mais variadas vias, institucionais ou não, tem se apresentando em alguns de seus países. Conseqüentemente, o mesmo se passa com as possibilidades indicadas para o trato das questões ambientais e ecológicas.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. et al. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOSQUET, M. e MANSCHOLT, S. et alii. Ecologia, caso de vida ou de morte. Lisboa: Moraes Editores, 1973.
- CARVALHO, M. B. Política, significados restritos e ampliados e exemplos latino americanos. A Coruña, Crítica Urbana, nº 3, 2018.
- QUIJANO, A. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. - 1a ed. - Buenos Aires: CLACSO, 2014
- CASTELLS, M. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, M. O Poder da Identidade/ A Era da Informação (Vol. 2) (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GEORGE, S. Liberalismo económico. Marginación del Tercer Mundo y de la naturaleza. In: MIREN, F. et alii. Ecología Solidaria. Barcelona: Ed.Trotta, p.39-53, 1996.
- GONÇALVES, C. W. P. e FERNANDES B. M. Josué de Castro, Vida e obra. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.
- LATOUCHE, S. Convivialidade e Decrescimento. Cadernos IHU Ideias. Nº 166, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas, Unisinos, 2012. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/166_cadernosihu_ideias.pdf>
- MACAS, L. La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago 2005.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COVID-19: VOLTA AO PASSADO OU É POSSÍVEL UM NOVO MUNDO? ¹

EDUARDO DE LIMA CALDAS
GUILHERME CHECCO
LIVIA KALIL

Palavras Chave: Mudanças Climáticas; Covid-19; Desmatamento; Políticas Públicas; Pandemia

O problema das mudanças climáticas foi ao longo dos anos, progressivamente, ganhando espaço na agenda política global. A partir da criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em 1988, da realização da Cúpula da Terra de 1992 (Rio-92) e mais especificamente da assinatura, também em 1992, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), esta questão foi posta como “uma preocupação comum a toda a humanidade”. Os países signatários da convenção concordaram em elaborar uma estratégia de ação global a fim de “proteger o sistema climático para as gerações presentes e futuras” (ONU, 1992: p. 4 *apud* FENNER, 2011). Surgia, assim, o que podemos chamar de “regime climático”, que estabelece relações precisas entre ciência, política e mercado no que diz respeito à questão das mudanças do clima (AYKUT E DAHAN, 2015). Nessa esfera interagem diversos atores portadores de ideias, valores, lógicas e interesses diversos.

No entanto, sabe-se que as emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aumento da temperatura global e pelas perturbações climáticas, não param de bater recordes de aumento. Como, então, poderíamos explicar a persistência do aumento das emissões? Logo que foram criadas as institu-

1. Este artigo contou com a leitura muito gentil de dois colegas – Martin Jayo e Júlia Castro – a quem agradecemos e isentamos dos eventuais erros que permaneceram mesmo depois de suas leituras e comentários.

cionalidades “onusianas”, o problema climático ainda era contestado por diferentes atores, e interpretado de formas diversas pelos Estados, inclusive pelo Brasil (comportamento este que foi evoluindo ao longo dos anos na arena de negociações - em um primeiro momento por uma ação de bloqueio, em seguida pela liderança a partir das ações voluntárias).

De acordo com AYKUT E DAHAN (2015), existe uma lacuna entre o tratamento do assunto em nível global, caracterizado de um lado pelas negociações “onusianas” aparentemente tranquilas e consensuais, e de outro por uma realidade de ação pública nacional marcada pela concorrência de acesso a recursos, reforçada pela globalização econômica e financeira alimentada pelo uso de energias fósseis. Os autores falam até mesmo de uma “cisma com o real” para descrever esta situação.

No caso brasileiro, sabe-se que há quase duas décadas este desafio vem sendo discutido em diferentes instâncias governamentais no país a partir de diferentes perspectivas.

A questão das mudanças climáticas imbrica-se a problemas ecológicos diversos, como desmatamento, perda da biodiversidade, energia, agropecuária, uso indiscriminado de agrotóxicos, poluição dos veios de água, do ar e da terra, entre outros. Porém, ao mesmo tempo que a questão climática abrange esses temas, ela tem suas especificidades. De maneira geral, ela foi tratada também como um problema ambiental, entretanto, segundo Aykut e Dahan, ela não se reduz a isto. O enquadramento do tema das mudanças climáticas é em si um processo onde ocorrem disputas políticas. A participação intensa de técnicos e experts, focando especificamente nas emissões, fez com que fosse tratado, em um primeiro momento, principalmente por atores específicos que dominavam o conhecimento científico necessário para compreendê-lo, e isso também ocorreu no Brasil. Porém, pouco a pouco observa-se a participação de atores setoriais (ligados ao setor de energia, florestas e agricultura,) além da ação de ativistas.

Não bastasse o desafio com relação às mudanças climáticas no contexto do Brasil contemporâneo, eis que surge um vírus globalmente disseminado, também fruto da má relação do ser humano com as outras espécies, e que aflige o Brasil diante de um governo inapto tanto para lidar com a questão climática quanto para lidar com a crise sanitária mundial no território nacional.

LATOUR (2020), ao tratar do assunto de maneira global, desconsiderando as contingências locais (seja do Brasil ou de qualquer outro país), diz que a crise sanitária está inserida em um processo de mutação ecológica dura-

doura e irreversível. Então, tratar das mudanças climáticas em 2020 exige uma consideração acerca da crise sanitária mundial e outra consideração sobre a contingência específica – neste caso, o Brasil.

O objetivo deste artigo, com caráter ensaístico, pautado em trabalhos de campo realizados pelos autores, na literatura disponível (sem que no entanto tenha sido feita uma revisão sistemática do assunto) e na consulta a documentos tanto de atores internacionais quanto nacionais, é apresentar uma retrospectiva da política de mudança climática desenvolvida no Brasil a partir do Governo Federal, suas inflexões, suas relações específicas com as políticas de combate ao desmatamento e refletir sobre a pertinência de, após o período pandêmico que o mundo vive, voltar-se atrás com as políticas de mudanças climáticas que foram desenvolvidas no Brasil.

POLÍTICAS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL: DE FHC À ATUALIDADE

Nos vinte e cinco anos que se passaram desde o início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), presidente entre 1995 e 2002, diversas políticas públicas e instrumentos foram criados (ou ao menos adaptados) em nível federal para tratar da mitigação e adaptação às mudanças do clima. De maneira efetiva, tais políticas foram construídas a partir do início dos anos 2000, seguindo a linha dos acordos internacionais dos quais o Brasil era signatário, como o Protocolo de Quioto (1997). Anteriormente, políticas ambientais tratavam de maneira paralela o desafio (BURSZS-TYN, 2015). Deve-se destacar o fato de que as políticas dedicadas às mudanças climáticas foram, e continuam sendo bastante limitadas e foi somente no ano de 2009 que uma política específica e própria ao tema passou a ser instituída em nível federal.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO GOVERNO FHC

A primeira institucionalidade criada em nível federal foi o Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima (FBMC), ainda no governo FHC. Alguns ativistas e representantes políticos que na época já estavam envolvidos com

a luta ambiental relatam que, apesar da criação do Fórum, o discurso governamental mantinha a visão política defendida em âmbito internacional, ou seja, considerava-se que o Brasil não tinha grande responsabilidade nas emissões, e que deveria preservar seu direito ao desenvolvimento ao invés de se preocupar em reduzi-las. Esta ideia fundava-se no princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”².

Durante o seu mandato, o governo FHC se contentou em dar continuidade ao que já havia sido feito pelos governos anteriores (Sarney e Collor de Melo) no que tange à questão climática, e de forma mais abrangente à questão ambiental, criando apenas o FBMC. As ideias postas durante a Rio-92, como conter a degradação ambiental, combater o aquecimento global, criar metas e estratégias para a implementação de um desenvolvimento sustentável, ficaram apenas no papel (VIOLA, 1998).

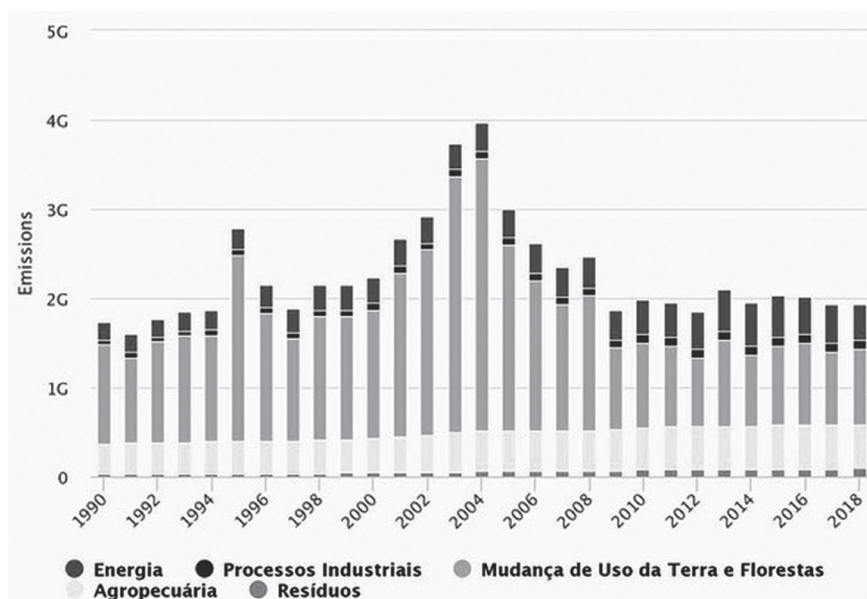
GOVERNO LULA: MARINA SILVA, O COMBATE AO DESMATAMENTO E SEUS EFEITOS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) assume a Presidência da República e nomeia como Ministra do Meio Ambiente a senadora Marina Silva, liderança ambientalista que ganharia notoriedade internacional com o trabalho realizado na pasta ambiental do governo federal entre 2003 e 2008.

O perfil das emissões de gases de efeito estufa no Brasil apresentado no gráfico do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (2018) indica que, historicamente, a principal fonte das emissões nacionais é a mudança no uso da terra e florestas. Evidencia-se, portanto, a importância do controle e diminuição do desmatamento em termos de combate às mudanças climáticas no Brasil.

2. Princípio pelo qual “países desenvolvidos, por suas responsabilidades históricas e atuais pelo aquecimento global e sua maior capacidade financeira e tecnológica, devem tomar a dianteira na implementação de metas ambiciosas de redução de gases de efeito estufa e promover apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento. Estes por sua vez, devem contribuir para enfrentar a mudança do clima de forma compatível com o imperativo do crescimento econômico e social, conforme reconhecido pela Convenção-Quadro” (Ministério das Relações Exteriores, 2020).

Figura 1. Emissões totais de gases de efeito estufa no Brasil.



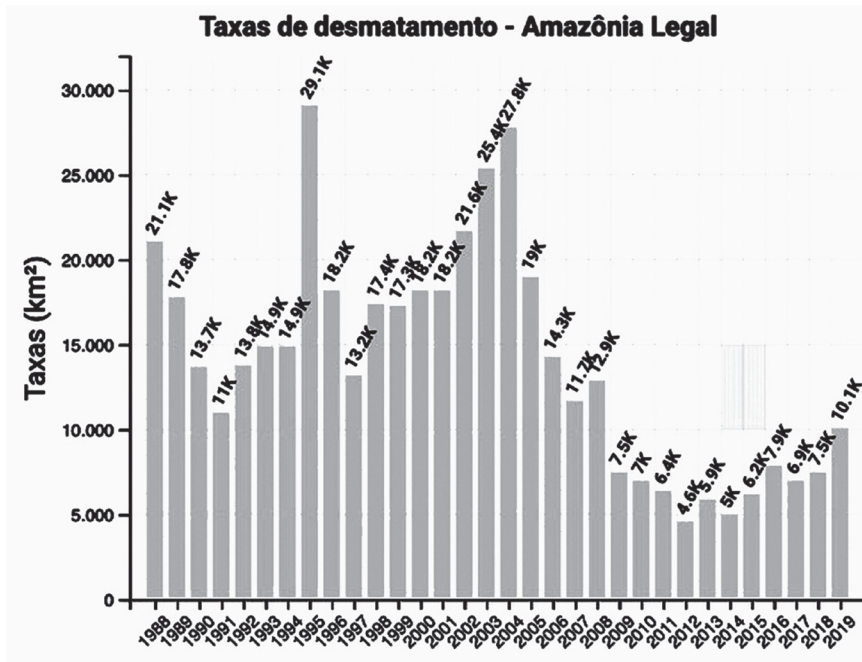
Fonte: SEEG, 2018.

Especificamente no combate ao desmatamento, o Brasil foi bem-sucedido neste período (2003-2008), contribuindo, inclusive, para que o país ganhasse maior projeção nas negociações internacionais, em especial no âmbito da UNFCCC e nos encontros anuais de negociações, as chamadas Conferências das Partes (COPs).

A principal política pública para o enfrentamento ao desmatamento foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), criado pelo Governo Federal em 2004, com foco no território amazônico. Um dos principais resultados dessa ação de comando e controle³ foi a diminuição do desmatamento de 27 mil km² em 2004 para menos de 5 mil km² em 2012, conforme aponta o gráfico a seguir.

3. Instrumento de política pública baseado em definições e limites para determinadas atividades e ações, seguido de fiscalização para aferição do cumprimento dos mesmos.

Figura 2. Desmatamento na Amazônia Legal



Fonte: Prodes, Inpe

O PPCDAm indica o esforço e a capacidade de articulação das diferentes organizações estatais, bem como a responsabilidade dos municípios e dos atores locais em serem agentes protagonistas de uma política nacional. Um dos instrumentos⁴ mais importantes desta política pública foi a criação da chamada Lista de Municípios Prioritários, que dava transparência aos dados de desmatamento e cumprimento da legislação ambiental e indicava com os dados georreferenciados os locais onde havia mais desmatamento, gerando um movimento de constrangimento público, aliado a outras ações como, por exemplo, o bloqueio ao crédito rural (por conta de novas regras criadas pelo Conselho Monetário Nacional), operação de apreensão de equipamento ou explosão de pistas clandestinas de voo.

CAPOBIANCO (2017), Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas e Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente ao longo do man-

4. Instrumentos são compreendidos aqui como dispositivos técnicos e sociais que organizam as dinâmicas sociais (Lascoumes e Le Galès, 2005).

dato da ex-Ministra Marina Silva (2003-2008), reconhece em sua Tese de Doutorado (2017) a importância tanto do arranjo legal-institucional quanto dos instrumentos de políticas públicas desenvolvidos no referido período, mas identifica o peso da orientação e do discurso adotados pelo Chefe do Poder Executivo, Luís Inácio Lula da Silva, como elementos centrais da ação pública com impactos diretos e rápidos sobre a realidade.

Chama a atenção para o fato de que, do ponto de vista discursivo e narrativo, com exceção das negociações internacionais, a “força-motriz” das ações era mais o combate ao desmatamento como fim em si próprio, a uma estratégia abrangente de combate e adaptação às mudanças climáticas (CHECCO E CALDAS, 2019b).

Somente em dezembro de 2009, já sob a orientação do Ministro Carlos Minc (2008-2010), o Brasil viria a ter uma Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei No. 12.187/2009). Em termos de política federal, o Brasil estava atrás de outros entes federados que já haviam criado suas próprias legislações específicas sobre o tema, como foram os casos do município e do estado de São Paulo. De toda sorte, um dos avanços importantes da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) foi a determinação de metas de redução de emissões. O artigo 12 da referida lei estipulou de forma explícita o objetivo de redução das emissões nacionais projetadas até 2020, na ordem de 36,1% e 38,9%.

Esse elemento representou um fato importante porque já no próprio dispositivo legal (e não no decreto regulamentador ou qualquer outra norma com “força jurídica” menor) foram incluídas as metas de redução de emissão, de modo que, além de representar um avanço, também continha um fator simbólico. Destarte, tal fator subjetivo não representaria propriamente um avanço na política climática nos próximos, como veremos a seguir.

TRANSIÇÃO: DE LULA À DILMA

Em dezembro de 2008, às vésperas da COP 14, ainda no governo Lula, foi lançado o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, considerado um marco importante para o tema das mudanças climáticas pois demonstrava uma mudança na postura do governo brasileiro que propunha pela primeira vez metas quantificáveis e um cronograma para o cumprimento das metas. Neste mesmo ano instituiu-se no Congresso Nacional a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas “destinada a acompanhar,

monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil” (SENADO FEDERAL, 2008).

Já em 2009, durante a décima quinta conferência das partes (COP 15), realizada em Copenhague, o Brasil apresentou metas voluntárias de ações de mitigação das emissões de GEE (ou Ação de mitigação nacionalmente adequadas – *NAMAs: Nationally Appropriated Mitigation Actions*). Metas estas também quantificáveis:

- “Reduzir em 80% a taxa anual de desmatamento na Amazônia e 40% no Cerrado até 2020;
- adotar intensivamente na agricultura a recuperação de pastagens atualmente degradadas, promover a integração lavoura-pecuária (iLP), e ampliar o uso do Sistema de Plantio Direto (SPD) assim como da Fixação biológica de nitrogênio (FBN);
- e, enfim, ampliar a eficiência energética, o uso de biocombustíveis, a oferta de hidrelétricas e de fontes alternativas de biomassa, de energia eólica (...) assim como ampliar o uso na siderurgia de carvão de florestas plantadas”. ((MMA, 2010)

Ficaram postas na ocasião as principais causas da elevação do nível de emissões de GEEs do país, visto que a questão do uso da terra e as atividades do setor agropecuário, de maneira geral, foram enfatizadas. Os compromissos apresentados voluntariamente em Copenhague foram ratificados na Lei nº12.187 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC) estabelecendo igualmente instrumentos como o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

É interessante ressaltar também o contingenciamento pela agenda eleitoral da questão ambiental (e dentro dela o clima), que passa a ganhar relevância:

1. Pela presença de Marina Silva, então provável (posteriormente efetiva) candidata pelo Partido Verde, e autora das principais ações de combate ao desmatamento, embora não tivesse discursivamente feito as interfaces entre desmatamento e mudanças climáticas e sua prioridade tenha sido o desmatamento;
2. Pelo passado da então Ministra da Casa Civil e então forte candidata à presidência da República pelo PT, Dilma Rousseff, que se posicionava contra o estabelecimento de metas quantitativas ambiciosas;

3. Pela candidatura de José Serra (PSDB), que tinha vantagem no tema “mudanças climáticas”. A cidade de São Paulo, onde foi prefeito entre 2005 e março de 2006, antes de assumir o cargo de governador, foi precursora no quesito agenda climática, pois havia instituído em junho de 2009 a Política de Mudança do clima no Município de São Paulo (CHECCO, 2018; CHECCO E CALDAS, 2019a).

Em 2010, ainda durante o governo Lula, um novo Decreto Federal que regulamenta a PNMC criou os Planos setoriais de mitigação visando a “consolidação de uma economia de baixo carbono” e o cumprimento das metas previamente estabelecidas. Foram estes os Planos:

- I. “Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm);
- II. Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado);
- III. Plano Decenal de Expansão da Energia;
- VI. Plano de Consolidação de uma Economia de Baixo Carbono na Agricultura;
- V. Plano de redução de emissões na siderurgia.” (SENADO FEDERAL, 2019)

Ainda que tenham sido sancionados via decreto, de acordo com Viola e Franchini (2013) o avanço no desenho e na implementação de tais planos foram praticamente nulos, sendo que somente os planos de ação contra o desmatamento, o PPCDAm e o PPCerrado estavam em funcionamento no período de governo de Dilma Rousseff.

GOVERNO DILMA: DISCURSOS, INSTRUMENTOS E AÇÃO

Em 2011 Dilma Rousseff (PT) assumiu a presidência da República, e já em 2013 a trajetória de crescimento do desmatamento viria a ser o novo normal, conforme dados do Prodes⁵ indicam. A agenda climática começava então, de forma sistemática e progressiva, a perder relevância e peso

5. O projeto Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), realiza o monitoramento por satélites do desmatamento na Amazônia Legal. Fornece informações ao governo brasileiro desde 1988.

político. Poucos avanços ocorreram e, em termos de discurso, as mudanças climáticas também não ocupavam mais as prioridades.

Já em termos de política setorial, é criado em 2012 o Plano ABC, voltado à agricultura de baixo carbono que, além do próprio nome fazer referência direta às questões climáticas, tem como objetivo explícito viabilizar instrumentos, inclusive financeiros, para que o setor agropecuário possa contribuir com a redução de emissão de GEEs.

De fato, os governos de Dilma Rousseff (2011 - 2016), no que tange à questão climática, foram marcados por uma certa estagnação, falta de proatividade e vontade política. Sua prioridade foi o crescimento econômico sem maiores preocupações com a questão ambiental (de maneira mais abrangente). Segundo VIOLA e FRANCHINI (2013), neste momento houve um processo de consolidação das forças conservadoras no cenário doméstico, o que acabou desacelerando a implementação das políticas já sancionadas. Um exemplo nítido da atuação dessas forças foi a votação da reforma do Código Florestal em 2011⁶, que passou a impactar as ações contra o desmatamento.

A despeito do enfeitamento governamental pelo tema, algumas medidas foram tomadas e outras políticas aprofundadas.

Pode-se também citar a construção do Plano Nacional de Adaptação (PNA), que foi instituído em 10 de maio de 2016 por meio da Portaria Ministerial nº150. Este é um instrumento elaborado pelo governo federal e participação da sociedade civil, setor privado e representantes de outros níveis governamentais “com o objetivo de promover a redução da vulnerabilidade nacional à mudança do clima e realizar uma gestão de risco associada a este fenômeno” (MMA, 2016).

Finalmente, pode-se dizer que a mais importante atuação brasileira com Dilma à frente da presidência foi durante a COP 21, em 2015, evento no qual foi adotado um novo acordo sobre mudanças do clima, o Acordo de Paris. O Brasil foi um dos primeiros signatários do compromisso no qual os países aderentes devem construir suas próprias metas de mitigação, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (ou INDCs em inglês), sem seguir metas gerais compartilhadas.

6. A reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771 de 1965) foi concluída com a votação da Lei 12.651, sancionada em maio de 2012. Diversos trabalhos se interessaram de maneira mais aprofundada por este tema como Medeiros e Gomes (2018), Cunha e Mello-Théry (2017), Sparovek *et al.* (2011).

A destituição de Dilma e a instalação do governo de Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) em 2016, assim como a eleição de Jair Bolsonaro (eleito pelo Partido Social Liberal - PSL, mas atualmente sem partido) em 2018, marcou uma significativa piora nesta agenda. Deste modo, o que já era frágil, incipiente e seguia em marcha lenta, passou a ser abertamente atacado e desmontado, ainda mais fragilizado e, para manter a metáfora da marcha, passou-se da marcha lenta para a marcha à ré.

TEMER E BOLSONARO, O QUE ERA RUIM FICOU PIOR: UM DESGOVERNO NO CONTEXTO DE PANDEMIA GLOBAL E MUDANÇAS DO CLIMA

A trajetória progressiva de perda de importância da agenda climática na política brasileira se acentua no breve governo do presidente Michel Temer, de maio de 2016 a 2018. De toda sorte, há de se reconhecer que duas políticas setoriais foram criadas neste governo, especialmente em 2017: a Política Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa (Proveg) e a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), central para o setor de energia.

É no governo de Jair Bolsonaro, a partir de 2019, que a completa destruição das políticas climáticas no governo federal se cristaliza, sob diferentes óticas, desde o discurso do presidente e de seus ministros, até ações (ou ausência) muito evidentes.

Já no início do mandato há um desmonte da estrutura organizacional do governo federal, até então dedicada às políticas públicas de mudanças climáticas. A Subsecretaria de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia e suas divisões de Clima, de Recursos Energéticos Novos e Renováveis e de Desenvolvimento Sustentável foram extintas do Ministério das Relações Exteriores. A Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, que liderava essa agenda dentro do Ministério do Meio Ambiente, também foi extinta (GTSA2030, 2019).

O Observatório do Clima (OC), reconhecida articulação da sociedade civil, publicou uma nota de repúdio em 2019, caracterizando o que chamou de “100 dias sem clima”, ilustrando a completa ausência desta agenda no governo Bolsonaro (OC, 2019). No texto o OC aponta que “a governança climática foi desmontada”. Em outubro de 2019 o ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente publicou um artigo apresentando o PP-CDAm ao atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. CAPOBIAN-

CO (2019) aponta o total desconhecimento do atual governo deste importante instrumento de política de Estado para o combate ao desmatamento na Amazônia, que gerou resultados aferíveis, e que está diretamente relacionado com a política de mudanças climáticas.

Em dezembro de 2019 a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal elaborou uma avaliação do avanço da política climática no Brasil. Além de afirmar e ressaltar a completa falta de colaboração do Poder Executivo para a realização deste trabalho do Legislativo, o relatório indica que:

“No que concerne às estimativas e compromissos, o Brasil possui instrumentos confiáveis – ainda que não ágeis (...). Com relação às metas pós-2020, a descontinuidade da política climática, o enfraquecimento de políticas de prevenção e combate ao desmatamento e à expansão da geração de energia elétrica por fontes não renováveis podem impulsionar as emissões brasileiras (...). Com relação aos instrumentos financeiros, a alocação de recursos para as ações de mitigação e adaptação à mudança do clima foi errática”. (Senado Federal, 2019)

Isso sem falar em outras passagens, tais como a exoneração injustificável de Ricardo Galvão da presidência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a efetivação do discurso eleitoral sobre não demarcar as terras indígenas.

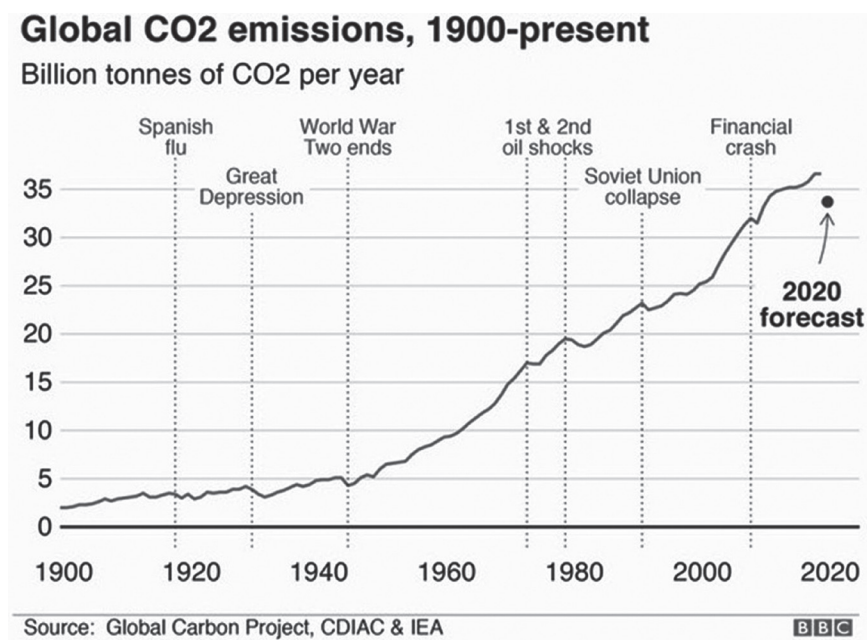
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PANDEMIA GLOBAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O rápido aumento do número de casos do novo coronavírus e a sua disseminação global entre dezembro de 2019 e 11 de março de 2020 fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS), nessa data, decretasse pandemia. A principal medida para combater o avanço do vírus Sars-Cov-2, o distanciamento social, impactou fortemente o nosso modo de vida fazendo com que, à nível global, as pessoas ao menos reduzissem seus deslocamentos (em certos países, medidas de *lockdown*⁷ foram

7. Lockdown é como vem sendo chamada a medida mais rígida de distanciamento social aplicada por determinados países, como a China, a Itália, a Espanha ou a França. Neste caso, a recomendação de distanciamento se torna obrigatória, imposta pelo Estado. Tem como objetivo desacelerar a disseminação do coronavírus.

adotadas). Em pouquíssimos meses, a demanda global de energia caiu drasticamente. De acordo com Agência Internacional de Energia (IEA da sigla em inglês), o mundo utilizará 6% menos energia este ano comparado ao anterior o que provocará sem dúvidas uma queda nas emissões de CO² e melhora na qualidade do ar (esta que já foi observada em cidades na China mas também em São Paulo, por exemplo⁸).

Figura 3: Emissões Globais de CO² de 1900 à atualidade



Fonte: BBC⁹

8. Desde o dia 20 de março a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) tem registrado nas suas estações de monitoramento significativa melhora na qualidade do ar da cidade no que diz respeito aos poluentes primários, como os gases dos automóveis. Para ter acesso à estas medições, consultar: <https://cetesb.sp.gov.br/ar/boletim-diario/#>. Acesso em 18/05/2020.

9. McGrath, M. « Climate change and coronavirus: five charts about the biggest carbon crash », BBC, 2020. Disponível em : https://www.bbc.com/news/scienceenvironment52485712?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=07052020-ClimaInfo-Newsletter Acesso em 18/05/2020.

É possível traçar correlações entre a pandemia da Covid-19 e as mudanças climáticas. Ambos problemas são de ordem planetária, não respeitam fronteiras, colocam a existência da humanidade em risco e o homem é o protagonista tanto sob a ótica do gatilho destes acontecimentos, quanto na capacidade de conter seus danos.

A diferença é que o combate ao vírus Sars-CoV-2 traz um senso de urgência muito grande. Enquanto o fenômeno das mudanças climáticas é visto como algo de longo prazo, haja vista que desde meados dos anos 90 do século passado se trate do assunto e nada tão intenso para combatê-lo foi feito como o tem feito a pandemia.

Assim, a pandemia de 2020, guardadas as preocupações com o drama social que muitas pessoas e famílias estão sofrendo, permite elucubrar sobre alguns aprendizados sobre o nosso modo de viver e, desta forma, sobre as maneiras e estratégias que estamos utilizando para combater e nos adaptar às mudanças climáticas.

Nos EUA e na Europa, ao se perceber que a redução das atividades econômicas tem reduzido a quantidade de emissões de CO², vem sendo apresentada a ideia de *Green New Deal*, estabelecendo uma estratégia de recuperação econômica voltada para uma economia de baixo carbono, atrelando os pacotes de socorros setoriais com contrapartidas das empresas nesse sentido, entre outras estratégias (NY Times, 2020; Comissão Europeia, 2020). Na Europa foi criada a *European Alliance for a Green Recovery*, aliança de mais de 180 CEOs comprometidos com uma recuperação em prol de uma economia verde (BLOOMBERG, 2020).

No Brasil, o quadro é completamente outro. Para além das questões diretamente relacionadas à Covid-19 (negação do problema, discursos do presidente contra o isolamento social, sucessivas trocas do ministro da saúde em meio à crise sanitária, dificuldades estruturais de compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e ventiladores, falta de coordenação política, etc.), alguns problemas ainda persistem.

Os alertas de desmatamento na Amazônia cresceram 29% em março, e a estimativa de que o período de queimadas que se aproxima será pior do que no ano passado (quando as fumaças cinzas invadiram os céus do Sudeste e ganharam as manchetes em agosto de 2019; O Globo, 2019). Os especialistas vêm chamando a atenção para o fato de que grileiro e desmatador não faz home office, alertando para a importância de que a fiscalização dos agentes do MMA não pare suas atividades no período de pandemia.

O governo Federal, na contramão dos alertas de especialistas, tem tomado medidas que ampliam o desmatamento e as emissões de CO² dele decorrentes. Algumas iniciativas no Legislativo e na própria sociedade civil brasileira vêm, entretanto, sendo construídas, ainda que de forma incipiente, na direção de uma recuperação econômica sustentável (diante da emergência da crise pandêmica), como, por exemplo, os debates conduzidos pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) em parceria com a Embaixada da Alemanha no Brasil e pelo Iclei Brasil – Governos Locais pela Sustentabilidade.

O cenário fica ainda mais assustador quando o negacionismo articula ambas as questões: clima e pandemia. Mesmo diante de 52.995 casos confirmados de Covid-19 e 3.670 óbitos¹⁰, o negacionismo se apresenta, paradoxalmente mascarado, pela escrita em blog privado (e nada oficial) do Ministro de Relações Exteriores:

“O vírus aparece, de fato, como imensa oportunidade para acelerar o projeto globalista. Este já se vinha executando por meio do climatismo ou alarmismo climático, da ideologia de gênero, do dogmatismo politicamente correto, do imigracionismo (...)”. (ARAÚJO, E. /METAPOLÍTICA, 2020)

Enquanto a Europa procura alternativas relacionando os dois fenômenos (Pandemia e Mudanças Climáticas), o governo brasileiro rejeita ambos de forma escandalosa.

Neste cenário pandêmico, apoiado por iniciativas do governo Federal, amplia-se tanto o desmatamento quanto a velocidade em que ele ocorre, principalmente da Floresta Amazônica e com isso, como já foi dito, a perda de biodiversidade e a ampliação das emissões de CO². Por outro lado, nos grandes centros urbanos, o que se observa é a redução das atividades econômicas por iniciativa de governadores e prefeitos apoiados por especialistas e a consequente redução de emissões de CO² e gases de efeito estufa. Notícias recentes indicam que nos grandes centros urbanos as manchas de poluição atmosférica caíram de forma muito relevante.

Possivelmente esse seja um dos aspectos mais paradoxais, em termos de mudanças climáticas, de toda a situação da pandemia, com uma relação

10. Ministério da Saúde, na data de 22 de abril.

direta entre a Covid-19 e o combate às mudanças climáticas. Essa consequência é logicamente compreensível em decorrência da circulação imposta pelo isolamento social, uma vez que na maior parte dos grandes e médios municípios o setor de transportes é o principal responsável pela emissão de GEEs, como já fora demonstrado por exemplo no 2º inventário de emissões de gases de efeito estufa do município de São Paulo (2014¹¹).

CONCLUSÃO

A pandemia decorrente da rápida disseminação do Covid-19 trouxe para o mundo muito luto, muitos dissabores, muita aflição. É bem verdade que a dor trazida pelo vírus também é mal distribuída: nem todos têm a chance do isolamento; muitos precisam do trabalho diário e da exposição ao risco, sejam os profissionais de saúde por um lado (recorte profissional e setorial), seja a população trabalhadora empobrecida (recorte de classe social) que precisam se submeter ao trabalho arriscado na busca do alimento diário.

A pandemia também trouxe, apesar das dores, a demonstração irrefutável de que é possível reduzir as atividades econômicas. Então todo o discurso sobre a impossibilidade de reduzir as emissões de CO² mostrou-se enganoso. É possível reduzi-las, é possível desacelerar o mundo. Manter o padrão atual de produção, e deste modo o nível de emissões, é uma opção política.

Diante do exposto, há dois caminhos: a volta à situação anterior à pandemia, de busca pelo crescimento econômico expresso pelo Produto Interno Bruto (PIB), mesmo com o aumento do aquecimento planetário, a redução da biodiversidade e a contaminação dos rios, ares e terra pelo excesso de dejetos fundamentalmente da indústria química, e o consequente risco de extinção da humanidade; ou a revisão do padrão de consumo que se adota, o excesso de atividades que se desenvolve, a possibilidade de alocar o tempo de forma diferente do que se fazia, aproveitando a reflexão a partir do confinamento, e finalmente a separação entre trabalho como elemento de realização do ser humano e a renda (mínima e universal), como condição para acesso aos bens essenciais.

11. O último dado oficial disponível indica que no município de São Paulo, em 2009, o setor de transportes era responsável por 61,5% do total das emissões. Segundo Saldiva (2018) a poluição atmosférica advinda da queima de combustíveis fósseis do setor de transportes, além do aspecto de mitigação climática, gera consequências muito negativas na saúde pública.

No caso brasileiro, usando a metáfora da boneca russa: há uma crise ambiental mundial decorrente da emissão de CO² da qual o Brasil é colaborador por meio das queimadas e do desmatamento; há no interior dessa crise, uma pandemia também mundial para a qual o governo brasileiro adota o discurso negacionista assim como o faz para a crise ambiental; e finalmente há uma crise nacional decorrente de um governo errático que em pouco tempo desmontou o pouco que foi feito a duras penas em termos de política climática e pouco se importa com as mortas advindas da crise sanitária mundial.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. “Chegou o comunavírus” In: Blog Metapolítica, 2020. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunav%C3%ADrus>. Último acesso em 16 /05/2020.
- AUBERTIN, C. e Kalil, L. “La contribution du Brésil à la COP21: l’agrobusiness du futur”, *Brésil(s)*, Disponível em: <http://bresils.revues.org/2154>. Último acesso em 16/05/2020.
- AYKUT, S E DAHAN, A. *Gouverner le climat? Vingt ans de négociations internationales*. Paris, Les Presses de Sciences Po, coll. « Développement durable », 2015.
- BLOOMBERG. “European CEOs, Ministers start campaign for Green Recoervy”, 2020. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-04-14/european-ceos-ministers-start-campaign-for-green-recovery>. Último acesso em 16 de maio de 2020.
- BURSZSTYN, M. “Políticas de clima como vetor estruturante da integração de políticas setoriais”, Brasília: ANPPAS, 2015.
- CAPOBIANCO, J.P. Governança socioambiental na Amazônia Brasileira na década de 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2017.
- CAPOBIANCO, J.P. “Muito prazer, meu nome é PPCDAm” In: ((o))eco, out/2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/muito-prazer-meu-nome-e-ppcdam/>. Último acesso em 29/04/20.

COMISSÃO EUROPEIA. Pacto Ecológico Europeu, 2020. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt. Último acesso em 16 de maio de 2020.

CHECCO, G. B. A política climática da cidade de São Paulo (2001-2016): análise da ação pública. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2018

CHECCO, G. B. E CALDAS, E. de L. Governos subnacionais e a Política de Mudanças Climáticas de São Paulo: uma análise a partir da multiposição dos atores na cidade de São Paulo. *Revue Confins* Ed. 39, 2019a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/18818>. Último acesso em: 16 de maio de 2020.

CHECCO, G. B. E CALDAS, E. de L. In: Do Global ao Local, IEA-USP, 2019b. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/midioteca/video/videos-2019/do-global-ao-local-politicas-publicas-e-mudancas-climaticas-na-atual-conjuntura-parte-1-de-2>. Último acesso em 29/04/20.

FENNER, A. Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC: Implementação e principais desafios. Dissertação (Mestrado), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

GTSA2030, III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, 2019. Disponível em: http://ids-ecostage.s3.amazonaws.com/media/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf. Último acesso em 29/04/20.

LASCOUMES, P. E LE GALÈS, P. *Gouverner par les instruments*. Presses de Sciences Po, 2005.

LATOURE, B. “Imaginer les gestes-barrières contre le retour à la production avant crise”, AOC, 2020. Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2020/03/29/imaginer-les-gestes-barrieres-contre-le-retour-a-la-production-davant-crise/>. Último acesso em 16/05/2020.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). Brazil’s Nationally Appropriated Mitigation Actions, 2010. Disponível em: https://unfccc.int/files/focus/mitigation/application/pdf/brazil_namas_and_mrv.pdf. Último acesso em 16/05/2020.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). Plano Nacional de Adaptação, 2016. Disponível em: <https://mma.gov.br/clima/adaptacao/plano-nacional-de-adaptacao>. Último acesso em 12 de maio de 2020.

MRE (Ministério das relações exteriores). Mudança do Clima, 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=712:mudanca-no-clima>. Último acesso em 16/05/2020.

NY Times. “Green New Deal”, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/02/21/climate/green-new-deal-questions-answers.html>. Último acesso em 16/05/2020.

OC (Observatório do Clima). “100 dias sem clima”, abril de 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/100-dias-sem-clima-oc-avalia-gestao-ambiental-de-bolsonaro-nesta-quarta-feira/>. Último acesso em 24/04/20.

O GLOBO. “Fenômeno ótico que escureceu SP: uma das consequências das queimadas na Amazônia”, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/fenomeno-otico-que-escureceu-sp-uma-das-consequencias-das-queimadas-na-amazonia-23891542>. Último acesso em 16 de maio de 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. “2º Inventário de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa do Município de São Paulo de 2003 a 2009, com atualização para 2010 e 2011 nos setores Energia e Resíduos”, 2013. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/menu/index.php?p=167735. Último acesso em 13 de maio de 2020.

SALDIVA, P. Vida urbana e saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles. Editora Conceito, São Paulo: 2018.

SEEG, Observatório do Clima. Emissões totais de gases de efeito estufa no Brasil, 2018. Disponível em: http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission#. Último acesso em 29/04/20.

SENADO FEDERAL, Resolução No. 4 do Congresso Nacional, cria a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/download?tp=atribuicoes&colegiado=1450>. Último acesso em 15 de maio de 2020.

SENADO FEDERAL, Comissão de Meio Ambiente. “Avaliação da Política Nacional sobre Mudança do Clima”, 2019. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/c002f430-7ece-4ccb-aad3-9247f62713ab>. Último acesso em 29/04/20.

VIOLA, E. A política climática global e o Brasil: 2005-2010. IPEA, 2010.

VIOLA, E. e Franchini, M. Brasil na governança global do clima, 2005-2012: a luta entre conservadores e reformistas Contexto int. vol.35 no.1, 2013.



**GESTÃO PARTICIPATIVA EM ÁREAS PROTEGIDAS:
O CASO DO USO PÚBLICO DA ESTRADA PARQUE
DOS CASTELHANOS NO PARQUE ESTADUAL
DE ILHABELA, SÃO PAULO, BRASIL**

DANIELLA MARCONDES

SIDNEI RAIMUNDO

Palavras Chave: Gestão participativa, uso público; manejo de áreas protegidas; conflitos socioambientais; Parque Estadual de Ilhabela (SP)

As criações das áreas protegidas assumem um papel importante na conservação dos ambientes naturais, no entanto, dos diversos interesses que permeiam o uso dos seus recursos decorrem conflitos de muitas naturezas.

No que tange as principais causas de conflitos ambientais nessas áreas, de acordo com mapeamento realizado por Diegues e Vianna (1995), estão relacionadas às práticas de atividades econômicas e ao extrativismo de subsistência (DIEGUES; VIANNA, 1995, p. 217). Dados mais atuais, do Mapa de Conflitos Ambientais da Fundação Oswaldo Cruz (2013), indicam que 24,06% dos conflitos, ou seja, 32 num universo de 133 conflitos apresentam a implantação de áreas protegidas como principal responsável (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013¹, p. 269 apud RAIMUNDO; HONORA, 2017).

O território do arquipélago de Ilhabela, localizado no Litoral Norte do Estado de São Paulo, está resguardado por alguns instrumentos de proteção ambiental que se sobrepõem, entre eles o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). O PEIb é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral que conta com um total de 27.025 hectares e abrangência que compreende 84,3% da área do município.

1. PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; e LEROY, Jean Pierre (Orgs.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 306 p.

Os planos de uso e ordenamento territorial de Ilhabela restringiram atividades econômicas ligadas à agricultura e à indústria, que desencadearam formas de uso e ocupação voltadas ao setor terciário, com forte influência do campo turístico e de veraneio. A delimitação do PEIb apresenta a redução do espaço territorial disponível para ocupação urbana, que intensificou a pressão sobre as áreas inseridas no interior e entorno da UC e, consequentemente gerou sérios conflitos de uso e ocupação da área protegida e de sua Zona de Amortecimento. No caso das áreas localizadas no interior do PEIb e em sua Zona de Amortecimento, são evidentes os conflitos relacionados, especialmente, ao embate de forças entre o setor turístico, os agentes ambientais e as comunidades tradicionais caiçaras². As atividades de prestação de serviços turísticos de sol e praia conflitam com os objetivos de conservação ambiental do PEIb e alteram o território simbólico das comunidades tradicionais. O Parque Estadual cerceou também as práticas de agricultura, caça e extrativismo caiçara.

A partir da década de 2000, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), previsto na Constituição Federal (CF), ficou assegurado a implementação de mecanismos para participação da sociedade na gestão das UCs. Os conselhos gestores criados nas áreas protegidas começaram a assumir um papel importante para o cumprimento dos objetivos e atendimento da função social dessas áreas. O Conselho Consultivo do PEIb (CC-PEIb) e suas Câmaras Técnicas (CTs) são exemplo da participação da sociedade na cogestão do Parque Estadual de Ilhabela.

Nesse contexto de conflitos de uso dos recursos naturais a Estrada Parque dos Castelhanos é o principal vetor de pressão decorrente do uso turístico na UC. O PEIb conta com apoio da Câmara Técnica de Ecoturismo (CTE-coturismo), formada por operadores, poder público e técnicos voluntários, para o ordenamento da operação do turismo. Considerando essas informações, esse capítulo analisou a gestão participativa no Parque Estadual de Ilhabela com vistas ao manejo e adequação dos interesses na área.

Buscou-se registrar os níveis de participação da sociedade e os resultados do processo de cogestão no que diz respeito ao uso da Estrada Parque dos Castelhanos, com finalidade voltada ao entendimento das contribuições do

2. Entende-se por caiçaras os habitantes do litoral paranaense até o sul fluminense, passando pelo litoral norte de São Paulo, onde se encontra Ilhabela (ADAMS, 2000). Para Diegues e Arruda (2000), a identidade caiçara se diferencia das demais populações tradicionais pela sua cultura e modo de vida. Trata-se de grupamentos humanos que se reproduziram historicamente ao longo deste litoral desenvolvendo atividades ligadas a uma pesca artesanal e agricultura itinerante.

planejamento participativo e os conflitos decorrentes dos interesses individuais privados. Como desdobramento, foram identificados os atores envolvidos na gestão participativa da UC e os respectivos interesses. A partir daí, analisou-se a participação social para formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento dos usos relacionados à Estrada Parque dos Castelhanos. Por fim, procurou-se discutir as estratégias de desenvolvimento resultantes da interação governo e sociedade.

Nessa pesquisa foi utilizado o método da pesquisa-ação e, como fonte de dados para análise, o histórico de participação em reuniões, a vivência de campo e a experiência da coordenação da CTEcoturismo.

MÉTODOS

Por se tratar de uma área de estudo constituída por práticas e transformações resultantes das ações de diversos atores sociais, inclusive de um dos pesquisadores, em uma temporalidade determinada, buscou-se a abordagem de carácter exploratório e descritivo, com o uso da estratégia da pesquisa-ação combinando com a triangulação de métodos e técnicas para coleta dos dados. Segundo Thiollent (2000), a pesquisa-ação é

“um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.” (THIOLLENT, 2000, p. 16)

O desenvolvimento desta pesquisa foi dividido em etapas. Iniciado com a participação em reuniões e a vivência de campo, foi seguido da etapa do levantamento documental e bibliográfico e, por fim, da análise dos dados e apresentação dos resultados.

Desde 2010, temos participado de reuniões do CC-PEIb e da CTEcoturismo, sendo que a autora deste capítulo se tornou coordenadora no período de 2013 a 2017. A vivência de campo foi utilizada como fonte de dados de análise. A partir dos trabalhos realizados por meio da CTEcoturismo a

coleta de dados e o tempo de investigação foram valiosos para entender os mecanismos de participação e contribuir para o manejo da área protegida.

Foi relacionado a pesquisa-ação o uso da observação participante para compreender o cotidiano do turismo e as relações estabelecidas entre os diversos atores na área protegida. Posto isso, a observação participante apoiou a coleta de dados para a análise das situações voltadas ao reconhecimento das a) relações estabelecidas entre os jipeiros³ e os caiçaras; b) relações estabelecidas entre os jipeiros e a UC; c) relações estabelecidas entre a municipalidade e a UC.

A etapa que consistiu na pesquisa bibliográfica e documental buscou analisar os conflitos decorrentes do uso dos recursos naturais e o papel da participação da sociedade para a gestão de bens públicos. No âmbito dos documentos específicos, foram analisadas as atas das reuniões do CC-PEIb e da CTEcoturismo, especialmente com relação à implantação da Resolução Conjunta SMA/ST nº 004/131⁴, principal objeto de trabalho desta CT nos anos de 2012 e 2013. Também foram analisados os dados estatísticos do PEIb referentes a operação e visitação na Estrada-Parque dos Castelhanos.

Com a análise das informações sistematizadas foi possível identificar os atores envolvidos e as relações que se estabelecem nos territórios da conservação, tradicional e do turismo, cujos resultados são apresentados a seguir.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GESTÃO DO TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

A participação social na gestão das políticas públicas é algo recente no Brasil e está associada ao movimento de democratização da sociedade. Foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que se instituiu a descentralização e a participação como eixos importantes do processo de democratização da gestão pública (ROCHA, 2009).

É nesse contexto que nascem os Conselhos Gestores enquanto espaços de interação entre Estado e Sociedade Civil para participação efetiva na implementação de políticas públicas. Segundo Gohn (2001) os conselhos

3. Trata-se dos operadores de turismo que conduzem veículos 4X4 na Estrada-Parque dos Castelhanos.

4. Dispõe sobre a implementação dos Planos de Implantação e Operação da Estrada dos Castelhanos, denominado Projeto Estrada-Parque.

são “canais de participação que estimulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito a gestão de bens públicos” (GOHN, 2001, p. 7).

A CF trouxe uma abordagem inédita sobre a questão ambiental em seu Capítulo V, da Ordem Social – artigo 225, e passa a olhar de forma global para os patrimônios natural e cultural (SANTILLI, 2005). A discussão sobre a implementação dos conselhos consultivos em unidades de conservação visa garantir a perenidade desses patrimônios – natural e cultural – resguardados pela CF. O SNUC prevê em suas diretrizes a participação da sociedade na criação e gestão das UCs e determina no artigo 29 que todas as áreas protegidas deverão ter um Conselho Gestor. Para Bensusan (2006) esse passo que institui a participação na formação dos conselhos gestores e nos processos de criação das áreas protegidas conduz “rumo à democratização das áreas protegidas” (BENSUSAN, 2006, p. 48).

A participação social na gestão das áreas protegidas tem, por meio do diálogo, formulado e implantado políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e, sido considerada fundamental para a efetividade na negociação dos problemas e demandas socioambientais. Para Rocha (2009) a participação da sociedade civil na gestão pública ganha novos contornos e dimensões, com a inclusão de vários atores sociais no processo de deliberação (ROCHA, 2009). Segundo Rocha (2009), o conceito de participação cidadã, “está baseado na universalização dos direitos sociais, na ampliação da cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e caráter do Estado, remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas, a partir também de um debate público.” (ROCHA, 2009, p. 48)

De acordo com Irving et al. (2006), no Brasil, observa-se que o aumento da participação social foi intensificado com a aproximação do Estado e a população como elemento de regulação dos processos de tomada de decisão. Tal aproximação foi fortalecida como estratégia, principalmente, para “auxiliar” o Estado no gerenciamento dos conflitos oriundos do modelo econômico desenvolvimentista capitaneado pela abertura dos mercados ao grande capital.

Para Arnstein (2002) a participação é o meio pelo qual os setores menos favorecidos da sociedade podem construir reformas sociais efetivamente capazes de promover a redistribuição de poder e de benefícios. Do ponto de vista da efetividade da representação, segundo a autora, quanto melhor o interesse coletivo for exposto maior a representatividade daquele grupo.

De acordo com Dowbor; Serafim; Houtzager (2008), o representante deve agir levando em consideração os interesses de seu grupo, das outras organizações e dos demais segmentos envolvidos com interesses diversos.

A participação social, ao garantir a interação de atores distintos, pode contribuir para solução de problemas e isentar o Estado de decisões desconexas com a realidade ao mesmo tempo em que fortalece os grupos envolvidos pela busca de direitos e melhorias comuns. Segundo Irving; Mattos; Rodrigues (2015, p. 24) “(...) pela ótica governamental, a garantia de participação social tenderia a contribuir, efetivamente, para o aprimoramento da qualidade das políticas públicas e os resultados da gestão”. Outros aspectos da participação social estão relacionados à capacitação e o desenvolvimento da cidadania e, de acordo com Pateman (1992) o resultado da participação na tomada de decisão move o indivíduo à aprendizagem da cidadania e quanto mais o indivíduo participa mais capacitado se torna. Rocha (2009) e Avritzer (2008) corroboram que a participação está relacionada com o desenvolvimento da cidadania, sendo ela capaz de gerar mecanismos de representação (ROCHA, 2009; AVRITZER, 2008).

No entanto, a participação sem a distribuição de poder permite cumprir o protocolo estipulado de escuta, porém, apenas para benefício de poucos. Em seus estudos, Arnstein (2002), desenvolveu uma tipologia de participação e de não-participação na qual identificou oito diferentes níveis e os classificou de acordo com o grau de poder do cidadão em cada bloco de níveis. Analisando os estudos da autora, acredita-se que os principais fatores para real participação do cidadão são a qualidade e os meios em que a informação é veiculada. Verifica-se que, existem barreiras relacionadas aos diferentes grupos e seus respectivos interesses e, a heterogeneidade entre esses grupos, normalmente, cria uma divisão entre aqueles que possuem poder e os que integram o grupo dos sem-poder. Dowbor; Serafim e Houtzager (2008) colocam que, de acordo com suas pesquisas, boa parcela da sociedade não participa devido à baixa escolaridade e condições de vínculos precários com o mercado de trabalho que levam à desigualdade. Rabinovici; Irving (2015) e Irving *et al.* (2006) identificam que devido ao desconhecimento com relação às responsabilidades enquanto cidadãos e também pela ausência de qualificação, há falta de tradição participativa na sociedade brasileira. Pateman (1992) corrobora que a apatia da participação também pode estar ancorada em problemas sociais como o analfabetismo, a pobreza e a falta de informação.

No que tange às UCs, objeto desse capítulo, a baixa participação, especialmente dos grupos de menor poder político pode desencadear disputas de diversas naturezas. No nosso caso, é importante mencionar que os recursos naturais são fonte de disputa para a manutenção socioeconômica do caiçara, para os objetivos de preservação da UC e elemento de interesse de operação do turismo para o *trade* e turistas beneficiários.

Alier (2017) menciona que os “(...) conflitos ambientais não são apenas conflitos de interesses, mas também de valores” (ALIER, 2017, p. 334). Do ponto de vista de Scotto (1997) “(...) todos os problemas ambientais são formas de conflito entre interesses privados e interesses coletivos” (SCOTTO, 1997, p. 21). Para os caiçaras a cultura material e imaterial estão apoiadas nos recursos naturais e a destruição ou apropriação deste patrimônio leva a conflitos com os órgãos ambientais, as instituições públicas e o *trade* de turismo.

A questão da participação em processos de turismo está em crescente debate. Devido ao aumento da pressão por influência dos movimentos sociais e ambientais, cada vez mais, encontra-se as dimensões da sustentabilidade incorporadas nas políticas públicas. Segundo Sachs (2004) as dimensões da sustentabilidade são: ambiental, natural, social, cultural, econômica, territorial, de política nacional e internacional e, merecem entendimento integral, mesmo que se trabalhe mais detidamente com apenas algumas delas.

No caso do desenvolvimento local do turismo, a participação social nas etapas de planejamento e nos processos decisórios é considerada como essencial para garantia do sucesso, assim como, para minimizar os eventuais efeitos da exclusão social, cultural, territorial, econômica e degradação ambiental, que tendem a desencadear conflitos. De acordo com Rabinovici; Irving (2015),

“(...) a participação social está no cerne do debate proposto pelos que defendem a viabilidade do turismo em bases sustentáveis (...). E, em localidades de vulnerabilidade social onde também ocorrem importantes atrativos para o turismo, a articulação entre as salvaguardas sociais e ambientais tende a ser determinante para que se possa estabelecer os limites e o alcance de projetos concebidos com esse objetivo.” (RABINOVICI; IRVING, 2015, p. 143)

Entende-se aqui, que são inúmeras as iniciativas de desenvolvimento turístico que se auto intitulam sustentáveis e promotoras da inclusão social enquanto que, na realidade, utilizam-se de rótulos para atrair o apoio local e dar seguimento à mesma lógica do turismo convencional de massa. Por outro lado, as discussões sobre a participação social nessas decisões ligadas ao desenvolvimento do turismo correm o risco de, por vezes, se dar de forma desigual devido à ausência de representantes nesses espaços de tomada de decisão.

Segundo Rabinovici; Irving (2015), de acordo com uma série de pesquisadores, a qualidade da etapa do planejamento turístico dos projetos de desenvolvimento local está condicionada ao envolvimento da comunidade e,

“(...) o não envolvimento das populações afetadas no processo negligenciaria o sentido de cidadania implícito no compromisso de gestão da natureza, esta entendida como bem comum. Da mesma forma, esse distanciamento faz com que sejam desconsiderados os saberes, práticas e conhecimentos locais, essenciais para a conservação da biodiversidade”. (RABINOVICI; IRVING, 2015, p. 155)

Dentre os benefícios do turismo, visto enquanto instrumento para o desenvolvimento de base local, está o fato de constituir-se como um movimento de resistência política e social que organiza a participação social dos grupos menos favorecidos para permanência nos territórios tradicionais e contra a injustiça socioambiental; ao mesmo tempo que dificulta a circulação do grande capital em diversas localidades. Desta forma, a participação dos atores locais nos espaços para decidir os arranjos adequados de uso dos recursos naturais nas áreas protegidas e territórios tradicionais é direito conquistado e deve buscar incluir todos os envolvidos, sem ferir a representação dos cidadãos.

O PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA: CONFLITOS E COGESTÃO

Na década de 1970, o movimento ambientalista em Ilhabela passou a defender a criação de uma Unidade de Conservação em prol da proteção dos recursos naturais, com o objetivo de refrear as pressões da urbanização

sobre a floresta. Essa discussão foi introduzida num contexto de contínua descaracterização do território decorrente do atendimento aos interesses voltados ao turismo e o veraneio, inclusive intensificado com as obras para abertura da Estrada Perequê - Castelhanos, inaugurada em 1976.

“O Parque Estadual de Ilhabela - PEIb foi criado pelo Decreto Estadual nº 9.414, de 20 de janeiro de 1977, a partir de uma solicitação da Sociedade Brasileira de Silvicultura, que encaminhou ao então governador um estudo técnico indicando a criação da Reserva Florestal na Ilha de São Sebastião.” (SÃO PAULO, 2015, p. 80)

A criação do PEIb pode ser considerada um divisor de águas na transformação territorial e social de Ilhabela por consistir numa estratégia que lançou o turismo e o veraneio como os principais meios de desenvolvimento econômico. A valorização das terras, que até então possuíam baixo valor de mercado, modificou a lógica das relações com uso e a apropriação dos recursos naturais. Por um lado, o caiçara se viu cerceado da reprodução do seu modo de vida e, gradualmente levado à miséria ou expulso de seu território pela especulação imobiliária. Por outro lado, o veraneio e o turismo de gestão exógena se firmou aumentando as pressões sociais e gerando uma série de conflitos que envolvem diferentes atores.

Apesar da criação em 1977, a UC só veio a ser implementada de fato na década de 1990, quando surge o movimento “Ilhabela cercada de amigos por todos os lados” (1992), formado por organizações não-governamentais, associações e com o apoio do Partido Verde em Ilhabela.

No contexto estadual, a década de 1990 foi marcada pela busca de parcerias e financiamentos voltados à valorização do cumprimento das funções legais das UCs paulistas. Assim, a Secretaria do Meio Ambiente (SMA)⁵, por meio da cooperação financeira Brasil-Alemanha, viabilizou o Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA). Segundo Maretti et al. (1997) o PPMA teve duas linhas de ação: “a melhoria do licenciamento e do controle ambiental florestal; e a consolidação de unidades de conservação, com renovação dos métodos de planejamento e gestão” (MARETTI *et al.*, 1997, p. 1).

5. Atualmente SIMA (Secretaria de Infra-estrutura e Meio Ambiente).

O PPMA (1995 – 2006) significou a implantação de novos procedimentos de planejamento com foco na construção, em conjunto com a sociedade, dos critérios de uso e gestão. O Plano de Gestão Ambiental (PGA) das unidades de conservação contempladas pelo projeto e, desenvolvidos no período entre 1996 a 1998, representam o primeiro processo de construção participativa de planejamento e gestão das UCs (MARETTI et al., 1997, p. 11; MALDONADO, 2001).

O PGA do PEIb, além da abertura do diálogo da gestão com os atores locais, incentivou a aproximação com a gestão municipal. Um marco importante para o fortalecimento da participação da sociedade na gestão da UC foi a formação de seu Conselho Consultivo (CC-PEIb), em 2004, composto por 24 conselheiros representantes de segmentos da Sociedade Civil e instituições públicas relacionadas à UC.

A partir deste momento outros fóruns de participação da sociedade foram criados no âmbito do CC-PEIb como, por exemplo, as Câmaras Técnicas (CT) de Ecoturismo (2006), das Comunidades Tradicionais (2007) e da Estrada Perequê - Castelhanos (2007).

O desenvolvimento voltado aos fins turísticos foi consolidado com o lançamento do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica (2006 – 2013), realizado por meio de uma parceria entre a SMA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O escopo do projeto compreendeu os seguintes componentes estratégicos: a) estruturação dos parques para visitação pública; b) consolidação e estruturação do produto turístico na área de influência direta; c) fortalecimento da gestão pública (SÃO PAULO, 2013) e teve como propósito organizar as UCs como produtos turísticos, visando consolidar a vocação do turismo como estratégia de conservação da Mata Atlântica (SÃO PAULO, 2013).

No entanto, o conflito no PEIb esteve presente na gestão desde sua criação. Historicamente, estiveram ligados aos interesses em torno dos usos dos recursos naturais das áreas compreendidas no interior e em sua Zona de Amortecimento. Os eventos ocasionados por meio da consolidação de diferentes usos desses recursos envolveram uma variedade de atores. Trata-se de a) posseiros e, proprietários e supostos proprietários das terras, b) comunidades caiçaras que foram subtraídas das atividades tradicionais devido às restrições ambientais, c) especuladores imobiliários e investidores que se viram com menor disponibilidade de terras para expandir os negócios, d) veranistas, e) o *trade* de turismo formado pela hotelaria e agências

de receptivo, f) as ONGs ambientalistas e, por fim, g) a gestão municipal, que possui uma porção urbanizável reduzida e submetida às regras ambientais.

A pressão proveniente do uso inadequado dos recursos naturais apresenta desafios tanto do lado do continente como na face oceânica da Ilha de São Sebastião, a maior do arquipélago e onde se encontra sua parte urbanizável. Os problemas estão relacionados com o avanço da especulação imobiliária e de invasões para moradia de baixa renda sobre os limites da UC, a concentração da visitação turística em poucos atrativos, o alto volume de água captado para consumo, os conflitos fundiários, a perda das áreas da praia para uso dos restaurantes, a expropriação das comunidades caiçaras, a degradação do patrimônio natural pelo uso turístico, entre outros.

Dentre todas as atividades turísticas na área do PEIb, o principal gargalo concentra-se na incapacidade de gestão e operação da Estrada - Parque dos Castelhanos, que se tornou o atrativo turístico mais visitado do arquipélago e principal produto das agências de receptivo.

Posto isso, a função de uso do recurso natural para a atividade do turismo permeia os conflitos envolvendo as questões ligadas à conservação, à função social dos recursos comuns⁶, ao uso do território tradicional e às abordagens de desenvolvimento local. Nesse sentido, a participação dos atores sociais envolvidos é fundamental para a implementação de um programa de gestão efetivo, capaz de minimizar os conflitos decorrentes dos diferentes usos e interesses em torno de um interesse comum.

O esforço para incrementar a participação social na gestão do PEIb, iniciado com o PGA, demonstrou seus resultados ao reunir diversos atores e os membros do CC-PEIb nas oficinas participativas para a elaboração do Plano de Manejo (PM). O PM potencializou o envolvimento da Sociedade Civil na gestão compartilhada da UC com Programa de Interação Socioambiental e, por meio do CC-PEIb e das CTs, prioridades deste programa. Com isso, é notável que os processos construídos no cenário da UC, ao longo das últimas décadas, têm resultado na maior interação entre governo e sociedade com a formação de diferentes segmentos representativos da Sociedade Civil e no estabelecimento de fóruns participativos que contri-

6. Para Ostrom (1990) os recursos e bens de propriedade comum são as florestas, campos de pastagens, pesca e o meio ambiente. A autora apresenta uma teoria alternativa ao pensamento neoclássico, baseada na gestão racional dos recursos comuns por instituições de ação coletiva, denominada a Teoria dos Recursos Comuns (Common Pool Resource - CRP).

buem na cogestão como, no caso da CTEcoturismo, com especial atuação no ordenamento do uso da Estrada-Parque dos Castelhanos. De acordo com Gurza Lavalle; Barone (2015) esse modelo de atuação vai ao encontro das novas premissas da gestão pública em que os cenários de participação ganharam novos formatos e os segmentos marcam presença nesses espaços importantes para o funcionamento da gestão pública.

A CTEcoturismo, formada para acompanhar a implementação do Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica, passou a ter como objetivo central a discussão para estruturação e fomento do ecoturismo. Composta por conselheiros do CC-PEIb e Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), representantes da Sociedade Civil, representantes de jipeiros e *trade* de turismo e Prefeitura Municipal de Ilhabela (PMI), seus integrantes historicamente apresentaram conhecimento técnico avançado sobre os temas discutidos e assim essa CT conquistou respeito nos fóruns locais e regionais.

Nesse grupo de trabalho foram desenvolvidos estudos técnicos, elaboradas políticas públicas e projetos voltados ao planejamento do uso público no PEIb. Em 2012, a CT Estrada-Parque foi incorporada a CTEcoturismo como GTCastelhanos e, a partir de 2013 passou a fazer parte das CTs permanentes do COMTUR. Entre os anos de 2008 e 2015 a CTEcoturismo participou ativamente na implantação do Projeto Estrada-Parque protagonizando a) a elaboração da PN nº 211/2014; b) a elaboração do conteúdo para sinalização informativa e indicativa da estrada; c) o apoio do cadastro de moradores e veículos da Baía de Castelhanos; d) o desenvolvimento dos estudos para o estabelecimento da capacidade de carga da estrada e; e) o acompanhamento da implantação da infraestrutura prevista na resolução (passarela, mirante e área de estacionamento).

O envolvimento das partes interessadas no processo de ordenamento do uso da Estrada-Parque foi fundamental para estabelecer as parcerias e as corresponsabilidades. Durante a elaboração e no período inicial da implantação da PN 211/2014 novos atores passaram a incorporar o processo e, se fez necessário a mediação de interesses, especialmente daqueles de cunho econômico. Gohn (2001) menciona que os espaços de participação não estão livres de lógicas de defesa de interesses particulares, caso que foi percebido ao longo do processo e, recentemente tem comprometido a efetividade das ações da CTEcoturismo.

A discussão a respeito da defesa de interesses particulares deve ser apresentada, especialmente pela pressão para uso turístico do PEIb, que conta com

elevado número de operadores de turismo e visitantes na Estrada-Parque e, por vezes prioriza a defesa de interesses comerciais em detrimento da função social e do uso tradicional do território. Lavelle e Baroni (2015) ao discutir o aumento da participação em conselhos e a criação de associações representativas, questionam se essas instâncias têm contribuído para reproduzir desigualdades. No caso do turismo facilitado pela Estrada-Parque essas arenas de participação vêm fortalecendo os segmentos voltados à operação de turismo que faz a manutenção de um ambiente com baixa participação da população mais afetada – os caiçaras.

DESAFIOS DA COGESTÃO DA ESTRADA-PARQUE DOS CASTELHANOS

O único acesso terrestre, ainda nos dias de hoje, que cruza a floresta nativa e liga as faces continental e oceânica de Ilhabela é a antiga Estrada de Rodagem Perequê-Castelhanos, atualmente a Estrada-Parque dos Castelhanos (SP-004/131). Desde a sua abertura, o principal uso esteve pautado em interesses particulares e comerciais, que não atendiam as necessidades dos caiçaras. Inicialmente, o acesso facilitou o escoamento da decadente produção agrícola comercial e logo assumiu o uso voltado ao turismo, responsável pelo fomento da grilagem e comércio de terras na face leste do arquipélago.

No final da década de 1990, foi estabelecida uma visitação comercial tímida devido às péssimas condições de tráfego e que marcou a formação da classe de prestadores de serviços de transporte com tração 4x4 de turismo no município, os jipeiros.

As difíceis condições de tráfego eram o fator atrativo para turistas e aventureiros. Contudo, por conta das características geotécnicas que provocam alta fragilidade, a estrada apresentou situações de péssimo estado de conservação do leito carroçável que mobilizou algumas gestões dos governos estaduais e municipais.

O fato do acesso estar localizado parte em área inserida no interior da UC, sem regularização fundiária, e parte em área municipal, tem historicamente registrado dificuldade no diálogo entre as instituições públicas no que se refere à manutenção e ao ordenamento do uso. Os anos entre 2001 e 2006 foram marcados pela desarticulação entre os governos estadual e municipal e, a consequente falta de manutenção na via que gerou uma série de

conflitos. A publicação do Decreto Estadual nº 53.146/2008 que definiu os parâmetros de implantação, gestão e operação de estradas localizadas no interior de UCs paulistas contribuiu para minimizar os conflitos e aproximar os diversos atores, uma vez que transformou a Estrada Perequê – Castelhanos em uma Estrada-Parque.

A implementação das ações previstas na Resolução Conjunta SMA/ST nº 004/131-2010⁷, em cumprimento ao Decreto Estadual nº 53.146/2008, conforme mencionado anteriormente, contou com ampla participação da sociedade, que teve um caráter fundamental, uma vez que os diversos atores passaram a trabalhar em parceria com a gestão da UC na busca de melhorias comuns. O Projeto Estrada-Parque contou com a coordenação do Grupo de Gestão composto por técnicos das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e Transportes, da Fundação Florestal e do Departamento de Estradas e Rodagem e, no âmbito municipal, da CTEcoturismo. O Plano de Operação foi elaborado em oficina participativa realizada em 2013, e os subsídios desse processo foram incorporados nas discussões da CTEcoturismo com resultado a publicação da PN nº 211/2014 que dispõe sobre a operação da Estrada-Parque dos Castelhanos. A maior contribuição desta normativa foi o estabelecimento da capacidade de suporte diário na estrada: 65 veículos 4x4 de turismo, 42 veículos de particulares e 60 motos.

Nos anos que seguiram, a melhoria no leito da Estrada-Parque encorajou o cadastro de novos veículos para a operação de turismo que suscitou uma pressão para alterar da capacidade de carga da estrada. A CTEcoturismo, em 2016, para subsidiar a revisão da PN nº 211/2014 propôs discutir aspectos relativos à critérios para o regramento do credenciamento e descredenciamento de jipeiros, a elaboração de contrapartidas para operação de turismo na UC e a possibilidade da alteração da capacidade de suporte, porém a falta de entendimento entre os atores levou à paralisação do processo.

Importante mencionar que a capacidade de suporte da estrada foi definida a partir da quantidade de veículos credenciados em 2013-2014 e, o aumento subsequente, devido a impossibilidade de congelamento de cadastros ou mesmo pela ausência de pré-requisitos mais restritivos, criou um dos maiores conflitos da Estrada-Parque dos Castelhanos. Os jipeiros seguem pressionando a gestão do PEIb para revisão do instrumento com a inclusão de mais vagas para atender os 126 veículos cadastrados, em 2019, na UC.

7. Conhecido como Projeto Estrada-Parque, que dispõe sobre os Planos de Implantação e de Operação da Estrada Parque dos Castelhanos.

Uma das propostas do segmento é utilizar as vagas destinadas aos veículos particulares e subtrair o uso da estrada por particulares. Por outro lado, a comunidade caiçara pactua com o determinado na PN nº 211/2014, por verificar que os turistas dos veículos particulares usufruem dos comércios dos comunitários. Os operadores de turismo, geralmente, têm parceria firmada com os restaurantes de não-comunitários.

Por vários momentos a CTEcoturismo esteve comprometida em tratar desse tema e, trouxe modelos de operação para subsidiar a revisão da PN nº 211/2014, porém sem avanços. De certa forma, o que se percebe é que o PEIb reconhece o uso voltado ao turismo praticado pelos jipeiros e, com vistas a atender às demandas deste segmento, frequentemente flexibiliza os aspectos previstos na PN, com base no discurso da manutenção de empregos e renda. As adversidades enfrentadas ao longo dos anos fortaleceram a articulação institucional e política do segmento dos jipeiros, que formalizou sua representatividade com a fundação da Associação dos Jipeiros de Ilhabela (AJI). Recentemente, alguns integrantes se desligaram da AJI e fundaram a Associação da Agência de Turismo de Ilhabela (AATI). Ambas possuem representação no CC-PEIb e COMTUR, que torna as discussões ainda mais polêmicas e apoiadas nos interesses econômicos.

Ainda em 2019 a discussão segue com relação aos conflitos decorrentes do aumento de veículos credenciados e a baixa participação dos caiçaras nos fóruns de discussão. Aspectos que se referem aos critérios de credenciamento e descredenciamento dos operadores, às contrapartidas de operação de turismo de cunho privado na UC e no território caiçara e as bonificações foram recentemente subtraídos da última versão de revisão produzida (2017) e, está em análise pela Fundação Florestal, órgão gestor do PEIb.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste processo de transformação do acesso da Estrada-Parque dos Castelhanos, é possível identificar que, para a discussão da revisão da Portaria Normativa de operação e gestão da via, é necessário que os governos estadual e municipal desenvolvam formas de cogestão baseadas em diretrizes de desenvolvimento apoiadas na sustentabilidade social e humana, priorizando o envolvimento da comunidade caiçara e de pesquisa.

O modo em que o uso da Estrada-Parque tem sido planejado e moldado pelo Parque Estadual de Ilhabela e pela Prefeitura Municipal, desde a sua concepção, beneficia a iniciativa privada e os interesses mercadológicos em detrimento da função social do patrimônio público, além de ser controverso aos princípios da conservação implícitos no conceito para as UCs de proteção integral regimentado pelo SNUC.

Percebe-se que, a fim de regradar o uso da UC pelo turismo, as políticas públicas aos poucos são adequadas às demandas do mercado turístico para melhor atender as novas formas de uso dos recursos naturais e se afastam dos interesses voltados ao atendimento de direitos das comunidades caiçaras, praticando o falso turismo sustentável na área protegida.

A participação nos fóruns de discussão é prioritariamente realizada com ambientalistas representados em ONGs, conselheiros do Conselho Consultivo do Parque Estadual e Conselho Municipal de Turismo, *trade* de turismo e jipeiros e, são raros os casos em que os caiçaras da Praia de Castelhanos participam. Isso por conta de aspectos identificados com relação a pressão exercida pelos operadores junto aos comunitários, a baixa escolaridade e a dificuldade de acesso ao centro urbano, onde essas reuniões são realizadas.

A presença da CTEcoturismo, que atualmente conta com a participação ativa de operadores de turismo, tem de certa forma dispensado a gestão da UC de se aprofundar no regramento do uso dos recursos naturais no modo preconizado no SNUC e se respalda na falsa participação para encaminhar pautas importantes como o ordenamento do uso da Estrada-Parque. Nesse formato, os segmentos com baixa participação, com pouca articulação política e institucional, entram para as estatísticas de desigualdade afirmadas com a falsa participação.

Vale salientar que a atual participação é respaldada pelo poder político e com baixa qualificação para a tomada de decisão, pautada no benefício privado em detrimento dos interesses comuns. O bem comum não tem sido considerado pelos agentes que participam dos fóruns de discussão, prevalecendo interesses pessoais e econômicos de cada segmento. A Prefeitura e o Parque estadual, ao invés de serem instâncias de negociação de conflitos acabam reforçando desigualdades entre agentes e os atores hegemônicos (caiçaras) acabam tendo de procurar os alvéolos legais e sócioespaciais para reprodução de seus interesses e necessidades.

A gestão da UC deve utilizar dos instrumentos previstos para participação com objetivo de minimizar os conflitos e encaminhar para a sustentabili-

dade do uso público dessas áreas, visto que se trata de elemento desencadeador de conflitos. Por fim, deve estar atento para evitar que seja reprodutor de desigualdades. Capacitação das lideranças locais para serem bons interlocutores nos processos de tomada de decisão, ou seja, nos princípios de governança, é um dos elementos prioritários para a adequada gestão da Estrada-Parque dos Castelhanos e da praia homônima.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. Desenvolvimento e meio ambiente. Ed. UFPR, n. 5, jan/jun 2002. p. 49 - 60.
- ADAMS, Cristina. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.
- ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2017.
- ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. Revista de Associação Brasileira de Fortalecimento da Participação – PARTICIPE. Porto Alegre, v. 2, n. 2, jan. 2002. p. 4 -13.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, instituições participativas e representação: da autorização a legitimidade da acção. DADOS. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 50, n. 3, 2007, p. 443 – 464.
- BENSUSAN, Nurit. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. 1ª ed., São Paulo: FGV, 2006.
- BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. v.1, n 2, 2003. p. 161-170.
- DIEGUES, A. C.; VIANNA, L. P. Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação e Mata Atlântica. São Paulo: NUPAUB - USP, 1995.
- DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo: NUPAUB - USP: MMA, 2000.

DOWBOR, M. ; SERAFIM, L.; HOUTZAGER,P. Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos. CEBRAP – Institute of Development Studies. São Paulo, 2008.

GOHN, M. da G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da nossa época, v. 84).

GURZA LAVALLE, A.; BARONE, L. Conselhos, associações e desigualdade. In: Marta Arretche. Trajetórias da desigualdade: o quanto o Brasil mudou nos últimos 50 anos. Ed. UNESP, 2015, p. 51-77.

IRVING, M. et al. Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p. 41-75.

IRVING, M.; MATTOS, F.F.; RODRIGUES, C.G.O. Rede TAPIS (Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social): inovando na construção compartilhada de conhecimento. In: IRVING, M.A. et al. (Org.) Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres.1ª ed, Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 21 - 50.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). Patrimônio Ambiental Brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2003.

MALDONADO. W. T. P. V. Da mata para o mar: a construção da canoa caiçara em Ilhabela (SP). 2001. 152 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo. 2001.

MARCONDES. Daniella. Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950. 2018 Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH, 2018.

MARETTI, Claudio C.; et. al. A Participação em Planos de Gestão Ambiental: unidades de conservação de São Paulo - 1996/1998. In: Oficina sobre Gestão Participativa de Unidades de Conservação, SMA/ 1997.

MATTOS, F. F.; IRVING, M. A. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. In: Caderno Virtual de Turismo, v. 3, n. 4, 2003.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: HERMAN, Benjamin Antônio (Org). Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação. Forense Universitária, 2001. p. 190 - 231.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The evolution of institutions for collective action. Cambridge: University Press, 1990. p. 1 - 28.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RABINOVICI, A.; IRVING, M. Participação Social e Turismo: uma perspectiva crítica sobre os projetos desenvolvidos por ONGs em áreas protegidas. In: IRVING, M.A. et al. (Org.). Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres. 1ª ed., Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015. p. 143 - 175.

RAIMUNDO, Sidnei; FRACALANZA, Ana Paula; JACOBI, Pedro Roberto. Governança da água em áreas turísticas: um estudo de caso do litoral norte do estado de São Paulo - Brasil. In: CHÁVEZ, Eduardo Salinas; MAURO; Cláudio Antonio Di; MORETTI, Edvaldo Cesar (Org.). Água, recurso hídrico: bem social transformado em mercadoria. Tupã: ANAP, 2017.

RAIMUNDO, Sidnei; HONORA, Ana Carolina. Território de direitos: abordagens interdisciplinares para a mediação de conflitos socioambientais entre comunidades tradicionais e unidades de conservação. In: PEREIRA, Diamantino (Org.). Estudos e ações transdisciplinares em mudança social e participação política. Ed. Annablume, 1ª ed., nov, 2017. p. 189 - 200.

ROCHA, Paulo. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. Revista Pós Ciências Sociais. Vol. 6, n. 11, 2009.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 151p.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente. Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. PROCESSO FF nº 1.571/2009 / NIS 1527172. Implementação da Estrada Parque de Castelhanos no Parque Estadual de Ilhabela. 20/08/2009. vol. 1, 2, 3. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Transportes. Departamento de Estrada de Rodagem. PROCESSO nº 226.607/ 1999/ DER. Solicitação de Celebração de Convênio entre DER/SP, PM de Ilhabela e Secretaria do Meio Ambiente, para regulamentação e operação da SP 004/131 (Estrada dos Castelhanos) no município de Ilhabela.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Mata Atlântica. São Paulo, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Secretaria de Transportes. Resolução Conjunta SMA/ST nº 004 de 27 de março de 2010. Dispõe sobre a implementação dos planos de implantação e operação da Estrada de Castelhanos, de acordo com o Decreto Estadual nº 53.146 de 20 de junho de 2008.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M; GUIMARÃES, L. B. Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. (Coleção Conceitos Fundamentais).

SCOTTO, Gabriela (Org.). Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro: IBASE, 1997. (Projeto Meio Ambiente e Democracia).

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan. – jun. 2007. p. 93-100.

TRIPP, David. Pesquisa-Ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 3, set.- dez. 2005, p. 443 – 466.

VALLE, Paula Fernanda do. Conflitos e possibilidades da participação de comunidades locais na gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. 2016 Dissertação (Mestrado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH, 2016.

II - EDUCAÇÃO, GÊNERO E SAÚDE



APRESENTAÇÃO

A presente seção deste livro é resultado de múltiplos encontros teóricos, interdisciplinares, políticos e pessoais no âmbito da linha de pesquisa Educação, Gênero e Saúde e reflete as análises realizadas pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores – docentes e pós-graduandos – derivadas de pesquisas empíricas e reflexões teórico-práticas desenvolvidas a partir de distintas bases teórico-metodológicas.

A diversidade de cenários e escopos de investigação, como também de sujeitos considerados no conjunto desses estudos, assinalam a amplitude da linha de pesquisa e seus desdobramentos analíticos. Os leitores encontrarão artigos sobre os processos subjetivos que constituem as identidades de migrantes, autistas e idosos, além de reflexões conceituais e práticas sobre a Educação, tanto na escola quanto fora dela (formal e não formal), ou ainda sobre espaços artísticos e de produção da cultura que oferecem contribuição importante sobre a participação política e seu papel na mudança das relações do cotidiano, na democratização dos direitos.

O primeiro artigo, **Conflitos intergeracionais no Brasil atual e a escola como campo de mediação e afirmação de direitos**, escrito por Vinicius Ferreira de Carvalho, Maria Eliza Mattosinho Bernardes e Patrícia Junqueira Grandino, problematiza os frequentes conflitos intergeracionais que se observam na escola, reconhecendo-a como instituição social enraizada historicamente na sociedade, como campo de mediação e afirmação de direitos. Assim, os autores têm como objetivo promover reflexões teóricas sobre as práticas cidadãs no contexto da educação escolar como manifestações da objetivação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), na implantação e transformação de instâncias estatutárias que regem a garantia de direitos a

crianças e adolescentes e em propostas educacionais contemporâneas que, de alguma forma, assumem configurações que colocam em cheque o exercício democrático da cidadania.

O debate em torno da educação se amplia para o contexto não formal no segundo artigo **sobre experiências de acompanhantes de pessoas idosas em um programa público de saúde da cidade de São Paulo**, escrito por Silvio Ribeiro e Juliana Pedreschi, que reflete sobre o envelhecimento apresentando uma experiência desenvolvida por acompanhantes de pessoas idosas que participam de um programa de saúde pública em unidades básicas de saúde do município de São Paulo. Os autores apresentam resultados de uma pesquisa exploratória e buscam relatar aspectos referentes à formação e às práticas desses acompanhantes e os possíveis reflexos dessa formação na vida pessoal e profissional deles. Para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa de caráter exploratório, abordou-se, inicialmente, aspectos demográficos e históricos sobre o envelhecer, sobre o papel da esfera pública na promoção de atividades e vivências inclusivas destinadas aos idosos, sobre processos formativos no campo da educação não formal, desenvolvidos por meio de estratégias e recursos que valorizem, por exemplo, o resgate das memórias do trabalho, da família, práticas culturais entre outros aspectos da vida por meio da análise de materiais fotográficos, histórias de vida e documentos que permitam a reflexão sobre o envelhecimento e sobre o papel do acompanhante nesse processo.

Márcia Francisca Lombo Machado e Soraia Ansara, no artigo **Desafios e limites na construção da identidade e participação política das famílias de pessoas com autismo no Brasil**, apresentam resultados de uma pesquisa sobre o cotidiano de famílias de pessoas com autismo e suas formas de organização para criar e consolidar as políticas públicas de que necessitam nas cidades. Com base em referenciais teóricos de participação e poder, identidade social e direito à cidade, as autoras dialogaram com mães engajadas na luta pelos direitos dos autistas em diferentes cidades brasileiras. Dentre os principais achados do estudo, sobressai a identidade gerada no estigma e nas dificuldades compartilhadas que vem sustentando ações coletivas e iniciativas de associativismo. Nesse grupo identitário, merece destaque que a ascensão das mulheres-mães a sujeitos políticos é mobilizada pela identidade social caracterizada pela transformação do cotidiano de sofrimento em lutas *com e pelo* grupo do autismo, cujos maiores desafios residem em desvendar meios de alcançar seus direitos enfrentando as barreiras burocráticas do próprio Estado em crescente escalada de desrespeito,

descaso e omissão com *grupos* sociais minoritários. O texto evidencia que a identidade dessas famílias gerada no estigma, no embate contra o preconceito e nas dificuldades compartilhadas as impulsiona à organização e à luta pela igualdade de condições de vida e concretização de seus direitos.

Migração internacional de mulheres: tecendo visibilidades é o texto escrito por Cláudia Medeiros de Castro, Corina Evelin Demarchi Vilallon e Maria Paula Botero Rodriguez, que discute o cenário internacional de migração com destaque para a migração de mulheres, que por décadas foram invisibilizadas nos estudos sobre migração. As autoras destacam a importância dos estudos que incorporam a perspectiva de gênero e avançam na análise das interseccionalidades acionadas nas diferentes experiências migratórias das mulheres. Agregam ao debate a discussão sobre a heterossexualidade compulsória e a participação política das mulheres imigrantes.

O quinto artigo **Vida, morte e ética do cuidado de si: aprendizados (im) possíveis com a pandemia de Covid-19**, foi escrito por Elizabete Franco Cruz e apresenta um ensaio que aborda a pandemia de Covid-19, refletindo sobre as respostas e modo de organização da universidade em que trabalha a autora. Ela tece considerações a respeito de como as universidades transformaram-se em empresas e como estas refletem a sociedade no descuido com as pessoas, inclusive em tempos de pandemia. A autora aponta que a pandemia não é democrática e que a vida pós-covid dependerá de embates e da nossa capacidade de disputa de sentidos para vida. Sugere que o conceito de vidas precárias, vidas passíveis de luto de Butler (2015) e o conceito de cuidado de si em Foucault (2006) podem ser importantes para desenhar uma ética deste tempo histórico.

No sexto artigo, intitulado **O futuro está às nossas costas: uma brevíssima reflexão sobre projetos de pesquisa num presente-passado-(sem)-futuro**, Marília Velardi apresenta uma reflexão a respeito de metodologia para a produção da pesquisa em arte, problematizando a relevância da articulação das pesquisas com a vida, com o tempo, para além muros das Universidades.

A riqueza das discussões aqui apresentadas reflete a multiplicidade de temas e de abordagens de nossa linha de pesquisa e ilumina sua forte sensibilidade social. Por um lado, as distintas experiências e análises, revelam um atravessamento de questões que falam sobre a discriminação de populações: jovens, velhos, autistas, migrantes, homossexuais, pobres e diferentes contextos de vulnerabilidade.

Por outro lado, os artigos apresentam desafios e possibilidades que contribuem para mudança social, como mediação escolar, educação não formal em serviços de saúde, organização comunitária - por exemplo de mães de autistas e migrantes. No campo acadêmico destaca-se a viabilidade de operarmos com conceitos e metodologias para pensar a realidade e desenvolver um debate crítico em torno da diversidade e das contradições vivenciadas na sociedade atual.

O país vive um momento difícil não somente pela pandemia de COVID 19, mas agudizado pelas crises geradas por um governo sem propostas de políticas públicas efetivas para a garantia de direitos e diminuição da vulnerabilidade da maioria da população.

O capitalismo com sua cruel produção de desigualdades, somado às estratégias e às ações autoritárias e fascistas praticadas pelo atual governo invadem o cotidiano com uma assombrosa desvalorização de vidas, especialmente daquelas consideradas diferentes ou historicamente alijadas de direitos. Tal realidade exige de nós, pesquisadoras e de nossos pós-graduandos, a busca permanente de estudos e uma produção de conhecimentos que problematize a realidade dentro e fora dos muros das universidades. Que sentido fariam nossas pesquisas e estudos no campo da mudança social se não fosse na direção de romper com a barbárie que afeta tantas vidas?

Esperamos que a leitura dos textos a seguir possa contribuir para algumas reflexões e mudanças sociais na direção dos direitos humanos e de uma produção acadêmica mais atenta e articulada com as demandas das comunidades e da sociedade brasileira.

CONFLITOS INTERGERACIONAIS NO BRASIL ATUAL E A ESCOLA COMO CAMPO DE MEDIAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

VINICIUS FERREIRA DE CARVALHO
MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES
PATRÍCIA JUNQUEIRA GRANDINO

Palavras Chave: Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente, Escola, Conflitos geracionais, Gestão democrática.

O movimento de transformação da sociedade resulta de processos históricos que se estabelecem pela definição de pactos compartilhados socialmente, pelas relações sociais e pelos conflitos derivados das diferenças de interesses, concepções e questionamentos sobre as condições restritivas de cada tempo. Tais condições são expressas nas formas de lutas de classes e contra as discriminações sociais das mais diversas ordens, como a luta pelo respeito e direitos às diferenças e identidades particulares.

Trata-se do processo de busca para a luta e legitimação dos direitos sociais e individuais, independentes das particularidades de gênero, raça, idade, classe social entre outras, nas diferentes instituições sociais. No entanto, tal busca não ocorre espontaneamente, mas se efetiva a partir de relações sociais possíveis de serem vivenciadas que medeiam significações e instrumentos sociais e instrumentos que impactam na formação da consciência e promovem condutas ativas nos diferentes campos.

Entendendo a educação como mediação no processo de emancipação humana, Bernardes (2010) resgata o pensamento marxiano ao afirmar que a consciência se constitui dialeticamente pelos processos de comunicação de indivíduos com diferentes níveis de domínio da cultura, entendida como produção humana elaborada historicamente e que tem como finalidade o desenvolvimento da humanidade em cada um de nós. No entanto, “os limi-

tes da educação expressam a contradição presente no processo de emancipação humana, decorrente da alienação instituída historicamente na sociedade pelo movimento de exploração do homem e, de forma especial, nas sociedades de classes” (p. 293).

Os limites e possibilidades da educação são abordados por Tonet (2005) e Duarte (2010) quando problematizam a educação cidadã como via para a liberdade ou para a emancipação humana. Este debate está no centro da problemática do presente artigo, uma vez que ao considerar a escola como campo de mediação e afirmação de direitos torna-se necessária uma compreensão sobre como a educação escolar pode contribuir para a formação de uma consciência crítica e de condutas ativas na sociedade atual. A apropriação da ciência, da arte, da moral, da filosofia e da política, segundo Heller (2008), faz parte da formação humana que visa a emancipação dos sujeitos pelos processos educativos. Assim sendo, a particularidade da educação escolar não pode se abster de tal finalidade quando se visa uma educação para o exercício da cidadania.

A partir de tal compreensão problematizamos os frequentes conflitos intergeracionais que se observam na escola, reconhecendo-a como instituição social enraizada historicamente na sociedade, como campo de mediação e afirmação de direitos. Assim, o presente artigo tem como objetivo promover reflexões teóricas sobre as práticas cidadãs no contexto da educação escolar como manifestações da objetivação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), na implantação e transformação de instâncias estatutárias que regem a garantia de direitos a crianças e adolescentes e em propostas educacionais contemporâneas que, de alguma forma, assumem configurações que colocam em cheque o exercício democrático da cidadania.

O foco de análise da realidade no presente artigo não são os processos de ensino e aprendizagem na educação escolar como campo de mediação do conhecimento, mas sim a correlação de forças de poder expressas pelos conflitos intergeracionais que têm como pano de fundo aspectos legais na escola enquanto o campo de mediação da cultura com vistas também à emancipação política. Trata-se de uma particularidade das relações sociais organizadas de forma intencional no contexto escolar que visam a formação da consciência política e a participação dos representantes da sociedade civil na vigência da gestão democrática (DAU, PALASSI, SILVA, 2019).

Entendemos ser necessário, no momento atual da sociedade brasileira, problematizar este campo de investigação, uma vez que as práticas democráti-

cas, em especial nas escolas públicas, vêm sendo objeto de questionamento e intencionalmente transformadas.

Para tanto, são abordados no artigo as alterações paradigmáticas na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reconhecem essa parcela da sociedade como pessoas em condição particular de desenvolvimento, sujeitos especiais de direitos com absoluta prioridade nas ações estatais e sociais, a quem deve ser garantida a proteção integral, transformação que impactou consideravelmente as relações sociais intergeracionais. A partir dessas premissas, procurar-se-á apreender o movimento sociopolítico atual à luz da particularidade dessas relações, buscando evidenciar as reações conservadoras ao movimento do ECA, e, finalmente, a gestão democrática como contexto de práticas cidadãs na escola e os aspectos legais para a sua efetivação, enquanto instrumento de afirmação dos direitos conquistados e instância de diálogo intergeracional, enquanto respostas àquelas reações.

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ECA: MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS

O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, consolidou alterações substantivas que vinham se processando no interior das relações entre adultos e crianças e adolescentes, formalizando procedimentos e práticas institucionais antes marcadas por uma verticalização de poder.

Em verdade, observa-se que o século XX, e a sua segunda metade, de maneira mais acentuada, foi marcado por uma centralidade crescente de crianças e adolescentes no imaginário e na cena social do ocidente. Gradualmente, após o término da segunda grande guerra, em 1945, o mundo viu-se confrontado com os horrores do extermínio em massa e com a premissa de que novas gerações recompusessem as defasagens populacionais das nações envolvidas no grande conflito.

Desse modo, ao mesmo tempo em que políticas de incentivo à natalidade foram implementadas em países da Europa e Estados Unidos, observou-se um interesse crescente e maior produção de estudos científicos sobre as especificidades da infância e adolescência, bem como um avanço em disciplinas no campo da Educação, que trouxeram inovações sobre métodos de ensino, agora reconhecendo as condições singulares de aprendizagem.

Crianças e adolescentes foram reconhecidos em suas características singulares de desenvolvimento. Verificou-se a complexidade das etapas do desenvolvimento humano e reconheceu-se a importância de oferecer aos mais jovens as condições necessárias a seu pleno desenvolvimento. Assim, de objeto das ações dos adultos, da condição de “não-lugar” e de miniaturas de adultos, a sociedade ocidental passou a valorizar e a conferir importância à educação, à formação e aos direitos específicos dessa parcela da população, reconhecendo-os como sujeitos.

No Brasil, o campo do direito dirigido a crianças e adolescentes esteve marcado, desde a primeira legislação a eles destinada, pelo viés dos paradigmas assistencialistas e repressivos. Em 1927 o país promulgou sua primeira legislação, conhecida como Código Melo Mattos, em tributo ao juiz que encabeçou o debate nacional sobre o tema. Embora seja um marco, no sentido de oferecer garantias específicas e diferenciadas a essa população, os termos da lei estavam dedicados sobretudo a crianças e a adolescentes oriundos das camadas populares, pobres e negros. Seu viés assistencialista correspondia às medidas de recolhimento em instituições de caridade àquelas cujas famílias o Estado considerava que não tinham condições de educar sua prole e, na via repressiva, encarcerava adolescentes que cometiam pequenos delitos e perambulavam pelas ruas das grandes cidades.

Não sendo nosso objetivo o de detalhar as transformações históricas das legislações dirigidas à infância e à juventude do país, queremos apenas destacar que os intervalos históricos de governos autoritários mantiveram os mesmos paradigmas assistencialistas e repressivos, em que pese uma ou outra modificação no texto da lei. Mesmo a mais significativa revisão, que ocorreu motivada por denúncias de maus tratos a crianças e adolescentes sob a tutela do Estado, já no final da ditadura militar, culminou com poucas transformações significativas e a conhecemos como Código de Menores, de 1979. Mas é importante perceber que, embora ali as mudanças não tenham sido relevantes, o país já assistia uma transformação nas noções de infância e de juventude, pois que havia maior interesse e preocupação dos adultos sobre as maneiras mais efetivas de se promover a educação das novas gerações, sobretudo aquelas orientações provenientes da área médica, com prescrições sobre o desenvolvimento biológico e a educação de bebês e crianças (MARTINS, 2008).

Tais observações indicam que o lugar da criança e do adolescente na cena social ganhava centralidade e interesse, e que as relações estabelecidas entre os adultos e os mais novos sofria alterações em razão desse novo entendi-

mento. Mesmo os movimentos sociais que tiveram importância decisiva na retomada da democracia na década de 80, podem ser compreendidos por essa alteração paradigmática sobre a noção social da infância e juventude. Em meados da década de 1970, grupos de educadores, entre outros profissionais que atuavam junto a crianças e adolescentes passaram a se mobilizar para reivindicar direitos e condições mais justas de atenção a essa população. Na esteira da ampla mobilização social pela redemocratização do país, os movimentos em defesa dos direitos de crianças e adolescentes tiveram papel protagônico (MAIDA, 2018).

Assim, durante a Assembleia Constituinte, que se formou em 1986 para a elaboração de uma nova Carta Magna para o Brasil, foram incluídas emendas constitucionais gestadas nas fileiras desses movimentos. Elas continham as garantias individuais e coletivas que se reivindicavam à infância e à juventude. Após grande debate, essas conquistas foram estabelecidas no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que reconhece o atendimento a essa parcela da população como prioridade absoluta e específica que crianças e adolescentes são portadores de direitos civis e individuais. Este artigo ensejou a regulamentação promulgada em 1990, sob a lei 8069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente.

Do ponto de vista jurídico, entende-se que essa nova legislação rompeu com a doutrina da situação irregular, que orientava as legislações anteriores e se fundamentou na doutrina da proteção integral, assim compreendida por dedicar-se à totalidade da população brasileira entre zero e dezoito anos de idade, englobando aspectos protetivos e socioeducativos. O amplo debate que marcou o processo de elaboração da nova legislação foi referendado nos avanços científicos sobre as especificidades dos ciclos iniciais de vida humana, bem como no reconhecimento das condições sociais e culturais necessárias ao pleno desenvolvimento das novas gerações. Com isso o Estatuto da Criança e do Adolescente passa a considerar essa parcela da população como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento e é sobre essa égide que todo o corpo da lei se erige.

Com essa explanação, queremos enfatizar que o Estatuto não define arbitrariamente novas modalidades de atenção a crianças e adolescentes, mas que tudo o que ali está preconizado deriva de ampla mudança social na compreensão sobre as especificidades dessas fases da vida. Tampouco as diretrizes que se encontram no texto da lei são casuísticas, mas

decorrem de amplo debate, que contou com a participação direta de educadores sociais, de militantes dos movimentos sociais em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, de inúmeros profissionais dedicados à infância e à adolescência em diversas áreas e serviços de atendimento. Reconhecemos, portanto, que o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente representa um marco na transformação paradigmática sobre as noções de infância e juventude.

Noutro frente, o incremento, cada vez mais intenso e rápido, das novas tecnologias e do acesso à informação possibilitou aos jovens em fase peculiar de desenvolvimento a apropriação de mais conhecimento e acesso a informações em ritmo e volume antes impensáveis, suscitando curiosidade e incidindo na produção de subjetividade das novas gerações. (GRANDINO, 2008). Assim como as novas tecnologias, notadamente o advento da internet alterou profundamente os modos como as pessoas têm acesso à informação e processam eventos que ocorrem em diferentes partes do mundo, aos quais se assiste em tempo real. Para os mais jovens, o acesso maciço a informações de toda espécie tem efeito importante nos modos como aprendem e como se relacionam.

Pode-se observar, ainda, que a retomada democrática no país viabilizou a internalização da noção de direitos na população. A nova constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, foi assim batizada por garantir direitos civis e individuais como nunca tinha acontecido no país aos cidadãos brasileiros de todas as idades. Essa noção de sujeitos de direitos foi aos poucos se capilarizando na sociedade brasileira e impactando todas as relações interpessoais. Observou-se uma gradual horizontalização das relações, que também passou a ser observada nas relações entre adultos, crianças e adolescentes.

Assim, os adultos que são responsáveis pela educação de crianças e adolescentes, cada vez mais precisam recorrer ao diálogo, ao esclarecimento sobre os motivos de suas decisões e argumentar sobre as razões dos limites e proibições que imporão aos mais jovens. A autoridade dos adultos, nos dias atuais, requer mais que imposição de poder, requer diálogo, presença, convencimento, entre outros atributos de caráter dialógico. Tais mudanças passam a exigir cada vez mais recursos e os conflitos intergeracionais que verificamos nas relações entre pais e filhos e entre estudantes e professores, podem ser compreendidos por esses desafios relacionais.

REAÇÕES CONSERVADORAS ÀS CONQUISTAS DO ECA:
O MOVIMENTO SOCIOPOLÍTICO ATUAL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA
PÚBLICA COMO ALTERNATIVA

Um ângulo de análise para as transformações paradigmáticas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente abordadas neste artigo é a partir das relações sociais concretas de poder. A correlação de forças na sociedade, entre adultos versus crianças e adolescentes, foi alterada em prol destes últimos.

Com efeito, o que antes era uma relação de preponderante sujeição se converteu em uma relação com direitos e responsabilidades, em que a autoridade pode ser questionada e as ordens devem ter seus motivos explicados, na qual há instituições para atuar em prol das crianças e adolescentes (Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, Promotorias e Juizados da Infância e Juventude), podendo essa parcela da população, hoje, influenciar decisivamente uma eleição, isto é, exercendo poder político de fato. A gestão democrática das escolas públicas dá a possibilidade aos jovens de participarem nas decisões tomadas no espaço escolar. Ao mesmo tempo, um eventual ato de violência ou agressividade, mesmo que verbal, praticado por pais ou professores em desfavor de filhos ou alunos mais novos, em público, certamente não escapará da censura social, contrastando com a época das palmadas livres e da palmatória.

Em outras palavras, ficou mais custoso para os adultos exercer poder sobre as crianças e adolescentes. A primavera estudantil de 2015- ou movimento secundarista de ocupação das escolas- é exemplo significativo do resultado de um ganho de escala de informação e noção de direitos. Com reivindicações claras, estratégias e organização, as crianças e adolescentes que participaram do movimento correlacionaram forças com os adultos representantes do Estado a ponto de provocarem um cancelamento na política que seria implementada pelo governador do Estado de São Paulo e derrubada do Secretário de Educação do cargo.

Em certa medida, as mudanças nas relações intergeracionais refletem uma mudança ampla promovida com a redemocratização e difusão de valores republicanos, como já exposto neste trabalho. Buscando substituir uma estrutura política precipuamente vertical e autoritária, uma República fundada sob a égide do Estado Democrático de Direito, como quis a Constituição de 1988, pressupõe condutas diametralmente opostas por parte daqueles que exercem autoridade legítima.

Inicialmente, todo poder se funda em um correspondente dever: se o Estado goza de poder coercitivo para impor suas leis, é porque deve zelar pelo interesse público. Por sua vez, se os pais podem impor vontades às crianças e adolescentes, é porque carregam o dever de cuidado e zelo. Em uma República, as decisões devem ser transparentes. O poder é temporário e a autoridade responde pelos seus atos. Os assuntos e decisões coletivas devem ser permeados por horizontalidade e participação (SILVA, 2019). Alguma semelhança com a relação atual entre pais e filhos?

Esses movimentos, geral (sociedade) e particular (relações intergeracionais) parecem ter provocado reações por parte daqueles que perderam parte de seu poder (elites econômicas e políticas e adultos), o que se acentua em tempos de crise econômica. Se o movimento político de ascensão do autoritarismo e hostilidade a direitos pelo qual o Brasil passa hoje pode ser interpretado a partir das relações sociais reais à luz da economia política (DRUCK; FILGUIRAZ, 2019), arrisca-se aqui apontar alguns aspectos que parecem representar uma reação na correlação de forças intergeracionais entre adultos e crianças e adolescentes.

Sobre os conflitos entre gerações surgidos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, pondera Grandino (2008) que as conquistas reconhecidas na legislação, por si só, não impediram que graves violações aos direitos continuassem a ocorrer e que os pais e professores não encontrassem dificuldades no enfrentamento das questões que as crianças e adolescentes lhes demandavam, utilizando como exemplo as situações de violência e indisciplina nas escolas. Esses problemas convivem ainda com o senso comum de que o ECA seria uma lei muito benevolente aos jovens, geradora de impunidade e que garante de modo excessivo direitos sem correspondentes deveres (GRANDINO, 2008).

Nesse sentido, uma das reações de retomada de poder por parte dos adultos que pode ser identificada no cenário sociopolítico atual é o movimento Escola sem Partido. Em linhas gerais, com base na acusação de que professores com pensamento alinhado mais à esquerda do espectro político deliberadamente utilizam a sala de aula como palanque e que tal prática seria generalizada, objetiva-se proibir a discussão sobre temas políticos nas escolas, ou mesmo emissão de juízo de valor sobre eventos históricos.

Como efeito prático, cria-se uma espécie de vigília sobre os professores, o que já resultou em demissão de professor que lecionava em grande grupo empresarial educacional. O que se quer evidenciar para os fins do presente

artigo é que o Escola sem Partido pode ser interpretado enquanto ataque à formação de senso crítico e consciência política pelas crianças e adolescentes, ferramenta essencial para que possam melhor reivindicar.

Ainda no campo educacional, o movimento a favor da educação domiciliar, ou homeschooling, milita a favor da imposição dos adultos às crianças, por intermédio da instituição social família, de suas convicções, valores, visão de mundo e formação humana, em detrimento do contato com outros pontos de vista, pessoas de origens e valores diversos e situações que a escola pode gerar.

Noutro frente, algumas declarações do atual Presidente da República sobre o trabalho infantil sugerem a sua legitimação perante a opinião pública, as quais foram seguidas por publicação de seu filho, deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL) Eduardo Bolsonaro, pedindo aos seus seguidores nas redes sociais que contassem histórias pessoais sobre o trabalho infantil. A corrente virtual contou com o apoio do juiz federal Marcelo Bretas, como também do líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), os quais contaram histórias pessoais que indicam o apoio ao trabalho infantil.

Dados do IBGE dão conta que, em 2014, havia mais de 3 milhões de crianças trabalhando no Brasil. O Censo Agropecuário de 2017 constatou que 587,8 mil crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade estavam ocupados no setor agropecuário brasileiro em setembro de 2017, setor este que constitui uma das bases do governo atual (bancada ruralista).

Pertinente à linha de raciocínio aqui adotada é mencionar a Proposta de Emenda Constitucional nº 115/2015, que tramita no Senado Federal e foi objeto de debates na quinta-feira, 27 de junho de 2019, em audiência pública promovida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da referida Casa Legislativa, a qual objetiva reduzir a maioria penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. A medida, se aprovada, permitirá o encarceramento de adolescentes. Destaca-se que o tráfico de drogas, que alicia crianças e adolescentes principalmente negros e pobres nas periferias das grandes cidades, é crime equiparado ao hediondo, de acordo com o art. 5º, XLIII da Constituição e poderia, em tese, ser objeto da aplicação da redução da maioria penal.

Traz-se ao debate também as discussões sobre gênero. Em 2016, o juiz Anderson Candiotto, da Terceira Vara da Comarca do Município de Sorriso, em Mato Grosso do Sul, autorizou a cirurgia transgênero para uma criança

de 9 anos de idade, permitindo que esta gozasse do seu direito à liberdade e autodeterminação. De um modo geral, para adultos, essas cirurgias são realizadas pelo SUS desde 2008 e foram instituídas por meio da Portaria nº 1.707/GM/MS, de 18 de agosto de 2008 e da Portaria nº 457/SAS/MS, de 19 de agosto de 2008.

Entretanto, surgem pelo país leis que proíbem a abordagem sobre gênero em escolas, a exemplo da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu (PR) e da Lei nº 7.800/2016, do Estado de Alagoas, ambas suspensas por decisões do Supremo Tribunal Federal, nas ações de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 526 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5537, respectivamente. Entendeu a Suprema Corte brasileira que essas leis estão em confronto com a Constituição da República de 1988, que assegura os direitos de ensinar e aprender e do pleno desenvolvimento da pessoa. A Lei Complementar nº 9/2014 do Município de Santa Cruz de Monte Castelo (PR) tem conteúdo similar e também é objeto questionamento no Supremo Tribunal Federal, em ação- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 578, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais (Anajudh LGBTI).

Cada uma a seu modo, essas ações reduzem o potencial das crianças e adolescentes de acessarem o conhecimento, a ciência, o pensamento crítico e consciência de direitos, o exercício do poder político, a liberdade para se autodeterminarem, ou, em outros termos, os desarmam significativamente na correlação de forças no espectro da vida social e política, sob o ponto de vista intergeracional, funcionando como uma espécie de retomada autoritária do poder e capacidade de impor, por parte dos adultos, suas vontades e interesses.

Sem pretender esgotar as inúmeras causas e possíveis soluções deste complexo e histórico processo, este espaço focaliza a falta de instâncias de mediação de conflitos como uma dessas causas, inclusive para a compreensão desse processo histórico e geral de conquista e avanço social de direitos, bem como entende ser a escola uma instituição social potencialmente capaz de ser uma dessas instâncias.

A respeito, Grandino (2008) alerta que as instâncias de diálogo e mediação/interlocação de conflitos, previsíveis diante da magnitude da mudança na relação com crianças e adolescentes, são necessárias para solucionar os di-

versos atritos gerados pela convivência com esses direitos, sobretudo na esfera intergeracional. Por diálogo, entretanto, deve-se entender uma relação de troca, bidirecional, em que se fala e se escuta, sendo comum que adultos tentem impor suas posições e apenas tolerem a fala dos jovens, porém sem realmente considerá-la, em um pseudo diálogo.

Essa situação revela um despreparo, de modo geral, no trato dos adultos com os jovens na perspectiva do exercício de direitos com viés participativo, reflexo da sociedade em suas demais relações. O comportamento condizente com a afirmação de direitos requer um fortalecimento das instituições que irão mediar a sua concretização (família, escolas etc.). Grandino (2008) elucida esse ponto na seguinte passagem:

“É compreensível ouvir de pais e professores o desalento de não saberem como colocar limites e garantir que os jovens acatem as regras sociais e as normas de convívio. Mas não é aceitável que, em razão das dificuldades, lavem suas mãos. É preciso que os adultos se fortaleçam, e fortaleçam seus papéis sociais junto aos jovens, fazendo com que seja restituída a autoridade, não mais no modelo anterior, autoritário e impositivo, mas de maneira condizente aos contextos democráticos, com regras claras e transparentes para todos, com limites e consequência igualmente cristalinos e instâncias de mediação efetivas que atuem para dirimir conflitos”. (GRANDINO, 2008, p. 7-8)

A princípio, constata-se a carência de espaços públicos onde adultos e crianças e adolescentes se encontram, para além da família. Há, fisicamente, na sociedade contemporânea, uma segregação intergeracional, em que as gerações “vivem segmentadas em espaços exclusivos” (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008 p. 54).

A escola, enquanto campo de mediação da cultura e humanização, deve ser entendida como espaço público e instituição social historicamente constituída que favorece o encontro entre adultos e mais novos e integra trabalho, educação e lazer. Em que pese a segregação social que empurra diferentes classes para diferentes escolas, é também, minimamente, um local onde diferentes origens entram em contato. Além disso, é o lugar privilegiado de encontro do Estado, através de suas normas e agentes, e a sociedade civil.

Dentre outros possíveis de se vislumbrar, considerando os fins e possibilidades deste trabalho, há um aspecto que pode colocar a escola, sobretudo a escola pública, como espaço potencialmente capaz de agregar diálogos e promover a interlocução de conflitos sociais intergeracionais: a gestão democrática.

O princípio da gestão democrática do ensino público é assegurado pelo artigo 206, inciso VI da Constituição da República. O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê, na Meta 19, como forma de alcance da efetivação deste princípio, a estratégia de fortalecimento dos conselhos escolares e grêmios estudantis.

Os conselhos escolares constituem órgãos colegiados que têm a atribuição de deliberar sobre assuntos relativos à gestão escolar. Deve ser formado com representatividade de alunos, pais, professores, gestão, funcionários e comunidade. Suas reuniões não são restritas aos representantes, mas, pelo contrário, acessíveis a todos os membros da comunidade escolar. Naturalmente, um colegiado deliberativo implica a oportunidade de manifestação de opinião e livre expressão, respeitadas as regras procedimentais que forem adotadas, sobre determinado tema, além da eventual produção de conhecimento e informação, como fases antecedentes e que subsidiam a votação a ser levada a cabo. Posteriormente, requer o respeito às decisões tomadas.

Assim sendo, é um espaço onde conflitos diários e crônicos, inclusive os intergeracionais decorrentes da adoção da doutrina da proteção integral como norteadora da política infanto-juvenil brasileira, podem ser tratados por intermédio do diálogo, informação, compreensão e respeito, aberto ao embate (natural e por vezes necessário) civilizado, propiciando o arrefecimento e tratamento dos conflitos oriundos das alterações tão profundas vividas nas relações entre adultos e crianças e adolescentes, urgentes no atual cenário.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Se o florescimento de conflitos intergeracionais e respostas quase que naturais de manutenção do status quo poderiam ser, até certo ponto, consideradas previsíveis diante da magnitude das transformações consolidadas e pretendidas pelo ECA, demandando ferramentas de tratamento e interlocução, fato é que a gravidade e violência das reações recentes elencadas nes-

te trabalho, impulsionadas pelas condições político-econômicas, aumentam a relevância e a urgência do debate sobre o desenho e implementação desses mecanismos, a fim de afirmar os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes expressos na proteção integral, absoluta prioridade e condição especial de desenvolvimento, assim como facilitar a mudança de cultura e comportamento dos adultos e suas instituições.

A mudança paradigmática da noção de infância e juventude experimentada ao longo do século XX discutida neste trabalho altera a condição dessa parcela da população, entretanto isso não se opera automaticamente, mas sim através das mediações pelas relações sociais e, à toda evidência, impacta na forma como os adultos enxergam e se relacionam com os mais jovens. Isso implica a necessidade de educação também dos adultos, assim como o desenvolvimento de condições e circunstâncias para que o diálogo e encontro ocorram.

Sem prejuízo de outras ferramentas que podem ser pensadas, a escola é uma das poucas instituições sociais que rompem a segregação física entre adultos e crianças e adolescentes, é reconhecida e valorizada socialmente e constitui espaço que combina trabalho, educação e lazer.

Sobre o potencial mediador da relação entre escola e comunidade, Antunes (2002), abordando o papel agregador dos colegiados escolares, destaca que, ao iniciar o contato com tal espaço, provavelmente os pais não começarão com reflexões sobre questões teóricas complexas ou erudições nas reuniões do Conselho Escolar, como debater marxismo, mudança do paradigma filosófico positivista ou coisa do gênero. Entretanto, não terão dificuldades para discutir os problemas concretos do cotidiano escolar com os quais possuem contato através do acompanhamento da vida dos filhos, como atividades promovidas pela escola, carências, relação interpessoais etc., o que, progressivamente, faz melhorar a qualidade da participação e, por conseguinte, a qualidade da própria escola.

Portanto, diante do cenário sociopolítico vigente no Brasil, faz-se necessária a reafirmação dos direitos conquistados, sendo a escola um espaço e eixo central para a efetivação, às crianças e adolescentes, dos direitos à dignidade, educação, conhecimento, formulação e execução da rede de políticas públicas de proteção integral, respeito à situação especial de desenvolvimento, bem como um local privilegiado de encontro, diálogo e mediação de conflitos intergeracionais, rumo à uma sociedade mais igualitária, justa e livre.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. Guia da escola cidadã; v. 8.

BBC. A história da primeira criança trans que conseguiu alterar os documentos no Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44034765>. Acessado em: 01/11/2019.

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. A Educação como Mediação na Teoria Histórico-Cultural: Compromissos Ético e Político no Processo de Emancipação Humana. Revista Psicologia Política (Impresso), v. 10, p. 293-296, 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. MEC. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/imagens/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acessado em: 21/10/2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 526. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5496114>. Acessado em: 21/10/2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5537. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4991079>. Acessado em: 21/10/2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 578. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5674412>. Acessado em: 21/10/2019.

_____. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

DAU Arthur Gomes; PALASSI, Márcia Prezotti; SILVA, Marta Zorzal. Consciência política e participação dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória – ES. Cad. EBAPE. BR, v. 17, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2019. p. 199-211.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>. Acessado em: 01/11/2019.

DUARTE, Newton. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. *ProPosições*, Campinas, v. 21, n. 1, abr. 2010

GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S/A. Bolsonaro volta a falar sobre trabalho infantil: “o trabalho enobrece todo mundo”. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/bolsonaro-volta-a-falar-sobre-trabalho-infantil-o-trabalho-enobrece-todo-mundo/7742815/>. Acessado em: 01/11/2019.

_____. Professor é demitido após crítica a Bolsonaro durante aula em escola de São José; veja vídeo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/04/18/professor-e-demitido-apos-critica-a-bolsonaro-durante-aula-em-escola-de-sao-jose-sp.ghtml>. Acessado em: 01/11/2019.

GRANDINO, Patrícia Junqueira. O Estatuto da Criança e do Adolescente: O sentido da Lei para as relações intergeracionais. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. 2008. Disponível em: <<http://mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/12junqueira.pdf>>. Acessado em: 01/11/2019.

_____. O Educador de Ruas e suas Práticas Educativas. Dissertação de mestrado. São Paulo. FEUSP: 1999

MAIDA, Marco José Domenici. Origens do Estatuto da Criança e do Adolescente: a influência de comunidades epistêmicas na formulação da Lei n. 8069/90. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.100.2018.tde-21112018-150348. Acesso em: 2019-12-09.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *Hist. cienc. Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154

MSN. Eduardo Bolsonaro cria corrente sobre trabalho infantil; Bretas responde. Disponível em: <https://www.msn.com/g00/pt-br/noticias/brasil/eduardo-bolsonaro-cria-corrente-sobre-trabalho-infantil-bretas-responde/ar-AADZkm9?i10c.ua=1&i10c.encReferrer=&i10c.dv=15>. Acessado em: 01/11/2019

NAÇÕES UNIDAS. Trabalho infantil afeta 3 milhões de crianças no Brasil; especialistas pedem mais políticas públicas. Disponível em: <https://na-coesunidas.org/trabalho-infantil-afeta-3-milhoes-de-criancas-no-brasil-especialistas-pedem-mais-politicas-publicas/>. Acessado em: 01/11/2019.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. Contexto & Educação, Editora Unijuí, Ano 23, nº 79, 2008.

SILVA, Sandro Pereira. Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira. Texto para discussão 2358. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018.

TONET, I. Educar para a cidadania ou para a liberdade?, Perspectiva, Florianópolis, v.22, n.02, p. 469-484, jul./dez. 2005.

WIKIPEDIA. Mobilização estudantil em São Paulo em 2015. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_estudantil_em_S%C3%A3o_Paulo_em_2015. Acessado em: 01/11/2019

SOBRE EXPERIÊNCIAS DE ACOMPANHANTES DE PESSOAS IDOSAS EM UM PROGRAMA PÚBLICO DE SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO ¹

SILVIO RIBEIRO
JULIANA PEDRESCHI RODRIGUES

Palavras Chave: Envelhecimento; Educação ao longo da vida; Educação não formal; Educadores sociais; Educação Social.

NOTAS SOBRE O CONTEXTO DO ENVELHECIMENTO

As mudanças nos dados que revelam o aumento do envelhecimento populacional podem ser consideradas algo novo para a sociedade brasileira. Isso pode ser observado nos dados do IBGE de 1960 que apresentava a média de expectativa de vida do brasileiro entre 48 anos e 55 anos. Atualmente esses dados revelam um aumento significativo da média de expectativa de vida entre as faixas de 75,5 anos (sendo 71,9 anos para homens e, 79,1 anos para as mulheres) quando comparado com os dados dos anos de 1960. Essas projeções demográficas do IBGE revelam que no Brasil, a população idosa tem crescido de forma vertiginosa em dados “o número de idosos passou de 3 milhões em 1960 para 7 milhões em 1975, e 22 milhões em 2010, um aumento de mais de 700% em 50 anos. Estima-se que o Brasil alcançará em 32 milhões de idosos até o final de 2020” (MORAGAS, 2010, p. 12).

Porém, ao mesmo tempo em que o fenômeno da longevidade pode ser considerado uma conquista da humanidade, emerge a preocupação de que esse crescimento pode não ser necessariamente acompanhado pelo poder público no que se refere a elaboração de políticas públicas voltadas para esse

1. O presente artigo foi elaborado com a utilização de textos da dissertação de mestrado defendida pelo autor principal, Silvio Ribeiro, em setembro de 2019 no ProMuSPP.

público fato que, certamente, resultará no aprofundamento das desigualdades sociais, caso não ocorra o aumento progressivo dos serviços públicos para idosos(as) os que, principalmente, envolvem a saúde, a previdência social e garantia de renda, a moradia, a mobilidade urbana, o acesso ao lazer e cultura.

“Sabe-se que não é de hoje que a sociedade demonstra preocupação em relação ao processo de envelhecimento. Ao longo da história a formação de culturas e pensamentos nas diversas sociedades foram norteadas, entre outros fatores, por ideologias que influenciaram diretamente o conceito de envelhecimento, bem como o papel social da pessoa idosa na sociedade.

Para compreensão sobre a ideia de idoso, no decorrer da história, não se pode perder de vista que o papel social que ocupamos na sociedade é edificado socialmente sendo que, “a construção social das gerações concretiza-se pelo estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta para cada geração em diferentes etapas da história”.

Em algumas culturas e civilizações mais antigas, a pessoa idosa era reverenciada e muito respeitada. Essa etapa da vida era vista como um privilégio divino que lhe concedia uma vida centenária e, assim, o idoso tomava um lugar primordial, onde a longevidade se integrava a sabedoria e a experiência de vida. Nesse contexto, no seio familiar, todos deviam obediência à pessoa mais velha, não se contestava suas ordens, opiniões ou “olhares”. Na China antiga, por exemplo, o filósofo Confúcio (551-479 A.C.) já propagava que as famílias tinham o dever de respeitar os mais idosos. Por sua vez no Japão, desde de 1947 é comemorado o Dia do Respeito ao Idoso, momento em que a população faz orações pela vida longa aos anciãos e agradecem pela contribuição dada a sociedade A velhice, durante séculos, foi considerada um status social”. (FERRIGNO, 2006 apud RIBEIRO, 2019)

Sendo que, nas “sociedades tradicionais a figura do velho representava a sabedoria, a paciência, transmitia os valores da ancestralidade: era ele quem detinha a memória coletiva” (GOLDFARB, 1997, p. 11).

Mas, nas sociedades atuais, marcadas pela lógica do capitalismo que valoriza a produção e o “ser produtivo”, o envelhecer muitas vezes é associado a perda da capacidade produtiva e social, não dialogando com a visão

tradicional de envelhecimento. No contexto do capitalismo que valoriza o consumo de mercadorias e a capacidade de consumo e de produção, o envelhecer, o não ser mais produtivo e não ser mais consumidor, revela-se um grande problema. Nesse caso o idoso não é mais referência de sabedoria e nem de consideração e, por muitas vezes, passa a ser considerado apenas “um peso”, um dependente da família ou do estado.

E nesse contexto, sobre a perda da capacidade produtiva e de consumo, Baumann (2008) afirma que, atualmente, os membros da sociedade são eles próprios concebidos como mercadorias de consumo. Para o autor

“Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente. É por seu poder de aumentar o preço de mercado do consumidor que se costuma avaliar a atratividade dos bens de consumo – os atuais ou potenciais objetos de desejo dos consumidores que desencadeiam as ações de consumo. “Fazer de si mesmo uma mercadoria vendável” é um trabalho do tipo faça você mesmo é um dever individual. Observemos: fazer de si mesmo, não apenas tornar-se, é o desafio e a tarefa a ser cumprida”. (BAUMANN, 2008, p. 76)

Na mesma perspectiva Fraiman (1995) relata que essa concepção de improdutividade faz com que os idosos(as), economicamente inativos, sejam considerados socialmente mortos, por, em geral, estarem banidos da esfera do poder. Para a autora as consequências dessa visão estereotipada resulta muitas vezes situações em que as pessoas idosas acabam por serem marginalizadas por suas famílias e pela sociedade em geral.

E nesse cenário de perversidade podemos ver que muitos idosos passam por situações de desprezo e até mesmo sofrem com a solidão e com a exclusão social. Em geral, a etapa correspondente à velhice pode ser carregada de preconceito e estereótipos e ser marcada por medos, preocupações e acontecimentos “negativos”. De acordo com Riemann (1990, p. 62) envelhecer nos dias atuais é mais complicado, pois há uma supervalorização da juventude quase sempre atrelada a desvalorização dos mais idosos.

Para Riemann (1990, p. 63) envelhecer na sociedade pode ser visto como a vida que está se perdendo, algo irrecuperável, ou como caminho para o final. Ainda conforme a autora, toda pessoa que envelhece se depara com duas

possibilidades: a de aceitar essa nova fase da vida e seguir caminhando para o mundo de transformações, vivendo novas possibilidades de aprendizagens ou, então, agarrar-se a um passado que já não voltará mais. Mas, vale lembrar, que as condições materiais e objetivas que garantem uma vida confortável e digna é que norteiam, no longo prazo, as escolhas dessas possibilidades.

Já nas considerações apontadas por Caldas (2003, p. 309) faz-se necessário tornar-se livre da definição de envelhecimento como etapa da vida em que somente perdas acontecem. Para o autor, o envelhecer, torna-se um processo doloroso, somente quando a cultura destaca a visão de que a velhice significa incapacidade. Para o autor faz-se necessário aceitar, primeiramente, para depois perceber essa fase por uma nova ótica – a da velhice que pode ser bem-sucedida.

O envelhecer também pode ser visto como um processo complexo e apresenta diferentes formas de contar as idades: cronológica, biológica, psicológica e social. A idade cronológica é aquela que mensura o caminho do tempo transcorrido em dias, meses e anos desde o nascimento. A biológica é determinada pelas alterações corporais e mentais que ocorrem ao longo do processo de desenvolvimento e caracterizam o processo de envelhecimento humano. A idade social é medida por condutas individuais de papéis sociais e envolve conveniências como tipo de vestuário, hábitos e linguagem, bem como, respeito social por parte de outras pessoas em posição de liderança. Ela também se relaciona com as idades cronológica e psicológica. E, por fim, a idade psicológica que pode ser definida como as habilidades adaptativas dos indivíduos para se adequarem às exigências do meio.

Em geral, as pessoas se adaptam ao meio pelo uso de várias características psicológicas, como aprendizagem, memória, inteligência, controle emocional, dentre outros aspectos. Para Sarmiento (2000):

“Com a idade, vamos adquirindo características próprias e nesta nossa individualidade há sempre possibilidades de melhoria, em qualquer aspecto. Se nossos desejos e expectativas são favoráveis, isto é, se a gente não se sente fragilizada e incapacitada com a idade, mas vê a vida humana como uma curva e ascensão, 3 valores podemos conquistar: A longevidade, a experiência criativa que conserva nossa vida interessante e nos faz querer continuar vivendo e a sabedoria que é a recompensa de uma vida longa. Sabedoria não é ciência nem tecnologia, mas observação, experiência, curiosidade, reflexão, serenidade e bom senso”. (SARMIENTO, 2000, p.66 e 67)

Contudo, é preciso compreender que o envelhecimento é um processo irreversível, inevitável, natural e que não deve ser tratado apenas com soluções médicas, mas sim por meios de intervenções sociais, econômicas e ambientais. A velhice pode ser vista como uma forma de conhecimento adquirido ao longo dos anos e os idosos como pessoas que tem um grande teor de sabedoria e que podem contribuir para a sociedade e sua cultura.

Com isso, pode-se perceber que o processo de envelhecer, assim como, o seu conceito vem se modificando no decorrer dos tempos. Na atualidade, o avanço da medicina vem propiciando melhores condições de vida para uma parcela da população e, nesse novo cenário o envelhecimento pode ser visto como um processo dinâmico, progressivo e o envelhecer tão natural como qualquer outra fase da vida.

Em geral, as transformações que ocorrem durante o processo de envelhecimento provocam muitas mudanças na rotina, tanto do idoso como na da sua família e, os ajustamentos às novas condições surgem em decorrência dessa nova fase e das mudanças. Muitas vezes, conforme como nos assinala Galiás (2012, p.34), há uma inversão de papéis no convívio familiar, ou seja, o/a idoso(a) passa a ser filho dos seus filhos e de cuidador de todos, o idoso(a) passa a ser o cuidado(a).

Mas, ainda que velhice não seja sinônimo de doença física ela pode ser, em muitos casos, sinônimo de debilidade psicológica e/ou emocional, variando de um sujeito a outro dependendo da genética, do meio em que se vive e dos hábitos e condições de vida da pessoa idosa. Embora sejam muitos os preconceitos associados a esta fase da vida, convém lembrar que

“(…) não existe uma velhice, mas, maneiras singulares de envelhecer. Cada velhice é consequência de uma história de vida que, à medida que o tempo passa, vai acrescentando processos de desenvolvimento individual e da socialização junto ao grupo em que se insere: internalizando normas, regras, valores, cultura”. (PEIXOTO. 2000, p.293)

Com isso, percebe-se que não existe um único modelo de envelhecimento, e que o envelhecimento é um processo diversificado na vida de cada indivíduo, que ele é resultado de influências da cultura, do contexto histórico, financeiro e social.

Atualmente, há uma parcela dessa população idosa que não se vê, nem aceita mais ser visto como frágil, ocioso ou por quem deve ocupar papéis reduzidos ou insignificantes no grupo social. Por outro lado, longe de serem inativos, os/as idosos(as) continuam, mesmo depois da aposentadoria, assumindo responsabilidades tanto no campo de trabalho como no seio familiar, provendo financeiramente a família e, muitas vezes, se responsabilizando pela educação de netos e bisnetos.

Por tudo isso faz-se importante compreender que a velhice não pode ser identificada pela simples cronologia, pelo acúmulo de anos de vida, mas também pelas condições físicas, laborais, mentais e econômicas. Dessa forma, a idade cronológica deixa de ser um único definidor preciso para as modificações provenientes do envelhecimento, passando a ser, exclusivamente, uma forma padronizada de contagem dos anos já vividos.

Portanto, pode-se afirmar que o envelhecimento é um processo comum a todos os seres vivos, constituindo um fenômeno biológico, cultural e social. Trata-se de um fenômeno natural, gradativo e contínuo que inicia ao nascermos e se prolonga por toda a vida, sendo resultado de uma construção sociocultural, pois se altera de acordo com as sociedades, períodos históricos e as condições objetivas de vida.

SOBRE A VELHICE NO BRASIL E AS ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO PARA A PESSOA IDOSA

No caso do Brasil, a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994 - define como idoso a pessoa com idade superior a 60 anos, o mesmo limite de idade considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento, sendo que, em países desenvolvidos essa idade sobe para 65 anos.

A definição da pessoa idosa por meio do critério cronológico, como um indicativo para mensurar o tempo vivido, estipulando a idade baseada em dias, meses e anos contados a partir do nascimento, por um lado, é importante, uma vez que há direitos constituídos em leis voltadas para os idosos e pesquisas são desenvolvidas tomando como base a faixa etária da população. Mas, por outro lado, esse critério não deve ser exclusivo, único, visto que, é insuficiente por não compreender outras dimensões que influenciam no envelhecimento.

Assim sendo, para essa pesquisa, foi adotado o conceito de velhice multidimensional, entendendo que o envelhecimento apresenta várias dimensões e aspectos a serem considerados, determinados por vários fatores sendo eles o estado biológico, as condições econômicas, sociais, bem como o campo simbólico da percepção, tanto coletiva sobre o que envelhecer, como individual, visto que ocorre de forma heterogênea, isto é, a velhice se dá de forma diferente de indivíduo para indivíduo, conforme afirma Mercadante (2003)

“(...) a velhice é ao mesmo tempo natural e cultural. É natural e, portanto, universal se apreendida como um fenômeno biológico, mas é também imediatamente um fato cultural na medida em que é revestida de conteúdos simbólicos”. (MERCADANTE, 2003, p. 54)

Em outras palavras, o ser humano não envelhece de forma igual, já que vivemos as mais diversas experiências e o acesso aos recursos, saúde, alimentação, moradia, transporte, saneamento, educação ocorre de maneiras diferentes, desiguais e por vezes não ocorre. Todos estes fatores trazem consequências diretas a manutenção e desenvolvimento da vida humana, conforme relata a Organização Mundial de Saúde - OMS.

A Organização Mundial de Saúde em um documento construído em 2005 sobre “Envelhecimento ativo, uma política de saúde” ressalta que:

“Durante o processo de envelhecimento normal, algumas capacidades cognitivas (inclusive a rapidez de aprendizagem e memória) diminuem, naturalmente com a idade. Entretanto, essas perdas podem ser compensadas por ganhos em sabedoria, conhecimento e experiência. Frequentemente, o declínio no funcionamento cognitivo é provocado pelo desuso (falta de prática), doenças (como depressão), fatores comportamentais (como consumo de álcool e medicamentos), fatores psicológicos (por exemplo, falta de motivação, de confiança e baixas expectativas) e fatores sociais como a solidão e o isolamento”. (OMS, 2005)

Nota-se nestas colocações da OMS (2005) a importância do estímulo ao desenvolvimento dos sujeitos não só na velhice, mas em todas as etapas da vida, no que diz respeito ao aprendizado, ao desenvolvimento de habilida-

des, sentidos, percepção, apropriação do espaço social no sentido de fazer uso dele e se relacionar com as pessoas, ampliando o seu repertório cultural, conhecendo outros grupos sociais, exercendo a sua cidadania, tendo acesso de fato ao lazer, tendo bons hábitos de saúde, aqui entendidos como bom acesso e uso da moradia, da saúde, da alimentação, da mobilidade urbana.

Em âmbito geral, no Brasil, devido ao crescimento populacional sem planejamento e a intensificação problemas sociais como desemprego, a miserabilidade e desigualdades, essa camada da população tem estado à margem dos direitos sociais. Desta maneira as estatísticas trazem indicadores que mostram o quadro de desigualdade da população idosa, em 2002:

“(...) 43% dos que têm 60 anos ou mais têm renda per capita a baixo de um salário mínimo. E 4.870.336 deles (30,4%) continuam a trabalhar, seja para se manter, seja para auxiliar a subsistência de sua família. (MINAYO, 2005, p. 9)

Ainda do ponto de vista da distribuição de renda,

(...) apenas 25% das pessoas acima de 60 anos ganham 3 salários mínimos ou mais. Ou seja, cerca de 75% é pobre, existindo uma boa parcela na faixa de miserabilidade (43%), necessitando de assistência dos serviços públicos”. (MINAYO, 2005, p. 9)

Esses dados mostram a miserabilidade à qual idosos(as) em sua maioria estão sujeitos. Esses números são significativos e nos provocam a pensar em contradições como a acumulação de riqueza e bens no Brasil, na desigualdade social existente e, justamente por isso, no papel do estado no que se refere ao fomento de ações e legislação voltada para a proteção da pessoa idosa.

No Brasil a primeira lei que surgiu para atender as necessidades da pessoa idosa foi a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994 instituindo a *Política Nacional do Idoso – PNI*, que somente foi regulamentada mais de dois anos depois, pelo Decreto Federal nº 1.948, de 3 de julho de 1996. A Lei nº 8.842/1994 está orientada pelos seguintes princípios:

1. “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

2. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objetivo de conhecimento e informação para todos;
3. O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
4. O idoso deve ser o principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas através dessa política;
5. As diferenças econômicas sociais regionais e particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes e pela sociedade em geral na aplicação dessa lei”. (LEI Nº 8.842/1994, ART. 3º do CAPÍTULO II, SEÇÃO I)

Por meio da análise dos princípios explicitados na legislação, é possível afirmar que a lei confirma a concepção atual de Assistência Social como política de direito, o que sugere não somente a garantia de uma renda, mas também, o estabelecimento de vínculos e de pertencimento que garantam mínimos de proteção social. Propondo a “participação, a emancipação, a construção da cidadania e de um novo conceito social para a velhice” (FERNANDES E SANTOS, 2008, p. 49).

A PNI veio para garantir autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania aos maiores de 60 anos. Ela tem por finalidade instituir condições para promover qualidade de vida para essa parcela da população e para aqueles que irão envelhecer.

Conforme Sousa (2004), a PNI:

“(…) veio consolidar os direitos dos idosos já assegurados na Constituição Federal, apresentando formas de concretização de instrumento legal capaz de coibir a violação desses direitos e promover a proteção integral do idoso em situação de risco social, retratando as novas exigências da sociedade brasileira para o atendimento da população idosa, sob o pressuposto da manutenção da Política Nacional do Idoso, como norma orientadora da atuação governamental da área”. (SOUSA, 2004, p. 124)

Sabe-se que a gestão da Política Nacional do Idoso era realizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social com a colaboração dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal do idoso, sendo de todos a responsabilidade da execução, da supervisão, do acompanhamento, da fiscalização e

da avaliação da PNI nas suas respectivas instâncias. Dessa forma, é de suma importância que os Estados e Municípios instituam seus Conselhos do Idoso, garantindo, o acesso a população idosa aos benefícios estabelecidos na Lei.

Vale destacar que a Política Nacional do Idoso somente foi regulamentada após o reconhecimento da velhice como questão prioritária no contexto das políticas sociais. Todavia, isto não assegurou, de fato, que essa legislação fosse cumprida. A regulamentação dos direitos da pessoa idosa só ocorreu posteriormente à aprovação do Estatuto do Idoso. Mais abrangente que a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso (2003) instituiu penas para quem desrespeitar ou abandonar os idosos.

O Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003 – é uma conquista da sociedade brasileira como política pública de inclusão social e, vem desempenhando seu papel em favor da população idosa, ao constituir direitos e deveres e determinar punições aos que os violarem. O Estatuto contempla a saúde, educação, habitação; concessão de benefícios, institui prioridade absoluta às normas de proteção ao idoso, estabelece novos direitos e diversos mecanismos de proteção, que vão desde o atendimento preferencial, até a inviolabilidade física, moral e psíquica, como também estabelece penas para crimes de maus tratos.

Em seu Art. 2º, o Estatuto do Idoso, estabelece e amplia o artigo 5º da Constituição Federal, pois prevê os interesses e necessidades dos idosos:

“O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”. (Estatuto do Idoso, 2003)

Mas são diversas as ocasiões, no dia a dia, que o idoso sofre preconceito e rejeição. Isso ocorre de diferentes maneiras: quando o idoso é excluído de decisões familiares, quando deixa de ser ouvido em aspectos importantes de sua vida ou quando tomam decisões no lugar da pessoa idosa. A liberdade de poder escolher, andar livremente, manifestar suas opiniões, escolher seus governantes através do voto, ter resguardado seu espaço físico, seus objetos e bens pessoais são direitos de cidadania, propostos também na Constituição.

O Estatuto do Idoso, bem como a Política Nacional do Idoso, dispõe-se a garantir a efetivação dos direitos da pessoa idosa, ou seja, assegurar o cumprimento dos direitos civis, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais dessa parcela da população, estabelecendo condições para que exerçam sua autonomia, integração e participação ativa na sociedade.

Pode-se perceber que a intervenção mediante o Estatuto do Idoso tem como bases fundamentais a preservação dos vínculos familiares, a responsabilização das famílias, e a garantia dos direitos basilares e de proteção social, além de propor ações articuladas entre rede a pública e esferas do setor privado na busca da criação de redes de intervenção e de atendimento de qualidade para idosas e idosos.

E nesse sentido as iniciativas, públicas e privadas, direcionadas para a pessoa idosa, podem ocorrer no campo da educação não formal, aparecem como grandes aliadas para o desenvolvimento de ações que devem contribuir com o atendimento e com a valorização de idosos e idosas por meio da efetivação das práticas capazes de viabilizar aprendizagens por meio de atividades não formais de educação em contextos de integração, por exemplo, no estabelecimentos de vínculos entre a pessoa idosa e acompanhantes formados por instituições públicas de saúde com a finalidade de estimular a empatia, os vínculos familiares e a qualidade de vida.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E A APRENDIZAGENS AO LONGO DA VIDA

Práticas relacionadas com a educação não formal que se apresentam, em geral, nos âmbitos da formação para o trabalho, do lazer, no diálogo com a educação formal, do desenvolvimento comunitário, ou então, como estratégias promotoras de diferentes aprendizagens direcionadas para crianças, adolescentes, adultos e entre pessoas idosas considerando a aprendizagem ao longo da vida. Para que isso ocorra os espaços de aprendizagens e trocas de conhecimentos podem ser diversos, como, por exemplo, as empresas, o espaço domiciliar, o espaço social comunitário e os espaços públicos educacionais, esportivos e de saúde.

A educação não formal se caracteriza pela possibilidade de promover aprendizagens em espaços variados, fora do ambiente formal mais conhecido, o da escola. Em geral os seus conteúdos podem estar relacionados com a capacitação e desenvolvimento de habilidades e potencialidades variadas, como autoconheci-

mento, talentos artísticos, ou para a organização de soluções para os problemas da vida, sejam os profissionais, os pessoais ou os de caráter coletivo. A educação não formal valoriza e reafirma a cultura dos indivíduos, fortalece a relação educador e educando, fazendo com que a bagagem cultural de ambos seja respeitada e esteja sempre presente nas atividades, sempre com grande respeito e valorização da realidade de cada um e inserindo-a nas relações (GARCIA, 2009, p.52).

Outro fator fundamental no processo de aprendizagens não formais é a flexibilidade de tempo e a possibilidade de adaptação do conteúdo ao grupo que está sendo trabalhado, a partir das necessidades e desejos que emergem no grupo. Neste contexto educacional pode-se atuar na capacitação ocupacional e profissional, na mediação comunitária, promovendo mudança nas pessoas e no meio ambiente, pensando sempre na transformação social para melhor.

Este processo de ensino aprendizagem traz uma relação prazerosa e significativa aos sujeitos participantes com o processo de aprender e construção do saber naquilo que faz sentido por ter relação com o seu dia a dia e uso no seu espaço, seja ele de trabalho, familiar ou comunitário e social (GARCIA, 2009, p.53).

Nota-se que as aprendizagens não formais no contexto do envelhecimento, da infância, da juventude ou em outros onde ocorra a troca de experiências coletivas, que as pessoas se permitem, de forma mais livre e espontânea, ao aprendizado e as mudanças.

Assim sendo, considerando a capacidade de aprendizagens proporcionadas no campo da educação não formal, a seguir apresenta-se breves relatos de experiências de acompanhantes de pessoas idosas sobre as suas percepções e aprendizagens ocorridas em atividades desenvolvidas em Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Coordenação da Atenção Básica do município de São Paulo, na região central e na zona leste, por meio do Programa *Acompanhante de Idosos (PAI)* uma política pública para a população idosa e fragilizada do município.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO: APRENDIZAGENS E PERCEPÇÕES DE ACOMPANHANTES DE PESSOAS IDOSAS

Na Unidade Básica de Saúde em que o programa *Acompanhante de Idosos (PAI)* foi inserido, havia administração própria da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, com funcionários públicos municipais e, também, de orga-

nizações de saúde cuidavam dos programas: *Estratégia Saúde da Família – ESF* e o *Consultório na Rua e Assistência Médica Ambulatorial (AMA)*.

A pesquisa ocorreu em dois momentos distintos, sendo o primeiro foi uma ação direcionada para a organização e preparação de equipes de *Estratégia Saúde da Família – ESF*, com conhecimentos sobre o perfil da população que seria beneficiária do programa, os idosos. Em seguida fez-se necessário estabelecer com estas equipes os fluxos de encaminhamento, dentro do perfil estabelecido para formação do *Acompanhante de Idosos – PAI*, e elaborar os cronogramas de reuniões, acompanhamentos em conjunto, e demais situações para controle adequado do processo de atuação do programa.

Como o perfil para contratação dos trabalhadores, especificamente, os acompanhantes de pessoas idosas, não contemplava conhecimentos prévios sobre envelhecimento, a SMS realizou um seminário no qual foram abordados diversos temas sobre o universo do envelhecimento de forma que pudessem auxiliar os profissionais/accompanhantes para o atendimento das pessoas idosas.

Com o início das atividades, a equipe de saúde da SMS composta por: assistente social, médico, enfermeira e auxiliar de enfermagem percebeu a necessidade de estabelecer uma atividade educacional periódica em relação as questões que eram vivenciadas no cotidiano do atendimento realizado pelos acompanhantes de idosos. Em geral, nos atendimentos, surgiam muitas dúvidas por parte dos acompanhantes, tais como uso de medicações para diabetes, hipertensão e outras patologias, realização de exames, manejo de casos com questões de saúde mental, direitos e leis de direitos previdenciários, de interdições, conflitos familiares e problemas de violência decorrentes de abandono, de negligência, de uso indevido de patrimônio e recursos das pessoas idosas que eram assistidas.

Nesse plano de cuidados, para além da formação do acompanhante, era incluído, quando necessário, algum tipo de atividade propondo a mediação ou orientação aos familiares. Era, também, estabelecido um planejamento da frequência das visitas dos acompanhantes e, quando necessário, dos auxiliares de enfermagem para aferir pressão, glicemia, administrar medicação intravenosa, banho entre outras atividades e, também, a sistematização de atividades externas ou na residência, com orientações a serem realizadas, além de um plano de ação para lidar com as diversas situações que se apresentariam no decorrer da semana e dos atendimentos.

Diante da realidade e necessidade do grupo atendido, os acompanhantes passavam a fazer parte do dia a dia dos idosos(as) e, por isso, deveriam ser constantemente atualizados para atender as exigências que este acompanhamento demandava. Dessa maneira teve início, por meio de ações regulares no campo da educação não formal, um processo educativo contínuo com temas que pudessem trazer mais subsídios aos acompanhantes para realização do trabalho com a qualidade necessária. Para as formações utilizou-se de recursos como textos, material audiovisual, apresentações de casos para discussão em equipe, aulas ministradas pela equipe de saúde e por convidados especialistas na área do envelhecimento.

O objetivo principal dessas formações era abordar temas de acordo com questões que surgiam no cotidiano do trabalho, tais como saúde do idoso de uma maneira geral, uso e administração de medicação, primeiros socorros, legislações para conhecimento de direitos inerentes ao envelhecimento, relação e conflitos familiares, aspectos psicológicos, atividades físicas e educativas e até mesmo sobre estratégias para auxiliar na elaboração de relatórios e na discussão de casos com outras equipes da rede de saúde: UBS, AMA, Hospitais, ambulatórios, CAPS, serviços da justiça e da assistência social.

Além disso, após a equipe perceber a necessidade e a pouca oferta de atividades culturais voltadas a população idosa, os próprios acompanhantes, sob apoio da equipe de saúde, passaram a sugerir e desenvolver uma oficina semanal com atividades artesanais, culturais e artísticas com vistas a melhoria do diálogo e da convivência com e entre os idosos(as) e valorização da aprendizagem ao longo da vida.

Já no segundo momento, dois anos após o início das primeiras formações, ocorre a ampliação do programa com a abertura de novas equipes em outras unidades de saúde. Nesta ampliação, ocorreu um novo processo seletivo para contratação da equipe de acompanhantes, com o intuito de buscar novos perfis que pudessem agregar mais qualidade ao trabalho que já era desenvolvido. Mesmo assim, entre todos os selecionados apenas um acompanhante possuía experiência profissional, além de ter realizado curso profissionalizante de cuidador de pessoas idosas. Os novos contratados foram recebidos e passaram pelo processo de reuniões com toda a equipe para conhecimento das atividades administrativas e para a formação e treinamento.

No período de um mês, que correspondeu a montagem da equipe, a estruturação e início do atendimento, a equipe de saúde desenvolveu diversas atividades educacionais com os novos trabalhadores acompanhantes

de idosos. Foram utilizados os mesmos recursos das formações anteriores como textos, material audiovisual, mas com maior participação dos acompanhantes durante o processo. Em linhas gerais, eles foram orientados sobre o trabalho, sobre a construção do plano de cuidados para cada idoso assistido, sobre a coleta, análise e avaliação constante dos resultados para construção de novo plano.

Durante esse processo, nas primeiras discussões sobre o cuidado com a pessoa idosa, surgiram novamente várias dúvidas relacionadas a saúde, uso correto de medicação, direitos, violência, ausência familiar e outros assuntos. Assim, pensando em uma maior participação dos acompanhantes, foi iniciado um processo educativo, de problematização, que fazia que os próprios acompanhantes buscassem respostas às suas indagações, através de pesquisa de determinado assunto que seria tema de discussão no dia seguinte. E nesta atividade exploratória, a equipe de saúde sentiu uma maior iniciativa e participação dos acompanhantes, pois se sentiram motivados na busca de conhecimentos que embasassem o trabalho que nem tinha ainda iniciado.

Com o início das atividades o programa também passou a atender uma UBS da zona oeste, em unidade básica tradicional da SMS, apenas com funcionários públicos. Neste local o processo educativo continuou a ser realizado da mesma maneira, nas reuniões semanais, com participação dos acompanhantes na elaboração, condução das situações e mediação da equipe de saúde no sentido de garantir a correta compreensão das temáticas abordadas e no sentido de realizar pequenos processos avaliativos.

Os acompanhantes tiveram acesso e compreensão de alguns instrumentos de avaliação através do processo educativo e das situações vivenciadas nas reuniões. Semestralmente os acompanhantes realizavam levantamentos sobre os seus assistidos, munidos de pequeno instrumento para registro de algumas situações como perda auditiva, de visão, de memória, equilíbrio e marcha, sendo que, posteriormente, muitos destes registros foram transformados em comunicações orais, banners que foram apresentados em congressos sobre envelhecimento.

Todo o processo educativo, foram baseados em instrumentos avaliativos reconhecidos internacionalmente. Assim os acompanhantes passaram a subsidiar a equipe de saúde sobre as alterações que aconteciam com os idosos assistidos, possibilitando intervenções rápidas e mais eficientes em pequenos problemas que poderiam evoluir, muitas vezes, de forma inadequada e em prejuízo a saúde física e mental do assistido.

Para melhor elucidação do processo, a seguir, apresenta-se excertos de relatos coletados em entrevistas com acompanhantes que participaram do programa, aqui identificados por números.

Quando perguntados sobre o que foi mais significativo durante o processo de aprendizagem – os acompanhantes, que atuavam com pessoas idosas, e quais conhecimentos adquiriram, as respostas foram as seguintes:

Entrevistado 1:

[...] conhecer mais sobre algumas doenças, sobre as fragilidades e vulnerabilidades, a exclusão social na velhice. Aprendi formas de tratamento, como trabalhar com idoso, e até para que serve determinados medicamentos.

Entrevistado 2:

[...] o mais importante durante todos esses anos é perceber que as pessoas são únicas, a única coisa que eles têm em comum é que são “idosos”, porém cada um com sua personalidade, suas histórias, suas manias e a incrível capacidade que o ser humano tem de se adaptar às mudanças que o tempo impõe.

Entrevistado 3:

[...] aprendi muito sobre Sarcopenia, como envelhecer com saúde, sobre os direitos das pessoas idosas, estatuto do idoso, demências, Alzheimer, Parkinson, polifarmácia e que as vezes os pacientes podem apresentar algum quadro de demência, mas na realidade é alguma infecção. Além disso aprendi a ter mais admiração e respeito pois cada ser humano carrega uma história de vida.

Entrevistado 4:

[...] eu aprendi que envelhecer não é o fim, que se pode buscar novas oportunidades e partilhar conhecimentos a vida toda.

Entrevistado 5:

[...] eu comecei a valorizar o idoso, saber que ali existe vida que o idoso precisa ser acolhido e que ele consegue ir muito mais adiante que pensamos.

Entrevistado 6:

[...] entendi sobre a importância de a família estar unida sempre, porque na velhice é a ela que iremos pedir socorro. O amor da família é necessário sempre!

Já quando questionados sobre que transformações pessoais ocorreram a partir do momento que participaram das formações e do contato com a pessoa idosa, se essas experiências lhes trouxeram mudanças, os acompanhantes responderam que:

Entrevistado 1:

[...] eu nunca tina pensado na velhice, na minha velhice, como ela poderia ser, com os conhecimentos obtidos hoje aprendi a me alimentar melhor, fazer alguma atividade física, e ter um outro olhar para a pessoa idosa. Foi muito enriquecedor todas as informações, o estudo e aprendizado que tive.

Entrevistado 2:

[...] pessoalmente me transformou em uma pessoa melhor, com um olhar diferenciado, me ensinou muito a respeito da empatia com todos não apenas com os pacientes idosos, com todos.

Entrevistado 3:

[...] sim, mudei muito o meu modo de interagir com as pessoas de forma geral, aprendi a não julgar pois em cada caso há uma história a ser desvendada além de tudo a ter mais respeito pelo ser humano a tratá-los como gostaria de ser tratada.

Entrevistado 4:

[...] exercendo essa atividade, passei a me preocupar com a qualidade alimentar, com minha saúde e das pessoas com as quais convivo.

Entrevistado 5:

[...] eu entendi a importância de valorizar a vida, aprendi a me cuidar mais respeitando o meu corpo, a ter uma vida mais saudável assim como queremos superbem o idoso.

Entrevistado 6:

[...] olha, eu aprendi a aceitação de que a morte faz parte do ciclo da vida. Eu já não tenho mais medo de pensar na velhice e nem na morte, hoje entendo que é um acontecimento natural, é da vida.

Diante destas respostas, foi possível perceber as mudanças pessoais nos envolvidos no processo de formação e trabalho com a pessoa idosa, no que se referia ao trabalho de acompanhante e, principalmente, na vida pessoal de todos. Além disto, percebe-se que a qualificação

da equipe de trabalho pode ter sido um diferencial para a realização de um serviço com mais qualidade, que promova o fortalecimento de vínculos familiares, a autonomia e a inclusão social, por meio de uma escuta, acolhida, orientação e informação adequada sobre o universo do envelhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao trabalho desenvolvido nos dois diferentes momentos, entende-se que a educação não formal foi utilizada na tentativa de difundir e alinhar os conhecimentos em relação ao envelhecimento e cuidados para com as pessoas idosas. No contexto das formações foi possível notar que as estratégias utilizadas como, por exemplo, palestras, aulas expositivas, discussões, rodas de conversa e troca de experiências, apresentação de vídeos, material impresso, contribuíram, sobremaneira, para o estímulo e construção de conhecimentos, que era interiorizado de acordo com a percepção de cada um dos participantes.

Sabe-se que a construção do conhecimento está intimamente ligada aos nossos desejos e vontades, sendo que, no dia a dia, no cotidiano do trabalho, os desafios e problemas que nos trazem as vivências e a necessidade de reflexão e busca constante pelas soluções. Nos processos educativos vivenciados pelos acompanhantes, pode-se notar que muitos traziam dúvidas e reflexões em relação a questão do envelhecimento e, também, questionamentos sobre o seu próprio envelhecimento e a sua prática profissional.

Nota-se que cada participante apreendeu, a sua maneira, os conteúdos das formações, mas, o mais importante entre os acompanhantes ao final, foi a nova forma de enxergar a sua prática, o entendimento sobre a importância da empatia. Com isso, entende-se que o treinamento profissional desenvolvido, além da aquisição sistemática de conhecimentos teóricos, pode ter sido capaz de provocar mudanças na maneira de ser e de pensar dos acompanhantes por meio da internalização de novas ideias, valores e da aprendizagem de novas habilidades e atitudes.

Por fim, compreende-se que, entre os acompanhantes, as mudanças ocorreram e ainda ocorrem e, com isso, vislumbra-se o desenvolvimento futuro de novas propostas com novas temáticas e com a possibilidade de aprofundamento ainda maior no que se refere ao envelhecimento.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. Vida para consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. BRASIL. Cartilha Estatuto do Idoso. 5ª ed. 2010. Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Acesso em: 04 de abril de 2020.

BRASIL. Cuidar Melhor e Evitar a Violência, Manual do Cuidador da Pessoa Idosa. Brasília, 2008.

. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988. 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>>. Acesso em: 02 de abril 2020.

. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm.<Acesso em: 03 de abril 2020.

. Política Nacional do Idoso. Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Disponível <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-socialsnas/cadernos/politica-nacional-do-Idoso/Politica%20Nacional%20do%20Idoso.pdf>.<Acesso: 18 de março 2020.

CALDAS, C.P. et al. Conversando com idosos: o cuidar/pesquisar dialógico e sociopoético. Rev. Enf. UERJ, v.11, p.308-316, 2003.

FERRIGNO, J. C. A co-educação entre gerações: o desafio da longevidade. Aterceira idade, São Paulo, v. 17, n. 37, p. 16-26, 2006.

FERNANDES, M. das G. M. DOS SANTOS, Sérgio Ribeiro. Política Pública e Direitos do Idoso: Desafios da Agenda Social do Brasil Contemporâneo. 2008. Disponível em http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

FRAIMAN, A. P. Coisas da Idade. 4ª edição. São Paulo: Gente, 1995.

GARCIA, V. A. A educação não formal como acontecimento. Editora Setembro, 2009.

GOLDFARB, D. C. Corpo, tempo e envelhecimento. Dissertação de mestrado de Psicologia Clínica da PUC-SP. 1997. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.net/artigos/corpo.pdf>.< Acesso em 01 de abril de 2020.

MERCADANTE, E. Velhice: a identidade estigmatizada. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MINAYO, M. C. S. O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORAGAS, R. Gerontologia Social Envelhecimento e Qualidade de Vida. Edições Paulinas, 2016.

PEIXOTO, C. Histórias de Mulher, de Desenvolvimento e Sexualidade. In: Guita G. Delbert e M. Goldstein (org). Políticas do Corpo e o Curso da Vida. São Paulo: Ed. Sumaré, 2000.

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Saúde – Documento norteador do Programa Acompanhante de Idosos. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DOCUMENTONORTEADORPAIFINAL02012017.pdf> - Acesso em 15/03/2020.

RIBEIRO, S. Educação não formal: experiência profissional na atuação com envelhecimento em programa de saúde pública. São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 2019.

RIEMANN, F. A arte de envelhecer. São Paulo: Veredas, 1990.

SARMIENTO, S. L. J. B.. A terceira idade na Pastoral da Criança: de bem com a vida. Curitiba: Pastoral da Criança, 2ª ed. 2000.

SOUSA, A. M. V. de. Tutela jurídica do idoso: a assistência e a convivência familiar. São Paulo: Alínea, 2004.

DESAFIOS E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS COM AUTISMO NO BRASIL ¹

SORAIA ANSARA

MÁRCIA FRANCISCA LOMBO MACHADO

Palavras chave: Identidade; Mães; Participação política; Famílias de autistas; Políticas públicas.

Nas mobilizações sociais das últimas décadas no Brasil, a possibilidade de ascender a atores políticos vincula-se ao interstício histórico em que o Estado permitiu que a sociedade civil se organizasse sem reprimi-la e a uma nova cidadania exercida por grupos que lutam por direitos sociais, disputam novos espaços de participação, constituindo-se assim como principal protagonista do processo de seu desenvolvimento e promoção social, criando novas formas de ação coletiva e por vezes, novos direitos (PAOLI, 1991).

Entretanto, a partir de 2016 uma guinada contrária ao exercício dessa cidadania instala-se no país e nos últimos dois anos o Brasil experimenta o desmonte de muitos direitos assegurados desde a constituição de 1988, por ações do governo que tem intensificado a repressão às manifestações de diferentes grupos e movimentos. Tendo como pano de fundo uma ascensão conservadora mundial, essa atuação do governo, cuja característica é o desrespeito à diversidade social, descarta as reivindicações de tais grupos mediante a negação da realidade e dos fatos, lançando mão de estratégias de *pós-verdade*².

1. Este texto é uma versão ampliada do trabalho “Identidade e participação política das famílias de pessoas com autismo no Brasil” apresentado pelas autoras no III Encontro Internacional “Participação, democracia e políticas públicas”, UFES, Vitória, ES, em junho de 2017.

2. Em 2016 a Oxford Dictionaries elegeu *post-truth* (pós-verdade) como o termo do ano, um adjetivo “relacionando ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal”. Segundo a Oxford Dictionaries, o termo “pós-verdade” com esse significado foi usado em 1992 pelo dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich. Tendo sido empregado com certa constância na última década, em 2016 houve um pico no uso do termo, que cresceu 2.000% (THE GUARDIAN, 2016; NEXO JORNAL, 2019).

Fato é que esta atual conjuntura desfavorável às lutas por novos direitos não impede as ações de resistência para defender direitos conquistados. E, neste aspecto, um dos grupos e/ou movimentos que se mantém ativo é o das famílias de autistas, que continua lutando em diferentes espaços para garantia e permanência dos seus direitos.

Neste capítulo, apresentamos parte dos resultados de uma pesquisa³ sobre o cotidiano das famílias de pessoas com autismo, em que abordamos suas formas de organização e construção de uma identidade social no processo de luta para criar e consolidar as políticas públicas de que necessitam nas cidades. Essas famílias estão entre “os grupos que têm menos espaço, recebem menos atenção ou são menos percebidas pela ampla sociedade; não são tidas como sujeito político e muitas vezes não têm consciência desse fato” (MACHADO, ANSARA, 2014, p. 525).

A análise de uma vasta literatura sobre o tema indicou que os enfrentamentos e demandas das famílias com relação à gestão da cidade, participação e representação para a obtenção de políticas para os autistas estiveram ausentes tanto dos estudos envolvendo a família da pessoa com autismo quanto dos estudos sobre participação e políticas públicas.

Esses dados indicaram caminhos metodológicos que privilegiaram as falas das mulheres-mães entrevistadas, buscando investigar as condições da cidade nas quais famílias de pessoas com autismo vivem no Brasil, o espaço sociopolítico que nela ocupam e os meios para conquistar poder de deliberação e controle sobre a gestão pública a fim de solucionar suas necessidades.

No estudo foi utilizada a metodologia qualitativa combinando a observação participante, entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos no tema e um grupo focal com mães engajadas na luta pelos direitos dos autistas em diferentes cidades (Poá, Porto Alegre, Ribeirão Pires, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Uberlândia, Volta Redonda)

A análise teve por base os referenciais teóricos de participação e poder, identidade social e direito à cidade. Os enunciados de TAJFEL (1984), GOFFMAN (1988), MELUCCI (2004) e CASTELLS (2008) embasaram a discussão dos processos determinantes na formação da identidade grupal. Nessa perspectiva encontram-se elementos importantes para a compreensão dos processos subjetivos que vão construindo a transição do cotidiano

3. Pesquisa realizada por MACHADO (2014).

de lutas diárias e isoladas das famílias dos autistas para o da organização coletiva, ascendendo a sujeitos políticos mobilizados pela coesão de sua identidade no enfrentamento de demandas coletivas, e não individuais.

Dentre os principais resultados apontados pela pesquisa, este capítulo inicia discutindo a forte identidade entre as famílias, gerada no estigma e no embate contra o preconceito, que se consolida na luta pela construção de políticas públicas. A participação política, sobretudo da mulher-mãe, tem papel preponderante na mudança das relações do cotidiano e na configuração da diversidade social para a democratização de direitos.

A partir dessa compreensão são introduzidas as questões elencadas como dificultadoras, tanto da vida cotidiana, quanto da participação cidadã de famílias de pessoas com autismo, e que dizem respeito a: falta de políticas públicas adequadas; distâncias e serviços não territorializados; falta de interlocução entre as esferas de poder e destas com a sociedade; indiferença e paternalismo do Estado.

Ao nos propormos discutir a relação entre identidade e participação vemos-nos implicadas a esclarecer nossa compreensão de identidade, uma vez que existem muitas definições deste conceito. Partimos do conceito de identidade coletiva de MELUCCI (2004) que a compreende como um processo de construção de um sistema de ação. Entendida como processo, identidade diz respeito a uma rede de relações entre atores que interagem, comunicam-se e se influenciam mutuamente, o que implica negociação e tomada de decisões.

A perspectiva na qual CASTELLS (2004, p.27) trata a formação da identidade social considera que o indivíduo busca se constituir como sujeito, pois “sujeitos não são indivíduos”, e sim “o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”.

Separar rigidamente os aspectos individuais e coletivos da identidade é uma impossibilidade, afirma MELUCCI (2004), uma vez que seus fundamentos são hoje produto da própria sociedade no decurso de um processo de individuação. O autor aponta a modernidade industrial como ponto de transição em que a identidade desvia de seus fundamentos da sociedade tradicional – ligados às origens e heranças trazidas pelo indivíduo – e passa a se constituir na ação humana consciente e resultante da autorreflexão.

Nesse sentido, a necessidade de diferenciação e a categorização em grupos, conforme sugere TAJFEL (1984), teria o sentido de uma escolha, que não é

aleatória, mas ligada à necessidade de diretrizes de conduta e decorrente das relações e pressões no ambiente social.

Podemos falar do estigma como forte gerador das pressões sofridas tanto pela pessoa com autismo quanto por sua família. A marca estigmatizante não é intrínseca, explica GOFFMAN (1988), mas externa ao indivíduo e a ele imposta (e neste caso à família), como um atributo ligado a aspectos relacionais com base nos requisitos que a pessoa supostamente deveria preencher para corresponder às normativas de aceitação esperadas em seu grupo social.

Com a chegada do autismo, a realidade da família é permeada por dificuldades e conflitos envolvendo as dinâmicas da vida social e tornar-se sujeito, politicamente atuante, pode ser um desafio tanto pela disputa do poder quanto pelas objeções à participação política.

Por outro lado, conflitos e situações críticas, como destaca MELUCCI (2004), são por excelência reveladores de nossa identidade, quando nos desprendemos dos vínculos que já não falam ao “eu” reestruturando-o para agir de acordo com novas orientações. Nesse cenário, os conflitos seriam geradores de possibilidades de auto reconhecimento com vistas a obtermos o reconhecimento dos outros, pois “entramos em um conflito para afirmar nossa identidade, negada por nosso opositor, para nos reapropriar [sic] daquilo que nos pertence, porque estamos aptos a reconhecê-lo como nosso” (MELUCCI, 2004, p. 47).

A relação entre esse processo de reconhecimento tratado por MELUCCI (2004) e a criação de novos direitos e da nova cidadania defendida por PAOLI (1991) pode ser compreendida considerando a finalidade das identidades e a construção de uma “identidade de projeto”, como sugere CASTELLS (2004), ou seja, uma identidade constituída em função de um projeto a concretizar. Orientada para uma vida diferente, a construção desse projeto pode ter como base uma identidade oprimida, mas que avança para a mudança da sociedade como seu desdobramento ou consequência, defende o autor. A identidade de projeto seria, dessa forma, uma ponte para a transformação da própria sociedade (CASTELLS, 2004).

A modificação do cotidiano das famílias, sobretudo das mães, pela coesão de sua própria identidade social é recente. O desgaste para suprir as necessidades diárias da pessoa com autismo não concorre para que haja, de forma imediata, espaço à reflexão crítica sobre os fatos que envolvem e sobrepujam a família, sendo a própria rotina uma barreira do cotidiano. O

processo em que se dão suas ações coletivas resulta da necessidade de intervir para suprir o que falta, ou seja, modificar o que se torna insuportável no cotidiano e que se materializa na cidade – um *projeto* que é comum ao grupo e que manifesta a decisão de assumir e enfrentar os desafios do filho com autismo.

Cabe salientar o impacto nas trajetórias das mulheres-mães, a quem, em nossa cultura, de forma imediata, são delegados os cuidados, e que são “perpassadas por regimes em que tanto a deficiência quanto os trabalhos do cuidado são desvalorizados” (FIETZ, 2018, p.103). A despeito de a experiência das mães ser demarcada por discursos e arranjos dominantes de realização profissional e provimento do lar pelo homem, com estreito espaço de manobra, escolha ou transgressão, elas assumem a carga dos cuidados agregando ao seu cotidiano o engajamento na causa coletiva pelo autismo, e ocupam a maior porção (em número, mas não necessariamente em prestígio) das ações para a garantia e ampliação da cidadania dos filhos.

A privação experimentada pelas famílias dos autistas – que vai desde a dificuldade de diagnóstico e ausência de políticas públicas que as atendam até a inacessibilidade da cidade que dificulta ou impede o uso do espaço urbano – passa a ser reconhecida por essas mesmas famílias que se mobilizam para suprir o que lhes falta. Tal reconhecimento é constitutivo de uma identidade coletiva que inicia com a aceitação de “ser mãe ou pai de autista” estendendo-se à busca e construção de um projeto de mudança de sua realidade que atenua o sofrimento e o estigma vivenciado por cada família individualmente e pelo grupo.

Considerando que “as necessidades são sinais da falta que nos constitui” e que compete a nós reconhecê-las e elaborá-las culturalmente, elas determinam “uma responsabilidade da qual não podemos fugir: responder conscientemente à falta, ou seja, decidir quem somos” (MELUCCI, 2004, p.43). Em nosso tipo de sociedade, lembra TAJFEL (1984, p. 291), o indivíduo se esforça para obter uma “imagem satisfatória de si mesmo”. A identidade das famílias de pessoas com autismo se constitui na decisão pela própria luta e, nos depoimentos colhidos, as mães revelam que retiram da dor a motivação para atuar pela mudança.

Há que se considerar ainda o estigma como forte elemento desse processo. A exposição social de sua identidade faz ultrapassar as fronteiras de normalidade e discriminação, e a consciência de sua categorização social carrega uma percepção de valorização. Ao assumir sua identidade social as

famílias dos autistas demonstram emancipação do estigma, ao ponto em que a preocupação relativa a ser aceito pelo resto da sociedade torna-se menos importante (GOFFMAN, 1988) e a manipulação menos provável.

É importante salientar, ainda, que o estigma que as mulheres-mães têm a vencer (e têm vencido) traz uma combinação cumulativa, uma vez que carregam a marca da deficiência e a do gênero (MELLO, NUERNBERG, 2012). Conseqüentemente, enfrentam uma situação peculiar de dupla superação a vulnerabilidades e discriminação que originam desvantagens para, então, encontrarem lugar na participação sociopolítica. Não foge ao olhar deste estudo que a desvantagem dessa combinação sobre as mulheres-mães é tão mais intensa quanto essa identidade agregue outras fortes categorias em histórica desvantagem, como raça e classe social.

A identidade assim forjada também é motivadora de uma reação ao meio social e a aproximação aos seus iguais traz o desejo da participação, sobretudo em movimentos sociais, por anteciparem a experimentação da autovalorização (KAPLAN & LIU, 2000). Assumir essa identidade implica redefinir-se em relação aos demais, pois ao identificar a própria experiência na vida do outro a busca se faz em favor do coletivo (TAJFEL, 1984).

O vínculo da identidade com o desejo de participação é evidenciado quando as necessidades e a reflexão sobre a sensação de falta convergem para uma perspectiva positiva da decisão de assumir o autismo como motivação. A mobilização para ser ouvido e para falar advém dessa poderosa alavanca do comportamento sobre *o que e quem somos* diante daquilo que nos falta (MELLUCCI, 2004). Nesse sentido, a constituição do grupo social das famílias de pessoas com autismo se dá no fortalecimento e apoio mútuos, de forma mais intensa e ativa entre as mulheres-mães, em que se observa o tratamento recíproco entre seus membros, de que fala GOFFMAN (1988), revelador de um sentimento de pertença ao mesmo “grupo”.

Essa condição é tão agregadora que levou famílias espalhadas por todo o país a obter êxito em mobilizações coletivas e a alcançar o reconhecimento oficial do Estado pela aprovação de uma lei federal⁴ em 2012 e sua regulamentação em 2014. Desde então, reivindicações pontuais relacionadas à acessibilidade, prioridade de atendimento, à coleta de dados sobre o autismo no censo de 2020, entre outras, da esfera municipal à federal, revelam

4. Lei federal 12.764, de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de *Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*.

que o projeto identitário do grupo das famílias resiste, mesmo ante a cisão e pulverização decorrente do projeto sociopolítico brasileiro dos últimos dois anos, e permanece consciente da falta que os faz mães e pais de autistas, e de que a identidade alcançada mantém a luta (CASTELLS, 2004, MELLUCCI, 2004). Considerando que todas essas ações se deram mesmo sem as conexões físicas e laços diretos entre os indivíduos, fica evidenciado “um sentimento de categoria que une os grupos formados entre as famílias de pessoas com autismo” (MACHADO, 2014, p. 111).

Ao analisar as características do grupo social de famílias de pessoas autistas percebemos que a construção de uma identidade não se antecipa à ação, mas se faz durante as ações coletivas e se torna uma mediação à consciência política, sendo ela própria um indício da existência de interações que proporcionam benefícios aos que a assumem e de movimento nesse coletivo (TAJFEL, 1984; CASTELLS, 2008).

As falas das mães pesquisadas, abordando o sentimento de solidariedade grupal e união, expressam que o desejo de se manterem fortes em favor do grupo constitui a própria força que essas mulheres retiram do coletivo para si. A identidade é um fator de força e viabilidade de luta, o foco de resistência em que se sentem valorizadas. Evidencia-se ainda que o caráter autorreflexivo dos grupos se constitui no processo dinâmico das relações intersubjetivas (MELUCCI, 2004), especialmente porque o ambiente democrático contribui para a constituição de novas identidades e para a reivindicação por direitos e cidadania plena (PAOLI, 1991) e, a partir dessas condições, calar sua consciência e disposição é menos provável. As diferenças entre os cidadãos são produtoras de “fronteiras” daí estabelecendo novos arranjos e critérios de exclusão/inclusão realimentando a dinâmica de novas necessidades e lutas.

DESIGUALDADE NAS CIDADES E DEMANDAS PARA OS AUTISTAS.

Cidades dão suporte à vida da maior parcela da sociedade, seja na proximidade de serviços, caminhos e usos, seja na experiência pulsante da convivência e do trabalho. Em sociedades desiguais como a nossa, no entanto, a cidade tornou-se a vitrine da exclusão e da inequidade, proporcionando a experiência cotidiana de se viver à margem de seus benefícios e estruturas de suporte à vida.

As condicionantes espaciais da vida na cidade trazem as demandas das famílias de pessoas com autismo ao centro das questões da gestão urbana e do direito à cidade. Cidades são bens de propriedade comum, no entanto, o usufruto desse ambiente e de suas funções sociais implica romper um sistema que categoriza pessoas e as dispõe em lugares pré-determinados traçando limites desiguais às aspirações de direitos e prosperidade segundo parâmetros hierarquizados de sociedade e espaço (DAGNINO, 1994).

O olhar sobre os aspectos da cidade quanto aos impactos na participação política tem relevância crescente: mais de 80% da população brasileira habita áreas urbanas atualmente e a projeção para o ano de 2050 é de que dois terços da população mundial habitem cidades ou vilas. A reaproximação da gestão urbana aos interesses dos habitantes romperia a indiferença do cidadão devolvendo-o à cena política local e, nesse sentido, ao combater a alienação, a participação política seria o requisito para interferir conscientemente no espaço vivido, como considerou LEFEBVRE (2008).

A mudança de rumo das políticas públicas para atender às necessidades das famílias de pessoas com autismo traz, pois, implicações relacionadas ao planejamento e gestão da cidade. Este aspecto foi constatado entre as mães, sujeitos da pesquisa, na ênfase dos depoimentos que ligam intimamente a “falta de tudo para os autistas” ao dia a dia em cidades que subtraem suas vidas das relações sociais, dos usos e da fruição que a própria urbanização pressupõe. Vencer as distâncias diárias em busca de informação e serviços dispersos torna a cidade um obstáculo na vida cotidiana consumindo tempo e exaurindo esforços, o que concorre contra a organização coletiva e o engajamento das famílias na participação política.

A demanda das mães por territorialização dos equipamentos e usos, oposta às tendências atuais da produção do espaço urbano - fragmentado no interesse do mercado imobiliário - carrega o desejo de reaver o tempo e eliminar rupturas com as funções da cidade (habitação, circulação, trabalho, lazer). Tais rupturas, além de dissolver o pertencimento ao lugar e substituí-lo pela percepção de exclusão, condenam o grupo estudado ao isolamento social e à deterioração da qualidade de vida.

Nesse cenário, os indícios são de que a falta de participação inicia na impossibilidade de acesso e uso do espaço urbano, a começar pelos equipamentos e serviços que preferencialmente têm localização próxima às áreas habitadas por classes socioeconômicas mais elevadas, em detrimento da demanda oriunda da maior parte da população (VILLAÇA, 2009). Tal forma de estruturar a ci-

dade – que marca o cotidiano pelo tempo dispendido em vencer distâncias, por condições degradadas do espaço público, e pela carência e precariedade no transporte – torna exponencial a modificação de vida, impõe escolhas e leva, principalmente as mães, a abdicarem de aspectos fundamentais para a suas vidas e perspectivas de futuro como trabalho, carreira e engajamento político.

Ao considerarmos a participação política das famílias de pessoas com autismo na perspectiva da redistribuição de poder entre os cidadãos e da legitimidade na ocupação dos espaços democráticos da cidade, o exercício dessa participação implica, pois, alcançar uma instância de mudança da convivência social e do domínio do espaço capaz de romper o rigor da vida cotidiana (HELLER, 2000; LEFÈBVRE, 2008).

Contrariando a participação, a aceitação da condição de exclusão e inequidade para as famílias é evidenciada como construção de relações condizentes com uma herança cultural que, em detrimento da vivência das pessoas com deficiência e seus familiares, investe na desqualificação destes (e de outros grupos socialmente fragilizados) para valorizar o discurso competente nas esferas de poder e decisão.

Quando a gestão da cidade e as esferas institucionalizadas de participação substituem a voz de quem é afetado pelo cotidiano de privações – fruto da ausência de políticas públicas – pela de profissionais e provedores dos serviços, são silenciados os únicos legítimos representantes das demandas: as próprias pessoas com autismo e suas famílias. A participação dos cidadãos nas decisões sobre suas cidades não foi caracterizada na pesquisa como um objetivo de gestão nos municípios brasileiros, ainda que seja preconizada pela ONU Habitat (1976, 1996, 2013) como um item que condiciona o desenvolvimento social.

A possibilidade de manipulação de indivíduos ou grupos quando o patamar participativo não ultrapassa dispositivos de informação e consulta é enfatizada por ARNSTEIN (2002). Neste caso, a população não consegue estabelecer suas próprias demandas nem eleger prioridades, já que as gestões não abrem esse espaço, beneficiam grupos de interesse e, valendo-se das distorções dos dispositivos participativos, avalizam decisões do gestor/poder público alegando que a sociedade foi informada e ouvida (ARNSTEIN, 2002).

A assistência associativa, que na ausência do Estado, assume grande parte do atendimento em saúde e apoio social às pessoas com autismo, também está relacionada ao tema da participação e ao protelamento na constituição de sujeitos. Historicamente centradas na supervalorização dos profissionais prestadores de serviços ao indivíduo com deficiência, associações tradicionais têm colocado o

usuário virtualmente como receptáculo da caridade e do conhecimento técnico. Essa perspectiva constrói e alimenta relações de dependência dos indivíduos/famílias atendidas que passam a ser um objeto da complacência de técnicos e gestores. As situações cotidianas que eliminam experiências participativas básicas tendem a ser assimiladas e naturalmente reproduzidas, desencorajando ações políticas expandidas para o âmbito da cidade. (CHAUÍ, 2011; HELLER, 2000).

Todavia, a necessidade indutora da constituição da identidade social fez a participação política ser incorporada ao cotidiano das famílias dos autistas criando estratégias e ambientes para suprir o que falta na cidade. As políticas públicas para o autismo, iniciadas há três décadas e intensificadas nos últimos quinze anos em várias cidades, foram construídas, não por políticas de governo, mas por ações de famílias, e amparadas por profissionais da saúde com pacientes autistas.

Tal constatação é corroborada por este estudo que fez emergir as vozes das mulheres-mães em suas denúncias e pautas que enfatizam as dificuldades familiares compartilhadas e as ações coletivas organizadas em prol de políticas públicas para atender às necessidades das pessoas com autismo.

Tanto as falas dos entrevistados quanto as colhidas no grupo focal com as mães trouxeram percepções e experiências de não haver priorização das necessidades de pessoas em condições sociais de desvantagem na gestão das cidades, tais como: qualificação e intersetorialidade nos serviços de saúde, educação e assistência social, solução aos deslocamentos que inviabilizam aspectos fundamentais da vida da pessoa autista e sua família, oportunidade e condições para interferir nas decisões políticas que afetam seu próprio destino.

A identidade gerada no estigma faz com que estas famílias se tornem sujeitos políticos mobilizados pelo fortalecimento da identidade social transformando seu cotidiano de sofrimento em lutas a favor de seus direitos e contra os obstáculos da cidade e as barreiras burocráticas impostas pelo Estado.

CRIAÇÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: FOCO NAS PESSOAS COM AUTISMO

A invisibilidade das famílias de autistas para as gestões públicas enfatizando, sobretudo a gestão da cidade é extrema.

Os dados levantados na pesquisa levaram foco às políticas públicas pleiteando a assistência *integral* à pessoa com autismo, e enfatizando a equidade para que saúde e educação qualificadas respondam às suas necessidades específicas.

Os relatos maternos referem-se a condições experimentadas em cidades de portes diferentes, mas com altas posições no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDHM (série 2013), atual indicador social de referência para gestores dos municípios brasileiros (QUADRO 1).

Quadro 1 - Perfil demográfico e de desenvolvimento dos municípios de residências das mães entrevistadas

Município	População (Censo 2010)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	IDHM 2010	Faixa do IDHM
Poá (SP)	106.013	6.031	0,771	Alto
Porto Alegre (RS)	1.409.351	2.940	0,805	Muito Alto
Ribeirão Pires (SP)	113.068	1.131	0,784	Alto
Rio de Janeiro (RJ)	6.320.446	5.155	0,799	Alto
Santos (SP)	419.400	1.492	0,840	Muito Alto
São Paulo (SP)	11.253.503	7.365	0,805	Muito Alto
Uberlândia (MG)	604.013	146	0,789	Alto
Volta Redonda (RJ)	257.803	1.395	0,771	Alto

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

O perfil das cidades citadas na pesquisa é compatível com a existência dos recursos sociais e possibilidades para o desenvolvimento das pessoas autistas e sua *inclusão*. Não obstante, os relatos das mães sobre o cotidiano, comparativamente ao que era vivido antes da chegada do autismo, indicam que a realidade é mais difícil, a qualidade de vida é menor, o acesso aos itens específicos de saúde é mais precário, a estrutura educacional é mais incompetente e a fruição relativa a lazer e cultura é insignificante.

Merece destaque o aspecto da vida cotidiana levantado na pesquisa que dá ênfase às distâncias enfrentadas na cidade, fruto da ausência de ações

intersetoriais e da falta de critérios na localização de serviços – fatores que inviabilizam a manutenção do trabalho, sobretudo das mães, criando ainda uma rotina familiar estressante, somada à perda de renda e aumento de gastos.

A assistência provida por associações em favor das famílias dos autistas não é capaz de suprir com padrões desejáveis a demanda e, como tais instituições não estão localizadas territorialmente onde a população mais carece de seus serviços, as grandes dificuldades de mobilidade as tornam, por vezes, inacessíveis.

Outro forte indicador de que a política pública criada pelas e nas associações não tem em perspectiva atender à demanda das famílias advém do próprio índice de prevalência do autismo, aceito internacionalmente, que é entre 1 e 2% da população (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2016). A dimensão desse número leva a considerar como estarão vivendo e se desenvolvendo as pessoas autistas nas cidades brasileiras, uma vez que a rede de atendimento (qualificada ou precária) alcança apenas uma fração dessa população.

As demandas das famílias sobre territorialização e integração dos atendimentos e serviços aos autistas para combater as distâncias enfrentadas diariamente pelas mães e seus filhos demonstrou que a política urbana é também determinante para alcançar justiça social.

A falta de ações intersetoriais e que atendem para a localização territorial dos equipamentos e serviços, mencionada nos aspectos dificultadores da cidade, traz desdobramentos, com destaque para:

- a) a sobrecarga das mulheres e abdicação do trabalho, estudo, aspirações pessoais e da carreira profissional decorrentes da inexistência e/ou ineficácia de políticas de proteção aos direitos e cuidados de seus filhos com autismo, a começar pelo próprio diagnóstico, informação e encaminhamento inicial, até a inexistência de apoios à mulher trabalhadora e, como mencionado anteriormente, a desvalorização de seu papel de cuidadora;
- b) o vácuo de dispositivos que garantam qualidade de vida e a própria existência dos autistas adultos, sobretudo na ausência do familiar cuidador por condições incapacitantes ou por falecimento.

Para suprir a lacuna do Estado novas associações voltadas para as pessoas com autismo passaram a atuar nas áreas da educação, saúde, assistência social e serviços urbanos. Muitas delas, geridas por mães e pais, romperam com o modelo associativo tradicional e se engajaram na conquista de políticas públicas para os autistas, algumas expandindo ações para a escala da cidade.

Dessa forma, a organização associativa das famílias das pessoas autistas não indica uma forma de participação restrita. Participar ativamente das associações revelou lideranças engajadas em organizar outras cidades, mobilizar o coletivo para ações específicas, principalmente as de visibilidade social, cobrança de legislação e políticas públicas.

Todavia, foi manifestada grande incerteza entre as mães, causada pela estagnação na esfera local para concretizar o que as famílias conquistaram sobre proteção legal no âmbito federal. Tais percepções vinculam-se à continuidade da realidade em que pessoas com autismo e seus familiares permanecem sem o direito de usufruir plenamente das funções sociais da cidade – desde o básico acesso à saúde e educação adequadas que reflete em sobrecarga dos cuidadores, degradação da qualidade de vida familiar, e com ela da sociedade em que se inserem.

Os depoimentos das mães pesquisadas indicam tal processo encadeado e revelam a composição da realidade das famílias dos autistas como um nicho de desigualdade, com acesso e oportunidades que se distribuem desigualmente: a) entre o grupo em estudo e a sociedade segundo padrões discriminatórios, e b) dentro do grupo segundo níveis socioeconômicos. Tais dados são indícios de cidades na contramão da participação, que alimentam a segregação, armazenando além do descontentamento de indivíduos e coletivos, perdas para a produção e estabilidade social.

A facilitação pelas vias da internet foi registrada várias vezes nas interações do grupo focal como o fator que democratizou o conhecimento sobre autismo e uniu as famílias. No Brasil, a presença e ação do grupo do autismo nas redes sociais atreladas às tecnologias de informação é concreta desde os anos 1990. Em constante ampliação pela chegada de novas famílias, bem como pela transformação das redes sociais, o propósito inicial deste grupo se mantém: disponibilizar a informação não proporcionada/democratizada pela rede pública e privada de conhecimento, estabelecendo assim um contraponto ao “poder” que mantém sob custódia os meios diagnósticos, métodos e abordagens educacionais e terapêuticas e que, mais recentemente, ignora a urgente conscientização quanto à autonomia e assistência para o adulto com autismo.

A extensão do desconhecimento sobre direitos é apontada como função dos inumeráveis dispositivos da burocracia que historicamente mimetizam os acessos à informação e os tornam subutilizados pelos grupos que deles necessitam. Mesmo a liderança do Movimento Pró-Autista, com forte atuação entre 2010 e 2015 na fase mais intensa da luta por visibilidade e proteção legal, relatou no grupo focal sua própria dificuldade em chegar às fontes e filtrar informações, enfatizando os prejuízos oriundos do atraso para desvendar os caminhos da garantia de direitos.

Essa *face emergencial* da informação proporciona a acolhida de que mães e pais necessitam e implica não apenas trocas de experiências sobre as formas de lidar com um filho autista, mas o limiar da emancipação a sujeitos sociais que delineiam as pautas de suas demandas e reivindicações diante da sociedade e do poder público, atuando por sua cidadania. As discussões sobre direitos e sobre as estratégias para fazê-los valer alicerça a base da organização coletiva, fruto da conscientização do que vem sendo negado em cada cidade às pessoas com autismo.

IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E CONTINUIDADE DA LUTA

A permanência das dificuldades em relação à omissão do Estado, em todas as esferas quando se trata da efetivação de políticas públicas aguardadas pela regulamentação legal, é alvo da fala de outras mulheres-mães que em 2017 discutiram e avaliaram a proteção aos autistas após cinco anos da promulgação da lei 12.764/12: “Apenas a existência de leis não supre as necessidades das pessoas com TEA, precisamos de compromisso, respeito por parte de todos que compõem a saúde e a educação [...] As leis precisam ser cumpridas e não ser apenas uma ficção no papel” (COSTA, LIRA, 2018, p. 233)

“O que encontramos em lugar da Política Nacional proposta é um achapante conjunto de ações cosméticas (superficiais) e desarticuladas, apresentadas como supostamente satisfatórias ao cumprimento da lei, e acintosamente nomeadas de “solução”. (MACHADO, SILVA, ROCHA, CRUZ, 2018, p. 9)

Não obstante, essas mães manifestaram sua resistência *apesar de e mantida pelo* cotidiano da dificuldade, reafirmando a condição anteriormente discutida em MELUCCI (2004) sobre as mães se constituírem em identidade a partir da necessidade. MACHADO, SILVA, ROCHA e CRUZ (2018), que também são mães de autistas enfatizam que o próprio poder público descumpra a lei e que todas as conquistas legais para as pessoas com autismo foram e continuam sendo garantidas por meio da defensoria pública, da denúncia e da permanente luta dessas mulheres-mães: “A luta é longa e o mais importante é não desistir. [...] O caminho é o da denúncia. Aprendemos isso, uma mãe com a outra” (p. 13).

“As mães que estão começando agora, já na realidade pós Lei Berenice Piana⁵, estão aprendendo a buscar os direitos dos filhos. E sabem que grande parte do que hoje conseguem é porque muitas mães vieram antes e lutaram para que as coisas acontecessem. Existe esse sentimento de orgulho, identidade nessa participação com as outras mães. Orgulho de estarmos na mobilização há tantos anos”. (MACHADO, SILVA, ROCHA, CRUZ, 2018, p. 14)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, evidenciamos as conexões entre formação de identidades sociais e formas de participação política constituídas por mobilizações coletivas e as demandas de famílias de autistas por políticas sociais e urbanas no cotidiano da cidade.

O cotidiano das famílias e a constituição de sua identidade na busca para se tornar sujeito social foram revelados desde o contexto mais amplo, no papel do Estado que se ausenta do cumprimento aos direitos desse grupo social, avizinhado das condicionantes da cidade onde se interdeterminam as relações espaciais, sociais e da participação política.

A pesquisa indicou que a urgência em prover os itens básicos ao desenvolvimento dos filhos com autismo esbarra nas discrepâncias do espaço

5. A Lei Berenice Piana refere-se à Lei 12.764 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, sancionada em 28 de dezembro de 2012. O nome da lei é atribuído a uma militante brasileira que também é co-autora da referida lei.

urbano e do acesso aos bens e serviços, uma vez que localização e distâncias inviabilizam os outros aspectos da vida do familiar cuidador como a permanência no trabalho, a manutenção do lar, e o equilíbrio físico, emocional e financeiro.

Nesse cenário, os relatos das mães obtidos na pesquisa foram reveladores da cidade pouco democrática onde famílias de pessoas com autismo enfrentam dificuldades continuamente, situação que é retroalimentada pelas barreiras históricas à participação política e deliberação nos assuntos que determinam seu cotidiano e resgatam seus direitos. Estes últimos aspectos refletem-se hoje na pulverização de esforços dos grupos e já incitam iniciativas de reagrupamento em torno de temas centrais de reivindicação para a concretização da cidadania, até agora distante do que foi buscado desde as mobilizações de 2010.

A ascensão desse grupo a sujeitos políticos mobilizados pela coesão de sua identidade social é caracterizada na transformação do cotidiano de sofrimento em lutas com e pelo grupo do autismo que tem sustentado ações coletivas e iniciativas de associativismo. A busca pelos pares demonstra padrões de solidariedade e o suporte emocional caracteriza-se como elemento agregador do grupo cujas necessidades compartilhadas e conflitos com o meio social se apresentam como catalisadores de expressivas intervenções conjuntas, as quais tenderiam à inocuidade se individuais e isoladas. Nesse sentido, há aspectos marcantes da identidade coletiva das famílias de pessoas com autismo que são presentes/compartilhados pelas pessoas com deficiência e suas famílias, tendo em comum a natureza dos enfrentamentos e a condição de invisibilidade social.

No processo de reconhecimento recíproco dos vínculos identitários, a constituição do grupo torna-se uma mediação à consciência política, e a percepção de que carregam o cotidiano vivido como saber e contribuição promoveu entre as famílias, com destacado papel das mulheres-mães, as reivindicações pela efetiva participação, desde as parcerias com o Estado no balizamento de políticas públicas até o controle social.

Ao engajarem-se em um processo de reconhecimento e legitimação de suas demandas por parte do poder público e da sociedade, caracterizando um “Movimento Social do Autismo” as famílias de pessoas autistas demonstram que a identidade pode motivar e alavancar a diluição do preconceito, a construção de políticas públicas, fortalecendo os sujeitos para os enfrentamentos e lutas sociais.

REFERÊNCIAS

ANSARA, S. & MACHADO, M. F. L. Identidade e participação política das famílias de pessoas com autismo no Brasil. Anais III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas - 30/05 a 02/06/2017. UFES, Vitória, ES. p. 19 – 33. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/site/anaispdpp17/st12.pdf>

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. In: Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul. v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002. E-book, p.1-17. Disponível em: <<http://ebookbrowse.net/uma-escada-da-participacao-cidada-arnstein-doc-d415313738>>. Acesso em: 09 Mai 2014.

CASTELLS, M. O poder da Identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2, 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Autism Spectrum Disorder (ASD). Data & statistics, prevalence. United States Department of Health and Human Services, 2016.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 13ª. ed.. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, M.M., LIRA, M.A.D. Efetivação da Lei 12.764/12 para o Estado de Pernambuco. In TIBYRIÇÁ, R. F.; D'ANTINO, E. F. (organizadoras). Direitos das pessoas com autismo: comentários interdisciplinares à Lei 12.764/12. 1 ed. São Paulo, Memnon, 2018, posfácio, p. 229-234.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.). Anos 90 - Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, p. 103-115.

FIETZ, H. Habitando incertezas: reflexões sobre deficiência e práticas de cuidado na luta por moradia assistida. Dossiê Gênero, cuidado e famílias. Revista Mediações, Londrina, v. 23, n. 3, p. 103-131. Dez/2018.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HELLER, A. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KAPLAN, H. B. & LIU, X. Social movements as collective coping with spoiled personal identities: intimations from a panel study of changes in the life course between adolescence and adulthood. In: *Self, Identity, and Social Movements*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, p. 215-238.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

MACHADO, M.F.L. *O espaço da participação e a cidade no cotidiano de famílias de pessoas com autismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

MACHADO, M.F.L., ANSARA, S. De figurantes a atores: o coletivo na luta das famílias dos autistas. *Revista Psicologia Política*, v. 14, n. 31, p. 517-533, 2014.

MACHADO, M. F. L., SILVA, M.E.C., ROCHA, O.S., CRUZ, M.L. A lei protege as pessoas com autismo? In TIBYRIÇÁ, R. F.; D'ANTINO, E. F. (organizadoras). *Direitos das pessoas com autismo: comentários interdisciplinares à Lei 12.764/12*. 1 ed. São Paulo, Memnon, 2018, prefácio, p. 5-14.

MELLO, A. G., NUERNBERG, A.H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

MELUCCI, A. *O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

PAOLI, M. C. Movimentos sociais, cidadania, espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 90. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, p. 115-133, out-1991.

TAJFEL, H. *Grupos Humanos Y Categorías Sociales*. Madrid: Biblioteca de Psicología, 1984.

TARROW, S. *El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. *State of the world's cities 2012/2013: prosperity of cities*. New York: Routledge, UN-Habitat, 2013.

UNITED NATIONS HABITAT. The Vancouver Declaration on Human Settlements. In: Report of Habitat, United Nations Conference on Human Settlements. Vancouver, Canada: 1976. Disponível em: <<http://www.un-brussels.org/agencies/habitat.html>>. Acesso em: 18 Set 2013.

UNITED NATIONS HABITAT. The Habitat Agenda Goals and Principles, Commitments and the Global Plan of Action, capítulo II, item 27/I. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/downloads/docs/1176_6455_the_habitat_agenda.pdf>. Acesso em: 18 Set 2013.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FA-PESP, Lincoln Institute, 2009.



MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES: TECENDO VISIBILIDADES

CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO
CORINA EVELIN DEMARCHI VILALLON
MARIA PAULA BOTERO RODRIGUEZ

Palavras Chave: Migração internacional, Mulheres, Feminização, Gênero, Interseccionalidades

Neste capítulo apresentamos brevemente o cenário global das migrações, em seguida trazemos a discussão sobre a migração de mulheres, que por décadas foram invisibilizadas nos estudos sobre migração. Destacamos a importância dos estudos que incorporam a perspectiva de gênero e avançam na análise das interseccionalidades acionadas nas diferentes experiências migratórias das mulheres. Agregamos ao debate a discussão sobre a heterossexualidade compulsória e a participação política das mulheres imigrantes, temas tratados em pesquisas de mestrado que estão em andamento na linha de pesquisa Gênero, Educação em Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

APROXIMAÇÕES DO CENÁRIO GLOBAL DA MIGRAÇÃO

A humanidade sempre migrou, com períodos históricos de maior ou menor incremento nos fluxos migratórios. Pode-se afirmar que tanto a entrada como saída de pessoas são eventos comuns a todos os países. Quando se trata de grandes contingentes populacionais, como, por exemplo, os cinco milhões de pessoas que saíram Síria, um país que tinha população estimada em 23 milhões de habitantes (SILVA, 2019), obviamente as consequências para o país, já assolado pela guerra civil, são muitas, assim

como para os países de destino. O deslocamento de grandes contingentes populacionais mobiliza a sociedade para respostas ao fenômeno.

No cenário global a migração internacional tem aumentado. Nos anos 2000 a Organização das Nações Unidas (ONU) estimava que 2,7% a população mundial fosse migrante internacional, em 2019 a estimativa foi de 3,5% da população. Em termos globais o quantitativo pode parecer pequeno, mas em números absolutos corresponde a 272 milhões de pessoas (Organização das Nações Unidas, 2020), contingente maior que a população do Brasil em 2020, estimada em 211 milhões de pessoas. As mulheres respondem por quase metade da população migrante do mundo na atualidade: 47,9%, o que corresponde a 130 milhões mulheres, conforme dados da ONU referentes ao ano de 2019.

As estimativas sobre a população imigrante procuram se aproximar dos dados reais, mas é sabido que parte das pessoas que migram são indocumentadas e não constam dos dados oficiais. A mesma dificuldade é encontrada quando se estima o número de saídas de brasileiras e brasileiros, que varia entre 1 a 3 milhões de pessoas vivendo fora do país (CAMPOS, 2011).

No Brasil, no período de 2011 a 2018 foram registrados no Brasil 774,2 mil imigrantes, dados obtidos por diversas fontes e divulgados pelo Observatório da Migrações (ObMigra) e Ministério da Justiça. O predomínio da entrada recente é de pessoas vindas de países do Sul Global, a maioria é de homens. Entre os/as imigrantes de longa permanência (denominado longo termo nos estudos demográficos) também predomina originários de países do Sul Global. Em 2018 foi registrada a crescente presença de pessoas que vieram do Haiti e Venezuela (CAVALCANTI et al., 2019).

O Sudeste é a região com maior concentração da população imigrante, com destaque para o estado de São Paulo, onde 41% estão fixados. Na cidade de São Paulo, a população imigrante faz parte do cotidiano. Dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (Sinasc) indicam que, entre 2012 e 2014, 3% dos partos da cidade foram de mulheres de outras nacionalidades (AGUIAR; NEVES; LIRA, 2015). Estudo de CASTRO et al. (2015) realizado em uma grande maternidade pública paulistana indicou que 20% dos partos foram de mulheres de outras nacionalidades. São Paulo é a cidade com maior população de país, assim como outras grandes cidades do mundo, escolhida como o destino de imigrantes.

Com relação às mulheres imigrantes, em 2019 representavam 46% da população imigrante no Brasil, o que em números absolutos significa 371.300 mulheres, segundo dados Organização Internacional para a

Migração (OIM) das ONU. Ainda que componham quase a metade da população imigrante, quando olhamos os dados do registro de trabalhadores formais, com carteira de trabalho apresentados no relatório do ObMigra (CAVALCANTI et al., 2019), apenas 28% das mulheres imigrantes foram registradas. Situação que certamente está relacionada à exploração do trabalho das mulheres nas atividades informais, como afirma SILVA (2012) sobre o trabalho das mulheres bolivianas nas oficinas de costura de São Paulo. Condição agravada pela falta de documentação de muitas, uma vez que aos homens é dada a preferência na regularização da documentação (ILLES et al., 2008).

Os grandes deslocamentos transnacionais da atualidade forçaram a inserção do tema migração na agenda global. As motivações para migração são variadas e inclui eventos naturais como o terremoto do Haiti ocorrido em 2010, guerras e conflitos, como a guerra civil da Síria, que teve início em 2011, a globalização econômica que mantém a concentração de riqueza em países do Norte Global, a mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores, o deslocamento para estudos e reunião das famílias, as perseguições por razões religiosas, étnicas e de orientação sexual, entre outras tantas motivações, que são múltiplas se considerarmos os projetos pessoais. Em 2018 foi elaborado o Pacto Global para a Migração (Organização das Nações Unidas, 2018). Pautado na defesa dos Direitos Humanos e no respeito à soberania das nações, o Pacto enfatiza que não é possível que as respostas à questão da migração sejam dadas unilateralmente pelos países, posto que é necessário o esforço conjunto para lidar com o fenômeno. Procura fazer frente aos discursos xenófobos e racistas e às ações de alguns países que aumentam os riscos vividos pela população imigrante. A título de ilustração citamos o ocorrido na Itália em junho de 2019, quando a capitã e ativista Carola Rackette resgatou 41 imigrantes do mar Mediterrâneo atracando num porto do país (VERDÚ, 2019). Ela foi presa e acusada por favorecimento de tráfico de imigrantes após enfrentar a política migratória do governo, implementada pelo ministro de extrema-direita Matteo Salvini.

No que diz respeito às mulheres, as medidas propostas pelo Pacto Global para Migração afirmam a necessidade da promoção da igualdade de gênero, a adoção de medidas que promovam o empoderamento e reconheçam a liderança das mulheres, em detrimento de abordagens que enfatizam a vitimização.

O Pacto enfatiza que toda vida importa. É uma ferramenta para enfrentar a crise humanitária que assume contornos dramáticos, como se vê nas notícias amplamente divulgadas pela mídia que mostram naufrágios, embarcações impedidas de atracar na costa da Europa e o confinamento de mulheres, crianças e adultos nas prisões da fronteira dos Estados Unidos com o México.

Lamentavelmente, o governo brasileiro, que participou da elaboração do Pacto Global, retirou-se do mesmo em janeiro de 2019, contrariando o compromisso que havia sido ratificado pelo país. A postura do atual governo pode ser entendida como um revés às conquistas recentes, fruto de anos de mobilização e organização de entidades e pessoas voltadas para a defesa dos direitos da população imigrante como a o direito votar e ser votado no Conselho Participativo Municipal (CASTRO, KANAS, 2017; KANAS, 2018), a aprovação da lei que criou a Política Municipal para a População Imigrante em São Paulo (Município de São Paulo, 2015) e a Lei da Migração, de 2017 (Brasil, 2017), considerada uma conquista (apesar do vetos) pois deixa de considera os imigrantes como uma ameaça à segurança do país e afirma que todas e todos são sujeitos de direitos.

ROMPENDO COM A INVISIBILIDADE DAS MULHERES IMIGRANTES

Embora desde a segunda metade do século XX o aumento da presença das mulheres nos deslocamentos transnacionais tenha sido registrado, muitos dos estudos sobre migração internacional tratam o fenômeno como masculino, a perspectiva dominante é a do homem migrante, considerado em sua disposição para a aventura (ASSIS, 2007), para correr riscos e buscar melhores oportunidades de trabalho, enquanto a migração das mulheres em geral é associada à reunião familiar, ao acompanhamento do marido e ao desempenho de atividades domésticas no país de destino. Muitos dos estudos se limitam a abordar os diferenciais por sexo, desconsiderando os muitos aspectos da migração vividos pelas mulheres. A perspectiva dominante nos estudos trata a migração de mulheres como subordinada aos homens (COSTA, SCHWINN, 2018).

Para Assis (2007), por décadas a perspectiva teórica adotada em relação à migração era “cega, em relação às diferenças de gênero, classe e etnia” (p.749). Nos primeiros anos da década de setenta as especificidades da migração das mulheres começaram a ser pautadas na literatura, entre as au-

toras que publicaram nos anos seguintes citamos Morokvasik (1984) com o importante artigo *Birds of passage are also women* onde discorre sobre a experiência migratória das mulheres. Para a autora, a invisibilidade das mulheres migrantes encobria, por exemplo, a incorporação e exploração delas como mão de obra em atividades que exigiam menos qualificação, como serviços domésticos, de vestuário, entre outros, muitas das quais realizadas em condições inadequadas e à margem das leis trabalhistas. Enquanto a importância do trabalho dos homens migrantes para a economia era objeto de estudos, a participação das mulheres no mercado de trabalho muitas vezes nem mesmo figurava nos dados oficiais dos países de destino. Relata que muitas das mulheres migravam sozinhas, mas seus deslocamentos continuavam a ser tratados como subordinados às iniciativas dos homens. Para outras, a experiência da migração resultava em um novo posicionamento na sociedade e a adoção de posturas mais emancipadoras.

Partindo dos dados oficiais e diferenciais por sexo, Santos e Rossini (2018), mostram que gênero e classe social devem ser considerados na análise das migrações, pois estão relacionados até mesmo à escolha do país de destino. Elas analisaram dados da emigração coletados no Censo 2010, que mostram que as mulheres são maioria, 54% das pessoas que emigram, sendo as saídas principalmente da região da região Sudeste. A distribuição por sexo mostra que do grupo que foi para América do Norte, 50,7% eram mulheres, enquanto países da Europa receberam 60% de mulheres. Quando é analisado o total de mulheres que migraram e a região de origem, 72% das mulheres do Nordeste foram para a Europa. Brasileiras oriundas da região sudeste, de camadas médias, compõe a maior parte do grupo que vai para os Estados Unidos, enquanto brasileiras de camadas populares da região nordeste compõe a maioria das que vão para a Europa. A saída do Brasil em direção à América do Norte ou países da Europa, indica a mesma direção observada nos grandes fluxos migratórios da atualidade, pessoas que saem do Sul Global em direção ao Norte Global.

As motivações e os roteiros migratórios das mulheres são diversos. Para desenvolver estratégias de sobrevivência e inserção no país de destino, as redes de apoio são importantes e a configuração dessas redes é influenciada por gênero, muitas delas ativamente mantidas pelas mulheres (ASSIS, 2007).

A ampliação dos estudos sobre migração de mulheres possibilitou a compreensão dos diferentes arranjos migratórios e mostrou a insuficiência da restrição aos diferenciais por sexo. MILESI E MARINUCCI

(2016) informam que algumas autoras passaram a usar o termo feminização da migração em estudos que tratam da alteração nas dinâmicas da migração e nos projetos migratórios das mulheres considerando as especificidades de gênero. GREGÓRIO GIL (2017) alerta para a diferença de abordagem presente em alguns estudos, para a autora, o termo “feminização” pode ser capturado pela abordagem que se restringe aos diferenciais por sexo, enquanto as abordagens que tratam do tema como processos generificados considera os eventos como histórica e socialmente determinados, trazendo para o debate elementos como raça, cultura e nação.

A perspectiva de gênero na análise dos fenômenos sociais é ampliada quando são consideradas as interseccionalidades de classe, raça, etnia (SCOTT, 1990). Em se tratando da feminização das migrações, a defesa da abordagem pautada nas interseccionalidades, nos estudos que tratam do fenômeno, é tratada por PISCITELLI (2008) que traz robusta revisão do tema no texto onde analisa a situação das imigrantes brasileiras.

APROXIMAÇÕES ANALÍTICAS NA PERSPECTIVA DAS INTERSECCIONALIDADES

No Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, integradas à linha de pesquisa Educação, Gênero e Saúde, temos promovido estudos sobre migração e mulheres no grupo de pesquisa Migração Internacional e Saúde (MIS.). Neste texto agregamos dois aspectos que pautam pesquisas em andamento, o primeiro aborda os impactos da heterossexualidade compulsória e o segundo à agência e participação política das mulheres imigrantes.

HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA NO PROCESSO MIGRATÓRIO

Segundo DOLORES JULIANO (2012), as mulheres se deslocam por motivos muito diversos, entre os quais cita o refúgio por motivos de gênero, que faz referência às migrações de mulheres com status desvalorizado nas sociedades de origem ou cujas vidas e desejos resultam incompatíveis com as normas tradicionais (matrimônios indesejados, trabalhadoras sexuais,

mães solas e vítimas ou ameaçadas de agressões sexuais, lésbicas e mulheres com experiências afetivas não heteronormatizadas).

Muitas das desigualdades são baseadas na forma como a migrante é representada na sociedade e o papel que ela deve performar para encaixar em um sistema heteronormativo. Em outras palavras, as mulheres imigrantes devem se adaptar a um papel de cuidado e passividade que mantenha elas dentro de uma estrutura que historicamente tem apagado sua agência política, independente da sua orientação sexual, cor ou raça.

Ser lésbica ou bissexual intensifica as opressões e cria entornos que hostilizam o cotidiano. No mercado de trabalho, por exemplo, além da desvantagem econômica, as mulheres são susceptíveis a situações onde tem que tolerar o assédio sexual. Segundo Rich (2010) para se manter em seus empregos elas aprendem a se comportar de uma maneira heterossexual complacente e agradável porque elas descobrem que esse comportamento indica uma qualificação para ter emprego, qualquer que seja o tipo de emprego. Do mesmo modo, as mulheres imigrantes se veem obrigadas a tolerar essas questões, agravadas com a superposição de outros eixos como a raça, a classe, a sexualidade e a nacionalidade. Assim, a experiência migratória, além das formas de xenofobia e racismo que se manifestam durante o processo, também é atravessada, segundo Esguerra (2014), pela heterossexualidade como regime, imposto pelo sistema, que com sua organização heteronormativa, impõe uma experiência apartada do desejo.

Nessa ordem de ideias, a heterossexualidade obrigatória, por exemplo, é um dos elementos que segundo ESGUERRA (2014) influem na decisão das mulheres de migrar ou permanecer no país de acolhida e que poucas vezes é levado em conta na análise das migrações, principalmente quando se entendem as migrações como um fenômeno não multicausal ou de motivações apenas econômicas desconhecendo o sistema sexo gênero, particularmente colonial, que tem sua própria economia e é tão complexo e estruturado quanto os sistemas econômicos.

Embora existam diversas pesquisas sobre imigração que aportam dados relevantes para o estudo e elaboração de políticas públicas a fim de entender e atender esse fenômeno que atinge toda a sociedade, ainda falta o reconhecimento e a compreensão das subjetividades associadas às diversas identidades construídas a partir de realidades de gênero,

classe, raça, sexualidade que fazem parte dos processos migratórios e que determinam o cotidiano, no caso, das mulheres que migram.

AGÊNCIA COLETIVA E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES POLÍTICAS DAS MULHERES IMIGRANTES.

É importante reconhecer a centralidade da presença e agência das migrantes tanto a nível subjetivo e pessoal, quanto nos coletivos e nas instituições migrantes. Isso, significa contestar, de certa forma, o estereótipo da mulher migrante como dependente de um sujeito masculino (marido, pai, empregador, etc.), passiva, sem capacidade de organização coletiva, sem agência política. Para Juliano, com respeito às mulheres imigrantes: “adota-se com frequência uma perspectiva vitimista que faz com que se destaquem sistematicamente a exploração e os enganos dos quais podem ser vítimas, mais do que as estratégias que elas mesmas desenvolvem” (JULIANO, 2012, p.530).

Segundo Abdelmalek Sayad a migração entranha paradoxos que constituem a própria experiência migratória. Na medida em que o imigrante é uma presença “estrangeira”, existe a ilusão de que é uma presença provisória. Com base nessa suposta provisoriedade, aparece a ilusão da neutralidade política que não só se exige do imigrante, mas também do fenômeno migratório, cuja politicidade é mascarada. Assim, quando os migrantes se mobilizam, em atos de protesto e reivindicação, se produz uma ruptura “herética” da ortodoxia social e política em que é mantida a imigração (SAYAD, 1998).

Ao mesmo tempo, como a teoria feminista tem demonstrado, a história das mulheres e da sua participação política está assinalada pela minorización. SEGATO (2016) propõe esse termo para se referir “a representação e a posição das mulheres no pensamento social; minorizar se refere aqui a tratar a mulher como menor e também a empurrar seus temas ao âmbito do íntimo, do privado, e, em especial, do particular, como tema de minorias e, em consequência, como tema minoritário” (SEGATO, 2016, p.91), apesar de não se tratar, quantitativamente, de uma porção minoritária da população. Dessa forma, no caso das mulheres imigrantes, a neutralidade política, a minorización, a vitimização se conjugam anulando suas capacidades e agência no âmbito público, social e político, e aparecem estereótipos que operam de formas diferentes segundo diferenças de gênero, orientação sexual, classe, nacionalidade, raça e etnicidade.

No entanto, como evidenciam vários estudos (ELHAJJI, DOMINGUES, 2018; GUIZARDI, GONZÁLVEZ TORRALBO, STEFONI, 2018; MILESI, MARINUCCI, 2016) as mulheres imigrantes vem se organizando em coletivos, organizações e associações em torno a temas e problemas variados, tomando mais relevância no âmbito político e social e marcando presença no espaço público. Isso, sem ter legitimados seus direitos políticos, o que abre o questionamento sobre as múltiplas formas e estratégias para ser consideradas como sujeitos políticos frente ao Estado, frente a sociedade de acolhida e, também, frente ao próprio movimento de migrantes masculino.

Para Varela Huerta, as lutas migrantes produzem práticas conflitivas, isto é, práticas cidadãs, mas, protagonizadas por sujeitos considerados irregulares, inexistentes (HUERTA, 2008), ou de existência provisória e apolítica. Na mesma linha, Roberto Marinucci entende os atos de visibilidade e reconhecimento dos migrantes como irrupções no espaço público que constituem em si afirmações de presença. Atos de visibilidade de seres humanos que se auto-reconhecem como sujeitos políticos, que “visam, antes de tudo, reivindicar o direito de serem reconhecidos como ‘sujeitos de direitos’ nos países de origem, trânsito e chegada” (MARINUCCI, 2016, p.7).

Em São Paulo, existem atualmente coletivos e organizações de mulheres migrantes com temáticas e especificidades diversas que negociam sua subjetividade política em contextos mais ou menos abertos à sua participação política e social. Esses grupos propõem novos debates sobre a questão migratória desde a visão das próprias migrantes e refugiadas. A conformação, em 2014, de uma Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas consolidou, de alguma maneira, a relevância das mulheres e suas demandas dentro do movimento social de imigrantes (WALDMAN, 2018). A participação destes coletivos e frentes em diversas atividades auto organizadas, assim como em Conferências Municipais organizadas pelas próprias migrantes junto à Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres onde trataram temas como violência obstétrica, acesso à saúde, moradia, entre outros temas (VACCOTTI, 2017); ou no Fórum Social Mundial das Migrações, onde exigiram participação, equidade e a visibilidade das problemáticas de gênero; na Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes; são alguns exemplos da intensa presença das mulheres migrantes como sujeitos políticos coletivos. Recentemente, também, os coletivos e associações de mulheres imigrantes estão se organizando para promover respostas às dificuldades surgidas com a pandemia do coronavírus entre a população imigrante.

As pesquisadoras voltadas para o tema migração, ao denunciarem a invisibilidade das mulheres imigrantes nos estudos sobre o fenômeno migratório mostram como as relações de poder, sustentadas pela desigualdade de gênero impactam a vida das mulheres, desde o planejamento, a definição das rotas migratórias, a escolha do destino e as estratégias de inserção no país onde estão fixadas. Mostram que os roteiros migratórios são heterogêneos, fluidos e, ainda que muitas mulheres sejam forçadas a migrar, outras sejam vítimas do tráfico humano, tantas outras o fazem por escolha própria, em busca de horizontes mais emancipadores.

Historicamente às mulheres e em particular às mulheres imigrantes é reservado o menor, expresso em “menor cidadania, menor renda, menor atenção em relação aos direitos humanos” (SANTOS, 2018). A migração, ao possibilitar a inserção e construção de novas redes, tem a potência para mudar a hierarquia de gênero que coloca as mulheres em condição de inferioridade. Para muitas traz possibilidades de ressignificação de sua condição e construção da cidadania ativa.

Em nossas considerações finais, não podemos nos esquivar mencionar as condições em que este texto foi produzido: estamos em distanciamento social por conta da pandemia COVID-19. Enquanto escrevemos nos deparamos com notícias sobre o crescente número de infectados e mortos. Ainda prevalece o discurso de grupos de risco, mas o que se vê é o aumento das mortes entre pessoas em maior vulnerabilidade social e denúncias do aumento da violência contra as mulheres (ONU, 2020). Somos acionadas por pedidos de ajuda das mulheres imigrantes, já impactadas pelos efeitos da pandemia, seja pelo adoecimento propriamente dito, ou pelas consequências da falta de trabalho e renda, uma vez que muitas são trabalhadoras informais. Nesse momento de crise, vemos como é perversa a manutenção da cidadania autorizada pelo Estado, que resulta na restrição de direitos, que dificulta e até mesmo impede o acesso às medidas de proteção social. Assume especial importância as reflexões que consideram cidadania como “instituição em fluxo” (MEZZADRA, 2012), o que muda a perspectiva, no sentido de uma instituição dinâmica (KANAS, 2018), de algo em construção, expresso no cotidiano das cidades, nas lutas pela inclusão social e pela garantia de direitos da população imigrante.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Gláucia O. Mulheres imigrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*, v.15, n.3, p.745-772, 2007.

ASSIS, Gláucia O; KOSMINSKY, Ethel. Gênero e migrações contemporâneas. *Revista Estudos Feministas*, v.15, n.3, p.695-697, 2007.

BRASIL. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017: Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 25 mai. 2017.

CAMPOS, Marden B. Estimativas de Migração Internacional no Brasil: velhos e novos desafios. In: OLIVEIRA, L.A.P., OLIVIERA, A.T.R. (Orgs.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CASTRO, Cláudia M.; OLIVEIRA, Régia C.; CUSTODIO, Mayara C. S.. Atenção ao parto de mulheres estrangeiras em uma maternidade pública de São Paulo. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v.15, n. 2, p. e59-e74, 2015.

CASTRO, C., KANAS, G. O. Atos de cidadania: atuação política dos imigrantes no município de São Paulo. In: PEREIRA, Diamantino. (Org.) *Estudos e ações transdisciplinares em Mudança Social e Participação Política*. São Paulo: Annablume, 2017, p. 51-64.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA); Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração*. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

COSTA, Marli M. M., SCHWIN, Simone A.. Qual o lugar das mulheres no mundo? O peso dos estereótipos de gênero sobre as mulheres migrantes e refugiadas. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Ceará* v. 38.2, 2018.

ESGUERRA, Muelle, C. *Dislocación y borderland: Una mirada oblicua desde el feminismo decolonial al entramado migración, régimen heterosexual, (pos) colonialidad, globalización*. *Universitas humanística*, Bogotá, v.78, n.78, p. 137-162, 2014.

GREGORIO GIL, C. Migración femenina. Su impacto en las relaciones de género. *Asparkía. Investigación Feminista*, Castellón, n. 15, 2004.

GUIZARDI, M.; TORRALBO, G. H.; STEFONI, C. De feminismos y movilidades. *Debates críticos sobre migraciones y género en América Latina (1980-2018)* Rumbos TS, Santiago de Chile, v. 13, n. 18., p. 37-66, 2018.

ILLES, P., TIMÓTEO, G..L..S., FIORUCCI, E.S. Tráfico de Pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. *Cadernos Pagu*, v. 31, p. 199-217, 2008.

JULIANO, D. Mujeres estructuralmente viajeras: estereotipos y estrategias. *Papers: revista de sociologia*, Barcelona, n. 60, p. 381-389, 2000.

KANAS, Giovanna O. Cidadania e Migrações Internacionais: imigrantes no Conselho Participativo Municipal. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2018.

MILESI, Rosita, MARINUCCI Roberto. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/artigo-mulheres-migrantes-e-refugiadas-a-servico-do-desenvolvimento-humano-dos-outros/>. Acesso em: 14 maio 2020.

MORAKVASIK, Mirjana. “Birds of passage are also women”. *International Migrants Review*, v.18, n.4, p. 886-907, 1984.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU) Ante el aumento de la violencia doméstica por el coronavirus, Guterres llama a la paz en los hogares. *Noticias ONU*. Disponível em: <https://news.un.org/es/story/2020/04/1472392> Acesso em: 9.mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Migration Data Portal, 2019. Disponível em: <https://migrationdataportal.org/es?i=migprofile&t=2019> . Acesso em: 27 abr.2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório de Migração Global 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/relatorio-de-migracao-global-2020>. Acesso em 12 mai. 2020.

PISCITELLI, Adriana.”Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de Migrantes brasileiras”. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n.2, p. 263-274, 2008.

- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas, n. 05, p. 17-44. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- SANTOS, Aline L. ROSSINI, Rosa E. Reflexões sobre geográficas sobre migrações, desenvolvimento e gênero no Brasil. In: BAENINGER, Rossana et al (orgs). Migrações Sul-Sul. Campinas: Núcleo de Estudos da População “Elza Berquó”, NEPO-Unicamp, 2018.
- SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 16.478 de 8 de julho de 2016. Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes. Diário Oficial da Cidade, São Paulo, SP, 9 jul. 2016
- SAYAD, A. Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 20, n.2, p.71-99, 1995.
- SEGATO, R.: La guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e processos identitários. BAENINGER, R. (Org.). Imigração Boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. p. 19-34.
- SILVA, Samanta R. A cultura na gestação, parto e nascimento: vozes das mulheres imigrantes sírias. 101 f. Dissertação– Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2019.
- VARELA HUERTA, A. ¿Qué ciudadanía y para qué? O sobre lo que tienen que decir los saberes migrantes con relación al debate sobre la(s) ciudadanía(s). In: La política de lo diverso: ¿Producción, reconocimiento o apropiación de lo cultural?. Barcelona: CIDOB, 2008. p.169-179
- VERDÚ, Daniel. “Voltaria a fazer exatamente a mesma coisa”, diz a capitã presa por salvar refugiados no mar. El país, 2019. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/internacional/1562776886_469320.html. Acesso em: 11 mai. 2020.



VIDA, MORTE E ÉTICA DO CUIDADO DE SÍ: APRENDIZADOS (IM)POSSÍVEIS COM A PANDEMIA COVID-19 ¹

ELIZABETE FRANCO CRUZ

Palavras chave: Pandemia, Covid-19, Universidade, Cuidado, Ética do cuidado de si

A pandemia do coronavírus afetou o mundo e, como já esperado, ao chegar ao Brasil modificou nosso cotidiano. Nacionalmente, nossos problemas são ampliados por um contexto político conturbado com mudanças de ministros da saúde em plena pandemia e um presidente que abala a democracia com ideias sobre fechar o Congresso e o STF, nega a gravidade da situação e não tem vergonha de pronunciar as palavras “e daí?” diante do aumento do número de pessoas que morrem a cada dia.

Lamento profundamente a morte de todas estas pessoas e presto honras a todos que partiram, a seus amigos e familiares, deixando nossa gratidão pelas presenças neste mundo, para quem devemos fazer um minuto de silêncio.

Mas logo em seguida vem a pergunta: um minuto de silêncio? Num mundo alucinante, rápido de mensagens e imagens há espaço para um minuto de silêncio? Para respiração? Num capitalismo acelerado e midiático “não podemos parar”, nem para respeitar a morte das pessoas – aquelas que amamos ou as desconhecidas.

1. Este texto é uma versão modificada e ampliada do texto “A USP que não vai parar e a sabedoria do meu vizinho” publicado no site da ADUSP - Associação de Docentes da USP. <https://www.adusp.org.br/index.php/opiniao/3676-a-usp-que-nao-vai-parar-e-a-sabedoria-do-meu-vizinho-por-elizabete-franco-cruz-each>

Neste texto partilho reflexões derivadas da experiência da pandemia, escritas no calor do que estamos vivendo, pois finalizo este artigo ainda no decorrer do período de isolamento social. Evidentemente existem muitos questionamentos importantes que podem ser feitos e que me (nos) tocam neste momento, mas vou me ater a pensar em três questões bastante candentes: interrupção das atividades universitárias, a quão democrática é a pandemia e o futuro das sociedades pós Covid-19.

Utilizo alguns elementos observados no cotidiano do meu trabalho como professora universitária. Penso que eles possam ser úteis para nos ajudar a pensar, a partir do microcosmo de uma grande universidade pública, como nos organizamos e vivemos em instituições e em sociedade nas tramas do capitalismo. As outras duas questões que abordarei neste texto foram escolhidas porque têm sido objeto de pensadores(as) do nosso tempo, me tocaram muito e se articulam com as questões de cuidado que almejo debater.

A USP QUE NÃO VAI PARAR

Um dos desdobramentos da demanda por isolamento social, desenhada como mecanismo de contenção da expansão do Covid-19, foi a interrupção das aulas para todas as faixas etárias, de crianças pequenas a adultos em todos os níveis educacionais, da creche à Universidade. A reorganização dos processos nas instituições de ensino foi objeto de debates e desafios em várias instituições.

A Universidade em que trabalho decidiu seguir o isolamento social e adotou o lema “A USP não vai parar”. Dentre tantos desafios vivenciados neste processo um dos pontos nevrálgicos foi a manutenção dos cursos de graduação e pós-graduação, numa perspectiva inicial de simples transferência das aulas presenciais para aulas virtuais. A partir deste momento alguns temas passaram a povoar a vida acadêmica: pandemia e EAD. A “USP que não vai parar” impôs uma busca de normalidade e muitos membros da comunidade tentaram se organizar para mantê-la.

A questão é que estamos numa pandemia de grande magnitude, que não comporta a mesma normalidade, mas o “não vai parar” foi cumprido por muitas unidades e institutos nos quais as adaptações e programas passaram a envolver docentes e estudantes de modo muito acelerado.

Pandemia no dicionário significa, enfermidade epidêmica amplamente disseminada, mas a palavra é polissêmica, contextualizada, global e local, pode ser plural e singular. Pandemia do porte do COVID é mais do que uma infecção que pode ser analisada estritamente no campo biomédico. Talvez melhor pensarmos em pandemia como um fenômeno psicossocial que fala de adoecimento, vida, morte, profundas reorganizações sociais, políticas, econômicas, afetivas e cotidianas.

O arranjo inicial que fizemos nas aulas atende a realidade de quem? De uma boa parte de estudantes e docentes sim, e de outra boa parte não. Então fazemos qual escolha? As pessoas ficam doentes, cuidam de velhos e de crianças, enfrentam problemas sociais, econômicos, problemas de saúde física ou mental. Estão distantes de pontos de referência afetiva. Não têm computador, não têm internet, não tem estrutura. As pessoas morrem. As pessoas ficam enlutadas.

Além destas questões, considerando o isolamento e a expansão da pandemia, como está o tempo interno/externo de cada um, a produtividade, as condições afetivas para produzir? Como nossa subjetividade é afetada pelas inúmeras e angustiantes imagens e notícias veiculadas pela mídia? Pelo medo da perda de quem amamos, pelo medo da perda da própria vida? Como somos afetados pelos visíveis limites do planeta e das sociedades, com desamparo cotidiano estampado à nossa frente?

Temos que sucumbir e nos entregarmos a este estado de coisas? Não. Não temos. Entretanto, arquitetar uma realidade inexistente e querer que no decorrer de uma pandemia todos se encaixem é algo muito violento. E os que seguem, deveriam parar? Não, não precisam parar, vamos apoiá-los, se para eles é importante manter este ritmo. Só não podemos deixar para trás ou não cuidar daqueles que, por inúmeros motivos, não estão conseguindo o mesmo ritmo, que são muitos também. Estudantes, funcionários(as) e professores(as), tem neste momento outra vida, outra rotina. Se queremos continuar com atividades acadêmicas, a continuidade tem que incluir acolhimento, muita flexibilidade, outro ritmo, muito mais lento, muito mais cuidadoso.

Contudo, se de fato entendêssemos que há uma pandemia, com a gravidade da pandemia que estamos vivenciando, a pergunta que deveríamos fazer é: por que não podemos parar se a vida está em jogo? Porque temos como contribuir para a manutenção da vida, seria a única resposta aceitável. Todo o resto poder-se-á perder e poder-se-á recuperar, em algum tempo, noutra tempo, mas a vida não!

Nesta dimensão, sigamos! Dar continuidade às pesquisas, especialmente àquelas que contribuem para o enfrentamento da pandemia, manter acesa

a chama da vida acadêmica, pensar como colaborar com a comunidade. A questão talvez não seja binária (parar/não parar), mas sim como sustentar trabalhos e vínculos para superar a estiagem da existência.

Contudo, por que adotamos o “não vamos parar” como elemento discursivo norteador? Quando me fiz esta pergunta encontrei algumas possíveis respostas e, talvez, todas elas e mais algumas possam estar engendradas na compreensão dos nossos movimentos institucionais.

A primeira resposta tem inspiração teórica na psicanálise, a busca pela normalidade é um mecanismo de defesa que utilizamos quando não damos conta de entrar em contato com a realidade. E a realidade atual é devastadora. Talvez, por isso, alguns adotaram a ideia de que estamos em casa, mas tudo segue igual! Economia psíquica, legítima. Manter alguma normalidade para aguentar o desamparo. O problema é que a defesa de alguns passou a ser o ponto de desespero de outros, que não conseguem seguir o acelerado ritmo mantido por aqueles que precisam da antiga normalidade, que não existe.

Outra possível resposta é que a USP está preocupada também com o olhar externo, as críticas que tentam desmerecer a universidade pública. Neste sentido seus atuais feitos na pandemia estão, felizmente, mostrando a relevância da ciência e da Universidade para a sociedade. Aliás, a pandemia de algum modo serviu, pelo menos para parte das pessoas, repensar o papel do Estado, do SUS, da Ciência e das Universidades, que por todo o país têm tido um papel relevante no enfrentamento do desastre coletivo.

Uma terceira hipótese para compreendermos a importância deste enunciado pode estar ligada aos apontamentos de Filordi (2020) quando analisa as instituições de educação de ensino superior privadas no contexto da pandemia, mostrando que as universidades particulares “não podem parar” porque se entendem como prestadoras de serviços. Contudo, tal perspectiva entra em confronto com o papel da educação e do trabalho dos educadores, como sinaliza o autor:

“Mas educadores não prestam serviço, tampouco são corretores mercantis. Educadores são cúmplices com a vida, com seus desafios, com suas transformações, sua história, ou seja, com as conquistas, os erros, os fracassos e os desafios da longa história humana (...). No privatismo, entretanto, a educação quase sempre se reduz a um propósito comercial, lucrativo, objetivado, logo, não se pode parar.” (FILORDI, 2020)

O autor comenta ainda que as universidades públicas adotaram posicionamento similar. Faz sentido, especialmente se pensarmos nos argumentos apresentados por Chauí (2014) que aponta o percurso que torna a USP uma universidade operacional, que abandonou seu papel de instituição social e se aproximou de um funcionamento extremamente semelhante ao de grandes empresas capitalistas. A autora comenta o percurso histórico que foi modificando a concepção de Universidade que sustenta as ações institucionais:

“Na primeira etapa (anos 1970, ‘milagre econômico’, a universidade tornou-se ‘funcional’, voltada para o mercado de trabalho, sendo prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder’; na segunda etapa (anos 1980), passou a ser ‘universidade de resultados’, com a introdução da ideia de parceria com as empresas privadas; a terceira etapa (anos 1990 aos dias de hoje), em que virou ‘universidade operacional’, marca o predomínio da forma organização, ‘regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível’, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e ‘por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual’”. (Chauí,2014)

A USP, com a mistura da sua porção empresa produtiva preocupada com a avaliação da sociedade, atuou com uma boa dose de negação da complexidade da pandemia. Contudo existem muitas USPs dentro da USP e várias unidades foram mais cuidadosas, pensando em um ritmo menos acelerado, buscando argumentos diferentes, observando os limites da realidade trazidos pela própria pandemia, que inviabilizaram a suposta normalidade.

No momento atual, enquanto todos e todas ainda tentam se adaptar, sobreviver, buscar energia para seguir, confrontamo-nos com situações nas quais observamos uma falta de cuidado com as pessoas que estão dentro da USP, que são da comunidade USP. A “USP- empresa que não vai parar” além de todos as questões pedagógicas, enfrenta três graves problemas sanitários que podem nos levar ao aumento da lista de pessoas da nossa comunidade que morreram em decorrência da pandemia.

O primeiro deles é uma irresponsabilidade sanitária, com a falta de EPIs (equipamentos de proteção individual) para funcionários do Hospital Universitário. O

balanço atual indica que 40 funcionários já foram contaminados, 20 funcionários afastados e 2 funcionários internados no Hospital das Clínicas.

O segundo grande problema do âmbito da saúde é a não dispensa de trabalhadores terceirizados. Entendo que este ponto é complicadíssimo, pois implica em questões contratuais, mas sua relevância aparece pelos fatos. Perdemos dois trabalhadores, vigias do MAC, ambos tinham mais de 60 anos. Por que estavam no trabalho? Informações do Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) mostram que a empresa não os liberou. Mas a questão é que eles prestavam serviços na USP, estavam conosco e o que temos a dizer sobre isso?

E o terceiro ponto é a fragilidade das respostas ofertadas ao Conjunto Residencial da USP (CRUSP) neste momento. Reconheço a relevância das iniciativas realizadas pela SAS (Superintendência de Assistência Social) como, por exemplo, entrega kits para melhoria da internet, testagem para coronavírus, isolamento de estudantes com resultados positivo, distribuição de produtos de limpeza e de máscaras (doadas pela família de uma estudante).

Contudo, a situação do CRUSP é preocupante. Marmitas estão sendo entregues no Restaurante Universitário (bandejão) da Química. Temos ao menos 5 pessoas infectadas que recebem as marmitas no CRUSP, mas têm que buscá-las na portaria (o que implica em circulação local de pessoas doentes). Além das máscaras, não há nenhuma ação educativa e monitoramento de medidas de prevenção. As pessoas estão com poucos recursos financeiros, não há sistemática na entrega dos produtos de limpeza, falta manutenção dos prédios (cozinhas sem gás, sem bicos nos fogões, sujeira), além de ratos e aranhas que recentemente infestaram a moradia estudantil. Existem vários problemas de saúde física, mental e relacional. A fragilidade da internet continua. O CRUSP historicamente tem problemas de estrutura, de gestão e de relações interpessoais. No quadro atual estes problemas emergem e se amplificam, associados à necessidade de isolamento e cuidado em saúde.

A precarização do trabalho terceirizado, do hospital universitário e do CRUSP antecedem este momento². A tentativa de transformação da uni-

2 Existem inúmeros registros que mostram a precariedade histórica do CRUSP. Dentre eles, em 2017 a Rede Não Cala! de Professoras e Pesquisadoras da USP participou em conjunto com estudantes e funcionárias da elaboração de um relatório sobre a situação de violência sexual no CRUSP. O relatório foi enviado para as autoridades da USP e medidas não foram tomadas. ADUSP, SINTUSP, DCE têm apontado problemas do HU, do CRUSP e dos terceirizados.

versidade nos moldes de uma empresa também. O que não conseguimos resolver volta à tona e no momento da pandemia, emerge de modo dramático, por exemplo, com o risco de morte, especialmente dos trabalhadores do hospital universitário.

Como estão se sentindo agora os trabalhadores do HU sem EPIs? O que pensam sobre a própria vida e a vida de suas famílias? Como estão se sentindo os estudantes que vivem no CRUSP? Qual medo habita a mulher que atende a criança pelo nome de mãe? (Que ela morra? Que seu filho morra?) Como se sentem os funcionários terceirizados que trabalham, mesmo sendo grupo de risco, com medo de perder emprego e se contaminar?

Estas questões importam para a instituição? Estas questões nos importam? Deveriam nos importar? A USP quer fazer diferente?

Poderia responder esta pergunta com outra questão: O cuidado com a comunidade é parte estrutural das concepções de universidade que norteia o modo de funcionamento da USP? A USP avalia que cuidado está no âmbito de suas ações?

A organização da universidade nos dá pistas que não. Além de todo o descuido acima relatado, o número de psicólogos e assistentes sociais é pequeno. Os poucos profissionais que temos estão se aposentando e não há reposição de claros. Não temos nem o curso de Serviço Social na Universidade.

Casos de saúde mental e violência de gênero implicam em necessidade de cuidado. Qual a resposta institucional? Escritórios. Escritório de saúde mental e Escritório USP Mulheres. O lugar do cuidado na USP é o escritório! Ambos tentam resolver alguns casos, mas não têm condições de desenvolver políticas institucionais de direitos articulados com cuidados. Na reorganização financeira da USP o que passou a ser considerado dispensável? Hospital Universitário e Creche Oeste, lugares que em sua tessitura trazem a perspectiva do cuidado e que são essenciais para desenvolvimento de pesquisas na esfera do cuidado.

Discutimos muito questões econômicas e de poder na instituição, que são fundamentais, obviamente. Mas é importante que em um momento como o que vivenciamos possamos aprender algo com a experiência que abala a humanidade. No mundo, a dependência entre os seres humanos, a partilha de cuidado mútuo e comunitário e os limites do capitalismo e da destruição do planeta emergem como uma reflexão importante.

Reconheço o importante papel da Universidade no desenvolvimento de iniciativas para o combate à pandemia, mas o que estou apontando aqui é que em há uma contradição das ações em relação ao cuidado com os membros da Comunidade USP.

Sem dúvida estamos questionando e tentando melhorar as respostas institucionais, a USP não é um bloco monolítico. Em outros momentos e agora na pandemia, observo que, apesar de não ser a perspectiva hegemônica, existem muitos/as que cuidam, que lutam pela garantia dos direitos humanos. O cuidado pode não ser a norma, mas existe nas brechas do instituído.

A grande questão é que a USP reflete instituições de uma sociedade capitalista. Quantas outras universidades não estão funcionando na mesma lógica ou em lógica similar? Quantas empresas?

Se pararmos para pensar no que exponho acima, ficamos chocados com a falta de cuidado da Universidade. Entretanto é interessante notar que a universidade- empresa funciona nos padrões das empresas da sociedade. Populações mais vulneráveis (como estudantes de baixa renda da moradia estudantil e funcionários terceirizados) estão recebendo apoio e cuidado? Populações das periferias, desempregados estão recebendo apoio efetivo? A falta de EPIs não é exclusividade do HU, no Brasil é assustadora³, e contribui com índices dramáticos, como o fato de termos no país mais de 200.000 mil profissionais que já se infectaram por SARSCOV2.

Aqui, no entanto, o exemplo mais cruel vem do próprio governo federal, que não quer adotar o isolamento social para não prejudicar a economia! “A economia” é uma entidade máxima, autônoma em relação ao fazer humano, mais importante do que a vida das pessoas. Necropolítica sem vergonha de dizer seu nome.

SOBRE PANDEMIA DEMOCRÁTICA E O FUTURO PÓS-PANDEMIA

O fato do vírus potencialmente atingir qualquer pessoa levou mundialmente à uma concepção de que agora somos todos iguais diante de uma pandemia democrática. Em que pese o fato de que vírus pode atingir qualquer pessoa sabemos que, tendo em vista as iniquidades decorrentes dos

3. Ver Mbembe (2016)

marcadores sociais da diferença, a pandemia é vivida de modos diferentes por pessoas de diferentes: classes, raças/etnia, nacionalidades, gênero, orientação sexual, geração e até mesmo condições de saúde como diabetes, hipertensão, problemas cardiovasculares, câncer, infecção pelo HIV, ampliam as vulnerabilidades

Tais questões começaram a ser analisadas por vários pesquisadores(as) do campo das ciências sociais e humanas⁴, justamente estas ciências consideradas descartáveis pela política atual imposta às agências de fomento, e do mundo da fantasia pela narrativa que descreve a torre do relógio da USP⁵ (coincidentalmente erguida em 1973).

Judith Butler (2020) é uma destas autoras que apresenta argumentos para desfazer a ideia de que a pandemia é democrática, gerou e gerará uma vida mais solidária dentre os humanos.

“A desigualdade social e econômica garantirá a discriminação do vírus. O vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo. Parece provável que passaremos a ver no próximo ano um cenário doloroso no qual algumas criaturas humanas afirmam seu direito de viver ao custo de outras, reinscrevendo *a distinção espúria entre vidas passíveis e não passíveis de luto, isto é, entre aqueles que devem ser protegidos contra a morte a qualquer custo e aqueles cujas vidas são consideradas não valerem o bastante para serem salvaguardadas contra a doença e a morte*”. (BUTLER,2020, grifos meus)

Nas experiências do HU, CRUSP e trabalhadores terceirizados não os estamos protegendo da morte a qualquer custo. Quando grandes empresários ou o governo brasileiro negam o isolamento, dizem que alguns vão morrer

4. Autores interessantes como Mbembe, Butler, Preciado, Zizek, Boaventura Souza Santos tem textos sobre a pandemia publicados pelas edições N.1 e pelo Blog da Boitempo.

5. No site da USP tem a descrição do que representam os desenhos na torre do relógio “São doze os painéis dispostos entre as duas placas, seis em cada uma. Os desenhos dos painéis foram feitos em baixo e alto relevo. O lado voltado para o prédio da antiga reitoria representa “o mundo da fantasia”. Já o outro lado, que aponta para a nova reitoria, simboliza “o mundo da realidade”. Ciências Humanas e Ciências Exatas, respectivamente, integradas.” <https://jornal.usp.br/cultura/voce-sabe-o-significado-dos-desenhos-na-torre-do-relogio/> (consulta em 12.05.2020)

- e sabemos que serão especialmente velhos/as, mais pobres, pessoas negras
- vemos que não são todas as vidas que são protegidas a qualquer custo.
Não seriam estas vidas passíveis de luto?

A pandemia trouxe para o centro do planeta o debate sobre a vida e a morte, sobre os enquadramentos da vida e da morte. Talvez, pelo menos alguns/mas de nós, tenhamos passado a nos preocupar mais com a biopolítica, com a necropolítica, porque o poder de regular a vida e regular a morte está presente neste contexto. Entretanto, como mostra Mbembe, os estragos do capitalismo já estavam feitos:

“Antes deste vírus, a humanidade já estava ameaçada de asfixia. Se tiver de haver guerra, deverá ser, em consequência, não contra um vírus em particular, mas contra tudo o que condena a grande maioria da humanidade à paragem prematura de respiração, tudo o que ataca fundamentalmente as vias respiratórias, tudo o que, na longa duração do capitalismo, confinou segmentos inteiros de populações e raças inteiras a uma respiração difícil, ofegante, a uma vida pesada. Mas para daí sair é preciso ainda compreender a respiração, para lá de aspectos puramente biológicos, como aquilo que nos é comum e que, por definição, escapa a qualquer cálculo. Falamos, assim, de um direito universal de respiração”. (MBEMBE,2020)

Se respirar é um direito, e até este direito básico e humano pode ser difícil para muitos, que esperanças podemos ter de uma vida melhor e mais justa no pós-pandemia? Alguns veem na pandemia uma oportunidade para mudarmos. Outros duvidam do fato de que possamos chegar a novos lugares sociais econômicos e políticos. Muitos, pautados na ideia de que finalmente um vírus nos fez perceber que somos todos iguais, acalentam de que no futuro pós Covid-19 mundo será melhor, mais solidário e cooperativo.

Se tomarmos as ações humanas no presente, no decorrer da pandemia, desde aquelas de indivíduos que esgotam estoques de supermercado, nomeiam os chineses como culpados pela expansão do vírus, até aquelas ações governamentais como deixar morrer e pronunciar “E daí?“, ficamos com a sensação de que nenhuma mudança acontecerá. As desigualdades sociais e violências continuam intensas, apesar dos sentimentos gerados na pandemia.

Contudo, temos visto também respostas governamentais na Europa, muitas delas desenvolvidas por mulheres, e até mesmo políticos de direita, com alguma noção de que pandemia é algo grave. Temos visto também esforços de pesquisadores e profissionais de saúde e dos serviços essenciais, inúmeras ações solidárias no cotidiano. Tudo isso nos dá a possibilidade de acreditar em brechas para bordar vida e não barbárie.

A humanidade já superou guerras, pandemias, violências. Elas persistem, mas se hoje respiramos, bem ou mal, devemos àqueles e àquelas que nos antecederam. Se eu mulher posso escrever e publicar este texto, conduzir a minha vida, votar, devo às feministas que me antecederam. Se hoje temos uma democracia, ainda que frágil, devemos àqueles/las que lutaram e construíram a história antes de nós. Não há promessas, não há garantias, existem percursos.

Na balança prefiro ficar com os dois pesos. Sim, a vida no planeta beira à inviabilidade, justamente pelo lugar que a espécie denominada de humana ocupa na autodestruição e na destruição da terra. Porém, ainda estamos vivos, grande parte de nós ofegantes como aponta Mbembe, mas ainda vivos, e é possível lutar. Mais precisamente, disputar o sentido do que possa ser a vida no planeta para produzir outras concretudes de vida, de respiração. Precisamos redistribuir o ar do mundo, democraticamente, entre as multiplicidades de seres que o habitam. É fundamental que saibamos que esta possibilidade de inflexão mundial não será uma perspectiva de todos/as – e a grande fila no primeiro dia da abertura da loja Zara em Paris não deixa dúvidas disso. Pode, porém, ser a perspectiva de muitos/as. A escrita da história fica em aberto, traz acontecimentos.

Dentre tantas lindas e importantes análises sobre o momento atual, o texto de BERARDI (2020) tocou-me especialmente, porque mostra a fragilidade do significado do dinheiro neste tempo de pandemia. Ele pergunta: “Por que estamos dando corpo a um cadáver? É possível reviver o corpo da economia global injetando dinheiro nela?” (BERARDI 2020)

E na resposta à esta pergunta o autor diz que não, porque a recessão não acontece pelo colapso financeiro, e sim pelo colapso dos corpos. Sem dúvida podemos relativizar este ponto, pois o dinheiro, especialmente para os mais vulneráveis, pode auxiliar no enfrentamento à pandemia. Contudo o argumento do autor é importante para pensarmos que, mesmo se todos o tivessem:

“O dinheiro não pode comprar a vacina que não temos, não pode comprar as máscaras de proteção que não foram produzidas, não pode comprar os departamentos de cuidados intensivos que foram destruídos pela reforma neoliberal do sistema de saúde europeu. Não, o dinheiro não pode comprar o que não existe. Somente o conhecimento, o trabalho inteligente pode comprar o que não existe. Então, o dinheiro é impotente agora. Apenas a solidariedade social e a inteligência científica estão vivas e podem se tornar politicamente poderosas”. (BERARDI,2020)

O autor aponta ainda que o valor de uso, expulso da economia, está de volta. E pensa que no cenário futuro estaremos diante de duas possibilidades: um sistema tecnototalitário que relançará, de forma violenta, as bases do capitalismo ou a criação de uma sociedade molecular baseada na utilidade.

Não temos como saber o que será, mas é importante demarcarmos em nossas narrativas aquilo que observamos desde sempre, a violência do capitalismo, sua adesão à morte daqueles que não conseguem respirar na asfixia da economia e, ao mesmo tempo, destacar que neste ponto da história, diante de uma pandemia, diante da fratura do sistema, saltam as vísceras, seus limites e impossibilidade de sustentar a vida, mesmo daqueles que a ele aderem cegamente. A pergunta é: conseguiremos ver que não é possível continuarmos assim? Podemos ter aprendizados com a pandemia, ou o capitalismo é tatuagem que o mundo não quer apagar? Seria uma aprendizagem impossível?

Sem previsões do futuro me limito a dizer que nos tensionamentos que vivemos e viveremos, repensar a organização econômica é fundamental e, para além dos embates com o capitalismo da adoção de perspectivas “anti” tudo aquilo que se atrela ao fascismo, como racismo, homofobia, transfobia, misoginia, xenofobia, ageísmo,

Para isso existem dois conceitos que me parecem importantes ferramentas de luta. O primeiro o de vidas precárias, vidas passíveis de luto de Butler e o segundo de cuidado de si em Foucault.

Butler em seu livro “Quadros de Guerra” trabalha com o conceito de vidas precárias, afirmando que uma vida precária é uma vida passível de luto. Temos enquadramentos sociais que não nos fazem ver as precariedades de todas as vidas porque, segundo a autora, no mundo em que vivemos nem todas as vidas são consideradas vidas, ou são consideradas importantes.

Nas suas palavras (...) podemos afirmar que toda vida é precária, o que equivale a dizer que a vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições de vida. (BUTLER, 2015, p.24)

Guerras, pandemias, violências cotidianas, racismo, abandono, falta de cuidado em tempos de pandemia. Sustentamos a vida uns dos outros? Por outro lado, cabe refletir que quando reconhecemos uma vida como precária, esta vida passa a ter que ser cuidada:

“Quando lemos a respeito de vidas perdidas com frequência nos são dados números, mas essas histórias se repetem todos os dias e a repetição parece interminável, irremediável. Então, temos de perguntar, o que seria necessário não somente para apreender o caráter precário das vidas perdidas na guerra, mas também para fazer com que essa apreensão coincida com uma oposição ética e política as perdas que a guerra acarreta?” (BUTLER,2015, p.29)

Talvez possamos perguntar o mesmo em relação à pandemia, ao capitalismo, ao fascismo.

Foucault utiliza o cuidado de si como o conjunto de técnicas e observações que o sujeito faz em relação a si mesmo⁶. Este percurso de cuidar de si pode levar à produção da vida, de uma ética e uma estética da existência que faça a vida ser algo a ser construído como uma obra de arte. Diferente do que alguns pensam, o cuidado de si não produz um sujeito apartado ou despreocupado com o outro, pelo contrário, é na partilha com o outro que também se produz cuidado de si, mas, neste percurso, cuidar de si implica também em produzir uma estética para suas relações com os outros.

Nas palavras de Gros (2006) “ Mas, sobretudo, o que interessa Foucault neste cuidado de si é a maneira como ele se integra num tecido social e constitui um motor da ação política”. (p.131)

Neste tempo de pandemia usamos com frequência a expressão “ficando em casa cuidamos de nós e dos outros”. O que Foucault fala obviamente é mais profundo, mas o autocuidado e o cuidado com o outro na produção de um modo de vida pode ser tarefa importante para a mudança social.

6. Ver Foucault (2006); Gros,(2006); Galvão (2014)

Estes conceitos trazidos por Butler e Foucault, ajudam a instalar perguntas que precisam ser refletidas: Reconheço minha vida precária? Quais vidas considero passíveis de luto? Posso mesmo lidar com a alteridade? Estamos reconhecendo nossa interdependência com as pessoas, com o planeta?

Seremos capazes de nos transformar? Poderemos aprender o cuidado como elemento fundamental do viver? A pandemia nos convida a refletir sobre a ética do cuidado nas sociedades capitalistas.

Resta saber como os diferentes países, sociedades e pessoas vivem a experiência da pandemia, o que faremos com esta experiência. Ou, melhor indagando, faremos algo ou vamos colocá-la debaixo do tapete da sala de estar da humanidade?

Como sugere Bondia-Larrosa, para nos afetarmos pela experiência precisamos nos permitir parar para sentir, parar para pensar. Experiência não é aquilo que passa, que toca, que acontece “(...) É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação”. (BONDIA-LARROSA, 2002, p.25-26).

Mudar a economia é fundamental, mas não suficiente para alterarmos os modos de vida no planeta. O reconhecimento da nossa precariedade e a busca de uma ética do cuidado de si, que leve a mudança das estéticas da existência, incluindo o cuidado consigo e com outro, passa a ser fundamental se quisermos não somente sobreviver ao adoecimento por um vírus, mas também sobrevivermos a nós mesmos.

Algumas perguntas se impõem: no pós-pandemia, por onde vamos começar? O que vem depois da morte, da dor na travessia no campo dos mortos? Tenho a impressão que vem uma tarefa de começar a tecer, a bordar novamente a vida. Depois de toda esta experiência, qual vida seremos capazes de tecer? Não sei. Parece que ainda temos que juntar o material que sobrar na sociedade pós Covid-19. O que sobrar de nós, o que sobrar em nós. A vida que se preservou.

Procurar fios, agulhas, tecidos. Fazer o exercício de achá-los nos escombros, no lixo e no esgoto do capitalismo e do fascismo neoliberal que destrói as pessoas e o planeta. Buscar as mãos que querem tecer o cuidado partilhado para aguentarmos a precariedade do viver. Não sei o tempo histórico que será necessário para novas tessituras, mas me parece que ainda podemos escolher seguir na urdidura da vida, fazendo o que nos sugere Toni Morrison (2017) “Dar continuidade ao projeto humano que é permanecer humano e impedir a desumanização e a exclusão de outros.”

REFERÊNCIAS

- BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n.19, p. 20-28, Apr. 2002.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015
- BUTLER, Judith. *O capitalismo tem seus limites*. São Paulo: Blog da Boitempo, 2020.
- CHAUÍ, M. *Desvendando a universidade operacional*. ADUSP. São Paulo, 2014.
- FILORDI. Por que a educação deveria parar na quarentena São Paulo, *Jornal GGN*, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes 2016.
- GALVAO, Bruno A. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si a estética da existência. *Intuitio Porto Alegre Vol.7 – Nº.1 Junho* p.157-168
- GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. in: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. *Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrrj | n. 32 | dezembro 2016* p.123-151.
- MORRISON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



O FUTURO ESTÁ ÀS NOSSAS COSTAS: UMA BREVÍSSIMA REFLEXÃO SOBRE PROJETOS DE PESQUISA NUM PRESENTE-PASSADO-(SEM)-FUTURO

MARÍLIA VELARDI

Palavras Chave: Pesquisa em artes; covid-19, pesquisa acadêmica; novas epistemologias; investigação baseada nas Artes.

“**Quipnayra uñtasis sarnaqapxañani**, este aforismo da cosmovisão aymara se pode traduzir como “olhando atrás e adiante podemos caminhar no presente futuro”. Quer dizer que o passado está diante de nós. Isto é comum a muitas línguas indígenas. Há várias línguas indígenas que concebem o passado como algo que tu vês pela frente; o futuro, no entanto, não o conheces e por isso está atrás, nas costas. Ademais, é também uma celebração de um gesto anacrônico, de pôr o passado a frente, de que o passado surge e irrompe no presente”. (CUSICANQUI, 2019: s/p)

Estamos em plena crise da Covid-19, no lugar que, dentro de algumas semanas, se tornará o epicentro da crise sanitária que abalou o planeta. Há seis meses nós projetávamos um futuro que não existia naquela época e que não existe hoje, nem de perto, nem de longe. Na verdade, pensando no aforismo **quipnayra uñtasis sarnaqapxañani**, a nossa projeção, o nosso futuro coexistia com aquele presente, existia ali, também mesclado ao passado que nos permitia viver o futuro-presente. Naquele futuro-presente nós projetávamos uma pesquisa em maio, uma performance em junho. Organizamos nossas idas ao campo para abril. Hoje abril é passado, maio é presente, junho é futuro.

“A vida como uma caminhada que envolve passado-presente-futuro de maneira não linear, ou, antes, cíclica, com o passado nos guiando no presente, momento em que construímos o desconhecido futuro, que não vemos, porque está atrás. Mas nos acompanha. O passado como algo que permeia nosso cotidiano; o futuro que, ao mesmo tempo em que já é, está oculto. Assim é o tempo segundo a cosmologia andina”. (TORINELLI, 2020: s/p)

Não fomos ao campo, não fizemos a pesquisa, não estaremos em cena. Nós não víamos o futuro. Ele estava atrás, não a nossa frente. Brincando de projetar, nós estávamos vivendo o presente, nos ocupando do futuro como limões jogados para o alto num exercício de malabares, com aquilo que o passado podia nos trazer como referência. É assim que se faz: para fazer, aprendemos, é preciso projetar o futuro com base naquilo que os projetos de sucesso nos ensinam a fazer. As formas consagradas de pensar-fazer-pensar orientam o projetar. Exequibilidade é palavra de ordem.

Nós estamos de frente para o passado. O futuro está às nossas costas. Não somos nós que andamos para frente ou para trás: é o tempo que se desloca. Por vezes as memórias do passado que conhecemos nos aparecem de frente e o que vemos é reelaborado pelo presente e pela nossa ideia de futuro. Nunca essa imagem me pareceu tão clara. Desde o primeiro contato que tive com os textos e com a voz de Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga e tecedora de conhecimentos aymara, a busca da compreensão dessa noção de tempo-espaço me acompanha.

Os teatros estão fechados, os encontros, proibidos. Cantar é um perigo. Vemo-nos, quando muito, pela metade: “os encontros hoje me mostram cabeças e troncos flutuantes, aparentemente independentes da parte de baixo do corpo”, comenta NINA DELUDEMANN (2020; s/p), diretora teatral e cenógrafa em seu texto publicado dias atrás na série *Pandemia Crítica* da Editora paulistana N-1.

Na disputa entre o material e o imaterial, entre o presente corpóreo e a presença virtual nós estamos em suspensão. Política e epidemiológica. Socialmente, as desigualdades econômicas, étnicas, raciais e de gênero estão mais escancaradas do que nunca. Estamos de frente para o passado, às nossas costas, o futuro. O presente está só? Onde estão limões-malabares?

Neste lugar, pensando sobre as questões acadêmicas, como seria orientar reflexões sobre o modo de fazer pesquisas e pensar projetos de investigação neste momento? É possível conceber os projetos de investigação

tendo como referência, por exemplo, o aforismo quipnayra uñtasis sarnaqapxañani? Será possível abriremos mão dos referenciais clássicos das Ciências Sociais, das Humanidades ou da Filosofia, apoiadas nas teorias e autorias reconhecidas num determinado campo, e tomarmos como perspectiva outras formas de ver/conceber/conhecer/interpretar as coisas da vida, especialmente em situações limite como a que vivemos agora? Os conceitos-chave das Ciências podem dar lugar aos aforismos ancestrais, por exemplo, quando pensamos nas investigações que tratam de temas no âmbito das Mudanças Sociais e Participações Políticas?

SOBRE NARRAR OS PROCESSOS COMO (O MAIS IMPORTANTE) COMPROMISSO EPISTEMOLÓGICO

Desde que comecei a organizar as aulas e conversas sobre métodos de pesquisa nas Artes e métodos artísticos nas pesquisas em Educação eu busquei conhecer e estudar os referenciais clássicos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais (especialmente da Antropologia) em busca de teorias de conhecimentos e bases teóricas que favorecessem as aberturas nas formas de investigar. O que, fora dos campos originários daquelas Ciências passou a ser nomeado ‘pesquisa qualitativa’. Eu buscava maneiras de investigar a vida em movimento e em relação estreita com a realidade de quem a investiga, algo próprio do ofício da pessoa artista e das educadoras. Buscava modelos teóricos ou formas de pensamento igualmente móveis e em ação.

Nos meus estudos sobre as pesquisas qualitativas e as suas diversas possibilidades eu fui encontrando modos de conceber as pesquisas que variavam dos modelos tradicionais, oriundos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas e aqueles cujas “hibridações” entre diversas áreas do conhecimento forneciam a base para outros modelos. E dessas “hibridações” é que partem os diversos termos utilizados para descrever os pontos de partida das pesquisas qualitativas e os seus usos foram bem apresentados e discutidos pela pesquisadora Mirka Koro-Ljugberg num artigo publicado em 2009. Mirka apontou que termos distintos como perspectiva, base teórica, paradigma, epistemologia são utilizados para se referirem àquilo que orienta os estudos qualitativos, especialmente nos últimos dez anos. Daí a ideia de espectro

das pesquisas/investigações qualitativas passou a fazer parte do meu modo de organizar esses pontos de partida: de um lado as epistemologias, do outro a vida comum. Entre eles as teorias, os pressupostos, os conceitos teóricos, os fazeres, as cosmologias. Pensando sobre essas questões, Brenda Barbosa Silva e eu escrevemos, há alguns anos

“A academia hoje consegue articular um movimento contra hegemônico no que refere as epistemologias dominantes. Apesar de não hegemônico, nem homogêneo, essa contra hegemonia consegue viabilizar muitas das mediações necessárias em minhas investigações. Pós-colonialidade, decolonialidade, anticolonialidade, epistemologias do sul, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, retomada guarani, perspectivas feministas... todos esses saberes são expressões de movimentos que questionam a reprodução e manutenção de hierarquia e desigualdades na produção de conhecimentos, a afirmação de outros paradigmas para ciências e cientificidade e, evidentemente, também expressam as contradições que tensionam”. (SILVA e VELARDI, 2018: s/p)

Como um espectro, a linearidade entre estes dois polos é borrada pelas diversas possibilidades de contato, leituras, traduções e aplicações que fazem com que determinada base teórica vá perdendo a sua “pureza” e se construa uma nova possibilidade. Essa maneira de compreender tem relações com a posição de GEORGE KAMBERELIS (2013) quando fala sobre os cinco mundos figurados das pesquisas qualitativas e, também, com a ideia de (e) pistemologia relacional de BARBARA THAYER-BACON (2003).

O que move esses autores e autoras é a busca de um movimento que aponte para os processos declarativos dos valores, das tomadas de decisão, dos percursos intelectuais – individuais e coletivos - como premissas para organização das investigações. Os pontos de partida podem ser algo construído não apenas nas Ciências, mas nas Culturas, nas Artes e em outras formas de conhecimento. Os desdobramentos que orientam a pesquisa prescindem de encontros com autoras e autores, teorias e conceitos diversos. E aqui não há a pretensão da criação de uma nova forma de fazer Ciência, mas a discussão sobre formas de construção, produção e comunicação de investigações feitas na Academia. É, em

certa medida, um conjunto de tarefas que já haviam sido explanadas por Charles Wright Mills em ‘A Imaginação Sociológica’.

E daí toda pesquisa passa a ser também uma pesquisa sobre método. Quando a consciência epistemológica (paradigmática, perspectival, etc.) é declarada e exposta para o debate, configura-se um modo de pensar-fazer que poderá ser reexperimentado (KORO-LJUNGBERG, 2009.).

Mas isso tudo não parece, agora, ser suficiente para dar conta dos projetos que desejamos fazer. Os cronogramas, divisores e preditores do uso do tempo, as etapas, os processos, as projeções caíram todas no chão e não porque somos más malabaristas. Mas, como por encanto, cada uma daquelas esferas desapareceu. Para algumas pessoas é só uma questão de ajudar e reprogramar – imprevistos acontecem. Mas para quem quer tomar como ponto de partida sentidos como **quipnayra uñtasis sarnaqapxañani**, talvez uma das possibilidades seja tecermos no presente de hoje e naqueles que virão formas completas de investigação. O que podemos fazer hoje, com base naquilo que temos, sem expectativas sobre o que nos poderá ser ofertado pelo futuro? Como essa pesquisa pode ser levada a cabo no tempo presente, com questões de agora, partindo de quem somos, com os materiais que dispomos aqui e que estão em nossas mãos? Como sermos professoras e orientadoras, pesquisadoras e mediadoras de processos de ensino, senão acreditando que há uma utopia a ser reinventada agora, nesse nosso presente?

“Se nós estamos vivendo esse tempo de total imprecisão até no sentido da experiência de viver, a arte se constitui no lugar mais potente e mais provável de constituírem novas respostas e novas perguntas para o mundo que nós vamos ter que dar conta daqui para frente”.
(KRENAK, 2020: s/p)

Nos nossos projetos, realidades e sonhos, ficção e utopia não serão as únicas, mas serão possibilidades de seguirmos lidando com o presente que está disponível.

Os índios pirrarã (ou pirahã) têm a língua mais difícil do mundo – dizem. Vivem às margens do Rio Maici, afluente do rio Madeira que, por sua vez, é afluente do Rio Amazonas. Na sua linguagem não há futuro. Não há passado. Só presente.

REFERÊNCIAS

CUSICANQUI, S. R. Temos que produzir pensamento a partir do cotidiano. A.N.A. Agência de Notícias Anarquistas.

DELUDEMANN, N. De pé na mão Série Pandemia Crítica. N-1. Disponível em <<https://n-1edicoes.org/038>> (Acessado em 02/05/2020).

KAMBERELIS, G.; DIMITRIADIS, G. Focus Groups: from structured interviews to collective conversations. Routledge, 2013

KORO-LJUNGBERG, M., YENDOL-HOPPEY, D., SMITH, J. J., & HAYES, S. B. (E)pistemological Awareness, Instantiation of Methods, and Uninformed Methodological Ambiguity in Qualitative Research Projects. *Educational Researcher*, 2009, Vol. 38, No. 9, pp. 687–699.

KRENAK, A. Tempo. Série Pandemia Crítica. N-1. Disponível em <<https://n-1edicoes.org/038>> (Acessado em 02/05/2020).

SILVA, B.B.; VELARDI, M. Se compreender, refletir e não pedir autorização para (re)existir: trilhas de uma pesquisa radicalmente qualitativa. 018, Florianópolis. Anais do V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos: Pesquisa Qualitativa na Educação e nas Ciências em Debate. Florianópolis: SiPeq, 2018. p. 01-12.

THAYER-BACON, B. Relational “(e)pistemologies.” New York: Peter Lang, 2003.

TORINELLI, M. Relato: A experiência de uma sociologia que se tece por meio da paixão e do coletivo: aprendizados, experimentos e trocas na cátedra livre que Silvia Rivera Cusicanqui oferece na capital boliviana. Brasil de Fato/Cultura (26/04/2018)

**III - POLÍTICAS PÚBLICAS
E GESTÃO PARTICIPATIVA**



APRESENTAÇÃO

O conjunto de capítulos que compõem este item corresponde aos esforços transdisciplinares da linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Participativa. O leitor irá encontrar capítulos que discorrem sobre movimentos sociais, emancipação, sociedade civil, participação cidadã, políticas afirmativas e mídias sociais.

O primeiro capítulo **“Movimentos sociais: proposta de uma conceituação decolonial latino-americana”** de Dennis de Oliveira e Fabiana Felix do Amaral e Silva busca articular cultura, comunicação e território para descrever o processo de opressão e violência nos territórios periféricos com o objetivo de apropriação dos territórios urbanos com mecanismos sistemáticos e assistemáticos de violência.

O segundo capítulo **“Os Sentidos da Emancipação em Habermas e Hans Jonas: Diálogos Críticos com o Campo Marxista”** de Gustavo da Costa Meyer, Guilherme da Costa Meyer e Marco Bettine busca debater os sentidos da emancipação na teoria social de Habermas e Hans Jonas, buscando ressaltar, sobretudo, as confluências entre as críticas dos dois autores ao conceito de emancipação humana no campo marxista.

Jorge Alberto Silva Machado no **“Análise de Memes Conservadores do Facebook Durante o Impeachment de Dilma Rousseff”** trabalha as disputas narrativas no campo imagético-narrativo por meio de memes na internet.

O próximo capítulo debate **“O caminho dos movimentos negros na construção das políticas afirmativas no Brasil: seu processo histórico e as perspectivas para o futuro”** por Rodrigo de Araujo Merida Sanches e Úr-

sula Dias Peres destacando os movimentos conservadores que dá início a um processo de desmonte do Estado de Direito. Com esse desmonte estão em risco as políticas públicas que garantem direitos humanos, conquistadas nos últimos 15 anos.

“A participação cidadã em questões de abastecimento de água potável e de coleta e esgotamento sanitário: o caso de Ubatuba, São Paulo” pesquisa desenvolvida por Estela Macedo Alves, Aline Lins Ramos Ferreira e Ana Paula Fracalanza apresenta e discute iniciativas comunitárias para solucionar o esgotamento sanitário, em bairros de em Ubatuba, município do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Ressalta-se a ação popular como exercício e construção da democracia. O capítulo propõe uma reflexão sobre a participação cidadã, em ambientes democráticos, nos tempos atuais, em que os conselhos e comitês vêm tendo sua atuação diminuída.

No próximo capítulo discute-se como as organizações da sociedade civil que trabalham com atividade física e esporte estão enfrentando a pandemia do COVID-19, titula-se **“Organizações da Sociedade Civil do Esporte e da Atividade Física no Enfrentamento à Covid-19”** produzido por Douglas Roque Andrade, Mariana Harumi Cruz Tsukamoto, Daiany França Saldanha e Marília Velardi.

O conceito de mudança social na sociologia **“Epistemologia da pesquisa em mudança social”** de Gustavo Luis Gutierrez os aponta processos de mudança e sua apropriação enquanto objeto de pesquisa sociológica.

MOVIMENTOS SOCIAIS: PROPOSTA DE UMA CONCEITUAÇÃO DECOLONIAL LATINO-AMERICANA

DENNIS DE OLIVEIRA
FABIANA FELIX DO AMARAL E SILVA

Palavras Chave: Movimentos sociais na América Latina; Movimentos sociais e teorias decoloniais; Colonialidade do poder e movimentos sociais; Teorias decoloniais; Teorias de movimentos sociais.

Este artigo é produto do projeto de pesquisa financiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo) intitulado “Movimentos sociais, cultura, comunicação e território em São Paulo, Buenos Aires e Bogotá” realizado entre 2016 e 2018 pela equipe de pesquisadores do Celacc (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação) da Universidade de São Paulo. Neste período, a equipe de pesquisadores do Celacc observou experiências de iniciativas coletivas de periferias destas três cidades, utilizando como referencial metodológico a proposta de “sistematização das experiências” desenvolvida pelo educador peruano Oscar Jara Holliday¹.

A articulação dos três temas – cultura, comunicação e território – foi construída a partir de uma primeira conjectura da equipe, de que existe um processo de opressão e violência que ocorre nos territórios periféricos que tem como objetivo a apropriação dos territórios urbanos por parte do grande capital transnacional. Para tanto, concorrem mecanismos sistemáticos e assistemáticos de violência.

1. Os autores do artigo foram coordenadores do projeto e agradecem a colaboração de todos os bolsistas e pesquisadores envolvidos na pesquisa.

Esta situação leva as populações destes territórios a construir mecanismos de resistência e, a partir das suas percepções identitárias, sociabilidades alternativas que apontam para uma ocupação social do território. Entretanto, as ações destes grupos não ocorrem pelos mecanismos tradicionais de movimentos sociais, uma vez que nem todas estas ações de apropriação capitalista do espaço ocorrem pelas vias institucionais da democracia liberal. Isto porque os arranjos institucionais das nações latino-americanas se submetem a lógica da colonialidade do poder.

Por esta razão, a análise destas experiências sinalizou para a necessidade de uma reconceituação do que são movimentos sociais, uma vez que os conceitos clássicos se referem a experiências organizativas que buscam re-pactuar normas do contrato social. Existem outras perspectivas presentes nestas experiências, como a autodefesa, auto-organização, resignificação de identidades, entre outros que sinalizam para a construção de ações culturais e comunicativas.

A utilização da proposta metodológica de Oscar Jara possibilitou vivências importantes dos pesquisadores com lideranças de movimentos sociais periféricos. A pesquisa ensejou construções coletivas de diagnósticos, oficinas de formação, vivências, e outros espaços dialógicos e, por esta razão, a construção dos conceitos aqui elencados foi fruto não apenas de reflexões teóricas, mas principalmente da observação das realidades e dos relatos das lideranças. Foi, de fato, uma experiência – ainda que limitada pelo tempo – de uma pesquisa participativa.

APORTES TEÓRICOS

A primeira necessidade gerada pelo projeto de pesquisa intitulado “Movimentos sociais, cultura e comunicação e território em São Paulo, Bogotá e Buenos Aires” foi a reconceituação do que são movimentos sociais. A partir das experiências analisadas, observou-se que os conceitos clássicos de movimentos sociais não são totalmente aplicáveis a realidade latino-americana, particularmente por conta das singularidades de como o capitalismo no continente se estabeleceu.

Vejamos o caso do sociólogo francês Alain Touraine. Ele aponta a questão se ainda hoje pode-se falar de movimentos sociais, tendo em vista que esse conceito se originou da tradição marxiana e seria mais plausível nas

chamadas sociedades industriais em que há um explícito conflito entre os detentores do poder social e os que a este poder são submetidos. Entretanto, nas chamadas sociedades pós-industriais, caracterizadas por Touraine como as sociedades da informação e comunicação.

“Pode-se, agora, colocar a questão: nas sociedades de informação e da comunicação e, mais geralmente, nas sociedades pós-industriais, há a mesma separação entre os movimentos que se situam no interior de uma estrutura e os que atuam no quadro de um processo de modernização? Mesmo se uma questão tão geral pode provocar uma grande variedade de respostas, conforme os lugares e as circunstâncias, podemos avançar com a ideia geral já anunciada na parte precedente deste artigo: a distância entre movimentos sociais e movimentos históricos – de contestação à elite dirigente da mudança – é muito maior do que nas sociedades industriais. O movimento histórico mais visível neste início do século XXI, o movimento antiglobalização ou altermundialista, aparece como tendo relações distantes com os movimentos sociais propriamente ditos, o que coloca em questão sobretudo o uso do conhecimento na educação, na saúde e outros domínios da vida social. É aqui que ganha todo sentido a oposição entre movimentos sociais que tendem a se tornar movimentos culturais e morais e movimentos históricos que, conduzidos pela modernização, transbordam o quadro do político para colocar em questão uma organização sistêmica e, em particular, redes de comunicação que não podem mais ser imaginadas como simples superempresas nacionais. Isso explica a grande dificuldade que encontram os altermundialistas quando tentam estabelecer as ligações com os movimentos propriamente sociais, que resistem a dar importância central à mundialização, em face de seu enraizamento local, social ou profissional”.²

O que se observa nesta conceituação dos movimentos sociais de acordo com Touraine que o que está na ordem do dia não é o questionamento dos processos de exercício do poder e dos segmentos sociais submetidos, mas a disputa por significações na sociedade da informação. Daí a proposta que

2. TOURAINE, A. *Na fronteira dos movimentos sociais*. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006, pp. 26-27

ele apresenta de reconceituação de “movimentos sociais” para “movimentos culturais e morais” e que há um deslizamento da dimensão política para a organização sistêmica, isto é, a arquitetura institucional.

Não se trata de contrapor a gênese da lógica do sistema produtivo capitalista, mas sim disputar, dentro dos paradigmas societários estabelecidos, os mecanismos de construção de sentidos.

Entretanto, Touraine afirma que a noção clássica de movimentos sociais, embora possa parecer enfraquecida diante da realidade contemporânea, não deve ser descartada e, mais ainda, que deve ser buscada a constituição de um campo conceitual que articule tanto esta ideia clássica de movimentos sociais com a de movimentos culturais e morais.

“Ainda que seja, provavelmente, mais fecundo partir da hipótese de que os movimentos sociais propriamente ditos desapareceram e foram substituídos, de um lado, por puros movimentos históricos e, de outro, por movimentos culturais e sociais, parece-me indispensável recusar essa conclusão perigosa e manter todos os mecanismos intermediários, ainda que fracos, que impeçam uma completa separação entre movimentos sociais propriamente ditos e movimentos nascidos da gestão dos processos de transformação histórica. Chegamos ao ponto extremo do território no qual a noção de movimento social pode ser utilizada. Muitos, com razão, dirão que essa noção aparece mais evidente e mais central em estudos sobre a sociedade industrial. Inversamente podemos lembrar a necessidade de descobrir, constantemente, os laços que unem os tipos de movimentos coletivos. Esse argumento me conduz a concluir sobre a necessidade de manter a referência à noção de movimento social no estudo das sociedades contemporâneas, de quaisquer tipos, mesmo que, à primeira vista, pareçam não exigir a utilização de tais noções. A continuidade da análise sociológica é mais importante do que a observação das diferenças profundas que existem entre um e outro tipo societal”.³

Já Maria Gloria Gohn, ao propor um arcabouço teórico e metodológico para o estudo dos movimentos sociais na América Latina, parte do pressuposto da existência de duas categorias-chave: a das carências e a das utopias.

3. Idem, pp. 27-28

Para Gohn, é a partir por demandas de carências não atendidas que surgem ações coletivas que dão origem a determinados tipos de movimento sociais, como saúde, educação, saneamento básico. Estas carências podem ser também de natureza simbólica e cultural, na qual se classificam, segundo ela, movimentos contra as discriminações de gênero, raça, orientação sexual.

Já as utopias, “diferentemente das carências, não partem de uma situação dada buscando suprir suas lacunas e necessidades.”⁴ Elas (as utopias) são, para Gohn, “uma reinvenção da realidade, têm um ideal a atingir, vão além do possível de ser feito no momento - buscam o impossível” e, por isto, geram ideologias, movimentos e novos valores. Ambas experiências – a luta pela superação de carências e por utopias – geram repertórios coletivos. E, a partir deste repertório acumulado pelas experiências que se cristalizam os movimentos sociais, na visão de Gohn.

Esta constituição ocorre por meio dos seguintes elementos:

- a) origem social dos seus participantes e o princípio articulatório que os aglutina;
- b) localização geográfico-espacial;
- c) os princípios articulatórios externos, a relação dos movimentos sociais com as instituições externas (para Gohn, historicamente, a Igreja, o Estado e os partidos políticos representam as principais fontes de alianças dos movimentos sociais).

A análise destas teias de articulações citadas acima é que sinaliza a força dos movimentos sociais, segundo Gohn.⁵

A socióloga brasileira afirma que a história dos movimentos sociais na América Latina sinaliza para a existência das seguintes categorias analíticas das suas experiências:

- a) participação;
- b) experiência, no sentido dado por Thompson:

4. GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. S. Paulo: Loyola, 1997, p. 256

5. Idem, p. 258

A experiência é gerada na vida material, estruturada em termos de classe. As pessoas experimentam suas experiências não só com ideias, também com sentimentos. Lidam com este sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidades como valores ou arte, ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura pode ser descrita como consciência afetiva e moral.⁶

- c) direitos e cidadania;
- d) exclusão social;
- e) identidade coletiva.

E, a partir daí Gohn vai categorizando as várias experiências de movimentos sociais, definindo fases de atuação e tipologias de movimentos a partir da natureza das suas ações sociais.

Charles Tilly, na sua clássica obra intitulada *Social Movements 1768-2004* define movimentos sociais como um tipo específico de ação política...

“(...) contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda”.⁷

Ao apontar esta definição, Tilly aponta fronteiras entre o que ele considera serem ações pontuais, como campanhas, protestos, ações coletivas imediatas do que são movimentos sociais. A fronteira que ele estabelece para considerar movimento social é a capacidade organizativa que possibilita ações de impacto na esfera pública política. Neste sentido, Tilly aponta que as categorizações que ele apresentou na obra que trata dos movimentos sociais de 1768 a 2004 devem ser repensadas em cada situação histórica específica, desde momentos em que os

6. THOMPSON, E.P A miséria da teoria. Zahar, Rio de Janeiro, 1984: p. 189

7. TILLY, C. “Movimentos sociais como política” in: Revista Brasileira de Ciência Política. N. 3, Brasília: janeiro-julho de 2010, p. 136

movimentos sociais expressavam demandas de segmentos específicos até as experiências de movimentos proletários, já influenciados pelas teorias marxianas.

Ao citar experiências como os protestos organizados por grupos de oposição ao regime de Mugabe, no Zimbábwe, em 2002, Tilly considera tal experiência como uma ação de movimento social em função das estratégias destes grupos em buscar alianças, em publicizar suas reivindicações por meio de envio de comunicados à imprensa buscando impactar a opinião pública e também construir articulações políticas no sentido de buscar as suas reivindicações.

Nesta concepção mais restritiva de movimento social, Tilly descarta nesta classificação as redes e organizações de apoio, os protestos individuais e coletivos pontuais e toda forma de ação que, apesar de contribuir na constituição dos repertórios de sentidos que constroem a resistência que dá base aos movimentos sociais, não podem ser classificados como movimentos sociais em função de uma certa não organicidade.

Por isto, para Tilly, movimentos sociais são resultantes de um complexo político que:

“(...) combinou três elementos: 1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa. A esse complexo historicamente específico denomino movimento social”⁸

E, diante disto, Tilly considera que os movimentos sociais são uma forma de atuação política e sinalizam para determinados tipos de análise política que devem considerar os seguintes fatores:⁹

1. “De suas origens no século XVIII em diante os movimentos sociais prosseguiram não apenas como performances isoladas, mas como campanhas interativas;

8. Idem, p. 142

9. Idem, pp. 150-152

2. Os movimentos sociais combinam três tipos de reivindicação: programa, identidade e posição;
3. A proeminência relativa das reivindicações de programa, identidade e posição variam significativamente entre movimentos sociais, entre reivindicantes dentro do movimento, e entre fases de movimentos;
4. A democratização promove a formação de movimentos sociais;
5. Os movimentos sociais afirmam a soberania popular;
6. Comparados com as formas de política popular de base local, os movimentos sociais dependem fortemente de empreendedores políticos para sua escala, durabilidade e efetividade;
7. Uma vez que os movimentos sociais tenham se estabelecido em um determinado cenário político, a modelagem, a comunicação e a colaboração facilitam sua adoção em outros cenários conexos;
8. As formas, o pessoal e as demandas dos movimentos sociais variam e evoluem historicamente;
9. Tratando-se de uma instituição inventada, o movimento social poderia desaparecer ou sofrer uma mutação para alguma forma de política totalmente diferente.” (TILLY, 2010)

Combinando estas conceituações distintas de movimentos sociais, notamos que todas elas têm como referência a atuação de segmentos sociais subalternizados na esfera pública política – os movimentos sociais seriam, assim, mecanismos de *articulação, organização, construção de repertórios e mediação coletiva* destes segmentos junto as esferas do poder. São, portanto, construções políticas visando alterar o consenso estabelecido nos contratos sociais, seja na busca por atendimento a demandas materiais, ao reconhecimento de grupos discriminados e alteração nos paradigmas culturais visando combater preconceitos e estereótipos, seja buscando alargar a participação na esfera pública.

O que se aponta como insuficiente nestas conceituações para analisar as experiências latino-americanas periféricas é que todas elas se centram na existência (ou necessidade de) de uma esfera pública no sentido de uma espacialidade do esclarecimento. Daí que, principalmente Tilly, mas também Touraine e Gohn em menor escala, se preocupam com a definição de uma certa gramaticalidade das ações que podem ser classificadas como movimentos sociais. Assim, a caracterização de movimentos sociais se insere em uma lógica de um conflito institucionalizado simbolicamente (no sentido

de que aponta uma diferença – seja ela de acesso a bens materiais ou de reconhecimento de um determinado agrupamento) mas que ainda não é reconhecido como tal dentro das estruturas institucionais estabelecidas.

Conceitos que podem explicar experiências de movimentos sociais em sociedades em que as estruturas institucionais da democracia liberal estão mais consolidadas, mas que criam dificuldades para entender experiências em contextos no qual o capitalismo foi implantado e se desenvolve dentro de uma lógica processual de violência e exclusão como na América Latina.

Neste sentido, consideramos importante resgatar contribuições de alguns pensadores latino-americanos que se debruçam sobre algumas particularidades da América Latina, continente marcado pela experiência da colonização durante séculos e pela subalternidade ocupada na geopolítica internacional.

Quijano, no seu artigo intitulado *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, propõe o conceito de colonialidade do poder a partir dos seguintes vetores:

a) A categoria raça como constitutiva dos processos de racionalização e classificação do projeto da Modernidade. Para Quijano,

“Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de

poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial”.¹⁰

b) O capitalismo como nova estrutura de controle do trabalho. A argumentação do pensador peruano é que todas as formas de exploração do trabalho na América colonizada – seja a servidão, a escravização e, mais tarde, o sistema de assalariamento – estava subordinada a um padrão de controle do capitalismo mundial, primeiramente na fase mercantil e posteriormente, industrial. Desta forma, os mecanismos de superexploração vigentes nos territórios latino-americanos era um elo do sistema mundial de produção de riquezas.

c) Colonialidade do poder e capitalismo mundial. A síntese entre os processos mentais classificatórios das subjetividades humanas em raças realizado em um contexto de subsunção dos mecanismos de exploração do trabalho à ordem capitalista gera a colonialidade do poder que é a forma-poder do capitalismo mundial na América Latina. Por isto, Quijano enfatiza a diferença entre *colonialismo* (um momento específico da forma poder da colonialidade e situada historicamente com o controle direto do poder político das colônias por parte das metrópoles) de *colonialidade* (vista aqui como uma estrutura constituída pelas relações de subordinação das sociedades latino-americanas a ordem capitalista mundial e que se expressa mesmo em situações de emancipação política formal dos Estados nacionais do continente).

A partir destas considerações iniciais, Quijano vai construir sua visão transcendendo de uma relação de subordinação econômico-política para uma de controle geopolítico, tanto das subjetividades como dos processos de construção do conhecimento. Isto porque para o pensador peruano, os mecanismos de controle de trabalho estariam associados aos processos classificatórios raciais que determinariam o lugar de cada tipologia racial no sistema de produção.

“As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e di-

10. QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. 2005, p. 118

visão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se”.¹¹

Por esta razão, o centro dos sistemas de poder estaria localizado nos mecanismos de construção mental que, por sua vez, ergueria uma arquitetura de subjetividades e relações intersubjetivas. Desta forma, a colonialidade do poder construiria um “eurocentramento do capitalismo mundial”, fazendo com que se criasse, na mente dos europeus, a associação de trabalho pago ao branco e trabalho não pago ou subvalorizado ao negro, indígena e/ou mestiço. Com isto,

“O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às raças colonizadas, originalmente índios, negros e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos. E, segundo, na descrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos”.¹²

É a partir deste processo que Quijano considera construir um novo padrão de poder mundial e uma nova intersubjetividade mundial como um processo de “incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa”¹³ e que, por conta disto, “todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental.”¹⁴ Assim, temos que: “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.”¹⁵

Este panorama foi observado nas realidades enfrentadas pelos grupos e organizações que atuam nas periferias das cidades de São Paulo, Bogotá e Buenos

11. Idem, p. 118

12. Idem, p. 120

13. Idem, p. 121

14. Idem, p. 122

15. Idem, p. 122

Aires. Mecanismos de exclusão sistêmicas e não sistêmicas ocorrem ao largo de normatizações, gerando uma demanda de resistência e, particularmente, de construção de alternativas de sociabilidade que passam ao largo das inserções precárias oferecidas pelo sistema marcado pela colonialidade do poder.

Por isto, para se pensar em um conceito de movimentos sociais que dê conta destas singularidades latino-americanas, é preciso ir além de se restringir a gramaticalidade e o direcionamento a uma esfera pública constituída, embora isto possa também acontecer, mas também para as ações de resistência aos mecanismos do padrão de poder da colonialidade. Por isto, a potencialidade de subjetividades colocadas à margem dos fundamentos patriarcais e raciais da colonialidade são elementos fundamentais nas experiências de movimentos sociais na América Latina. Mais que uma narrativa direcionada à esfera pública visando modificações no contrato social, temos uma tentativa de expressão de novas subjetividades.

METODOLOGIA DA PESQUISA

“Oscar Jara, educador peruano, em meados da década de 1990, elaborou uma proposta metodológica intitulada ‘sistematização das experiências’ como uma forma de realizar procedimentos de avaliação processual de experiências de movimentos sociais a fim de instrumentalizar suas formas de renovação e readequação. (...) Em um texto de 1994, Jara apresenta as seguintes justificativas para propor o seu método de sistematização” (OLIVEIRA, 2016):

“(...) el nuevo escenario de este fin de siglo ha puesto em cuestión las prácticas y las concepciones teóricas de los movimientos sociales y las ciencias sociales latinoamericanas. Nos enfrentamos a nuevas preguntas y a desafíos inéditos. Es un momento historico privilegiado para la creación, pero las respuestas a las nuevas preguntas no van a surgir de ningún otro lugar sino de la propia experiencia historica acumulada. Lamentablemente no hemos acumulado aún los aprendizajens necesarios contenidos en esas experiencias. La sistematización, como ejercicio riguroso de aprendizaje e interpretación critica de lós procesos vividos, sigue siendo uma tarea pendiente y hoy – más que nunca – puede contribuir de forma decisiva a recrear las practicas de los movimientos sociales y a renovar la producción teórica de las ciencias sociales, desde la experiencia cotidiana de los

pueblos de América Latina, em particular, de aquellas comprometidas com procesos de educación y organización popular.¹⁶

Mais tarde, Jara afirma que “la sistematización de las experiencias está comenzando a dejar de ser tarea pendiente”¹⁷(JARA, 1998),

“pois várias iniciativas de instituições de educação popular e acadêmicas têm contribuído para gerar novos elementos para aprofundar o método e as reflexões teóricas advindas dele.

Extraíndo reflexões a partir de um estudo realizado com camponeses deslocados na Guatemala por conta da violência e da repressão política, Jara propõe que as interpretações das experiências sistematizadas devem ser “integrais e dialéticas”, levando em consideração os seguintes elementos:

- entender as experiências com todas as nossas capacidades humanas (mentais, sensíveis, emotivas, intuitivas);
- entender as diferentes etapas, as mudanças mais importantes, as razões dessas mudanças e seus efeitos;
- entender como os momentos de mais dificuldades contribuíram a que se tenha maior criatividade para buscar soluções;
- entender a relação entre o pequeno e o grande, entre o particular e o geral;
- entender a particularidade das experiências dentro da estrutura econômica, social, política e ideológica do país;
- entender como se localiza nossa experiência no transcurso da história;
- entender como os elementos culturais e que marcam nossa identidade estão presentes em cada experiência;
- entender, a partir de várias experiências particulares, fatores que podem sinalizar certas generalizações e reflexões teóricas”. (OLIVEIRA, 2017)

16. JARA, O. Para sistematizar experiências. São José: Alforja, 1994

17. JARA, O. El aporte de la sistematización a la renovación teórico-practica de los movimientos sociales. São José: Alforja, 1998

É com base nisso que Jara entende o processo de sistematização como uma interpretação crítica, vista como um reordenamento ou uma reconstrução do processo vivido e suas interconexões.

“No projeto “Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina”, a proposta metodológica de Jara é realizada a partir dos seguintes procedimentos:

- identificação e territorialização dos problemas a partir da percepção dos participantes;
- socialização de informações produzidas pelos participantes;
- reflexão coletiva a partir de elementos informativos gerais perpassados pelos pesquisadores;
- sistematização das experiências a partir das questões: “por que as coisas se passaram assim?” e “por que não se passaram de outra forma?”.

A pesquisa foi realizada com lideranças de movimentos sociais em São Paulo (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Bogotá (Colômbia). A escolha desses países deve-se tanto às especificidades políticas, econômicas e culturais quanto à forma como vêm se configurando os novos movimentos sociais. O objetivo foi construir uma análise comparativa e reflexiva que evidencie as similitudes e as diferenças das diversas experiências analisadas para a reconceitualização dos movimentos sociais na América Latina. As estratégias metodológicas foram construídas de acordo com os processos sociais e políticos de cada localidade. O critério de seleção de tais movimentos foi: movimentos que se organizam em forma de “coletivos horizontais”, que sejam liderados por jovens negros e/ou indígenas e que tenham uma atuação em territórios periféricos das metrópoles escolhidas.

Essas etapas foram realizadas por meio de oficinas, grupos focais e seminários reunindo ativistas e lideranças de movimentos sociais diversos, em que os objetivos do projeto são apresentados e repensados a partir da discussão coletiva. Esta experiência de reflexão tem permitido a construção de um panorama de relações e questionamentos iniciais que dão subsídios para a leitura problematizadora de algumas discussões: o modelo neoliberal de cidade e as relações de poder estabelecidas; o levantamento das causas e consequências destas relações; a identificação da correlação das ações dos grupos com as dimensões mais amplas da política e da economia; o levantamento dos processos comunicacionais dos

grupos e as estratégias de resistência. O processo de discussão por meio de rodas de conversa em pequenos grupos, mapeamentos das iniciativas, reflexões sobre narrativas midiáticas foi registrado em diários de campo pelos pesquisadores.

Outro procedimento metodológico importante foram as reflexões retrospectivas e prospectivas das experiências. A importância destas reflexões decorre de que sinalizam como os saberes vividos são introjetados nas consciências dos participantes das experiências e como estas constituem suas experiências e, por sua vez, como sinalizam para as perspectivas (prospecções). Com isto, é possível visualizar não só as posições de classe, mas também as suas trajetórias¹⁸. Portanto, na perspectiva da análise e reflexão do processo vivido, alguns desses grupos têm identificado a necessidade de levantar criticamente suas estratégias de ação e, desse modo, suas relações com os diversos atores envolvidos e os diferentes âmbitos de suas ações políticas. O conjunto de informações é complementado por depoimentos prestados pelas lideranças dos movimentos sociais, coletados formalmente (por meio de entrevistas gravadas e transcritas) e informalmente (por meio de rodas de conversa registradas em diários de campo). Completam ainda o *corpus* imagens produzidas pelos ativistas participantes, palavras destacadas nas reflexões em grupo e procedimentos de autoavaliação”. (OLIVEIRA, 2017)

INFERÊNCIAS

Após dois anos vivenciando as experiências de coletivos em bairros periféricos da zona sul de São Paulo, das cidades satélites de Ciudad Bolívar e San Cristobal, em Bogotá, e da organização *La Boca Resiste e Propone*, do bairro La Boca, em Buenos Aires; cruzando os depoimentos bem como as observações anotadas nos diários de campo, observamos que:

- a) Existe uma tendência a uma ocupação capitalista do território que se apresenta como uma fronteira de expansão e reprodução do capital. Para tanto, contribuem arranjos políticos de ocupantes dos

18. Pierre Bourdieu aponta que, nos campos de interação, as classes sociais se definem não apenas pelas suas posições, mas também pelas suas trajetórias, que sinalizam uma gramaticalidade das suas narrativas e posturas, ou o que ele chama de *habitus*. Ver em BOURDIEU, P. *Economia das Trocas Simbólicas*. S. Paulo, Perspectiva, 2007.

governos em todos os níveis. Observa-se, nestes arranjos, que em Bogotá, opera-se uma transição gradual e uma negociação de uma ocupação *militar* do território para uma ocupação *do capital*, particularmente porque neste país, nunca houve um governo de esquerda. Entretanto, segundo relatos de lideranças, mesmo na experiência de um governo municipal de esquerda, houve uma dificuldade de se estabelecer diálogos com os movimentos sociais periféricos;

b) Nos países em que há um grau de militarização menor que da Colômbia – como no caso do Brasil e Argentina – há ações militarizadas extralegais e assistemáticas como forma de impedir a auto-organização das populações da periferia;

c) Em contraponto a estas perspectivas, os movimentos sociais da periferia propõem a *ocupação social do território*;

d) Esta ocupação social do território tem um caráter múltiplo. Implica em:

- resgate de tradições identitárias nos casos de S. Paulo e Bogotá: no caso das periferias bogotanas, ressalta-se o fato delas serem produto de êxodos forçados por conta da violência no campo; são refugiados de guerra. Este deslocamento forçado coloca como demanda dos movimentos a recuperação da autoestima via a criação de espaços de resgate identitário, como a construção de hortas comunitárias, atividades culturais das tradições indígenas e negras (como é o caso da oficina “Saberes e Sabores”, de Virgelina Xhasa). Em São Paulo, a identidade negra é a base da constituição do movimento hip-hop, principalmente as denúncias de racismo.
- realização de atividades socioculturais de forma autônoma, com ênfase na educação social da população da periferia; esta busca de uma formação política é bem presente nos movimentos de São Paulo e Buenos Aires.
- reivindicação de melhorias junto aos poderes públicos.

e) Relação ambivalente com os poderes públicos e os partidos políticos, particularmente nas periferias de São Paulo e Bogotá. Nestas duas experiências, nota-se que esta relação institucional é de apropriação de espaços para avanços em reivindicações e, particularmen-

te, em apoio para os projetos. A desconfiança com poderes públicos e partidos políticos ocorre por conta de que tais movimentos reivindicam um protagonismo dos seus autores, isto é, não desejam apenas terem reivindicações atendidas, mas também se representarem diretamente. Esta situação foi menos observada em Buenos Aires, particularmente porque muitas das lideranças são também militantes dos partidos progressistas.

f) O abandono das periferias por parte das instituições governamentais força tais movimentos a constituírem-se também como espaços de auxílio mútuo. Em uma periferia de Bogotá, observamos escolas e espaços culturais gerenciados e mantidos pela própria comunidade; em São Paulo, a apropriação dos programas de fomento à cultura também possibilitou a construção de espaços autônomos; em Buenos Aires, com um perfil de luta mais institucional, os movimentos constroem espaços de assessoria jurídica. Importante ressaltar também que estas periferias foram geradas por ocupações e autoconstrução das moradias, assim desde os seus primórdios, o protagonismo dos moradores é evidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de experiências de coletivos e organizações sociais nas periferias das cidades de São Paulo, Buenos Aires e Bogotá comprovam a hipótese da necessidade de se repensar o conceito de movimentos sociais para adequá-lo à realidade da colonialidade do poder na América Latina.

Isto porque, conforme afirmamos, os conceitos clássicos de movimentos sociais partem do pressuposto da existência de uma esfera pública política em que pressões advindas de segmentos subalternos geram tensões por mudanças nos contratos sociais. Por isto, o conceito clássico de movimentos sociais sinaliza para a construção de estratégias de pressão e negociação, construção de alianças, entre outros.

As experiências analisadas nas periferias destas cidades latino-americanas partem sempre da necessidade de auto-organização para resistir a mecanismos de violência física, tanto oficiais (como em regimes militarizados e de direita) como extraoficiais (em sistemas de “normalidade institucional” e até em governos de esquerda. E o ponto de partida para a construção desta organização é uma narrativa de construção identitária que articula tanto a

situação de subalternidade (aproximando-se da lógica classista) como pertencimentos étnicos e trajetórias comuns (como, por exemplo, no caso de Bogotá, a memória recente de serem refugiados do campo).¹⁹

Outro aspecto importante destes movimentos é a luta pela ocupação territorial. Os territórios periféricos, na ótica neoliberal, são objetificados na perspectiva da implantação de um poder sem limites para apropriação das lógicas do capital.

Todas estas experiências contribuem para a formação de uma geração de lideranças que tem a capacidade de entender as lógicas dos poderes institucionais, organizar os coletivos, manejar as tecnologias de comunicação e constantemente buscar formas de resistência coletiva. São lideranças que, pelas suas atuações, ressignificam os espaços e se constituem como intelectuais periféricos, dissidentes dos processos políticos tradicionais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Economia das Trocas Simbólicas*. S. Paulo, Perspectiva, 2007

GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. S. Paulo: Loyola, 1997, p. 256

JARA, O. *El aporte de la sistematización a la renovación teórico-práctica de los movimientos sociales*. São José: Alforja, 1998.

JARA, O. *Para sistematizar experiências*. São José: Alforja, 1994

MERKLEN, Denis. *Pobres ciudadanos: Las clases populares em la era democrática*. Editora Gorla, 2005.

OLIVEIRA, D. *Extensão como Dimensão Singular da Construção do Conhecimento*. *Rev. Cult. Ext. USP*, São Paulo, n. 16, p.39-51, nov. 2016.

OLIVEIRA, D. *Jornalismo e Emancipação*. Curitiba, Appris, 2017.

QUIJANO. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: CLACSO, *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas* (pp. 117-142). Buenos Aires: Biblioteca CLACSO, 2005

19. Por esta razão, não há como classificar estes movimentos periféricos como “novos” por serem identitários ou “clássicos” por serem classistas, como propõe a classificação de Maria Gloria Gohn.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), n. 21, p. 15-31, 30 ago. 2007.

THOMPSON, E.P A miséria da teoria. Zahar, Rio de Janeiro, 1984

TILLY, C. “Movimentos sociais como política” in: Revista Brasileira de Ciência Política. N. 3, Brasília: janeiro-julho de 2010

TOURAINÉ, A. *Na fronteira dos movimentos sociais*. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006



OS SENTIDOS DA EMANCIPAÇÃO EM HABERMAS E HANS JONAS: DIÁLOGOS CRÍTICOS COM O CAMPO MARXISTA

GUSTAVO DA COSTA MEYER
GUILHERME DA COSTA MEYER
MARCO BETTINE

Palavras Chave: Habermas; Jonas; Emancipação; Teoria Crítica; Teoria Sociológica

O objetivo desse capítulo será debater os sentidos da emancipação na teoria social de Habermas e Hans Jonas, buscando ressaltar, sobretudo, as confluências entre as críticas dos dois autores ao conceito de emancipação humana no campo marxista (ainda que a partir de diferentes pontos de vista). O caminho teórico escolhido foi estabelecer um contraponto entre os autores, apoiando-se nas interpretações acerca da leitura de Habermas e Jonas sobre a teoria social de Marx.

Habermas no “Reconstrução do Materialismo Histórico” faz a crítica da centralidade que o conceito de trabalho assumiria na teoria social marxiana e dos teóricos da primeira geração da Escola de Frankfurt, neste sentido, a interpretação habermasiana alarga a compreensão sobre os sentidos da emancipação para além da dialética do trabalho e de uma leitura funcionalista; já na “Teoria da Ação Comunicativa” o autor discorre sobre o aprisionamento da dialética marxiana na noção de totalidade de Hegel, principalmente a incorporação da teoria de Parsons, analisando os processos sistêmicos e incorporação da economia no mundo da vida.

Hans Jonas aproxima-se da visão de Habermas de crítica à visão de emancipação no campo marxista, todavia, tal conceito é criticado e descartado. A partir de um ponto de vista ecológico, Jonas aponta que os limites biofísicos do planeta impõem a inviabilidade do que seria a utopia marxista: o fim da

alienação em relação ao trabalho e a abundância material para todos através do desenvolvimento das forças produtivas.

Dessa forma, a estrutura deste trabalho se apresenta da seguinte forma: em um primeiro momento são apresentadas as noções gerais de Habermas e Hans Jonas a respeito da noção de emancipação, em seus diálogos críticos com o campo marxista, e, posteriormente são discutidas possíveis críticas ao pensamento de Habermas e Jonas, fazendo-se um balanço desses pensamentos.

O CONCEITO DE PRÁXIS SOCIAL EM HABERMAS

Nossa interpretação passa pelo entendimento de que a teoria da comunicação reviu a centralidade do trabalho como matriz das relações sociais, expressões da dominação social e pelo pressuposto da dialética carregaria sua própria emancipação. No livro “Teoria e Práxis” (2013) Habermas busca relacionar teoria e práxis, a partir do diagnóstico sobre as lutas e conflitos sociais sem atrelar-se à perspectiva proletária.

“Nesse sentido, Habermas atribuiu mais peso, comparativamente à análise das forças produtivas, para a reconstrução de estruturas normativas da modernidade e seus respectivos conflitos políticos pós-liberais, como é percebido também no livro ‘Direito e Democracia’”. (HABERMAS, 2010a, 12)

Rúrion Melo parte da percepção que a “práxis habermasiana teria uma dimensão simbólica com uma noção alargada de ação” (MELO, 2016, p.44). Percebemos que as ações finalistas são intermediadas por outros mecanismos de ação, como a comunicativa, estratégica, dramaturgica e normativa. As ações comunicativas são motivadas pelos “atos de entendimento, ou seja, em uma racionalidade que se manifesta nas condições para o acordo obtido comunicativamente” (MELO, 2016, p. 44).

Para Habermas a interação mediada por gestos e, posteriormente, por símbolos implica regras e convenções sociais, mas não é só isso, Habermas vai utilizar a análise wittgensteiniana para o conceito de regras ampliando-o, para análise do significado e validade intersubjetiva destas regras e a possi-

bilidade de o sujeito frente a interação dizer sim ou não. A possibilidade do não, mesmo a uma regra, é importante para não cair no mecanicismo do direito e da moral, saindo para uma estrutura e visão de sujeito pós-convenção de Kohlberg, que seria aquele que compreende as regras, sabe de seu significado, mas age de acordo com valores universais gerais. Mead avança, mas ele considera um sujeito não emancipado, um sujeito pautado nas convenções sociais, por isso, Wittgenstein e Kohlberg dão suporte a Habermas para esta interpretação mais profunda, afirmando que é possível apropriar-se de Mead relacionando-o com os três aspectos essenciais da linguagem: meio do entendimento, meio da coordenação da ação e meio da socialização dos indivíduos. “A compreensão pós-tradicional das normas se entrelaça com um conceito de racionalidade comunicativa” (HABERMAS, 2012b, p.75), que demonstra que as estruturas do mundo da vida se diferenciam de acordo com interesses ou divergência nestes interesses.

“Habermas privilegia a ação na compreensão da realidade social, ou seja, a sociedade é um processo de desenvolvimento que se constitui por meio do cruzamento de ações de indivíduos e grupos que ocorre sempre numa dualidade de contextos: por um lado, os agentes compartilham intersubjetivamente um mesmo acervo de conhecimentos e encontram-se incorporados em um mesmo mundo da vida e, por outro, participam de sistemas de ação, ou seja, conjuntos articulados de relações sociais que seguem regras anônimas (que orientam e estabilizam os comportamentos e que garantem, assim, a própria reprodução da sociedade)”. (MELO, 2013, p.84)

No interior do mundo da vida, os indivíduos e os grupos atuam como sujeitos comunicativos que buscam entendimento e acordo sobre normas e expressões; dentro dos sistemas, contudo, que são funcionamentos passíveis de interferência, mas amplamente autônomos, os sujeitos transformam-se em funções, ou seja, em portadores de ações com sentido e lógica que são independentes da sua própria vontade e consciência.

“Na perspectiva interna do mundo da vida, a sociedade se apresenta como uma rede de cooperações mediadas pela comunicação. Isso não significa que nela não sejam detectáveis contingências, consequências não intencionadas, conflitos ou coordenações fra-

cassadas. Pois o que une os indivíduos, garantindo a integração da sociedade, é uma rede de atos comunicativos, que só podem ser bem-sucedidos à luz das tradições culturais – uma vez que constituem mais do que simples mecanismos sistêmicos subtraídos do saber intuitivo de seus membros. O mundo da vida construído pelos membros a partir das tradições culturais comuns é coextensivo à sociedade. Ele submete todos os fenômenos sociais a uma interpretação cooperativa”. (MELO, 2016, p.50)

Habermas assumirá três suposições, para que o conceito do mundo da vida não seja submetido pela reificação, (1) que existe autonomia dos sujeitos, (2) que há uma independência da cultura, e, (3) que existe uma transparência na comunicação. Estas três suposições se impõem quando não identificamos o mundo da vida com a sociedade.

“O modelo do sujeito-objeto pressuposto no conceito de trabalho delimita a práxis à filosofia do sujeito, limitando assim o conceito intersubjetivo de ação e de razão prática àquele de disposição” (MELO, 2016, p.42).

“O ponto de partida intersubjetivo ressaltaria, contrariamente, os obstáculos à socialização em sua dinâmica com a individualização, da negociação entre os diversos interesses individuais e coletivos; das dominações sociais constituídas em processos de interação cotidianos; da solução dos conflitos de valores; a dimensão não apenas material, mas também simbólica da satisfação de necessidades plurais; e a legitimidade de princípios e normas de regulação social no campo da moral e do direito (envolvendo uma sensibilidade maior da teoria para formas de dominação e práticas comunicativas cotidianas que estão na base das interações sociais e das expressões culturais da sociedade)”. (MELO, 2013, p.54)

Habermas está preocupado com o sujeito instrumental da teoria crítica, e aponta que há uma possibilidade de emancipação, e que assim nem tudo é reificado como pleiteia a teoria de Luckács. Habermas usa o modelo de Bühler para mostrar que o gênero humano se mantém por meio das atividades socialmente coordenadas com seus integrantes e que essas atividades necessitam de um comum acordo construído linguisticamente, “a reprodução do gênero (humano) também exige

que se cumpram as condições de uma racionalidade inerente ao agir comunicativo” (HABERMAS, p.683, 2012a).

Segundo Melo (2016, p.45) “a interação social denotaria a especificidade da práxis humana e fundamentaria o núcleo normativo a partir do qual a dominação social poderia ser identificada e, principalmente, contestada”. Nesse sentido, a teoria habermasiana procura desmistificar que a expansão das forças produtivas constituiria *per se* uma forma de emancipação. Falta nesta afirmação a explicação do complexo desenvolvimento das capacidades intersubjetivas, visto que “a interação teria seu próprio padrão evolutivo, mas também, centralizada na produção, reduziria o potencial para emancipação presente na esfera da interação”. (MELO, 2013, p.67)

“O estreitamento do conceito de práxis significaria que a dimensão determinante e constitutiva da política no processo revolucionário seria enfraquecida uma vez que tal processo não poderia ser avaliado a partir da autodeterminação dos agentes, mas esta autodeterminação teria de ser esclarecida antes a partir das contradições da vida material, dos conflitos existentes entre as forças produtivas da sociedade e as relações de produção (MELO, 2016, p.49).

É por essa razão que o acerto de contas de Habermas com o paradigma produtivista implicou reconsiderar a política, o direito e a democracia não mais como expressões meramente ideológicas, sempre sobredeterminados por recortes de classe e reduzidos a epifenômenos da economia. Interações simbolicamente mediadas permitem à teoria crítica localizar os processos de dominação e de luta no quadro das disputas políticas e jurídicas. Na verdade, vincular o propósito emancipatório da teoria com um projeto de democracia radical – envolvendo a preocupação com a legitimação democrática do sistema político, as revoltas e mobilizações dos cidadãos e uma tematização persistente dos movimentos sociais na esfera pública – passou a ser constitutivo dos diagnósticos críticos do presente”. (MELO, 2016, p. 48)

Segundo BETTINE (2017), a utopia habermasiana e os conceitos de ação, partindo da centralidade da ação comunicativa, não permite compreender as patologias da modernidade, e muito mesmo a distopia do século XXI, isto é, a perda de sentido dos valores do iluminismo. No modelo habermasiano, o mundo da vida é reproduzido por meio das ações comunicativas.

Habermas considera que as formas de vida concretas e as interpretações da vida social são múltiplas e não podem ser enquadradas em uma única concepção de totalidade, ou seja, a mudança social não se configura como um processo de autoprodução, mas como a formação de uma constante rede de intersubjetividade por meio da linguagem. Se existe um horizonte de emancipação da teoria habermasiana, necessariamente partiria do entendimento da ação comunicativa, mundo da vida e, fortalecimento das interações social, subjetivas e culturais.

Há uma interpretação secundária, que afirma que Habermas se baseia, na tese defendida por Claus Offe, segundo a qual o trabalho deixou de ser uma categoria sociológica chave no capitalismo contemporâneo: com a progressiva incorporação da ciência no processo de produção capitalista, chega-se em um momento em que o valor trabalho tende a ser negado, ou seja, em que o quantum de trabalho abstrato, medido pelo tempo socialmente necessário, deixa de ser uma medida adequada à riqueza.

Nesse sentido, aponta-se neste texto que o conceito de Habermas de ação comunicativa em situação ideal de interação e comunicação pode apresentar um distanciamento do autor da realidade concreta, e um fragilidade no conceito de emancipação em Habermas, principalmente se olharmos para os acontecimentos do século XXI que afrontam uma visão de sociedade ancorada no direito normativo.

HANS JONAS E A NOVA ONTOLOGIA DA VIDA

Hans Jonas tratou em suas obras do conceito de emancipação humana. Discípulo de Martin Heidegger, Jonas conviveu no mesmo círculo de amizade que envolvia Hannah Arendt e Herbert Marcuse, percebendo-se em suas obras grande influência de tais intelectuais (SANTOS, 2011, p. 15). Todavia, em Jonas o conceito de emancipação humana no campo marxista é criticado, sem se colocar outro significado ao conceito em seu lugar. Descartada a ideia de emancipação, em seu lugar Jonas coloca o que ele chama de princípio da responsabilidade, uma espécie de ética ecológica, conforme descreveremos brevemente a seguir.

Hans Jonas chamou a atenção, de acordo com SANTOS (2011, p. 131), “para um dos problemas mais sérios postos à ética do século XXI: o problema da ameaça do futuro da humanidade, da violação da integri-

dade do ser humano e da natureza, ou, em outras palavras, da autodes-truição da vida do planeta”, como consequência do ideal do progresso, da perspectiva da dominação da natureza por meio da técnica. Nesse sentido, cenários surgidos após os anos 1970 indicariam as ameaças que teriam emergido após a civilização industrial: esgotamento progressivo da base biofísica do planeta, alto crescimento demográfico, ameaça de uma guerra atômica no período da guerra fria, possibilidade de manipulação genética.

Dada a magnitude de tais questões socioambientais e dado, segundo Jonas (2006), a inadequação das éticas tradicionais postas para lidar com tais problemas, Jonas procura formular um novo princípio para a ética da civilização contemporânea, onde a crítica da técnica possui grande centralidade.

Para JONAS (2006) a ética tradicional tem sua habitação em um quadro intra-humano, onde às dimensões do agir humano possuíam determinadas características: (a) o trato com o mundo extra-humano poderia ser considerado eticamente neutro, tanto do ponto de vista do objeto, já que a técnica não possuía a capacidade de causar um dano duradouro à ordem natural em seu conjunto, como do ponto de vista do sujeito, visto que a técnica encarada como atividade compreendia a si mesma como algo determinado pela necessidade e não como um fim em si mesmo determinado pelo progresso; (b) a ética tradicional dizia respeito ao relacionamento direto de indivíduo com indivíduo, ou de cada indivíduo consigo mesmo; (c) na ética tradicional o indivíduo era considerado como possuindo uma essência constante, não sendo objeto da técnica; (d) a ética tradicional tinha que se preocupar com situações imediatas, que não requeriam um planejamento de longo prazo. Em síntese, JONAS (2006, p. 37), destaca que “o braço curto do poder humano não [havia exigido] qualquer braço comprido do saber, passível de predição”.

No entanto, para Jonas, essas características do agir humano se modificaram decisivamente por meio da inserção pela técnica moderna de ações de ordem inédita de grandeza, com novos objetos e consequências não mais enquadráveis ou reguláveis pelas éticas tradicionais anteriores, sendo a primeira grande alteração a constatação da crítica vulnerabilidade da natureza provocada pela intervenção técnica da humanidade, o que inclusive colocaria em risco nossa própria espécie. Jonas (2006, p. 39) aponta que “a natureza da ação humana foi modificada de fato, e que um objeto de ordem inteiramente nova, nada menos do que a biosfera inteira do planeta, acres-

ceu-se àquilo pelo qual temos de ser responsáveis, pois sobre ela detemos poder, acrescentando, com base nessa nova situação que “a natureza como uma responsabilidade humana é seguramente um novum sobre o qual uma nova teoria ética deve ser pensada” (JONAS, 2006).

Nessa nova teoria ética, visto que o saber previdente, ou seja, aquele que enxerga consequências a longo prazo, apesar de fundamental, estará sempre atrás do saber técnico que confere poder ao agir humano, é necessário em determinadas situações o reconhecimento da ignorância a respeito das consequências de determinadas ações, como o outro lado da moeda do saber, e o qual deveria instruir o autocontrole sobre o poder técnico excessivo.

Para o pensamento jonasiano, portanto, essas novas características do agir humano demandam que a humanidade leve em consideração mais do que somente seu próprio interesse, com as éticas tradicionais anteriores não sendo mais suficientes quando se considera tal contexto, necessitando-se alterações significativas nos fundamentos da ética, onde o bem das coisas extra-humanas também deveria ser buscado.

“Nenhuma ética anterior (além da religião) nos preparou para um tal papel de fiel depositário – e a visão científica da natureza, menos ainda. Esta última recusa-nos até mesmo, peremptoriamente, qualquer direito teórico de pensar a natureza como algo que devemos respeitar -uma vez que ela a reduziu à indiferença da necessidade e do acaso, despindo-a de toda dignidade de fins. (...) Deveríamos nos manter abertos para a ideia de que as ciências naturais não pronunciam toda a verdade sobre a natureza”. (JONAS, 2006, p. 42)

Aqui vemos explícita a crítica ontológica de Hans Jonas, direcionada fundamentalmente à base materialista das ciências naturais, como se nota, por exemplo, a partir de sua referência ao darwinismo ao criticar o que seria a redução da natureza “à indiferença da necessidade e do acaso”. Para Jonas, tanto o monismo ontológico idealista como o monismo ontológico materialista não compreenderam bem o fenômeno da vida em sua integridade; nesse sentido, a de certa forma vitória do materialismo sobre o idealismo na ciência moderna, levou a perda da questão valorativa e de finalidades da natureza, neutralizando-a, o que

para JONAS (2004; 2006; 2010) teria aberto o caminho para inúmeros progressos na ciência e na tecnologia, mas ao mesmo tempo teria levado a consolidação de uma interpretação errônea do fenômeno da vida.

Para Jonas, a teoria evolucionista, ao mesmo tempo que se apresenta como a vitória grandiosa do materialismo, visto que extirpa qualquer causa fora da natureza como participante de sua dinâmica, também introduz no âmago do materialismo a semente de sua crise. Foi a teoria da evolução, como parte do monismo materialista, quem diluiu os últimos vestígios da linha divisória que dava base aos argumentos que colocavam em contraste a natureza em relação ao ser humano e, além disso, ao apontar para a evolução como um processo sem planejamento nem direcionamento (acaso e necessidade), ou seja, presa em um dinâmica interna sem fatores externos (religiosos ou de outro tipo) e sem uma essência imutável original, a teoria da evolução recoloca a questão sobre a origem da vida, vida que agora é vista como a soma do ambiente, que coloca as condições que tomam o lugar da essência como princípio criador, com o organismo, em uma tese anticartesiana.

A problemática surge a partir das consequências filosóficas do darwinismo para a compreensão da vida: no monismo materialista o ser humano é o único ser vivo a quem seria permitido ter algo além da matéria, como o espírito/consciência; todos os demais seres vivos seriam autômatos marcados unicamente pela lei da matéria, destituídos de qualquer interioridade espiritual. No entanto, como já dito, com o evolucionismo essa linha que separa os seres humanos dos demais organismos vivos é quebrada, devolvendo ao reino da vida um pouco de dignidade (JONAS, 2004) por meio do parentesco entre animais e humanos, mesmo que, é claro, com níveis de complexidade diferentes no que tange à interioridade. A consideração desse ponto, além daquele também já colocado de que a teoria da evolução retira qualquer causa externa como fundamento para a origem da vida, gera, de acordo com JONAS (2006), a consequência lógica de que a interioridade/espírito/consciência, como potência, já estaria presente desde as origens da vida na matéria, na passagem do não-ser (o inorgânico) ao ser (orgânico), visto que o espírito não poderia estar vagando por aí, sem corporalidade, e ser introduzido somente com o advento do ser humano. A teoria da evolução vista dessa forma abre um novo campo de pesquisa para Jonas:

“Nota-se, assim, como Hans Jonas pretende retirar da teoria evolucionista as bases para um pensamento que supere o materialismo monista e ao mesmo tempo o dualismo que percorreu toda a ciência moderna. O darwinismo, como principal corrente da doutrina evolucionista, teria como consequência dialética o alargamento das fronteiras ontológicas para além do campo materialista”. (OLIVEIRA, 2014, p. 83)

Em síntese, pode-se dizer que a obra de Jonas aponta, como base para a elaboração de seu novo princípio ético, o que o autor denomina de uma nova ontologia da vida, a qual evidenciaria o que ele considera como insuficiências dos chamados monismos materialista e idealista para lidar com as ambiguidades da dinâmica tecnológica em uma escala de poder crescente, dada a incompreensão destes dois aspectos valorativos e finalísticos da natureza. Tal nova ontologia assumiria “para si também as novas teorias advindas da própria ciência da vida” (OLIVEIRA, 2014), apontando para a necessidade de um novo tipo de monismo integral que enxergasse o fenômeno da vida em sua unicidade formada pela matéria/espírito. Aqui, em uma primeira leitura mais superficial, a base ontológica e epistemológica elaborada por Hans Jonas parece conflitar com a base materialista do campo marxista, conforme aponta: “em todo caso, o antropocentrismo radical do pensamento marxista (combinado com o pensamento materialista do século XIX) o sustentava inteiramente, deixando pouco espaço para o romantismo em relação à natureza”. (JONAS, 2006, p. 334).

A obra jonasiana também busca relacionar a construção de sua nova ética da responsabilidade com a economia política marxista, procurando “testar” o arcabouço teórico e as experiências reais do marxismo frente as ameaças descritas anteriormente, principalmente ao poder tecnológico, que, de acordo com Jonas, se tornou autônomo e incontrolável. Assim seria necessário impor um poder sobre o poder tecnológico, o qual, para Jonas se desvencilhou da humanidade, adquirindo dinâmica própria e descontrolada que em vez de libertar o homem, o escraviza. A ameaça de catástrofe viria do próprio êxito da humanidade em “tomar sua evolução para si” por meio do desenvolvimento tecnológico; aqui Jonas parece fazer alusão à Malthus, retomando a questão da superpopulação como problema e recolocando a questão de limites na natureza ao crescimento econômico infinito, ao

afirmar que não só o próprio êxito econômico, mas o próprio êxito biológico, da espécie humana, potencializou o perigo, com o crescimento exponencial da população na esfera de influência da civilização técnica se expandindo para todo planeta, sem a imposição de limites.

Dessa forma, Jonas conclui que “uma vez que a economia “livre” das sociedades industriais ocidentais é o centro dessa dinâmica, que conduz a essa ameaça, naturalmente nosso olhar se volta para a alternativa do comunismo” (JONAS, 2006, p.237), colocando as seguintes questões e buscando justificar sua escolha:

“Será que ele [comunismo] pode nos prestar o socorro de que necessitamos? Ele está preparado para tal? É sob esse ponto de vista que pretendemos analisar a ética marxista – ou seja, sob o ponto de vista da nossa salvação diante da desgraça, e não daquele referente à realização de um sonho da humanidade. Nosso olhar se dirige ao marxismo, porque lhe é peculiar a orientação em direção ao futuro do empreendimento humano como um todo (pois ele fala de uma revolução mundial), em nome do qual ele ousa pedir todos os sacrifícios ao presente”. (JONAS, 2006, p. 237)

Para Jonas, se o campo marxista se limitasse somente a um tipo de “melhoramento” econômico, ou seja, uma melhor distribuição de renda entre os países e classes sociais, não haveria tanto o que se discutir. Todavia, para Jonas, o marxismo não almeja somente este ponto, visando um “melhoramento” do próprio ser humano a partir de determinadas condições postas, com o fim da alienação em relação à natureza e entre os próprios trabalhadores com relação aos produtos de seus trabalhos.

Tendo-se em vista, portanto, que o marxismo tem um olhar voltado para o futuro, assim como o princípio da responsabilidade elaborado por Jonas, nada mais natural para o autor verificar se a ética marxista fornece o acolhimento necessário ao seu princípio. Nessa análise, Jonas se utiliza de uma leitura marxiana, mas, principalmente, de uma leitura de Ernst Bloch que, para ele, é quem de fato projetou o que seria uma sociedade comunista futura. A partir dessas leituras, Jonas coloca que:

“A primeira condição da utopia é a abundância material, de modo a satisfazer as necessidades de todos; a segunda condição é a facilidade em adquirir essa abundância. Pois a essência formal da utopia, como veremos, é o lazer, o qual só pode existir com o conforto, ou seja, com uma determinada abundância de bens de consumo. (...) Ambos, isto é, o fomento da abundância e a comodidade na sua obtenção, podem ser obtidos pela radicalização da técnica avançada, o que ela já vem fazendo em muitos lugares e situações: o primeiro, graças à ‘reconstrução da natureza’ ou do ‘planeta Terra’ (Bloch), forçando a natureza terrena a entregar seus tesouros ou suplementando artificialmente suas insuficiências; a segunda, graças à mecanização e à automação do processo de trabalho, que até hoje teve de depender da força e do tempo humanos”. (JONAS, 2006, p. 299)

Assim, ao se perguntar se o marxismo estaria preparado para enfrentar as problemáticas futuras que colocariam a humanidade em risco, Jonas tece críticas em dois sentidos: analisa primeiramente o que ele considera como limites materiais/físicos ao que ele denomina de utopia marxista, colocando, em geral, que a utopia estaria além dos limites biofísicos do planeta. O segundo sentido refere-se à crítica de caráter epistemológico e ontológico à economia marxista, questionando, inclusive sua concepção de natureza das coisas e do ser e sua concepção de liberdade, mas, principalmente, colocando em dúvida a capacidade de uma sociedade comunista exercer o poder necessário sobre o poder tecnológico, ou seja, de controlá-lo racionalmente na relação metabólica entre sociedade e natureza.

Para Jonas, o marxismo se baseia em uma ideia de sociedade e de humano do vir a ser, em um ideal utópico sedutor, mas perigoso, visto que, para o autor, o campo marxista se basearia em uma noção de liberdade calcada em uma concepção de abundância para todos, possuindo uma ideia quase profética de “reino da liberdade” a ser atingido com base no amplo desenvolvimento científico e tecnológico que possibilitaria uma ampla abundância material, o que entraria em contradição com uma civilização que, para Jonas, ruma para a escassez, com o autor citando os limites da natureza dados pela lei da entropia. A partir de uma espécie de metafísica da escassez, portanto, Jonas problematiza como seria a natureza humana em uma sociedade comunista, com o intuito de avaliar se tal “aposta” valeria a pena em termos de um maior desenvolvimento do ser humano, baseando-se nos escritos de Ernst Bloch e em excertos de Karl Marx. A partir de tal análise,

considerando-se os ideais utópicos da abundância material e do lazer, Jonas aponta que na utopia marxista há uma falha fundamental, “o equívoco de que o reino da liberdade começa onde termina o reino da necessidade (segundo Marx, ‘o reino da liberdade [...] lá onde cessa o trabalho determinado pela miséria e a finalidade externa) ” (JONAS, 2006, p. 328).

Para Jonas, ao contrário, necessidade/liberdade não podem ser dissociadas, com a liberdade consistindo e alimentando-se do medir-se com a necessidade, onde “a ruptura com o reino da necessidade priva a liberdade do seu objeto” (JONAS, 2006, p.328).

“Com a seriedade da realidade, que sempre é uma necessidade, desaparece a dignidade, que é o traço distintivo do homem, precisamente na relação com o real e o necessário. (...) Na utopia não conquistamos, mas perdemos de uma só vez a liberdade e a dignidade, na medida em que a ocupação principal do lazer deve consistir em hobby”. (JONAS, 2006, p. 329)

Consequentemente, Jonas aponta que o caráter desejável da utopia seria anulado na medida em que é capaz de realizar suas premissas. Nesse cenário, para Jonas, não há grandes possibilidades de transformação na natureza humana; o autor coloca que, evidentemente, a miséria extrema anula qualquer possibilidade de desenvolvimento humano, todavia, para Jonas a ambivalência é parte constituinte do ser humano, não podendo ser anulada, por exemplo, em uma sociedade comunista com abundância material. Assim, Jonas, em contraposição a qualquer perspectiva emancipatória coloca que:

“O erro básico da utopia está, portanto, no seu pressuposto antropológico, na sua concepção de ser do homem. O presente do homem, diferentemente daquele da larva que deve se tornar borboleta, é sempre inteiramente pleno nessa perspectiva problemática que ele é. Justamente esse caráter problemático, que não está presente em nenhum outro Ser, essa condição permanentemente habitada pela transcendência, essa abertura para “ou isso ou aquilo”, que jamais se livra , portanto do “tanto...como” e das impossíveis respostas para os seus “por quê” e “para quê” – eis um fenômeno limite da natureza e, como tal, tanto quanto podemos saber, insuperável”. (JONAS, 2006, p. 344)

Nesse ponto, Jonas defende que uma nova ética comprometida com a continuidade da civilização humana deve se basear mais no temor do vir a ser do que na esperança da utopia marxista, em uma perspectiva antiutópica. Tal temor não levaria, como o medo, à paralisação dos sujeitos, mas sim a sua constante ação na busca por evitar cenários futuros negativos. Como forma de Estado ideal, que consideraria o binômio necessidade/liberdade de uma forma mais “lúcida”, abrindo-se a concessões, Jonas concorda com Habermas, apontando expressamente sua opção por um tipo de Estado de Bem-Estar Social:

“Estado do bem-estar social é melhor do que o lema individualista do ‘Nade ou se afogue!’, o sistema do chamado mercado livre: a estabilidade é melhor que a instabilidade. Porém podemos reconhecer imediatamente que dessas duas sequências de “melhor que” não se pode ter tudo de uma só vez e na mesma medida. Ao contrário, certos bens só podem ser obtidos às custas de bens da outra lista. (...) Como em tudo que é real, reina aqui o princípio da ‘compossibilidade’. A ‘utopia’, ao contrário, rejeita por temperamento a concessão, a imperfeição interna, o meio-termo e, conseqüentemente, a instabilidade. Uma vez que, em princípio, só a alternativa não liberal pode realizar-se sem concessões internas e de forma ‘plena’ (e, de preferência, de forma imutável), todo utopismo realista que se preze deve apostar as fichas nessa alternativa”. (JONAS, 2006, p. 280)

Toda essa exposição da crítica de Hans Jonas à ideia de emancipação humana tem como base sua ontologia da natureza descrita brevemente anteriormente. Nesse sentido, seu pensamento pode ser criticado a partir exatamente de tal ontologia. Para MUTSCHLER (2008), o pensamento jonasiano se enquadra em uma posição com relação a noção de natureza que ele denomina de “natureza como totalidade de tudo o que existe e que se abre a uma pluralidade de perspectivas irreduzíveis”, ou seja, “coloca a unidade do mundo como unidade da natureza, e correspondentemente, visto não ser nenhum reducionista, como unidade de ser e dever” (MUTSCHLER, 2008, p. 43). O principal problema dessa posição é exatamente colocar a busca de “fins” na natureza, de forma teleológica, portanto, entrando em contradição com a moderna ciência da natureza, onde o princípio evolutivo está calcado na necessidade e no acaso. Hans Jonas busca atribuir valores à natureza, exatamente para que isso gere uma espécie de compromisso moral, dever

da sociedade humana com relação à natureza; todavia, esse procedimento acarreta uma série de problemas, sendo o principal deles o fato da natureza, dessa forma, se tornar uma fonte moralizadora.

Outras críticas a Jonas podem ser apontadas. JOHN BELLAMY FOSTER (2006), por exemplo, busca resgatar no pensamento marxiano o que seria uma preocupação ecológica associada diretamente ao núcleo teórico marxiano, caminhando em direção contrária ao apontado pelo pensamento jonasiano. Outros autores marxistas, como Lowy, por exemplo, discordando de certa forma de Foster, dialogam com o pensamento jonasiano, no sentido da tentativa de construção de uma ontologia da natureza inexistente no campo marxiano, todavia, mantendo boa parte de seu núcleo teórico, ao contrário do que foi visto em Hans Jonas.

Além do que foi exposto, cabe também à Hans Jonas a crítica que foi feita no mesmo sentido para Habermas, ou seja, ao também abandonar o campo da economia política, Jonas acaba buscando conceber uma ética ambiental em um mundo não-ético ou mesmo a-ético, mais adequado em um mundo pós-capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para desenvolver uma nova complexidade da sociedade e retomar a tarefa da teoria crítica é necessário um encontro entre a fenomenologia, hermenêutica e o interacionismo simbólico, formando uma “Linha de pesquisa em termos de uma teoria da ação”. O núcleo desta linha de pesquisa consiste em teorias de Mead, Münch, Husserl, Gadamer e Wittgenstein. Nesta linha o mundo da vida é valorizado, principalmente pelo predomínio das pesquisas etnográficas. A crítica é que estas teorias não abordam “a dinâmica sistêmica que acompanha o desenvolvimento da economia, das nações e dos Estados” (HABERMAS, 2012b, p.678).

Uma nova teoria crítica da sociedade deve levar em conta, ao mesmo tempo, a racionalização do mundo da vida e o aumento de complexidade dos subsistemas controlados por meios, não se esquecendo da natureza paradoxal de suas interferências. Um destes paradoxos é que a racionalização do mundo da vida leva ao desenvolvimento dos sistemas e que os desafios sistêmicos conseguidos por meio da racionalização do mundo da vida se transformam, ao mesmo tempo, numa sobrecarga na estrutura comunicativa desse mesmo mundo da vida.

Jonas, por sua vez, a partir do desenvolvimento de um determinado tipo de ontologia da natureza em seu pensamento, parece descartar de forma precipitada a noção de emancipação presente no pensamento marxista, ao considerar a visão de mundo deste como incompatível com um cenário ambiental de provável escassez futura. Conforme apontado por MUTSCHLER (2008), o principal problema dessa posição é exatamente colocar a busca de “fins” na natureza, entrando em contradição com a moderna ciência da natureza, onde o princípio evolutivo está calcado na necessidade e no acaso. Além disso, FOSTER (2006), ao buscar resgatar no pensamento marxiano o que seria uma preocupação ecológica, aponta que o núcleo teórico marxiano caminha em direção contrária ao apontado pelo pensamento jonasiano.

REFERÊNCIAS

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

HABERMAS, J. O Futuro da Natureza Humana. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

_____. A Ética da Discussão e a Questão da Verdade. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

_____. Teoria do Agir Comunicativo. Vol 1. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

_____. Teoria do Agir Comunicativo. Vol 2. Sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

_____. Teoria e Práxis. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

_____. Conhecimento e Interesse. São Paulo, Editora Unesp, 2014a.

_____. Mudança Estrutural da Esfera Pública. São Paulo, Editora Unesp, 2014b.

_____. A nova obscuridade. São Paulo, Editora Unesp, 2015a.

_____. Textos e Contextos. São Paulo, Editora Unesp, 2015b.

JONAS, H. O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica. Petrópolis: Vozes, 2004

_____. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC- Rio, 2006.

_____. Matéria, espírito e criação. Petrópolis: Vozes, 2010.

MELO, R. A teoria de emancipação de Karl Marx. Cadernos de Filosofia Alemã, v. 18, p. 35-58, 2011.

_____. Marx e Habermas: teoria crítica e os sentidos da emancipação. São Paulo: Saraiva, 2013, 368 p.

_____. Marx, Habermas e os novos sentidos das lutas pela emancipação da dominação. Dois pontos, v. 13, p. 41-52, 2016.

MUTSCHLER, H. D. Introdução à Filosofia da Natureza. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

OLIVEIRA, J. Compreender Hans Jonas. Petrópolis: Vozes, 2014.

PRADO, E. Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

SANTOS, R. O problema da técnica e a crítica à tradição na ética de Hans Jonas. Revista Bioethikos, ano 5, vol. 2, p. 130-14, 2011.



ANÁLISE DE MEMES CONSERVADORES DO FACEBOOK DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

JORGE ALBERTO SILVA MACHADO
FELIPE GUARE

Palavras Chave: Redes Sociais; Humor; Impeachment de Dilma Rousseff, Memes, Conservadorismo

Em 2016, após um processo político, judicial e midiático, o Brasil testemunhou o seu segundo processo de impeachment de um presidente eleito durante a nova república: Dilma Rousseff, depois de um longo e desgastante processo, teve seu mandado cassado em agosto de 2016. O debate sobre o tema foi bastante acalorado, com diversas manifestações contra e a favor tomando as ruas das principais cidades brasileiras, com fervor similar também nas redes sociais. Nestas últimas, observou-se uma disputa narrativa focando as atenções em um campo de batalha imagético-narrativo que está se tornando fundamental em qualquer processo político: o controle da narrativa por meio de memes na internet.

MEMES E CONSERVADORISMO

Dentre muitas formas, o conservadorismo na internet se manifesta também através do humor. Os memes humorísticos podem possuir, por conta de sua essência jocosa, uma possível maior capacidade de replicação e podem construir ou destruir reputações e imagens políticas (no caso específico de Dilma Rousseff) através de mecanismos de verificação de alianças e lealdades (FLAMSON & BARRETT, 2008) intragrupo e de mecanismos anti-dominância (PINKER, 1997), dentre outros.

No primeiro, o humor seria utilizado como uma forma de “criptografia” de uma mensagem e o riso do receptor seria o “sinal honesto” que o humorista necessita para ter algum grau de certeza de que o interlocutor compartilha das mesmas informações (neste caso em específico, a ideologia conservadora).

O segundo mecanismo leva em conta a função do humor como uma forma da massa ridicularizar algum indivíduo proeminente, trazendo à tona e amplificando as falhas e defeitos do alvo. O riso em conluio oferece alguma proteção ao indivíduo ridente, escondido no anonimato da multidão.

Existem alguns “truques” que aumentam as chances de um meme ser replicado por uma pessoa. Um deles é o “truque do altruísmo” (BLACKMORE, 1999), onde um meme aumenta as suas chances de replicação se ele passar a impressão de que quem o replica é um indivíduo altruísta, zeloso e comprometido com o bem-estar do grupo. Se tratarmos o ato de fazer rir como um ato de altruísmo (dado o inerente prazer do riso), pode-se deduzir que memes com conteúdo político humorístico podem possuir uma maior probabilidade de replicação.

METODOLOGIA

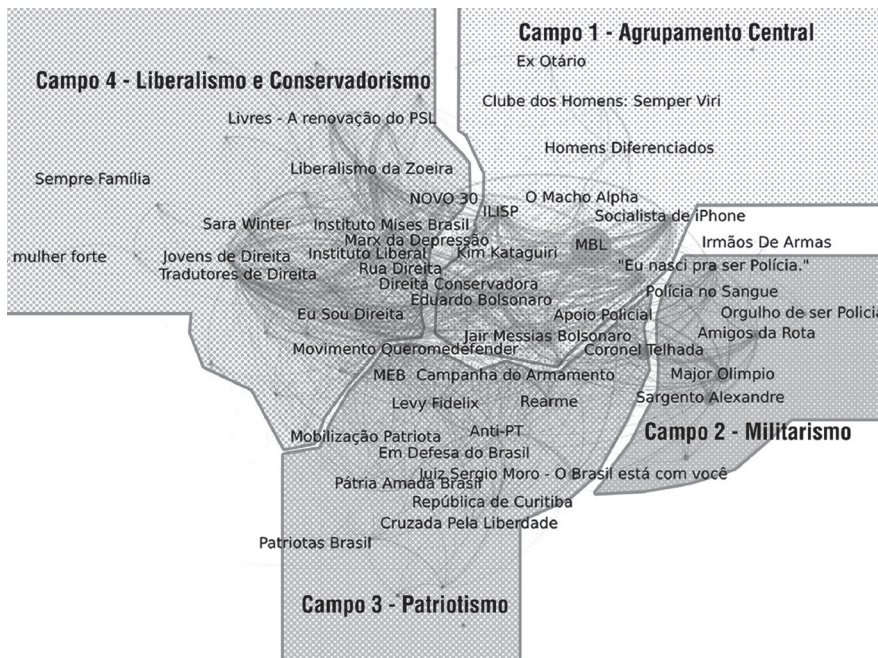
Procurando uma comprovação empírica destas diversas teorias, foram coletados 553 memes imagéticos representando a imagem de Dilma Rousseff, provenientes de 12 grupos conservadores no Facebook. Em seguida foram analisados o seu conteúdo (imagético e textual), o número de replicações (compartilhamentos) e o contexto no qual estavam inseridos.

A fim de analisar todos os memes coletados, primeiramente fez-se necessário separar aqueles que visavam o humor daqueles que não o visavam. Para tanto, foram abordadas diversas teorias do humor, como a Teoria Geral do Humor Verbal (TGHV) (ATTARDO & RASKIN, 1991). Esta última, torna possível dividir uma piada em “recursos de conhecimento”, que atuam como parâmetros básicos em um texto humorístico. Dentre estes, vale destacar a existência de um “alvo” ou o “cenário” onde se desdobra a piada. Tudo isto pode sugerir a criação e utilização de estereótipos de diversos personagens. Segundo RASKIN (1985), todo discurso humorístico deve: i) ter dois textos sobrepostos e ser interpretável, total ou parcialmente, de acordo com estes dois textos; ii) os dois textos devem ser dicotômicos, negando a si mesmos, de acordo com oposições básicas como “real/irreal”, “possível/impossível” etc.¹

1. O princípio básico deste choque dicotômico impera em muitas piadas comuns. Oposições “inteligente/burro” são comuns nos alvos “portugueses” ou “loiras”. “Loiras”, por sua vez, também figuram em piadas com choques “feias/bonitas”. Os “cenários” destas piadas também figuram no imaginário comum: por exemplo, padarias ou salões de beleza. Estas ligações entre dicotomias, personagens e cenários alimentam estereótipos e são cruciais para o humor intergrupos e sua apreciação. Por serem amplamente aceitos, eles constituem um conjunto compartilhado de premissas necessárias ao humor étnico e intergrupos.

Outro recurso, de mudança de referencial para a resolução de conflitos e incongruências no enunciado da piada (PINKER, 1997), foi utilizado para os memes humorísticos que não possuam choque de oposições dicotômicas. Segundo Pinker, o humor surge quando uma linha de raciocínio, partindo de um referencial, tromba em uma anomalia: um evento ou um uma afirmação que não faz sentido dentro do contexto referencial original. Esta definição, apesar de semelhante à definição de Raskin (que teoriza o “choque” entre textos dicotômicos), se diferencia por abrir mão de dicotomias e utilizar uma mudança no referencial do contexto para resolver esta anomalia. Dois exemplos disso são a comédia-pastelão e o humor escatológico. O primeiro é fruto do choque entre um referencial psicológico (no qual o indivíduo é o centro) e um referencial físico (no qual o indivíduo é um pedaço de matéria obedecendo às leis da física). No segundo, o humor é fruto do choque entre um referencial psicológico e um referencial fisiológico (onde o indivíduo é um produtor de excreções repugnantes).

Figura 1: Conexões entre clusters de grupos de direita do Facebook a partir dos usuários do Facebook.



Fonte: Monitor do Debate Político, (MDP, 2017).

Utilizando os dois conceitos de humor, todos os memes contendo a imagem da ex-presidente foram então classificados em dois grupos: “humor” e “não-humor”. De forma similar, foi analisado também o uso de diferentes fontes tipográficas, diagramação, efeitos visuais etc. em casos onde tais recursos foram fundamentais à narrativa de um dos textos do meme de humor.

O recorte temporal que norteou a coleta de memes abarca os seguintes meses: dezembro de 2015 (quando foi formalmente aberto o processo de impeachment); março e abril de 2016 (períodos imediatamente anterior e posterior à votação do impeachment na câmara dos deputados); Maio de 2016 (quando foi votado no Senado Federal) e agosto de 2016 (quando, no dia 31, foi cassado o mandato) e setembro de 2016 (o mês subsequente ao fim do processo). A título de controle, foram analisados também o mês de agosto de 2015 e o mês de agosto de 2017.

Os memes foram divididos em duas categorias distintas: “onde há uma tentativa de humor” e “onde não há tentativa de humor”, diferenciando uma categoria da outra pela presença (ou ausência) de oposições e choques dicotômicos e/ou mudanças de referenciais. Havendo indícios das duas características, independentemente de sua capacidade em fazer rir, o meme foi considerado humorístico e assim categorizado².

2. Dado o grau de subjetividade envolvido nesta categorização, é possível que erros possam ter sido cometidos e existe a margem para interpretações divergentes. Contudo, o volume de memes coletados pode servir para diminuir a influência destes fatores subjetivos.

Figura 2. Ocorrências de humor e média de compartilhamentos de todas as páginas por período

TODAS PÁGINAS - HUMOR

	total de compartilhamentos	número de ocorrências	média de compartilhamentos
ago 2015	24586	39	630
dez 2015	63637	37	1720
mar 2016	235297	25	9412
abr 2016	75492	32	2359
mai 2016	220014	41	5366
ago 2016	223074	36	6197
set 2016	56439	15	3763
ago 2017	8909	8	1114

TODAS PÁGINAS - NÃO HUMOR

	total de compartilhamentos	número de ocorrências	média de compartilhamentos
ago 2015	27299	17	1606
dez 2015	263863	53	4979
mar 2016	591230	48	12317
abr 2016	389126	51	7630
mai 2016	327608	55	5957
ago 2016	296654	57	5204
set 2016	174190	29	6007
ago 2017	35001	10	3500

Fonte: Guaré, 2019

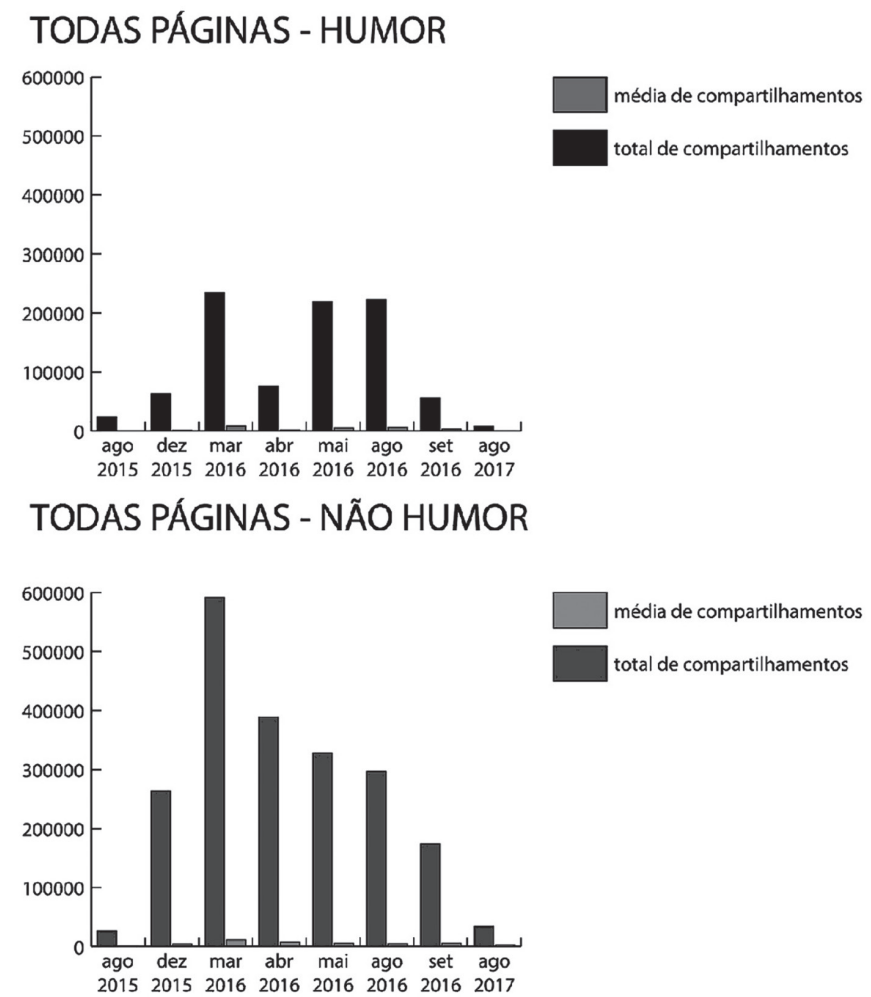
A escolha das páginas a terem suas postagens analisadas se deu a partir do trabalho do Monitor do Debate Político na Internet (Setembro de 2017).³

Em seguida, foi levantado o número de compartilhamentos (*replikações meméticas*) dos memes humorísticos e não-humorísticos. Também foram selecionados os três memes mais compartilhados de cada página em cada período, pro-

3. Website que busca mapear, mensurar e analisar o ecossistema de debate político no meio digital, mantido pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso a Informação da USP, selecionou 44 páginas pertencentes a direita política brasileira

curando desta forma alguma ligação entre mais replicações e discurso humorístico. Todos estes dados numéricos foram representados em gráficos e tabelas (GUARÉ, 2019). Cabe a ressalva de que os números de compartilhamentos e a média de compartilhamentos foram arredondados pelo Facebook, que após 1.000 compartilhamentos, passa a contabilizá-los de 100 em 100. Por ex. “1.4K” corresponde a um número de compartilhamentos entre 1.400 e 1.499).

Figura 3. Ocorrências de humor e média de compartilhamentos de todas as páginas por período



Fonte: Guaré, 2019

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme WEISFELD (1993), indivíduos tendem a achar graça de piadas cujo tema eles foram previamente expostos e ao qual demonstrem algum interesse. No caso estudado, a grande maioria das piadas gravitam ao redor do tema “política”, exigindo algum conhecimento prévio (FLAMSON & BARRETT, 2008) sobre a política brasileira em grau o suficiente para que ocorra um entendimento da piada.

O humor é uma arma política eficiente, capaz de destruir reputações e construir narrativas. Como bem exemplificou PINKER (1997), um aforismo bem colocado trata-se de um veloz florete, que pode estocar em sequência o adversário, levando-o a derrota e ao ridículo. Por esta razão, a apropriação do discurso cômico por grupos políticos é cada vez mais comum e sua meta é tornar o receptor mais simpático a políticas, modelos econômicos, leis e/ou valores morais que são próprios a estes movimentos, grupos ou partidos.

O objetivo dos grupos conservadores foi, através do humor, propagar memes condizentes com a ideologia conservadora. São muitos os frutos da árvore conservadora (sexismo, machismo, liberalismo etc.), mas o tronco principal que a sustenta é, como visto (BOBBIO, 1996. ROBIN, 2011), a manutenção da desigualdade social (o que inclui a manutenção do machismo). A utilização do humor para ampliar a propagação de memes conservadores vai desde os mecanismos de altruísmo, onde o receptor se sente agradado pelo prazer do riso e, portanto, é induzido a imitá-lo (BLACKMORE, 1999), até os efeitos em manada, onde o grupo conservador ri em conjunto do infortúnio e desgraça do alvo notório (PINKER, 1997).

O humor também pode mudar a Janela de Overton⁴, transformando a ideia “inimaginável” em sua radicalidade em aceitável e até mesmo comum. Ou

4. Joseph P. Overton foi o vice-presidente sênior do *Think Tank* liberal *Mackinac Center for Public Policy*, que através do mote “políticas impopulares e inaceitáveis devem se transformar em aceitáveis antes de serem propostas como leis”, promovia ideias como desregulamentação do mercado, limitação de sindicatos e ensino público, impostos menores etc. A ideia era, através do efeito da Janela de Overton, procurar a aceitação e depois a implementação destas políticas. Este conceito teoriza a existência de uma “janela de ideias” que o público em geral é mais propenso a aceitar. Todas as ideias dentro desta janela são consideradas normais e aceitáveis. Tudo que está fora desta janela é, em ordem “crescente”, radical, ridículo ou, em seu extremo, inimaginável. Esta teoria propõe que, se alguém deseja mover a janela na direção de uma determinada ideia, ou seja, se alguém quer mudar o que o público considera como “aceitável”, deve-se começar pelas ideias consideradas inimagináveis em sua radicalidade.

até mesmo, o riso pode servir como um mecanismo de verificação de alianças, promovendo mensagens subjetivas a serem descriptografadas pela ideologia em comum entre emissor e receptor (FLAMSON & BARRETT, 2008). Por esses motivos também que os grupos conservadores no Facebook, ao engajarem-se em favor do impeachment de Dilma Rousseff, invariavelmente utilizaram o humor em algum momento⁵.

Os números totais comprovam o uso do humor: dos 553 memes coletados, 226, ou aproximadamente 40,8%, foram considerados memes de humor. Contudo, ao analisar caso a caso, diferentes grupos conservadores apresentaram incidências de memes de humor diferentes. Ao observar a incidência de humor entre os memes mais compartilhados de cada página em cada período, é possível perceber algumas tendências. Primeiramente, grupos mais voltados ao humor, como “Marx da Depressão” e “Liberalismo da Zoeira” apresentaram, como era de se esperar, uma maior incidência de humor proposital (71% e 89%, respectivamente) dentre os três memes mais compartilhados em cada período. O recorde nesta seara pertence a página “Socialista de Iphone”: dos três memes contendo a imagem de Dilma Rousseff mais compartilhados por este grupo em cada período, 90% são humorísticos.

Outras páginas conservadoras possuem um perfil mais de denúncia, postando imagens de Dilma associadas a manchetes ou chamadas, que apesar de auxiliarem na construção de um estereótipo imagético da ex-presidente, não o fazem por meio do humor. Nesta categoria estão páginas como “Anti-PT” (com 24% de memes humorísticos), “República de Curitiba” (28%), ou a *fan-page* não-oficial de Sérgio Moro, com 15% de incidência de memes de humor. O título de página mais “sisuda” cabe a “Vem Pra Rua”, que teve uma incidência de apenas 5% de memes de humor entre os mais compartilhados, preferindo a denúncia que o escárnio.

5. As tabelas podem ser encontradas em (GUARÉ, 2019) ou no website do autor: <http://mestrado.guare.xyz/> Login: ImpeachmentDilma – Senha: 20152017

Figura 4. Meme mais replicado pela página MBL



Fonte: Guaré, 2019

A página, que segundo o estudo do Monitor do Debate Político no Meio Digital era central ao conectar as interações entre os usuários conservadores de Facebook, e que serve como uma “porta de entrada para o debate político desse campo” seria o MBL. Desta forma, é possível especular que o Movimento Brasil Livre poderia atuar como um indicador do restante da memesfera conservadora. O MBL apresentou neste estudo uma incidência de 29,16% de memes humorísticos, alguns deles sendo o meme contendo a imagem de Dilma mais compartilhado em seu período. Inclusive, o MBL em específico, emplacou seu meme mais compartilhado em todos os períodos ao apelar para o humor.

CHATTOO (2017) propõe que o uso de piadas, textos e imagens engraçadas em memes por grupos políticos seja uma estratégia para que estes se propaguem de maneira mais eficaz, pois compartilhar conteúdos engraçados nas redes sociais é uma maneira de expressar os valores individuais e identidades (inclusive políticas). O humor como ferramenta no discurso político também funciona por sua propriedade em atrair a atenção. Ao abordar um tema político de maneira mais alegre, o emissor da mensagem está promovendo a replicação de seu meme, que se sobressai em meio às notícias mais sisudas. Um dos efeitos disto é que um tom humorístico em notícias sérias teria um efeito de “porta de entrada”, no qual uma primeira abordagem de temas políticos, feita de forma engraçada, estimularia

a audiência a prestar mais atenção quando o assunto fosse subsequentemente abordado de uma maneira mais séria pela mídia tradicional.

As afirmações de Chattoo parecem prever parcialmente os resultados encontrados após o escrutínio dos dados coletados neste trabalho. O humor está presente em uma parcela significativa dos memes analisados, contudo, não se trata de uma fração majoritária e, em alguns grupos específicos, se trata de uma parcela bem reduzida. Os grupos onde o humor se encontra de forma abundante são justamente aqueles que apresentam essa proposta em seus títulos⁶.

Assim como Chattoo especulou alguns motivos que levam o humor a ser cada vez mais utilizado ao abordar fatos políticos, é possível especular o contrário tendo em vista os dados obtidos com este trabalho: quais motivos levaram algumas páginas a não utilizar o humor? Uma das razões mais basilares seria a de que, para o humor se sobressair, são necessários conteúdos que não sejam humorísticos. Em uma memesfera onde o humor seja a maioria do conteúdo, é razoável supor que mais um meme engraçado não chamará a atenção, enquanto que um meme humorístico tem mais chances de saltar aos olhos em meio a um conteúdo mais sério. Paradoxalmente, o “engraçado” talvez chame a atenção pois o “sério” é a norma, e a proporção de “memes políticos engraçados” e “memes políticos sérios” se equilibre, desta forma, em algo em torno de 40% de “humor” e 60% “não-humor”.

Outra probabilidade para a não-onipresença do humor pode residir na maior dificuldade em criar narrativas humorísticas em comparação com simples denúncias e acusações. Do ponto de vista da página conservadora, que muitas vezes procura realizar vários *posts* ao longo de um mesmo dia, é mais fácil bolar uma simples acusação (como, por exemplo, um hipotético “Dilma é corrupta”) que uma narrativa que envolva humor, com textos sobrepostos dicotomicamente antagônicos que se choquem ou textos que exijam uma mudança de referencial para a resolução de conflitos e incongruências no enunciado. A utilização de imagens que evoquem uma caricatura do Alvo, por meio de distorções, filtros, escolhas deliberadas, *frames* etc., também implica em mais trabalho do que simplesmente copiar uma foto qualquer da internet.

6. “Liberalismo da Zoeira” se trata de um grupo dedicado a fazer piadas enaltecendo a Escola Austríaca ultraliberal e denegrindo outros métodos econômicos, em especial o socialismo. “Marx da Depressão” é uma alusão a um antigo meme chamado “Coruja da Depressão”, onde uma coruja depressiva fornecia dicas sombrias para a vida em geral. Este grupo utiliza o mesmo mote deste meme, com o filósofo Karl Marx (e outras figuras históricas) dando dicas para uma sociedade falida através do socialismo, deturpando e difamando-o. Finalmente, a página “Socialista de Iphone” se dedica a caricaturar espantalhos de arquétipos da esquerda, como o personagem que dá nome ao grupo, a “feminista gorda com pelos no sovaco” ou o “maconheiro barbudo e sujo”.

CONCLUSÃO

O conservadorismo busca recuperar aquilo que ele julga ter lhe sido tomado, como a concessão de direitos às mulheres, a desnaturalização do racismo e os direitos a minorias: o pensamento conservador se inicia com uma perda (ROBIN, 2011). A perda do privilégio masculino de governar é uma característica basilar encontrada nos memes conservadores que procuram deslegitimar a ex-presidente Dilma Rousseff durante o período de seu impeachment.

Cada qual, ao seu modo, fará troça daquilo que ele julga ser a falha de caráter do alvo da piada, os seus defeitos ou as suas imperfeições. Dada a característica deste trabalho em procurar focar as atenções na figura da ex-presidente Dilma, é possível observar de forma evidente o conteúdo sexista, preconceituoso e discriminatório destas imagens conservadoras. Em sua incessante busca pela manutenção de desigualdades e privilégios, a crítica à igualdade de gênero foi o que mais chamou a atenção. Este desprezo, muitas vezes irônico, observado neste trabalho, procura reforçar estereótipos do gênero feminino que buscam reduzir a mulher a uma posição comunal, tradicionalista e subserviente ao patriarcado (EAGLY & KARAU 2002) através do riso, ridicularização e escárnio de mulheres que, porventura, não se encaixem neste ideal conservador.

Figura 5: Dilma “sombria” e “ameaçadora” x ideal feminino conservador



Fonte: Guaré, 2019

Praticamente todo político está passível de sofrer ataques verbais e zombarias, à esquerda e à direita. O caso de Dilma é um pouco particular no sentido de que o deboche e o escárnio provêm de seu gênero, pois sua condição de líder da nação abalaria não apenas a “hierarquia natural”, que tradicionalmente governos mais ligados à esquerda procuram ao menos reduzir, mas também a hierarquia de gênero. Para o indivíduo conservador, cada gênero tem seu lugar e deve exercer certos papéis tradicionais e a transfiguração desses papéis é evitada a todo custo. O famoso bordão “bela, recatada e do lar” sintetiza este pensamento sexista, relegando a mulher o papel secundário comunal enquanto ao homem cabe a figura central, paternal e dominadora.

Figura 6. Reforço do estereótipo “burra”



Fonte: Guaré, 2019

Apesar de toda crítica que possa pesar a ela, justa ou injusta, poucas vezes a presidente Dilma se portou como uma mulher pública subservente ao patriarcado, que se encaixasse em um estereótipo de gênero padrão. Primeiro fora guerrilheira, depois política influente e enfim,

presidente. Nenhum destes papéis, de liderança e combate, tradicionalmente cabe a mulher. Isso a tornou alvo de piadas conservadoras que atacavam justamente esta característica, reduzindo-a a lugares-comuns como “mulher feia”, “de mau gosto”, “mulher-macho”, “burra”, “incompetente” etc.

O humor certamente teve um papel importante neste fenômeno, visto que é uma das manifestações mais elementares da espécie humana (APTE, 1985). Se trata de uma forma de comunicação que dialoga diretamente com contextos culturais e arquétipos (como por exemplo os pares português/burrice, mulher/subserviência, negro/incompetência etc.). A expressão dos memes coletados demonstra ser a expressão do próprio machismo. Não obstante o sexismo, há também em meio aos dados coletados, uma profusão de críticas a movimentos e programas sociais, banalização de preconceitos e a criação de espantalhos ridículos de arquétipos progressistas.

No que tange este trabalho em específico, foi possível observar uma procura dos grupos conservadores em atrelar à imagem de Dilma uma série de características negativas, como forma de legitimar seu processo de impedimento e deslegitimar a sua defesa por parte de seus aliados e base. É difícil, se não impossível, mensurar o quanto esta disputa imagética na Internet influenciou este processo político, no entanto é plausível afirmar que as redes sociais tiveram algum peso na formação de uma opinião pública hostil. Memes relacionados a Dilma se tornaram famosos, como “mandioca”, “dobrar a meta” ou “estocar vento” e, certamente, eles (e suas variantes) contribuíram para atrelar a Dilma uma imagem beócia, de incompetência e estupidez. Outras maneiras de tratar a sua imagem também imputaram a ela atributos negativos, e o humor pode ter atuado como forma de potencializar a disseminação e replicação destas imagens e, conseqüentemente, destas características.

O humor pareceu acompanhar as notícias do processo de impeachment, ora procurando a deslegitimação de Dilma, ora denunciando infrações, ora celebrando vitórias políticas, sempre procurando vincular Dilma a características negativas que fossem úteis ao discurso conservador pró-impeachment naquele momento. Também foi comum o deboche de gafes dos discursos de Dilma durante o período analisado. Compartilhar conteúdos engraçados – mesmo que escarnekedores e humilhantes nas redes sociais – é uma maneira de expressar e fortalecer os valores individuais e identidades, inclusive daquelas

baseadas no poder patriarcal, que colocam “as coisas no seu devido lugar”, como se viu no caso.

O humor visto nos memes expressa com clareza a fria e escura face do ser humano, assim como as fraturas e distâncias sociais historicamente construídas no Brasil, cuja superação passa pela superação do machismo, das desigualdades sociais e do elitismo na política.

REFERÊNCIAS

APTE, M.L. (1985): *Humor and Laughter: An Anthropological Approach*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press 1985.

ATTARDO, Salvatore; RASKIN, Viktor (1991). Script theory revis(it) ed: joke similarity and joke representation model. in *Humor* 4-3/4 (1991), 293-347.

BLACKMORE, Susan (1999). *The Meme Machine*. Oxford: Oxford University Press 1999.

BOBBIO, Norberto (1996). *Left and Right: The Significance of a Political Distinction*. Chicago: University of Chicago Press. 1996.

CHATTOO, Katy Borum (2017). *The Laughter Effect: the (serious) role of comedy in social change*. Washington. American University. 2017.

EAGLY, Alice H. & KARAU, Steven J. (2002). Role Congruity Theory of Prejudice Toward Female Leaders. In.: *Psychological Review*, vol. 109, No., pp: 573-598, 2002.

FLAMSON, T. & BARRETT, H. C. (2008): The Encryption Theory of Humor: a Knowledge-Based Mechanism of Honest Signaling. *Journal of Evolutionary Psychology*. 6(2008)4, 261–281 DOI: 10.1556/JEP.6.2008.4.2

GUARÉ, Felipe Corrêa (2019). *Humor e Conservadorismo: análise de memes durante o Impeachment de Dilma Rousseff*. São Paulo: USP/EACH

MDP – Monitor do Debate Político (2017). *Análise Estrutural das Páginas de Direita no Facebook* <https://www.facebook.com/monitordebatopolitico/photos/a.1067365179991611/1536950463033078/?type=3&theater>. Acesso em: 22/05/2020

- PINKER, S. (1997): *How the Mind Works*. Nova Iorque: W.W. Norton.
- RASKIN, Viktor (1985). *Semantics Mechanisms of Humor*. Dordrecht. Reidel Publishing Company. 1985
- ROBIN, Corey (2011). *The Reactionary Mind*. Nova Iorque: Oxford University Press. 2011.
- WEISFELD, G.E. (1993). *The adaptive value of humor and laughter*. *Ethology and Sociobiology* 14: 141-169 (1993)



O CAMINHO DOS MOVIMENTOS NEGROS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL: SEU PROCESSO HISTÓRICO E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

RODRIGO DE ARAUJO MERIDA SANCHES
URSULA DIAS PERES

Palavras Chave: Movimentos Negros. Igualdade Racial. Agenda Setting. Políticas Públicas. Políticas Afirmativas

As eleições gerais de 2018 foram traumáticas para os movimentos sociais e para a esquerda brasileira, para as pessoas que lutam diariamente pela defesa dos direitos humanos no Brasil. Mas esse ambiente inóspito teve início bem antes do pleito de 2018, já desde os protestos de 2013, e sua guinada para a extrema direita, é possível perceber o surgimento de movimentos conservadores, e até fascistas, defensores de interesses retrógrados e pouco democráticos. Com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, essa representação política conservadora acessa o poder e dá início a um processo de desmonte do Estado de Direito, conforme definido na Constituição Federal de 1988. Com esse desmonte estão em risco as políticas públicas que garantem direitos humanos, conquistadas nos últimos 15 anos (ABREU, MELO & SILVA, 2017. SANTOS & TANSCHKEIT, 2019).

A garantia de direitos humanos nas últimas décadas no Brasil esteve associada a um conjunto de políticas afirmativas implementadas pelos governos do PT desde o início dos anos 2000, como por exemplo a política de cotas aos alunos e alunas negros e negras nas universidades e institutos federais. Essas não foram conquistas aleatórias, mas sim fruto de uma longa caminhada que os movimentos sociais negros brasileiros, em suas diferentes ramificações, percorreram desde a abolição da escravidão em 1888, e até mesmo antes disso.

É com base na riqueza desse processo histórico que este artigo tem por objetivo analisar as relações entre os atores estatais e os movimentos negros, além de abordar os fatores que ocasionaram a inserção da questão racial na agenda governamental brasileira.

Para a análise dessas janelas políticas históricas para as questões raciais no Brasil optou-se por adotar as teorias de JOHN KINGDON (2003), que tratam da formação da agenda governamental e dos fatores que influenciam na abertura e no fechamento de janelas políticas. O estágio da montagem da agenda é, basicamente, quando o governo reconhece e define quais problemas existentes na sociedade serão encarados por ele e quais serão ignorados, ou seja, quais entrarão na agenda do governo e quais ficarão de fora.

Diversos fatores fazem com que alguns problemas apareçam no estágio de formação da agenda e outros não e muitos deles estão relacionados com os contextos e com os atores citados anteriormente. Para que um problema público seja reconhecido como tal e sua possível solução seja defendida por atores dentro das arenas do governo, é preciso que os mesmos tenham uma noção de realidade muito específica, uma noção de justiça, visão de mundo particular e compartilhada com seus pares dentro de um grupo de interesse para que defendam dentro das instituições do Estado que suas soluções entrem na agenda governamental (KINGDON, 2003). Kingdon vai detalhar o processo de abertura de uma janela de políticas (*policy window*) da seguinte forma (2003, p.165-166):

“(...) A janela de políticas é uma oportunidade para os defensores de propostas inserirem suas soluções pessoais, ou chamarem atenção para seus problemas específicos. [...] os defensores aguardam dentro e ao redor do governo com suas soluções em mãos, aguardando a variação dos problemas para os quais eles podem anexar suas soluções, aguardando um desenvolvimento no fluxo político que possam usar em seu proveito. Às vezes, a janela se abre de maneira bastante previsível. Os participantes pressionam seu projeto ou soluções particulares. Outras vezes, isso acontece de maneira imprevisível. Os empreendedores políticos devem estar preparados, com a proposta pronta, o problema especial bem documentado, para que a oportunidade não passe. [...] é dessa mesma forma que as janelas se abrem nos sistemas políticos. Essas janelas políticas, as oportunidades de ação em determinadas iniciativas, se apresentam e permanecem abertas apenas por curtos períodos. Se os participantes não puderem ou não aproveitarem essas oportunidades, deverão aguardar até a próxima oportunidade”¹

1. Traduzido pelo autor.

No presente capítulo buscou-se então analisar a partir de Kingdon (2003), quais foram as janelas históricas de oportunidade utilizadas pelos movimentos negros com o objetivo de conquistar e garantir espaços, direitos e políticas públicas afirmativas.

Este capítulo é composto por duas seções, além desta introdução, considerações finais e referências bibliográficas. Na primeira seção, realizou-se uma retrospectiva do processo de formação das diferentes formas de organização e demandas dos movimentos negros, seu fortalecimento ideológico e social e sua relação com o Estado brasileiro a partir dos primeiros anos da República, observando os principais momentos históricos de abertura e fechamento das janelas para formação da agenda racial brasileira.

Na segunda seção, a pesquisa aponta para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986 como o principal ponto de inflexão para as políticas afirmativas e a questão racial brasileira ao final do século XX, abordando assim o papel dos movimentos sociais negros nesse momento histórico, e o sistema de políticas afirmativas previsto pela Constituição Federal de 1988 como resultado de um longo processo histórico de luta e construção política. Ao final, o estudo aponta considerações sobre as perspectivas para o futuro das políticas afirmativas no Brasil em um contexto de desmonte das políticas públicas e negação de direitos por parte do Estado brasileiro, além de destacar a importância da agenda de pesquisa na temática racial nesse momento, fornecendo uma importante reflexão sobre avanços necessários, em um momento de defesa dos direitos conquistados.

Importante ressaltar que, tanto para a coleta quanto para a análise e construção dos dados e da revisão histórica do processo de desenvolvimento dos movimentos negros e das políticas afirmativas no Brasil foi escolhida como metodologia principal a revisão bibliográfica de livros e artigos que são referências no campo de estudo das questões raciais brasileiras.

PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS MOVIMENTOS NEGROS

A primeira fase dos movimentos sociais negros brasileiros é marcada pelo surgimento, no começo do século XX, da imprensa negra (CORTÊS, 2011. FERREIRA, 2011). O Clarim foi o primeiro jornal criado para defender a demanda da população negra, junto aos periódicos que viriam na sequência, eles foram responsáveis pela formação das bases ideológicas que impul-

sionaram a criação das principais organizações negras. É a partir daí que no período determinado entre 1927-1945, surgiram por volta de 20 organizações dentro do “meio negro” que tinham como principal papel a socialização do negro por meio de confraternizações, eventos culturais, esportivos, recreativos e beneficentes (SANTOS, 2006. FERNANDES, 2008, p. 54).

Porém, a grande maioria delas não foi muito longe e fechou com poucos anos de história, uma das únicas que resistiu fortemente e com grande número de militantes foi a Frente Negra Brasileira (FNB), nascida em São Paulo no ano de 1931, se tornando assim o principal movimento negro da primeira metade do século XX. Devido a esse fato, a FNB tem importância destacada no processo histórico de formação dos movimentos negros no Brasil (JUNIOR, 1992. FERNANDES, 2008).

A FNB não buscava separar a sociedade em duas, pelo contrário, a defesa da Frente era que o negro excluído tinha por direito um lugar na sociedade de classes, junto com os brancos, os imigrantes, os mestiços e os negros apadrinhados, essa sociedade tinha que ser aberta para todos e respeitar a “democracia racial” que os brasileiros tanto proclamavam. Os frentenegristas que fossem casualmente vítimas de discriminação sócio racial e impedidos de se inserir nessa sociedade seriam agora protegidos por uma organização forte que lutava por seus direitos. Toda essa cartilha ideológica deu o suporte para que a FNB conseguisse perante a justiça, no ano de 1936, se tornar um partido político. Porém, devido a disputas ideológicas internas e ao advento da ditadura varguista em 10 de novembro de 1937, a Frente Negra Brasileira chegou ao fim nesse período (JUNIOR, 1992. FERNANDES, 2008).

Com o fim do Estado Novo e a queda de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, e a respectiva volta à democracia, os movimentos negros passam a se fazer presentes na cena política brasileira novamente, tendo como vanguarda a tentativa de criação da Associação dos Negros Brasileiros (ANB). Apesar de não terem a mesma força da Frente Negra Brasileira, tinham considerada relevância (JUNIOR, 1992. SANTOS, 2001. SILVA, 2003. DOMINGUES, 2007. FERNANDES, 2008).

O retorno do regime democrático em 1945 trouxe consigo uma experiência nova para a prática política dos negros brasileiros, com o lançamento de diversas candidaturas negras para o legislativo. Esse fato já mostra um patamar diferente na relação entre os movimentos negros e o Estado. Nesse momento histórico começa a se abrir uma janela de oportunidade para a inserção das demandas dos movimentos negros na agenda governamental,

a partir de uma mudança no fluxo político (KINGDON, 2003). Ou seja, a pauta racial estava ganhando força na sociedade brasileira daquela época. A simbolização dessa agenda se dá em 1950, quando membros da União dos Homens de Cor (UHC), uma das principais organizações negras desse período, “foram recebidos em audiência pelo então Presidente Getúlio Vargas, ocasião em que lhe foi apresentada uma série de reivindicações a favor da população de cor” (DOMINGUES, 2007, p. 108).

Os anos 1950 foram de profunda agitação social em torno da temática racial, isso ocorre principalmente pelo fato da organização dos movimentos negros na denúncia e combate ao racismo. Segundo Silva (2003, p. 223), esse momento foi de uma intensa movimentação nacional em torno dessa questão, a polêmica se dava entre os defensores da dita “democracia racial” brasileira e os movimentos negros que queriam desmenti-la e denunciar as condições de vida do negro no país.

A principal semelhança encontrada entre os dois momentos históricos separados pela ditadura se dá na manutenção e aperfeiçoamento da pauta de reivindicação e nas demandas dos movimentos negros da década de quarenta e cinquenta. Esse aperfeiçoamento presenciado na nova fase dos movimentos negros, repousava em um fator crucial e decisivo: a formação de uma embrionária “ideologia negra” (ou uma contra ideologia), que se sustentava basicamente na negação da “ideologia racial dominante”, ou seja, desbancar a falácia da “democracia racial brasileira” (FERNANDES, 2008).

A década de sessenta trouxe consigo uma fase de estagnação social e política. A partir da ditadura civil-militar em 1964, a questão racial perdeu parte do avanço adquirido com os quarenta anos de luta descritos no início do século. A pauta com caráter integracionista e explicitamente democrática, encontrada nos movimentos da década de quarenta e cinquenta se desmobilizam completamente e o preconceito racial é mais uma vez camuflado e mascarado pela ordem social e, nesse momento, também pela repressão militar (JUNIOR, 1992). Nesse momento histórico, constata-se um recuo da pauta racial na agenda política, a janela para as demandas dos movimentos negros se fecha, mais uma vez devido a uma mudança no fluxo político (KINGDON, 2003).

Em meados dos anos 1970, o momento político se modifica e favorece os movimentos negros do período pós golpe militar. Os movimentos negros que surgem nessa época voltam com uma mobilização e organização social só vistas na época da FNB, sua pauta era muito mais progressista do que

a vista em outros momentos da história, e agora legitimada pela opinião pública e pela maioria dos movimentos sociais que militavam a favor da democracia e da participação. Além de toda essa base de apoio, a demanda do povo negro foi absorvida pelos novos partidos políticos que surgiam no pós-ditadura, assim tendo uma inserção na agenda do Estado de forma bem mais enfática neste período da história política do Brasil (SANTOS, 2001. DOMINGUES, 2007. CUSTÓDIO, 2017).

Por sua vez, a maioria das pautas dos movimentos negros nesse período tem características mais voltadas à esquerda política, analisa friamente o padrão de “democracia racial” que as elites políticas e econômicas insistiam em dizer que o Brasil possuía, e critica também a estrutura na qual se fundamenta a sociedade de classes brasileira, agora no âmbito do socialismo e da argumentação anticapitalista (JUNIOR, 1992. SANTOS, 2001. CUSTÓDIO, 2017).

Os movimentos adotam como figura simbólica a reinterpretação de Zumbi dos Palmares, além de lutar constantemente contra a discriminação e o preconceito de cor. No contexto geral, essa fase foi marcada por: i) revisão dos conceitos; ii) revisão da história oficial dos negros brasileiros; análise crítica sobre os últimos movimentos; e iv) aperfeiçoamento das pautas e demandas conforme o contexto político da época (JUNIOR, 1992. SANTOS, 2001. DOMINGUES, 2007. CUSTÓDIO, 2017).

Nesse período histórico, todo o contexto mundial de efervescência do orgulho negro, principalmente com a independência dos países africanos, a luta por direitos civis para os negros nos EUA e a Revolução Cubana fizeram com que os movimentos negros brasileiros das décadas de setenta e oitenta se diferenciasssem daquele do início do século. Essa diferença se dá na explosão da cultura negra e na identificação da maioria dos movimentos com a África e com a cultura afro-brasileira. Dessa forma, a pauta de luta dá prosseguimento à questão de identificação da raça negra, iniciada nos anos quarenta e cinquenta, e se desvincula completamente da cultura branca de classe média, puritana e americanizada, imposta pelos movimentos da década de vinte e trinta (JUNIOR, 1992. SANTOS, 2001. CUSTÓDIO, 2017).

Conforme CUSTÓDIO (2017), é possível perceber que os movimentos cresceram consideravelmente nesse terceiro momento histórico, tanto em organização quanto na composição de sua pauta e demandas. A identificação étnica foi assumida por seus integrantes com maior vigor, organizando

os membros ao redor dessa demanda. CUSTÓDIO (2017, p. 125) afirma que “tudo isso permitiu à população negra alterar em parte a sua autoimagem”, ou seja, o combate ao racismo e a união dos movimentos em torno do orgulho negro se solidificou (JUNIOR, 1992. SANTOS, 2001).

Observa-se, a partir da análise histórica realizada acerca dos movimentos negros no Brasil até aqui, que em momentos específicos da história política brasileira as janelas de oportunidades abriram e se fecharam para as questões raciais, até a segunda fase dos movimentos, a abertura e o fechamento da janela política se deu devido a mudanças no fluxo político, ou seja, devido a acontecimentos que mudaram a estrutura política brasileira e, automaticamente, o processo de tomada de decisão governamental (KINGDON, 2003). É evidente que a organização e a experiência acumulada ao longo dos anos pelos movimentos influenciaram na inserção da pauta racial na agenda política, porém, o fator determinante sempre foi a vontade política dos atores governamentais, principalmente nos períodos ditatoriais e de retrocesso democrático.

Porém é a partir dos anos 1980, devido à grande força com que os movimentos se organizaram, que essa realidade se alterou e a abertura da janela política para as questões raciais se deu não só devido às mudanças nos fluxos políticos, mas também por mudanças no fluxo de soluções (KINGDON, 2003). Com as novas estruturas institucionais dos movimentos negros desse período, e a forte influência dos seus atores tanto na academia quanto no meio político, os negros começaram a propor novas soluções para problemas estruturais como o racismo e a desigualdade, impulsionando assim uma agenda nova para o governo, um processo que se deu de baixo para cima, conforme veremos na próxima seção.

A seguir, elaborou-se uma tabela, tendo como base em sua maioria a tabela elaborada por DOMINGUES (2007, p. 117-119), onde é sistematizado todo o processo descrito de mudança social dos movimentos negros ao longo do século XX²:

2. Sobre a tabela citada, Domingues (2007, p. 119) deixa claro que: “Este quadro é uma avaliação um tanto ou quanto esquemática da trajetória do movimento negro no período republicano. Evidentemente, a evolução histórica desse movimento não foi estanque ou linear; ao contrário, foi marcada por contradições, avanços, recuos e estagnações de diversas ordens. Alguns militantes, inclusive, atuaram ativamente em mais de uma fase. Todavia, para fins analíticos, buscaram-se apontar as linhas gerais que caracterizaram a ideologia, a dinâmica interna, a atuação política, os métodos de luta, o discurso, em suma, alguns elementos da vida orgânica daquele movimento. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de sinalizar as principais tendências que nortearam a luta anti-racista no país.”

Figura 1: Quadro comparativo da trajetória dos movimentos negros na República

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista	Movimento da negritude e de descolonização da África	Afrocentrismo, movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África
Principais termos de auto-identificação	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto	Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente”
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/educacional	A escravidão e o despreparo cultural/educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar todas as formas de opressão, inclusive a racial
Métodos de luta	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional
Principais Eventos históricos	Criação do Jornal Clarim e de outros meios que compuseram a chamada Imprensa Negra; Surgimento da Frente Negra Brasileira, principal movimento negro do Brasil no período	Promulgação da Lei federal nº 1.390, em 1951, pelo então Presidente Getúlio Vargas, que combatia a discriminação racial no Brasil, batizada de Lei Afonso Arinos, Deputado Federal que a idealizou	Assembléia Nacional Constituinte de 1987, onde foram debatidos e posteriormente incorporados à Constituição de 1988 dispositivos legais de combate ao racismo e defesa da cultura africana; realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida, em 1995
Relação com o “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda

Relação com a “cultura negra”	Distanciamento frente alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Ambigüidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé)
Como concebiam o fenômeno da mestiçagem	De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem)	De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem)	De maneira negativa (discurso contra a mestiçagem)
Dia de reflexão e/ou protesto	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	20 de Novembro (dia de comemoração da morte de Zumbi dos Palmares)
Principais Lideranças	Vicente Ferreira, José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos	José Bernardo da Silva, Abdias do Nascimento	Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez
Referências bibliográficas	Cortês, 2011. Ferreira, 2011. Santos, 2006. Fernandes, 2008. Junior, 1992. Domingues, 2007. Silva, 2003.	Fernandes, 2008. Junior, 1992. Domingues, 2007. Silva, 2003.	Junior, 1992. Custódio, 2017. Santos, 2001. Domingues, 2007. Ribeiro, 2014. Santos, 2015.

Fonte: Elaboração própria com base em Domingues (2007, p. 117-119)

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Todo esse crescimento apresentado pelos movimentos negros nos anos 1980 fez com que as organizações apresentassem também um significativo crescimento institucional, necessário para dialogar com o Estado de forma produtiva, no sentido de orientar a criação de uma agenda pública que atendesse às demandas históricas da população negra brasileira (RIBEIRO, 2014). É a partir dessa organização política acumulada que os movimentos passam a ter capacidade institucional de participar da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, a maior janela de oportunidade para as políticas afirmativas brasileiras da história do Brasil.

A criação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) acontece em um momento político de abertura democrática e mobilização popular, onde a sociedade civil assumia um papel ativo no cenário político nacional. A Constituinte de 1987 absorveu todo o contexto político nacional da época,

e com isso, absorveu também as demandas populares negligenciadas pela ditadura e postas à luz novamente pelos movimentos sociais e partidos políticos novos (RIBEIRO, 2014. SANTOS, 2015).

A influência dos movimentos negros e dos seus aliados no processo constitucional se dá, principalmente, com os diversos atos de revisão do projeto que foram feitos durante a confecção da Carta Maior. Isso se deu justamente para que se garantisse a inserção da pauta negra tanto no debate constitucional, quanto em sua redação final, em 1988. O fruto dessa intensa participação das diferentes frentes do movimento negro foi a criação de um sistema amplo de dispositivos legais norteadores para a formulação de política afirmativas, (RIBEIRO, 2014. SANTOS, 2015),

Além dos projetos de revisão constitucional, da criação da Fundação Cultural Palmares em agosto de 1988, e da própria Constituição Federal de 1988, outros documentos, programas, cartilhas e decisões políticas foram essenciais para nortear a formulação de políticas de igualdade racial, fortalecer o combate ao racismo e, para efetivar tais ações, estimular a criação de estruturas institucionais e estatais que representassem a agenda negra dentro da máquina de governo. Com isso, a Constituição de 1988, oriunda desse processo, nasceu como uma aliada estratégica da população negra na busca pela igualdade racial e no combate ao racismo nos anos posteriores (RIBEIRO, 2014. SANTOS, 2015).

É inserido nesse novo ambiente político institucional que os movimentos negros irão, por meio de seus representantes dentro da nova organização democrática do Estado brasileiro, formular, junto a outros atores, as novas políticas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo no Brasil (RIBEIRO, 2014. SANTOS, 2015). Com isso, marca-se o momento tão esperado, pela população afro-brasileira e por toda a sociedade, de resgate da dívida histórica entre o Estado brasileiro e os negros, dívida essa existente há séculos e que foi responsável pela inserção do negro na condição de vulnerabilidade social por tantos anos, como visto anteriormente. A constituição federal de 1988 garantia em lei os direitos da população negra, agora cabia aos movimentos negros cobrar do Estado a concretização dessas garantias legais (RIBEIRO, 2014. SANTOS, 2015).

De fato, os movimentos negros se posicionam de forma diferente em relação ao Estado nos anos 1990, novamente é aberta uma janela política para a questão racial e os movimentos aproveitam essa oportunidade de forma mais intensa que nas décadas anteriores. Isso se dá pois nos anos 1990 a ca-

pacidade dos movimentos negros para organização, mobilização, diálogo, formulação de propostas e proposição delas nas discussões públicas havia sido aprimorada por todo aprendizado institucional dos outros períodos. Essa capacidade fica demonstrada na forma como os seus integrantes atuam em dois momentos nesse período, isto é, a Marcha Zumbi e a Conferência de Durban (MOEHLECKE, 2002. LIMA, 2010). Após a realização da conferência mundial de Durban, e com a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a política afirmativa brasileira passa de um patamar de reconhecimento, assumida pelo governo FHC, e assume um caráter redistributivo (ALMEIDA, 2007. LIMA, 2010).

Seguindo a análise de KINGDON (2003) pode-se entender que houve uma junção de fluxos nesse momento permitindo o avanço dos movimentos em prol da transformação de suas reivindicações em políticas efetivas. As políticas de promoção da igualdade racial se concretizam - conforme os movimentos negros demandaram - e se tornaram políticas de Estado, a partir daí a relação Estado e movimentos negros se torna intrínseca, com os atores dos movimentos participando diretamente das arenas de formulação de políticas no governo, carregando ideias e valores que nunca antes haviam entrado na agenda governamental, os negros se tornaram de fato protagonistas de sua vida política.

Dessa maneira, após cerca de um século de lutas percebe-se que os anos 1990 e 2000 concentraram diversos avanços para as questões raciais no Brasil, possibilitados pelo acúmulo de enfrentamentos e aprendizados das décadas anteriores. Essas conquistas referem-se, principalmente, ao acesso à oportunidades de educação e promoção de direitos, como por exemplo a lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos programas pedagógicos das escolas públicas de ensino básico no Brasil, e que regulamenta o artigo 242º, parágrafo primeiro da Constituição Federal de 1988; e a Lei nº 7.716/1989, proposta pelo então Deputado Federal e ativista do movimento negro Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos (batizada de Lei Caó) que regulamenta o artigo 5º, inciso 42, da CF 88 que criminaliza o racismo no Brasil, e substituiu automaticamente a antiga Lei Afonso Arinos.

Apesar desse avanço, é forçoso lembrar que inúmeras pautas dos movimentos negros ainda permaneciam inalteradas, como a própria questão do encarceramento em massa da população negra e o genocídio negro nas grandes cidades. Quanto a esses pontos alguns indicadores são suficientes

para demonstrar que ainda há muito a ser feito para superar a desigualdade racial no Brasil. Os números da população carcerária brasileira são alarmantes: 61,7% são pretos ou pardos, segundo levantamento do Infopen (Sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro)³.

Outros indicadores mostram também que os negros estão mais vulneráveis à violência urbana, a chance de um jovem negro ser vítima da violência é maior do que a de um jovem branco, de acordo com o Atlas da Violência 2018, estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ainda segundo o Atlas, a taxa de homicídios de não negros por 100 mil habitantes no Brasil foi de 16%, enquanto a de negros atingiu a taxa de 40,2 %, mais que o dobro. O impacto da violência na população negra é tão profundo e danoso que a Câmara dos Deputados criou, em 2015, uma comissão parlamentar de inquérito para “apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil” (CÂMARA, 2015).

Já no sistema judiciário, que é o responsável pela interpretação da legislação brasileira nos casos de homicídios e prisões, a desigualdade se mostra mais latente. Segundo a plataforma Justa (2019) a porcentagem de negros entre os magistrados no estado de São Paulo foi de 5%, enquanto a população negra no estado chega a 35%, o estudo afirma ainda que juízes brancos tem 4,6 vezes mais chances de se tornarem desembargadores em relação às juízas negras, fato que mostra que o racismo é ainda mais perverso quando associado a questões de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, a partir da revisão do longo processo de evolução dos movimentos negros no Brasil ocorrido durante o século XX e descrito anteriormente, que as janelas políticas para foram abertas e fechadas em vários momentos. Durante as duas primeiras fases dos movimentos (1889 - 1937 e 1945 - 1964, respectivamente) foi possível perceber uma leve absorção da pauta racial no Estado somente nos anos 1950, após um fechamento completo para essa demanda durante a ditadura varguista de 1945, em seguida

3. Ministério da Justiça, Câmara dos Deputados, 2018

a janela se fechou novamente durante a ditadura militar de 1964, persistindo até meados dos anos 1970; em todas as situações a dinâmica das janelas de oportunidades para as políticas afirmativas se deu por meio de variações no fluxo político brasileiro (KINGDON, 2003).

O processo de inserção da temática racial na agenda governamental brasileira, presenciado a partir dos anos 1980, pode ser interpretado como uma fusão de dois fluxos estudados por Kingdon (2003), ou seja, uma inserção que se deu por meio de mudanças tanto no fluxo político, devido ao processo institucional de abertura democrática que o país vivia, quanto no fluxo de soluções, esse oriundo da movimentação de base das novas organizações sociais do meio negro da época, o que também não deixa de ser fruto da redemocratização vivida pela sociedade brasileira do final do século XX.

Finalmente, o racismo e a questão da igualdade racial foram reconhecidos como problemas públicos pelo Estado brasileiro e entraram na sua agenda pública, com a virada do século as políticas afirmativas se tornaram políticas de Estado. A questão racial como um todo entra definitivamente, e pela primeira vez na história, na agenda política nacional, em todas as suas instâncias administrativas, e também nos planos de governo dos políticos. A primeira prova desse novo paradigma político é o processo de institucionalização das políticas de igualdade racial e combate ao racismo que se instala em vários governos locais que irão assumir nos anos 90 e 2000.

Durante a primeira década do século XXI a política afirmativa assumiu um patamar elevado no Brasil, ela foi regulamentada pela administração pública, em seus diversos níveis federativos, e se institucionalizou, e todo esse processo é fruto da luta histórica dos movimentos sociais negros ao longo do século XX, sua organização política e sua luta perante o Estado brasileiro para a inserção da questão racial na agenda pública brasileira. Apesar de todo esse avanço, existe ainda um longo caminho a ser percorrido para que o Brasil se torne de fato uma referência em democracia racial.

Prova disso é que, com a vinda do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (TATAGIBA, 2017) e a ascensão da direita radical no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (SANTOS & TANSCHKEIT, 2019), as políticas de garantia de direitos, como as políticas afirmativas, os direitos humanos em geral, assim como seus defensores, correm sérios perigos. O sistema de políticas afirmativas, as conquistas obtidas a partir da Constituição Federal de 1988 e com todo o processo de construção dos movimentos sociais negros ao longo do século XX e XXI devem ser preservadas nesse período de des-

monte estatal e de avanço da extrema direita racista, e é nesse ponto que se dá a importância da agenda de pesquisa nas questões raciais. Somente com uma pesquisa de qualidade, forte, que trabalhe junto com os movimentos apontando erros e acertos é que a sociedade civil poderá apontar novos caminhos para a defesa dos direitos conquistados até aqui, protegendo o sistema de políticas afirmativas brasileiro e lutando contra o retrocesso e o obscurantismo.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. M. MELO, D. P. SILVA, L. A. Redes sociais e comportamento político violento: uma síntese das ameaças aos direitos humanos no Brasil. *JURIS*, Rio Grande, v. 27, n. 2, p. 139-153, 2017.

ALMEIDA, M. M. M. Ações afirmativas: dinâmicas e dilemas teóricos entre a redistribuição e o reconhecimento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, Florianópolis: abril de 2007. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/neab/almeida%20marlise.%20acoes%20afirmativas%20dinamicas%20e%20dilemas%20teoricos%20entre%20a%20redistribuicao%20e%20o%20reconhecimento.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório final comissão parlamentar de inquérito homicídios de jovens negros e pobres. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1362450. Acesso em: 27 set. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. [website]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 27 set. 2019.

CERQUEIRA, D. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro: IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

CORTÊS, G. X. C. Revisitando o “meio negro”: novas direções historiográficas para o estudo da imprensa negra na primeira República (São Paulo,

1904-1934). In: LOPES, M. A. O. (Org.) História do negro no Brasil: escravidão, gênero, movimentos sociais e identidades. São José: Premier, 2011.

CUSTÓDIO, L. A. T. Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) - 1978 - 1990. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-22052018-122717/pt-br.php>. Acesso em: 9 set. 2019.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Rio de Janeiro, v.12, n.23, 2007, p.100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 19 set. 2019.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 2.

FERREIRA, M. C. C. Percursos e percalços do movimento negro: as militâncias de José Correia Leite e Arlindo Veiga dos Santos nos anos 1930. In: LOPES, M. A. O. (Org.) História do negro no Brasil: escravidão, gênero, movimentos sociais e identidades. São José: Premier, 2011.

JUNIOR, H. C. Textos para o movimento negro. São Paulo: EDICON, 1992.

JUSTA. [website]. Disponível em: http://justa.org.br/wpcontent/uploads/2019/06/justa_dados_genero_raca_site-3.pdf. Acesso em: 27 set. 2019

KINGDON, J. Agendas, Alternatives, and Public Policies. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. CEBRAP: Novos estudos, São Paulo, n. 87, jul 2010, p. 77-95. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, nov 2002, p.197-217. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559>. Acesso em: 23 set. 2019.

RIBEIRO, M. Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986 - 2010). Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SANTOS, I. A. A. O movimento negro e o Estado (1983-1987): O caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2006.

SANTOS, F. TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia International*, Bogotá, n. 99, p. 151-186, julho-setembro, 2019.

SANTOS, N. N. S. A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos. Tese (Mestrado em Direito). Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13699>. Acesso em: 23 set. 2019.

SILVA, J. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, 2003, p.215-235. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n2/a02v25n2>. Acesso em: 23 set. 2019.

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das di-reitas em movimento (2011-2016). *Revista Sinais Sociais*, v. 11, p. 71-98, 2017.

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM QUESTÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE COLETA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO: O CASO DE UBATUBA, SÃO PAULO

ESTELA MACEDO ALVES
ALINE LIS RAMOS PEREIRA
ANA PAULA FRACALANZA

Palavras Chave: Participação cidadã; saneamento básico; abastecimento de água; esgotamento sanitário; Ubatuba

No Brasil, as políticas ambientais mesclaram-se às questões de higiene e saúde pública, ainda no século XIX; posteriormente, transformaram-se em medidas de saneamento urbano (implantação de redes de água, esgoto, coleta e disposição de resíduos sólidos e drenagem urbana) e foram incorporados à temática ambiental após a década de 1980 (HERCULANO 2002). No entanto, ainda hoje há resistência em se tratar sobre este tema na esfera das políticas públicas, portanto de Estado, ficando à mercê da vontade política para que sejam incluídas na agenda de ações públicas, o que varia conforme o plano de governo vigente.

O crescimento desordenado dos centros urbanos é uma realidade em diversas cidades do estado de São Paulo, no que se refere à ocupação dos espaços e no aumento da demanda pelas mais diversas políticas públicas, inclusive as de saneamento básico. A diferenciação dos espaços de moradia se dá em grande parte com o apoio de governos e instituições financeiras, que dão suporte aos investidores, gerando preferência para os consumidores e maximizando o valor de utilidade dos espaços, criando ilhas de oportunidades para as classes que detêm o monopólio da terra urbana (HARVEY, 1985), e deixando sem investimentos suficientes os territórios que não são ocupados pelas classes dominantes (ALVES, 2018).

Este artigo apresenta estudo de caso realizado no município de Ubatuba, no litoral norte do estado de São Paulo, no qual foram observadas iniciativas comunitárias para suprir falta de esgotamento sanitário.

O objetivo geral foi apresentar e discutir duas iniciativas comunitárias para solucionar o esgotamento sanitário, de forma a lidar com a ausência do Estado na Política Pública de Saneamento Básico, naquela cidade.

A pesquisa buscou identificar quais as soluções encontradas pelos moradores de Ubatuba, considerando se houve a ocorrência ou não de reivindicações destes cidadãos ao poder público. Trata-se de um retrato do que vem acontecendo na atualidade, considerando duas ações: no *Rio Acaraú, Praia Grande e na Comunidade Emaús, no bairro Ipiranguinha*. Dois bairros com diferentes realidades socioeconômicas, que adotaram soluções técnicas independentes do poder público, para solucionar o esgotamento sanitário.

NATUREZA, RECURSOS HÍDRICOS, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E INJUSTIÇA AMBIENTAL EM UBATUBA

O município de Ubatuba é classificado como estância balneária, que lhe confere importância turística, setor de forte influência na economia local (ALVES, 2018). Destaca-se em Ubatuba o serviço ambiental desempenhado pelos biomas da Mata Atlântica, importante para a manutenção dos mananciais de abastecimento de água, fundamentais para o desenvolvimento e manutenção da vida urbana do município, em que não existem reservatórios de grande porte para o abastecimento, contando principalmente com o volume de água direto dos corpos hídricos (ALVES, 2018). A Mata Atlântica preservada é um dos maiores atrativos turísticos de Ubatuba, além de diversas praias, que se estendem até a fronteira do Estado de São Paulo com o Rio de Janeiro.

Por seu papel como estância turística ligada ao ecoturismo de forte ligação com os usos recreativos da água, o serviço de esgotamento sanitário tem papel relevante na gestão da cidade, já que a falta desses serviços impacta diretamente na balneabilidade das praias e dos rios, e, portanto, na permanência de turistas no município. A qualidade dos recursos hídricos está ligada ao fomento do turismo, que é o setor mais representativo para a economia da cidade, gera empregos formais e ocupações sazonais importantes para os munícipes.

Dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) apontaram que Ubatuba tem 19.676 domicílios particulares permanentes em área urbana, dos quais 17.245 estavam ligados à rede geral de distribuição, 185 abasteciam-

-se de água através de poços ou nascentes na propriedade e 2.246 foram classificados como outras formas de abastecimento. Quanto ao esgotamento sanitário, do total de domicílios mencionados (19.676), 6.672 estavam ligados à rede geral de esgoto ou pluvial; 7.142 utilizavam fossa séptica e 5.841 tinham outras soluções para o esgotamento sanitário.

Em Ubatuba, bem como nos outros municípios do Litoral Norte o crescimento se caracteriza por ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis, rápida expansão da mancha urbana sem infraestrutura básica que atenda à demanda e aumento de exposição da população a riscos ambientais (CBHLN, 2016). Diversos bairros surgiram dentro de áreas protegidas, como: Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas reservadas legalmente para Comunidades Tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras) e do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM).

Observa-se, em situações de precariedade, a falta de acesso aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário ligada à vulnerabilidade social. Porém, a temática da justiça ambiental ainda tem sido discutida por ambientalistas oriundos da classe média, de alta escolaridade e mais informados, já que nas classes sociais de baixa renda há baixo grau de associativismo e de exercício da cidadania (SANTOS 1993 *apud* HERCULANO 2002), apesar de que estas últimas são as mais atingidas pela injustiça ambiental. De acordo com ACSELRAD et al (2009), injustiça ambiental é:

“o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”. (ACSELRAD et al, 2009)

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E VULNERABILIDADE

O acesso à informação é importante para a promoção da participação e governança ambiental. Apesar de na Declaração do Rio em 1992 ter sido definida a responsabilidade dos Estados em facilitar e estimular a conscientização e participação popular através do acesso à informação sobre as questões ambientais, ainda existem dificuldades de engajamento de diferentes classes sociais para debater o tema e se empoderar dos espaços de controle social

sobre as questões de saneamento básico (EMPINOTTI, JACOBI e FRACALANZA, 2016). No estudo de caso de Ubatuba, os espaços de participação sobre temas de saneamento são principalmente o Conselho Municipal de Meio Ambiente do município e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte (CBH-LN). O primeiro com reuniões esporádicas e longos períodos sem funcionar, segundo levantamentos de campo. Resta o Comitê de Bacias.

A dificuldade em viabilizar a participação dos cidadãos em conselhos demonstra como os desdobramentos da burocracia racional do Estado, mesmo um Estado Democrático de Direito, ainda setoriza e enfatiza ações tecnocráticas e de poder, desvalorizando a participação social, mesmo em espaços destinados à participação política e cidadã, nas tomadas de decisões sobre assuntos de interesse público.

Apesar do debate sobre o acesso à água bem como sobre o serviço de esgotamento sanitário ter se ampliado nos últimos anos, é importante ressaltar que, ao falar sobre garantia de acesso às políticas públicas de saneamento básico, em geral estão envolvidas populações em situação de vulnerabilidade socioambiental.

A vulnerabilidade socioambiental pode ser medida ao se considerar o potencial de risco a que um grupo está exposto pela ausência de estrutura que o proteja de riscos e catástrofes naturais que, de forma geral, contribuem para a piora de sua qualidade de vida. (HERCULANO 2002). Tal vulnerabilidade não está restrita apenas a grupos socialmente vulneráveis pois ela não é medida por recorte de classe e sim por risco ambiental iminente de quaisquer grupos sociais.

Herculano (2002) destaca que o conceito de justiça ambiental é compreendido pelo conjunto de princípios que assegura às pessoas, independente de etnia, raça ou classe, que não suportarão consequências ambientais negativas oriundas de, entre outros, ausência ou omissão de políticas públicas. Frente aos desafios que se apresentam decorrentes do aumento populacional e à morosidade na resposta do Estado, não é raro que grupos sociais se organizem para suprir as necessidades mais importantes daquele grupo.

De acordo com Tenório e Rozemberg (1997), a participação social e o exercício da cidadania dos indivíduos estão caracterizados pela construção democrática de seu próprio destino; sendo assim, podemos afirmar que há participação social e exercício da cidadania por parte de um grupo que decide realizar seu próprio abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto? No caso de Ubatuba, seria uma construção

consciente do próprio destino ou a busca de uma solução para questões negligenciadas pelo Estado?

Apesar de o município ter um Plano Municipal de Saneamento Básico - que inclui abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e gestão de resíduos sólidos - promulgado por meio da Lei Municipal Nº 3735 de 08 de janeiro de 2014, a efetivação das políticas públicas e do controle social previstos são bastante deficientes.

Conforme destacado por Tenório e Rozemberg (1997), se a participação requer consciência e compreensão sobre o processo em que estão inseridos e, para que este objetivo seja atingido é necessária a compreensão também das correlações de poder para que não haja injustiças, estaríamos falando de um processo simples de participação cidadã?

Sendo a participação um grande instrumento de acesso à cidadania desde que realizada de maneira voluntária e norteada pelo desejo de mudança de uma realidade, encontramos como obstáculo a realidade da vida na busca pela sobrevivência das pessoas (TENÓRIO e ROZEMBERG 1997) que mais são afetadas pela ausência de efetivação de direitos fundamentais e que, por ser esta a realidade, seria onde surgiriam mais episódios de participação cidadã.

É importante observar que para um país cuja Constituição Federal é datada de 1988, após longos e diferentes períodos de ausência de democracia, o exercício da participação cidadã tem sido uma construção e não um resgate (TENÓRIO e ROZEMBERG 1997). E, em se tratando de uma construção, compreender a forma como este processo ocorre é importante para compreender a complexidade da questão.

De acordo com Bandeira (1999), os argumentos em defesa da participação da sociedade civil baseiam-se no fato de que, através desta participação, a formulação e efetivação das políticas públicas bem como a construção de uma identidade democrática da sociedade através do sentimento de pertencimento é fundamental para consolidar a identidade de um território, que funciona como uma mola propulsora da vontade de empreender mudanças sobre a realidade ao redor.

Dada a complexidade dos indivíduos e das realidades nas quais vivem, Bandeira (1999) apresenta oito níveis de participação cidadã, ordenados de forma crescente:

“manipulação — descreve situações em que a preocupação da entidade promotora se concentra exclusivamente na obtenção de apoio para iniciativas já definidas, sem que haja intenção de permitir que a comunidade tenha qualquer influência na definição de suas características;

terapia — engloba as ações de caráter educativo, que têm como objetivo modificar as atitudes e opiniões existentes na comunidade em relação a um projeto ou programa, as quais podem dificultar sua implementação;

informação — diferencia-se dos níveis anteriores por não ter como objetivo central direcionar as opiniões da comunidade, constituindo um primeiro passo legítimo para a participação efetiva, especialmente quando prevê mecanismos simples de *feedback* que permitam avaliar as reações da comunidade e que possam, eventualmente, convencer os responsáveis pela iniciativa de que há necessidade de efetuar ajustes e adaptações nas suas características;

consulta — refere-se a processos em que a entidade promotora utiliza mecanismos mais complexos e estruturados para recolher subsídios junto à comunidade, com a intenção de utilizá-los de forma efetiva na definição das características e objetivos da iniciativa, embora mantenha o poder de decidir, em última instância, sobre o seu aproveitamento;

apaziguamento — refere-se a situações em que a influência atribuída à comunidade tende a ser mais aparente do que real, como ocorre quando são incluídos alguns representantes da comunidade em comitês que, embora formalmente investidos de poder decisório, pela sua composição acabam, na prática, servindo principalmente para referendar decisões tomadas em outras instâncias;

parceria — neste nível ocorre uma efetiva divisão de poder entre a comunidade e a entidade promotora, por meio de processos de negociação, havendo divisão de responsabilidades nas tarefas relacionadas ao planejamento e à tomada de decisões;

delegação de poder — o poder decisório é atribuído à comunidade, embora a entidade promotora participe dos processos de planejamento e implementação das iniciativas;

controle pelos cidadãos — a entidade promotora restringe sua participação ao financiamento das iniciativas, cabendo à comunidade as tarefas de planejamento e implementação”. (Bandeira, 1999)

Bandeira (1999) destaca que o objetivo da participação dos indivíduos nos espaços de política deve ser de pautarem suas necessidades e influenciarem nas políticas públicas, em temas de interesse da comunidade. No entanto, percebe-se que a participação cidadã muitas vezes é reduzida ao ato de votar em eleições diretas para cargos públicos. De fato, em tempos de eleição, a mídia e os canais oficiais do Estado incentivam o exercício da cidadania através do voto, como se este fosse o único papel a ser desempenhado pelo cidadão na construção da democracia brasileira. Seria de grande importância destacar que a participação em conselhos deliberativos e/ou consultivos são de extrema importância para a consolidação da democracia participativa.

Para além do direito à participação como exercício da cidadania na construção, efetivação e monitoramento das políticas públicas por parte da sociedade civil, há a responsabilidade de que o Estado incentive e facilite o acesso a estes espaços de participação.

DE MELO ROMÃO (2014) ressalta que desde o início do período de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (janeiro de 2003 a janeiro de 2011) surgiram diversas instâncias de participação cidadã demonstrando que, antes de ser uma política de Estado, a participação cidadã fica à mercê da política de governo podendo estar ou não em evidência. É possível que a inexistência de garantia de participação e representatividade nos conselhos seja resultado do desconhecimento sobre o papel destes espaços públicos de tomada de decisões. DE MELO ROMÃO (2014) acredita que o cidadão médio brasileiro desconheça o que de fato são as conferências e outras formas e mecanismos de participação institucional e política.

A respeito da participação nos conselhos no estudo de caso do município de Ubatuba, observou-se que a constituição destes é feita de acordo com o interesse de um grupo que participa mais ativamente, deixando muitas vezes o interesse comum em segundo plano.

No estudo de caso, o conselho participativo mais atuante sobre o tema de esgotamento sanitário, especificamente, e de saneamento, de forma geral, é o Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte de São Paulo (CBH-LN). Atualmente, este comitê é presidido pelo prefeito de Ubatuba (mandatos 2017-2019 e 2019-2021) e conta em sua composição com representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado (SABESP), empresa prestadora de serviços de saneamento no município, contratada para serviços de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgotos.

ESTUDO DE CASO: RIO ACARAÚ, BAIRRO PRAIA GRANDE E COMUNIDADE EMAÚS, BAIRRO IPIRANGUINHA

Este item trata dos estudos de caso analisados, no entorno dos bairros banhados pelo Rio Acaraú, Bairro Sesmária e Praia Grande Comunidade Emaús, e pelo Rio Ipiranguinha, no bairro Ipiranguinha. Dois bairros com diferentes realidades socioeconômicas, que adotaram soluções técnicas independentes do poder público, para solucionar o esgotamento sanitário.

RIO ACARAÚ E PRAIA GRANDE

O Rio Acaraú nasce no bairro Sesmária localizado no distrito central de Ubatuba, junto à Serra do Mar. Em entrevista realizada em 2015, atores envolvidos na discussão do saneamento afirmaram que o bairro não tinha coleta de esgoto e que estava sendo abastecido por caminhão pipa, pois a captação que antes era feita diretamente em cachoeira próxima ao bairro foi interrompida porque ela secou, devido ao excesso de captações não autorizadas (ALVES, 2018).

Especificamente em 14 de dezembro de 2018, em reunião ordinária do CBH-LN, entre outras questões, foi informado que o lançamento do volume de efluentes de esgoto no rio Acaraú seria dividido com o Rio Grande, ambos em Ubatuba, a fim de reduzir a poluição do Acaraú, classificado como o rio mais poluído do litoral norte, de acordo com o *Instituto Costa Brasilis*. A decisão do CBH-LN foi motivada pelo relatório apresentado por monitoramento financiado com recursos públicos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) que constatou a classificação *ruim* sobre a qualidade do rio Acaraú no período de 2012 a 2017 e naquele momento em período de monitoramento até outubro de 2019.

É possível verificar em ata¹ de reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica que nenhum dos presentes questiona a efetividade do tratamento de esgoto por parte da empresa responsável pelos serviços, a SABESP, que inclusive colocou à disposição da organização um técnico responsável pela coleta das amostras do Acaraú.

1. Ata disponível em: http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/records//CBHLN/15152/ata_2reuniao_ordinaria_cbh-ln_2018.pdf 7 Processo nº 2031708-15.2015.8.26.0000 código 17EEDB5 disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>

É também possível observar este reflexo nos relatórios de monitoramento do rio Acaraú: considerado o rio mais poluído do litoral norte de acordo com o relatório da SOS Mata Atlântica, ele faz parte de uma das 34 sub-bacias do litoral norte, que nasce no Parque Estadual da Serra do Mar e passa primeiramente pelo bairro Sesmaria, que em grande parte, não conta com abastecimento de água potável e tampouco está ligado à rede de esgoto. É importante destacar que esta problemática tem sido objeto de ação civil pública do Ministério Público contra a SABESP².

Neste sentido, é importante ressaltar o impacto que a ausência do saneamento básico tem na saúde dos municípios, como surtos de dengue que levam a prefeitura do município a traçar medidas de combate ao *Aedes aegypti* para conter o aumento dos casos desta doença³. Porém, é difícil explicitar o valor do saneamento para melhoria da saúde pública e erradicação de doenças e gastos com esta questão (ALVES, 2018).

Ao sair do bairro Sesmaria, o rio Acaraú percorre diversos outros bairros que contribuem para a perda de sua qualidade. O Índice de Qualidade das Águas (IQA)⁴ aponta que a qualidade da água do rio Acaraú, ao passar pelo trecho de lançamentos de afluentes de esgoto primariamente tratados pela SABESP e pela cooperativa de saneamento que atua no local, a Companhia de Saneamento Ambiental da Praia Grande (COAMBIENTAL) apresenta-se classificado como *aceitável*, porém passa a *ruim* no seu percurso final, até a baía do Itaguá.

A COAMBIENTAL é uma cooperativa que surgiu da união da associação de amigos de bairro *União dos Amigos da Praia Grande* (UAPG), iniciada no final da década de 1980. Inicialmente, a associação tinha a finalidade de solicitar melhor tratamento de esgoto ao governo municipal e à SABESP, por conta das recorrentes classificações como *bandeiras vermelhas*, que significa imprópria para uso, conforme analisado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Posteriormente o grupo que reivindicava coleta e tratamento de esgo-

2. Processo nº 2031708-15.2015.8.26.0000 código 17EEDB5. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>>

3. Notícia disponível em: <https://www.ubatuba.sp.gov.br/destaques/prefeitura-alerta-para-aumento-de-casos-de-dengue/>

4. IQA - O Índice de Qualidade das Águas é o principal indicador qualitativo utilizado no Brasil. Ele é calculado com base nos seguintes parâmetros: temperatura da água; pH; oxigênio dissolvido; resíduo total; demanda bioquímica de oxigênio; coliformes termotolerantes; nitrogênio total; fósforo total; e turbidez. Fonte: Agência Nacional das Águas - ANA, 2020. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/qualidade-da-agua/indicadores-de-qualidade>. Acesso em 09 de abril de 2020.

to passou a atuar como uma companhia de saneamento local. Assim, observou-se que, a partir da melhoria na balneabilidade da água nesta praia, o turismo, o comércio e o surgimento de novos negócios imobiliários têm se intensificado de maneira relevante para a economia da cidade.

Segundo DE MELO ROMÃO (2014), há pouco conhecimento sobre as instâncias de participação além do aumento da descrença nestes espaços. Ainda segundo o autor, entre os anos de 2012 e 2013 iniciou-se a construção da Política Nacional de Participação Social – PNPS e de um Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, ambas as iniciativas buscando o amadurecimento das instâncias de participação. De certa forma, tem havido um retrocesso em relação a essas políticas, mas os processos de participação política são fundamentais para consolidação da cidadania, e para o estado democrático de direito.

COMUNIDADE EMAÚS, BAIRRO IPIRANGUINHA

O bairro Ipiranguinha localiza-se no distrito central de Ubatuba, junto ao pé da Serra do Mar, a montante do Rio Ipiranguinha. Nele foi implantada a Comunidade de Serviço Emaús Ubatuba, na década de 1990, inicialmente com 20 casas construídas por mutirão, para abrigar famílias de moradores de uma favela (COMUNIDADE DE SERVIÇOS EMAÚS, 2009). Atualmente há cerca de 300 moradores (ANTUNES, 2009) que desenvolvem atividades para tornar a comunidade autossustentável (COMUNIDADE DE SERVIÇOS EMAÚS, 2009).

Esta experiência pode ser descrita como exemplo de cidadania e participação, que surgiu como comunidade de serviço, atendendo pessoas em situação de vulnerabilidade social. Pela própria caracterização da comunidade há uma maior facilidade em compreender a importância de garantir o tratamento do esgoto produzido para além da atuação ou da ausência do Estado.

A Estação de Tratamento de Esgoto da Comunidade de Serviços Emaús realiza tratamento do esgoto local utilizando fossa séptica e sistema de *wetlands*, que demonstra ser uma alternativa tecnicamente viável para o tratamento de esgoto daquela comunidade (ANTUNES, 2009).

Por sua origem descrita em Estatuto próprio, a Comunidade Emaús tem como finalidade promover a dignidade humana junto a pessoas que não acessem seus direitos de cidadania. No sítio eletrônico oficial da comunidade, a Prefeitura Municipal de Ubatuba é classificada como parceira ou colaboradora externa (COMUNIDADE DE SERVIÇOS EMAÚS, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que há um desenho de participação cidadã previsto nas legislações voltado para a construção, efetivação e monitoramento das políticas públicas; ao mesmo tempo, há a dificuldade em se efetivar a participação cidadã por conta da dificuldade de acesso à informação, tanto técnica como primária no sentido de ausência de divulgação sobre estes espaços de participação.

Soma-se a este panorama a crescente descrença em espaços democráticos ligados politicamente às tomadas de decisão que não revertem em maior participação e sim em aversão aos processos participativos e muitas vezes resultam em ações comunitárias independentes do poder público.

Abastecimento de água e esgotamento sanitário são necessidades básicas da população, e a falta desses serviços acarreta problemas de saúde pública que se desdobram para toda a sociedade. A população não atendida por redes públicas é forçada a encontrar meios provisórios que, por deficiência de gestão pública, se tornam definitivos. As propostas de soluções isoladas, seja para atendimento coletivo ou individual, para suprir o déficit de atendimento, demonstram falhas na ação do Estado.

A falta de atendimento a demandas existente mantém indivíduos alijados de direitos fundamentais. Acredita-se que por desconhecerem quais são estes direitos fundamentais, a população não reivindica e, portanto, não se opera um contrapeso que cobre do Estado a efetivação de suas obrigações, mantendo as soluções alternativas comunitárias como definitivas.

Por fim, cabe refletir sobre a participação cidadã em Comitês, a partir da observação deste estudo de caso, que avaliou a interação que ocorre no Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. Questiona-se se este tipo de participação poderia caminhar do apaziguamento para o controle pelos cidadãos, que é uma participação mais efetiva, quando analisada pela es-

cala tratada neste artigo, citada por BANDEIRA (1999). O cenário político participativo atual do Brasil, de redução da atuação de conselhos e comitês, em um contexto de democracia fraca, impõe que esta reflexão seja retomada e incentivada nos meios acadêmicos, para que possamos avançar nesta escala e não regredir na participação cidadã.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. et al. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 156 p.

ALVES, Estela Macedo. Trajetórias das decisões sobre políticas públicas de esgotamento sanitário e as influências das coalizões de defesa: estudo de caso de Ubatuba - SP. 2018. 241 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ANTUNES, R. P. Análise do potencial de uso das macrófitas aquáticas do sistema de áreas alagadas construídas da ETE da Comunidade de Serviços Emaús (Ubatuba, SP) como adubo orgânico. (Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Textos para Discussão IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Distrito Federal, 1999. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3939>

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE (CBH-LN). Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado de São Paulo: Relatório I – informações básicas. Ubatuba, 2016. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhln/estatuto>>. Acesso em: 03 set. 2017.

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE (CBH-LN). Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado de São Paulo – 2016-2019 - Relatório II. Ubatuba, 2017. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-LN/13694/relatorio-2-ugrhi3.pdf>>. Acesso: 07.04.2020.

COMUNIDADE DE SERVIÇOS EMAÚS. História do Emaús Ubatuba. 2009. *Online*. Disponível em: <<http://comunidadeemausubatuba.blogspot.com/2009/08/historia-da-comunidade-emaus-ubatuba.html>>. Acessado em: 14.04.2020.

DE MELO ROMÃO, Wagner. Políticas públicas e democracia participativa: avanços e limites das conferências nacionais no Brasil. Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, 2014.

EMPINOTTI, V. L., JACOBI, P. R. e FRACALANZA, A. P. (2016). Transparência e a governança das águas. *Estudos Avançados*, 30(88), 63-75.

HARVEY, David. *The urban process under Capitalism: Studies in the History and theory of capitalist urbanization*. 1º. ed. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1985.

HERCULANO, S. (2002). Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. *Encontro da ANPPAS*, 1, 1-15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 abril 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA. Plano municipal integrado de saneamento básico de Ubatuba. Ubatuba, 2014. Disponível em: <<https://www.ubatuba.sp.gov.br/download/smma/16%20-%20Anexo%20XVI%20-%20Plano%20Municipal%20Integrado%20de%20Saneamento%20Ba%CC%81sico.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; ROZENBERG, Jacob Eduardo. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. *Revista de Administração Pública*, v. 31, n. 4, p. 101-125, 1997.



ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DO ESPORTE E DA ATIVIDADE FÍSICA NO ENFRENTAMENTO À COVID-19

DOUGLAS ROQUE ANDRADE
MARIANA HARUMI CRUZ TSUKAMOTO
DAIANY FRANÇA SALDANHA
MARÍLIA VELARDI

Palavras Chave: Terceiro Setor; Organizações da Sociedade Civil; Esporte; Atividade Física; Mobilidade ativa

A promulgação da nossa Constituição Federal em 1988 trouxe mudanças significativas e simbolizou a garantia de direitos fundamentais e sociais para a população brasileira, dentre os quais o reconhecimento da organização e da participação social como direitos, orientados por valores a serem garantidos e fomentados. Entre os diversos atores que devem garantir a concretização da nossa constituição há as instituições do Terceiro Setor que, originalmente, estão orientadas pela mobilização e participação social das pessoas ligadas à sua criação e ação.

O termo Terceiro Setor pode ser explicado por sua relação com os outros setores envolvidos na organização social e econômica do nosso país. O termo primeiro setor é utilizado para caracterizar o Estado e o segundo setor para os entes privados que buscam fins lucrativos, ou seja, o mercado. O Terceiro Setor, por sua vez, é constituído pelas organizações privadas sem fins lucrativos, que inclui Organizações da Sociedade Civil¹² - as conhecidas Organizações Não Governamentais (ONG) - entidades filantrópicas, religiosas, culturais, partidos políticos, dentre outras. Há ainda o setor 2.5, também conhecido como setor de impacto social (negócios sociais), que tem como finalidade gerar impacto social e resultado financeiro, um híbrido dos segundos e terceiros setores.

Quando se fala em Terceiro Setor há muitas denominações às quais não estamos habituados e que acabam sendo tratadas como sinônimos quando, na verdade, não o são. Ocorre que as organizações do Terceiro

Setor podem buscar registros facultativos perante o Poder Público, que são conhecidos como títulos, qualificações e certificados, a saber:

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei n.º 9.790/99, regulamentada pelo Decreto n. 3.100/99): título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil alterado pelo MROSC.

Utilidade Pública Federal (Lei n.º 91/35, regulamentada pelo Decreto n.º 50.517/61): título concedido nos âmbitos federal, estadual e municipal (estes últimos em Leis específicas). Importante saber que o MROSC buscou universalizar o acesso aos benefícios previstos em lei a todas as organizações que cumpram alguns requisitos, independentemente de certificação.

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é uma

“certificação concedida pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde”. ((Lei n.º 12.101/09, alterada pela Lei n.º 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto n.º 8242/14)

OS – Organização Social é uma “qualificação concedida a organizações sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”. (Lei Federal nº 9.637/98).

Antes do MROSC, a prestação de serviços por parte das organizações do Terceiro Setor, incluindo o esporte e a atividade física, era regulada de forma desigual e havia poucos mecanismos de controle. O crescimento, em relação à regulamentação administrativa, não ocorreu com a mesma velocidade que a expansão das organizações, e a oferta de serviços baseava-se apenas no artigo 116 da Lei de Licitações. A ausência da norma geral regulamentadora tinha importantes implicações sobre diversas atividades, como, por exemplo, o controle da transparência das verbas recebidas, os mecanismos de prestação de contas para a administração pública, bem como a qualidade dos serviços prestados.

Em 2014, nos ditames da Lei 13.019/14, estabeleceu-se o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, no qual o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) é apresentado. As parcerias, a partir deste marco, devem ser estabelecidas em “regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, de fomento ou de acordos de cooperação”. (Lei 13.019/14).

No contexto da pandemia na qual estamos mergulhados, que ocorre simultaneamente a uma importante crise política no Brasil, apresentada pela desarticulação política entre os setores da administração pública e os entes da federação, há questões emergentes a serem discutidas. A crise a qual estamos subordinados não permite a criação de uma necessária sinergia para a condução de ações que preservem e promovam a saúde das pessoas, para além da sobrevivência ou da contagem de vidas humanas (números de morbidade, mortalidade, taxa de ocupação etc.). Nesse difícil contexto, as OSC têm desempenhando um papel importante, a despeito da pouca visibilidade ou reconhecimento na Academia. Julgamos, pois, necessário, fazermos uma primeira aproximação sobre o papel das OSC no contexto brasileiro atual, de modo a iniciarmos uma reflexão sobre a necessidade de articulação entre o campo social, as ações do Terceiro Setor e as possibilidades de articulação entre Terceiro Setor e a pesquisa acadêmica. É, portanto, objetivo deste texto, descrever o cenário das Organizações Sociais (OS) do esporte e da atividade física e como elas se adaptaram às suas atividades para contribuírem com o enfrentamento do COVID-19.

PANORAMA GERAL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem analisado as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL), realizou um levantamento nacional com base nas informações contidas no Cadastro Central de Empresas - CEMPRES do IBGE, em três momentos distintos: no ano de 2005, em 2010 e o último, cujos resultados foram publicados em 2019. O relatório apresenta o método para identificar e classificar as FASFIL e para garantir a construção de estatísticas comparáveis internacionalmente. Para tanto optou-se por seguir como referência a metodologia do *Handbook on*

non-profi institutions in the system of national accounts, elaborado pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas - ONU, em conjunto com a Universidade *John Hopkins*, em 2002. Entre os 10 grupos categorizados há o grupo 3, “cultura e recreação”, e nele dois subitens “3.1 - Cultura e arte” e “3.2 - Esporte e recreação”, que correspondem, respectivamente, a 5,3% e 8,3% de todas as unidades locais das entidades sem fins lucrativos.

Em relação à distribuição das entidades pelas regiões do Brasil, as instituições da área de esporte e recreação estão distribuídas geograficamente da seguinte forma: Norte (2,5%), Nordeste (9,9%), Sudeste (41,8%), Sul (40,1%) e Centro-Oeste (5,7%), acompanhando a proporção da população, exceto para a região nordeste que fica atrás da região Sul, mesmo tendo uma população maior. No relatório do IBGE também se encontra análise sobre o ano de criação das instituições, pessoal ocupado, salário, entre outros dados que possibilitam uma excelente descrição do cenário nacional.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada organizou o Mapa das Organizações Sociais da Sociedade Civil (<https://mapaosc.ipea.gov.br/>), cujos dados são abertos para consulta e download. Os dados ali organizados permitem a obtenção de informações como nome fantasia, endereço, ano de inscrição no cadastro e de fundação, dados de contato, como localização geográfica, endereço de e-mail, site, telefone, especificidades e funções da OSC, objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), além de indicadores, editais entre outras informações de interesse geral. A base de dados também fica à disposição para outras análises que podem amparar, inclusive estudos e trabalhos acadêmicos. Numa busca simples, considerando a área e subárea de atuação “esporte e recreação” foram encontradas 54.055 instituições. Utilizando a variável nome da OSC, incluindo os termos “atividade física, esporte e lazer” identificamos que há 36 OSC agrupadas em atividade física, 1016 em “lazer”, 3956 em “saúde” e 21460 em “esporte”. Ao buscarmos pela variável metas das ODS, entre todas as instituições cadastradas, identificamos 34 instituições para a ODS-3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades), e sete para a ODS-10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles). No entanto, é importante ressaltar que nem todas as instituições informaram as metas da ODS que as OSCs atuam.

As OSCs já estão presentes na gestão indireta do Sistema Único de Saúde e na cidade de São Paulo atuam desde 2007. Em 2014, houve uma mudança no modelo de contratos de gestão que, desde então, além de acompanhar a produção de serviços prestados, passou também a monitorar a contratação

de equipes e a qualidade dos serviços prestados, implementando também instrumentos de controle e sanção em caso de não cumprimento das metas estabelecidas. Os dados referentes aos contratos assinados a partir de setembro de 2014 estão disponíveis no site: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/administracao/Paginas/OrganizacoesSociaisdaSaude.aspx>

Ainda que na saúde esse tipo de gestão não seja novidade, a produção de trabalhos acadêmicos que avaliem as diferentes formas de gestão é, ainda, escassa. Ravioli e colaboradores realizaram em 2018 uma revisão narrativa da literatura e evidenciaram uma produção

“concentrada no Estado de São Paulo, com baixa diversidade de teorias e fragilidades de aportes metodológicos, sendo inconclusiva quanto à superioridade de um modelo de gestão sobre outro. São fundamentais novas pesquisas avaliativas capazes de comparar os diferentes modelos e julgar seus desempenhos e efeitos na qualidade da assistência prestada, na saúde da população e na organização do sistema de saúde”. (RAVIOLI, A. F. et ALL, 2018)

Ademais, vale destacar as limitações existentes nesse tipo de estudo (revisão narrativa), assim como a garantia que uma determinada teoria, por si só, garanta a qualidade desejada na gestão. Por outro lado, um ensaio publicado por DRUCK (2016) aponta a tese de que a “terceirização do serviço público no Brasil é um dos mecanismos mais eficientes de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização”. Tal mecanismo ocorre mediante formas diversas de precarização do trabalho e se torna o meio principal encontrado pelas forças políticas “neoliberais para atacar o coração de um Estado social e democrático: os trabalhadores que constituem o funcionalismo público”. (DRUCK, 2016).

A Secretaria Municipal de Esportes da cidade de São Paulo também realizou uma experiência de gestão indireta do esporte, mais precisamente no distrito de Ermelino Matarazzo, entre os anos de 2010 e 2016. Nessa oportunidade, a OSC Instituto Esporte Educação¹ (IEE - <http://esporteeducacao.org.br/>), fundada pela ex-atleta Olímpica Ana Moser em 2001, realizou a gestão de três Clubes da Comunidade (CDC). O IEE tornou-se responsável pela execução de atividades físicas, esportivas e culturais naqueles espaços,

1. A razão social na época era Instituto Social Esporte e Educação

bem como a criação de conselho do CDC, a zeladoria (segurança e limpeza) e melhorias na infraestrutura^{2,3}. Além disso, atuou indiretamente nos outros seis, abrangendo todos os nove CDCs existentes, realizou eventos itinerantes em praças e espaços públicos e promoveu diversas reuniões e formações para os gestores e atores envolvidos com a gestão desses CDCs. O IEE apresentou um resultado importante na liderança no trabalho em rede para a promoção da atividade física no distrito de Ermelino Matarazzo, conforme documentado no trabalho de ANDRADE et al. (2018).

KRAVCHYCHYN e colaboradores em 2015, realizaram uma revisão sistemática sobre a produção acadêmica de projetos e programas sociais e esporte (PPSE) no Brasil, identificaram 28 estudos que após a análise foram classificados em três áreas temáticas: a) gestão (43%), b) conteúdos e métodos de ensino (32%) e c) formação e intervenção profissional (25%). Os autores apresentam como principais lacunas investigativas: a) avaliações de impacto de PPSE junto a beneficiados e comunidades envolvidas; b) como ensinar e desenvolver o esporte educacional em PPSE; c) tratamento da formação profissional em Educação Física (inicial e continuada) para atuação nesse contexto. Em nossa experiência didática na Escola de Artes, Ciências e Humanidades no curso de Educação Física e Saúde há procura por esse campo de estágio, mas tem potencial para crescimento.

As OSCs muitas vezes atendem à população especialmente atingida por políticas públicas insuficientes ou inadequadas. Num estudo realizado em 2008, Correia destacou que, historicamente, iniciativas voltadas a suprir as falhas ou ausências das políticas públicas eram essencialmente assistencialistas dedicando-se, em geral, à ocupação do tempo livre, com o objetivo de afastar principalmente crianças e adolescentes das mazelas da vida cotidiana. Essa posição já fora discutida por TABARES (2006), quando afirmou que o esporte deveria ser considerado não apenas uma oferta de prática com fim em si, mas uma possibilidade de exercício e ampliação de autonomia e participação coletiva, o que permitiria considera-lo capaz de fortalecer outras ações e participações das pessoas em comunidade. Assim, para o autor, as características e as intenções das propostas, é que seriam responsáveis por direcionar a intervenção para a promoção da autonomia e da participação coletiva.

2. Mais detalhes desta experiência podem ser encontrados no Livro Gestão de esporte e Lazer (STOPPA, 2011).

3. Após o encerramento da gestão indireta, pelo IEE um grupo de usuárias, pediu que duas profissionais de educação física, continuassem com as aulas de ginástica, duas vezes por semana, no período da manhã e se organizaram para financiar o pagamento das aulas (arquivo pessoal DRA).

Nesse cenário, a Rede Esporte pela Mudança Social (REMS - <http://rems.org.br/>) se destaca. Criada em 2007, pela iniciativa de algumas organizações da sociedade civil, que contaram também com o apoio da Nike e o PNUD, a REMS agrega atualmente 136 instituições de todo o país que tem, como ponto comum, o reconhecimento do esporte como um fator capaz de promover o desenvolvimento humano. A proposta da REMS é mobilizar tais organizações, para que apoiem, articulem iniciativas de trocas de experiências e deem visibilidade às ações promovidas pelas instituições. Apesar do esporte figurar como o eixo principal, outras temáticas como diversidade, saúde, meio ambiente, relações de gênero e raça e etnia também são consideradas importantes temas a serem contemplados.

De acordo com o relatório anual de 2019, os objetivos da Rede são:

“(...) fortalecer as capacidades institucionais e aumentar a sustentabilidade das organizações da sociedade civil; mobilizar a sociedade brasileira pra a criação e a execução de programas, ações e políticas públicas de esporte para o desenvolvimento humano e a transformação social; promover pesquisas e sistematização de conhecimentos que evidenciam a efetividade de projetos ou programas de esporte para a mudança social; e atrair mais financiamento para o setor e aumentar o número de programas e projetos de esporte para o desenvolvimento humano (p. 07).

Ainda no mesmo documento, a REMS declara que se apoia em três eixos principais: a mobilização de ações coletivas - que busca promover atividades de forma conjunta; a gestão do conhecimento - que deixa claro um comprometimento para a realização de eventos que promovam a troca e a disseminação do conhecimento; e a representatividade - que almeja a articulação de espaços e atores que levantem a bandeira do esporte pela mudança social”. (REDE, 2019)

As instituições que fazem parte desta rede estão distribuídas em 18 estados brasileiros, além do Distrito Federal, ainda que de forma desequilibrada quando consideramos as diferentes regiões, o que vai ao encontro com os dados do IBGE, apresentados anteriormente. Os dados do Relatório Anual da REMS de 2019 nos permitem dizer que a maior concentração delas está

na região Sudeste, e que regiões do país que apresentam maior restrição de recursos de toda ordem e de demandas de um modo geral, apresentam uma participação menor na REMS, o que não significa que elas não existam e não atuem em suas regiões de origem.

Dentre as ações propostas pela REMS destacam-se:

Organização de encontros entre representantes de diferentes entidades que fazem parte da rede - voltados à disseminação de conhecimento, articulação de ações e planejamento;

Organização de eventos para o público em geral - atividades como o “Esporte na Rua” que promove o oferecimento de diversas práticas nas ruas de algumas cidades no país;

Organização de eventos para profissionais que atuam nas instituições, como a “Maratona de Esporte e Desenvolvimento Humano”, momento no qual os profissionais partilham suas experiências.

Além da organização de atividades e propostas, representantes da REMS também participam como convidados de eventos, nos quais promovem a sua divulgação nos últimos anos, a Rede também vem buscando espaço no cenário político, esforço representado pela constituição Grupo de Trabalho Representatividade e *Advocacy*, o que favoreceu a participação da rede no Conselho Nacional do Esporte e em diversas audiências públicas que tratam de pautas pertinentes à Rede.

Outra organização de trabalho em rede, é o Como Anda (<https://comoanda.org.br/>) iniciativa criada em 2016 pelas organizações Cidade Ativa (<https://cidadeativa.org/>) e Corrida Amiga (<http://corridaamiga.org/>) e que tem apoio do Instituto Clima e Sociedade (<https://www.climaesociedade.org/>) . O Como Anda tem com o objetivo a compreensão do cenário da mobilidade a pé no Brasil, levantando quem são e o que fazem as organizações que atuam no tema, e as suas ações tornaram-se um “ponto de encontro” que promove a articulação de diferentes grupos e pessoas indivíduos que promovem essa pauta no país. O projeto responde a objetivos pactuados por essas organizações, que incluem: fortalecer as organizações, a pauta e articular o movimento. Entre várias ações, o Como Anda realizou um mapeamento que pode ser consultado no site e que permite saber quem são e como atuam as organizações que trabalham com o tema.

A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

O enfrentamento dos determinantes sociais, a capacitação e o fortalecimento das possibilidades de ação individuais e/ou coletivas está presente em boa parte das ações das OSCs, e isso parece se manter durante a Pandemia do COVID-19. Como os projetos sociais de esportes e atividade física têm se adaptado à nova realidade imposta pelo coronavírus?

Oficialmente, o primeiro caso de pessoa infectada com a Covid-19 no Brasil foi em 26 de fevereiro de 2020, quinze dias antes da Organização Mundial da Saúde declarar a doença como uma pandemia. Poucos dias depois do comunicado da OMS, em 18 de março, Santa Catarina adotou medidas de isolamento social horizontal, sendo o primeiro estado brasileiro a adotar tais medidas de restrições e o primeiro a afrouxá-las. Em seguida o Secretário Estadual de Saúde pediu sua exoneração, em meio a uma investigação de compra de respiradores para o combate ao novo coronavírus. Esse é apenas mais um caso de tensões e crises que afloraram com a pandemia, o isolamento social, as decisões sobre o que é ou não considerado serviço essencial, a discussão sobre formas de tratamentos, a infodemia⁴ e *fake news* entre outras temáticas, tornaram-se palco de conflitos pessoais e institucionais nas esferas federal, estadual e municipal.

Ao finalizar esse capítulo, no dia 16/5, nós já havíamos registrado 233.142 casos confirmados e 15.633 óbitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020), repetindo padrões de países europeus e concentrando os maiores índices da América do Sul. A cidade de São Paulo tornou-se o epicentro da pandemia no Brasil, o núcleo de comunicação do comitê de crise da cidade na edição 51 (16/5/2020) do seu boletim informava um total de 5.909 óbitos pelo Covid-19 e uma taxa de ocupação de UTI de 89% (CIDADE DE SÃO PAULO, 2020). O sistema de monitoramento inteligente do Governo de São Paulo apontou que a taxa de isolamento entre os dias 11 e 14 de maio variou entre 48% e 49%, a taxa mais alta aconteceu apenas em dois dias atingido 59% desde 5/3, início do monitoramento (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020). A ausência de dados raciais nacionais e na maioria dos estados compromete o enfren-

4. Infodemia é a epidemia de informação associada ao medo, especulação e rumores, amplificada e transmitida rapidamente pelas modernas tecnologias da informação e que afeta negativamente a sociedade.

tamento da pandemia nas periferias, além da diferença de dados entre o levantamento comunitário e os dados oficiais, conforme aponta um coletivo Voz das Comunidades no Rio de Janeiro (PONTE, 2020).

A crise sanitária mudou a nossa rotina e a maneira como interagimos em sociedade, alterando serviços, obrigando todos os setores da economia a realizarem rápidas adaptações e estimulando reinvenções. Serviços de redes de entregas em domicílio, TV e redes de armazenamento difusão de dados e informações (*streaming*) apresentam crescimento exponencial no primeiro trimestre de 2020. Netflix, gigante mundial desse setor anunciou ter dobrado seu lucro no período em relação a 2019, declarando que a empresa registrou um lucro líquido de 709 milhões de dólares, com faturamento de US\$ 5,8 bilhões.

Com grandes impactos nas economias global e local em curso, a pandemia provocou até mesmo o adiamento para 2021 dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Tóquio 2020. É a primeira vez em 124 anos de história da Olimpíada que o maior evento esportivo do planeta é adiado, só haviam sido cancelados em função das duas guerras mundiais, nas edições de 1916, 1940 e 1944.

E assim é que temos vivido esses dias. Com distanciamento social, adiamento de eventos, suspensão de aulas, cancelamento de agendas e adaptação de atividades para o mundo online, além de convivermos com uma infodemia da pandemia com uma série de recomendações sobre como devemos nos comportar ou o que devemos fazer em todas as dimensões da vida.

Pela sua natureza de reunir pessoas, as atividades das OSCs de esportes e atividade física, assim como das escolas e demais locais de aglomeração, foram suspensas até que a pandemia do novo coronavírus seja superada. No entanto, inseridas nas milhares de favelas e comunidades brasileiras, essas organizações assumiram importância sem precedentes na sociedade e na vida das pessoas. A mobilização social, que já age nesses territórios, também foi capaz de criar ações e comitês de crise, como é o caso de Paraisópolis em São Paulo, Rocinha e Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, e Ceilândia no Distrito Federal, entre outros. A ausência de dados

Em caráter emergencial, o Portal do Impacto, logo nos primeiros dias das medidas de isolamento social no Brasil, por meio de um seminário online (webinário), apresentou “Como o coronavírus impacta as OSCs”. Na ocasião, os assuntos abordados foram: beneficiário, que tratou sobre a vida dos atendidos e famílias; atendimento, que discorreu sobre mudanças no formato de

atendimento e infraestrutura utilizada; receitas, que ofereceu informações sobre entrada de recursos financeiros no período da crise; e custos, que apresentou o novo cenário de despesas e saídas de recursos financeiros da OSC.

No que se refere ao **beneficiário**, os impactos têm sido imediatos e de curtíssimo prazo. É o que nos aponta o infográfico “Temas e tempos de resposta” da plataforma “Emergência Covid-19”. Nos primeiros três meses da crise sanitária, o mapeamento realizado por representantes de fundações, institutos, empresas e outros investidores sociais, aponta uma priorização de esforços e recursos para a “mobilização e coordenação de ações emergenciais em face dos impactos imediatos e diretos da pandemia”, que podemos identificar nas ações de comunicação e conscientização, produção e disponibilização de materiais de proteção, como máscaras, álcool em gel e itens de higiene, distribuição de cestas básicas e outras formas de mobilização e doações.

Em relação ao atendimento, podemos citar a adoção de práticas de ensino à distância como impacto imediato, sendo adotado inclusive por OSCs de esportes e atividade física. Em pesquisa realizada no início de abril, a REMS identificou que 71% das organizações da rede desenvolveram estratégias para realizar suas atividades de forma online. “Uma dificuldade encontrada em relação às aulas online é o fato de que nem todos os alunos têm acesso à internet. Mesmo enfrentando uma pandemia, temos compromissos com nossos alunos e não podemos deixá-los desamparados, principalmente neste momento”, relatou William Boudakian, Diretor Executivo do Instituto Família Barrichello, organização responsável pela Secretaria Executiva da REMS. Em matéria publicada no site da rede, o gestor salienta que o esporte e a atividade física auxiliam, inclusive, na redução do estresse e melhora da saúde, o que é muito importante agora. “Apoio à cultura e ao bem-estar”, a propósito, é um dos eixos apresentados no, já citado, infográfico “Temas e tempos de resposta” (REDE ESPORTE PELA MUDANÇA SOCIAL, 2020).

No dia 6 de abril de 2020, Dia Internacional do Esporte para o Desenvolvimento e pela Paz e Dia Mundial da Atividade Física, a REMS lançou a campanha #EsporteEmCasa. Tradicionalmente, a data é celebrada com a realização do evento Esporte na Rua, concebido como um grande chamado para a população realizar esporte e atividade física em locais públicos e chamar a atenção para o nosso esporte para a mudança social. Este ano, além das OSCs, algumas secretarias estaduais e municipais entraram no desafio e adotaram o #EsporteEmCasa como “projeto

especial”, como é o caso da Secretaria do Esporte e Juventude do Ceará. Usando as redes sociais da secretaria, vídeos produzidos e apresentados por profissionais de educação física são postados diariamente, com o intuito de estimular prática de exercícios em casa, em atendimento às recomendações científicas para o período da pandemia.

A REMS, por meio das OSCs membras e de parceiras, também está prestando ajuda humanitária em meio à pandemia. Na pesquisa realizada foi possível identificar a arrecadação demais de R\$ 4.000.000,00 em as ações espalhadas por 21 cidades em oito estados diferentes. Ana Moser, presidente do Instituto Esporte e Educação, assinala que a compra de suprimentos para as famílias tem sido realizada “nos mercados das próprias comunidades, pois, desta maneira, além de conseguir distribuir itens essenciais a quem está precisando, colaboramos também para a economia local”. A rede também é parceira da campanha de arrecadação de cestas básicas chamada #VencendoJuntos, realizada por um grupo de importantes atletas ligados a instituições sociais (alguns membros da REMS), que se uniram para ajudar famílias em situações de risco e com dificuldades de acesso a bens básicos para sobrevivência, arrecadando recursos para fornecer três meses de cesta básica. A primeira fase, chamada Ippon no Corona, beneficiou 2.000 famílias. Na sua segunda fase, o objetivo inicial é arrecadar recursos para assistir 33 mil famílias com 3 meses de cestas básicas e, para isso, a meta inicial é arrecadar 10 milhões de reais.

O Projeto Como Anda está organizando uma série de fóruns, nesse período de isolamento, até o dia 16 de maio já haviam realizado três encontros virtuais: ativismo e *advocacy* para a mobilidade a pé; mobilização e engajamento em campanhas; manifestos para uma cidade pós-coronavírus. No último encontro, os temas abordados foram: O primeiro ano do resto das nossas vidas; a sociedade pós-pandemia e a (re)ocupação da cidade; a prática da mobilidade sustentável e a realidade pós pandemia: cidades compactas e mobilidade sustentável ainda serão uma solução; reprodução social e mobilidade a pé das mulheres; casa é cidade; brincar na rua de forma híbrida; manifesto pela valorização do pensamento do pedestre (<https://medium.com/@comoanda>).

Por meio de dicas de brincadeiras em casa e com o objetivo aproximar e conectar as pessoas com o espaço onde vivem, inspirando-as a explorá-lo em vários sentidos, o Instituto Corrida Amiga lançou o “Corrida Amiga em casa”. Uma dessas brincadeiras é “A cidade em casa”, que visa recriar espaços urbanos dentro de casa. Em seu manifesto, o Corrida Amiga se apresenta

como uma organização que troca experiências sobre a mobilidade das cidades e que inspira as pessoas a trocarem o carro pelo tênis e transporte público coletivo (CORRIDA AMIGA, 2020).

Devido a quarentena, o Programa de Desenvolvimento Humano pelo Esporte (PRODHE), mantido pela Universidade de São Paulo por meio do Centro de Práticas Esportivas da USP, oriundo da parceria entre a USP e o Instituto Ayrton Senna entre os anos 1995 e 2009, criou um Blog coletivo Desenvolvimento Ativo Familiar que, em razão dos acontecimentos, está com conteúdo apropriado para este período de isolamento social. Segundo os organizadores, o objetivo é “cultivar o valor e o hábito do movimento corporal em suas muitas possibilidades”. Até aqui, o blog já recebeu diversas contribuições, incluindo jogos e brincadeiras, atividades de alongamento e respiração consciente e esportes de raquete com materiais recicláveis. Para participar, basta entrar em contato: <https://desenvolvimentoativofamiliar.blogspot.com/>.

O Impulsiona, programa do Instituto Península que estimula o uso do esporte como ferramenta educacional, convocou professores de educação física a mandarem ideias de atividades físicas simples e seguras de serem feitas em casa, por alunos de diferentes idades e seus responsáveis. As contribuições podem ser conferidas aqui: <https://impulsiona.org.br/exercicios-fisicos-em-casa/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Redigir as considerações finais, não é tarefa fácil, principalmente sobre algo que vem impactando a vida em nosso planeta de forma tão abrangente e avassaladora, e sobre o qual temos muitas incertezas quando pensamos em perspectivas futuras. Até o fechamento deste capítulo, mesmo que o nosso compromisso tenha sido um recorte delimitado, descritivo e pontual sobre o cenário das Organizações da Sociedade Civil do esporte e da atividade física e como elas se adaptaram às suas atividades para contribuir no enfrentamento do COVID-19, percebemos também que o trabalho em rede, que congrega vários coletivos organizados, formais ou não, continuaram se apoiando e desenhando estratégias coletivas para o enfrentamento do COVID-19, que podemos dizer que é característico do poder da mobilização social e do voluntariado.

A partir do levantamento realizado, foi possível observar que este conjunto de OSCs vem desenvolvendo ações neste período especialmente relacionadas (1) ao incentivo da prática de atividades físicas, (2) ao apoio às famílias das comunidades e (3) à promoção de fóruns de discussão sobre ações em curso e sobre possíveis cenários futuros. Ainda que não existam dados abundantes sobre o impacto destas e de outras ações que não foram contempladas neste capítulo, e considerando a conjuntura política, social e econômica que vivemos no Brasil, podemos dizer que tais instituições vêm atuando como protagonistas para o conjunto de pessoas atendidas por elas, assim como o compartilhamento de suas experiências com outras instituições.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. R., GARCIA, L.M.T. E PEREZ, D.C.P. Colaborações locais para a promoção da atividade física: uma análise de rede. *Cad. Saúde Pública*. v.34, n.10, p. 1-13, 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Saúde. Página do Boletim diário do COVID-19. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/16052020boletim_covid_19_diario.pdf> Acesso em 16 de maio de 2020.

CLAUDIO KRAVCHYCHYN, C. e OLIVEIRA, A.A.B. Projetos e programas sociais esportivos no brasil: uma revisão sistemática. *Movimento*, Porto Alegre v. 21, n. 4., p. 1051-1065, 2015.

CORREIA, M. M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, 2008.

CORRIDA AMIGA. Blog. Disponível em: <<https://corridaamiga.org/2020/05/05/corrida-amiga-em-casa-adaptacao-de-metodologias-da-ong/>>. Acesso em 8 de maio de 2020.

ENAP, Escola Nacional de Administração Pública. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. BRASÍLIA, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3845>>. Acesso em 17 de maio de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sistema de Monitoramento Inteligente do Governo de São Paulo atualiza diariamente índice de adesão ao isolamento social no Estado. Página inicial Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento/>. Acesso em 16 de maio de 2020.

IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016. Rio de Janeiro, 2019. 105p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>. Acesso em 15 de abr. 2020.

Infográfico Emergência Covid-19: Temas e tempos de resposta. Disponível em: https://emergenciacovid19.gife.org.br/wp/media/2020/05/Infogra%CC%81fico_final_v2.pdf. Acesso em: 9 de maio de 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Painel do Coronavírus. Página inicial. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em 16 de maio de 2020.

PONTE. Reportagem. Disponível em: <https://ponte.org/ausencia-de-dados- raciais-nacionais-compromete-combate-a-covid-19-nas-periferias/> Acesso em 18 de maio de 2020.

REDE ESPORTE PELA MUDANÇA SOCIAL. Notícias. Disponível em: <http://rems.org.br/br/ongs-da-rede-esporte-pela-mudanca-social-prestam-ajuda-humanitaria-em-meio-a-pandemia/> Acesso em 16 de maio de 2020.

RAVIOLI, A.F., SOÁREZ, P.C. e SCHEFFER, M. C. Modalidades de gestão de serviços no Sistema Único de Saúde: revisão narrativa da produção científica da Saúde Coletiva no Brasil (2005-2016). *Cad. Saúde Pública*, v. 34, n. 4, p. 1-16, 2018.

REDE ESPORTE PELA MUDANÇA SOCIAL. Relatório Anual - 2019. Disponível em: <http://rems.org.br/br/relatorio-anual-da-rems-2019/> Acesso em: 12 de maio de 2020.

STOPPA, E.A. (Organizador). *Gestão de esporte e lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo*. São Paulo: Plêiade, 2011. 137 p.

TABARES, J. F. O esporte e a recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social. in: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social*. Rio de Janeiro: Shape, p. 212-224, 2006.



EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA EM MUDANÇA SOCIAL

GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

Palavras Chave: Mudança social; movimentos sociais; movimentos no século XX; epistemologia da pesquisa em humanas; sociologia

CIÊNCIA E CIÊNCIAS

A ciência moderna é, essencialmente, o retrabalhar das ideias e dados coletados historicamente a partir do paradigma científico desenvolvido inicialmente por Galileu, Newton, Darwin e Descartes. A humanidade observa as estrelas e a natureza a seu redor desde sempre. Teorias como a dos movimentos dos planetas, da gravidade ou da adaptação das espécies são originais pelo paradigma científico moderno, no qual elas se fundamentam.

A evolução da ciência, e seu sucesso, vão se basear também em práticas científicas generalizadas, voltadas, na sua origem, para as ciências da natureza, ou áreas duras. Replicabilidade, experimentação, mensuração, comparação, uso de grupo controle são algumas técnicas de pesquisa que permitem avançar o conhecimento, reformular as teorias e construir assertivas científicas com conteúdo de verdade, para aquele momento específico. Os desdobramentos da ciência moderna são evidentes e não é o caso de retomar sua discussão, embora alguns autores como MAURÍCIO TRAGTENBERG (1979) e PAUL FEYERABEND (2007) apontem para uma supervalorização da sua infabilidade. Convém ter presente, também, que as subáreas de humanas têm histórias diferentes. O direito romano, a filosofia grega ou a política de Platão são campos anteriores à constituição da ciência moderna, enquanto outros, como a sociologia, são muito recentes.

Com relação às ciências humanas a questão da apropriação do paradigma científico é mais complexa. É evidente que neste caso as técnicas de pesquisa acima apontada são difíceis de aplicar, ou impossíveis. Não se trata mais de um laboratório onde as variáveis podem ser trabalhadas separadamente e fazer intervenções dirigidas. Não há também como falar de técnicas, no sentido etimológico de obter sempre o mesmo resultado a partir da sua aplicação em condições controladas. Quando muito um conhecimento de natureza normativa que pode aproximar o pesquisador a um objetivo previamente definido. Tendo sempre presente que no caso de um conhecimento técnico o critério de sucesso é interno e inerente ao objeto (o objetivo de cura de uma técnica cirúrgica é universal, se o objetivo não é a cura não se trata de uma técnica cirúrgica, pelo menos dentro dos padrões éticos que a medicina adota institucionalmente) enquanto que no caso de um conhecimento de natureza normativa o critério de sucesso é definido antes e externamente ao objeto onde é aplicado (uma técnica pedagógica pode definir como objetivo de sucesso a alfabetização no menor tempo possível, um critério de sucesso entre muitos outros). No caso da técnica espera-se cem por cento de sucesso se todas as variáveis forem corretamente controladas, já no conhecimento normativo (como é comum na educação, economia, política ou direito) não existe essa relação.

Esta impossibilidade de uso da prova laboratorial cria uma situação paradoxal. Por um lado, as teorias se multiplicam e permanecem vivas e legitimadas mesmo quando são absolutamente excludentes entre si. Por outro lado, as teorias são importantíssimas para o desenvolvimento do campo científico, em função justamente da fragilidade da abordagem empírica.

No campo de pesquisa da sociologia, seu objeto de pesquisa, a sociedade, tem características próprias. Para começar, o sujeito agente da ação de pesquisar está inserido e é fruto do seu objeto de pesquisa. Além disso, o objeto de pesquisa está em permanente transformação no tempo, o que torna toda série temporal de dados de difícil comparação. Ou ainda, o número praticamente infinito de variáveis torna inevitável o recurso de cortes epistemológicos, que diminuem a confiabilidade dos resultados.

Neste sentido, a ideia de definir a pesquisa sociológica como pesquisa em mudança social faz uma aproximação mais correta ao objeto de estudo, considerando suas características constitutivas. Há, contudo, outro aspecto a ser considerado. É difícil pensar uma mudança social decorrente de uma

causa social (embora Durkheim trabalhe nessa linha de raciocínio devemos levar em conta que está tentando construir a especificidade de uma área nova de conhecimento). Normalmente a mudança social decorre de transformações políticas, econômicas, culturais ou de uma combinação entre elas. De uma revolução de trabalhadores à luta pela emancipação das mulheres sempre estão presentes questões políticas, econômicas e culturais, atravessando o processo de mudança social.

Com Durkheim, Marx e Weber, assim como seus principais desdobramentos a exemplo de marxistas (Luckács ou Gramsci, por exemplo), Bourdieu e Habermas, a sociologia busca compor um corpo teórico que seja, ao mesmo tempo, específico da área de conhecimento e que abarque minimamente toda a sua diversidade. A pesquisa em sociologia vai partir da apropriação de uma destas teorias sociológicas mais comumente aceitas e avançar dentro das características de cada escola. O fato de, em humanas, muitas vezes, escolas de pensamento serem mutuamente excludentes aponta para o fato (inevitável) de que ambas não podem estar certas. Isto, contudo, não é fundamental. O fato de a pesquisa ser apoiada num autor específico, numa perspectiva de ortodoxia metodológica com relação às suas ideias, vai permitir que o leitor perceba a coerência da reflexão, sua complexidade e profundidade. Muitas vezes pesquisas de boa qualidade e sofisticadas, mesmo partindo de escolas de pensamento diferentes, chegam à construção descritiva de determinado aspecto social com pontos significativos em comum. Ou seja, não há bom referencial que não possa ser usado de forma superficial e equivocada, assim como, todas as grandes escolas de pensamento, se bem utilizadas, podem contribuir para aumentar o conhecimento sobre alguns aspectos do real.

A questão da interdisciplinaridade, pensada de uma forma objetiva e delimitada, passa então pela compreensão dos recursos de pesquisa de dois campos diferentes de pesquisa. Por exemplo, a pesquisa sobre uma greve ou um movimento popular contra o custo de vida pode partir, ou ter como base, um dos teóricos clássicos (ou ainda uma interpretação específica de um deles), mas precisa também dispor de uma familiaridade básica com pesquisas da área econômica que pensam, por exemplo, distribuição de renda, moeda, inflação, custo de vida, crescimento econômico e etc.

A interdisciplinaridade, de certa forma, está na própria origem da sociologia. Marx dialoga fortemente com a economia, assim como Weber com a política e Durkheim com a cultura.

No contexto mais amplo da sociedade, como objeto de pesquisa, partindo da ideia de que ela está permanentemente em mudança, os movimentos sociais possibilitam um recorte que, sem deixar de ser amplo, permite uma aproximação mais seletiva e sistemática ao objeto. A mudança social não se limita aos movimentos sociais, mas os movimentos sociais ajudam a delimitar, no tempo e no espaço os sujeitos sociais envolvidos, suas interações seletivas, as trocas materiais e simbólicas que ocorrem, assim como o cenário mais amplo onde ele exerce alguma influência.

A MUDANÇA SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O conceito de mudança social é evidente. A sociedade está em permanente transformação e os processos de mudança são constantes. Sua apropriação enquanto objeto de pesquisa sociológica, contudo, não é simples. Não é fácil delimitar onde e quando começa e acaba um processo de mudança social, assim como nem sempre estão claros seus principais sujeitos sociais e os papéis que desempenham na mudança. Processos que se deram há muito tempo não mostram bem seu impacto real no momento em que ocorreram, em função das características da mudança já terem sido incorporada ao cotidiano que rodeia o pesquisador. Mudanças sociais contemporâneas ao pesquisador não mostram facilmente seu verdadeiro alcance e natureza no tempo.

No final do século passado vai ocorrer um debate sobre a natureza da mudança social enquanto um processo linear e, portanto, evolucionista ou processos cíclicos diversos sem uma necessária relação entre si (REZENDE, 2002). Desde já este tipo de abordagem é fortemente teórica, tendendo a subordinar as conclusões da observação do real à própria opção metodológica prévia, como é característico, aliás, tanto dos evolucionistas como dos marxista (existe uma discussão de que o marxismo seria um modelo evolucionista de modos de produção que não cabe discutir aqui).

Com relação especificamente à percepção da mudança social enquanto ciclos há também uma distinção entre ciclos curtos e longos. Neste caso os ciclos curtos seriam muito visíveis e teriam forte impacto imediato sobre a realidade social. Todas as mudanças nas formas de relacionamento social, que estamos assistindo agora, em função do desenvolvimento de novos usos da tecnologia da comunicação podem servir de exemplo. O problema aqui é a dificuldade em perceber

a real duração dos fenômenos. Ninguém nega a importância hoje do facebook, mas convém lembrar que até poucos anos atrás havia uma locadora de fitas de vídeo cassete em cada quarteirão da cidade.

Já os chamados ciclos longos apontam mudanças profundas nas características de uma sociedade. Sua evolução, contudo, é lenta e discreta, sendo difíceis de trabalhar enquanto objeto de pesquisa sociológica. Podemos colocar como exemplo o fato a seguir. Há pouco mais de dez anos aconteceu de uma professora da rede pública de ensino esquecer um aluno de castigo e ir almoçar. Foi notícia de jornais, despertou uma onda de indignação e de reprovação popular. O interessante é notar que este tipo de coisa acontece há pelo menos cem, Quase todos os idosos lembram-se de alguma história similar. E não era motivo de escândalo, pelo contrário, as pessoas comentavam coisas como “- é bom, assim os meninos aprendem...”. Em algum momento a percepção social sobre o papel do profissional de ensino e o respeito pelos direitos da criança mudaram, a ponto de um comportamento socialmente aceito passar a ser condenado. Mudanças como esta devem estar acontecendo agora, mas não são fáceis de enxergar até que se generalizam.

A intenção aqui é conjugar a ideia de mudança social com a de movimento social e apontar para uma definição de movimento social como um objeto que delimita, de forma positiva, a ideia mais ampla de mudança social, procurando pensá-lo numa perspectiva interdisciplinar como já foi apontado, relacionando uma escola de pensamento sociológico legitimada na academia com um referencial original da economia, da política, ou cultura. O movimento social, neste sentido, é uma manifestação específica da mudança social. Não é a única e não mantém uma relação de hierarquia, ou mesmo valorativa, dentro do campo mais amplo da mudança social. A ideia de que o conceito de movimento social pode constituir-se uma delimitação positiva da mudança social se baseia no fato de que, na maioria dos casos, o objeto de pesquisa movimento social trazer consigo referências mais concretas quanto ao momento e lugar em que ocorre, assim como os papéis que desempenham os diferentes sujeitos sociais envolvidos.

Conforme buscamos desenvolver num texto anterior (GUTIERREZ e BETTINE, 2017), as ciências sociais, de uma forma geral, e mais especificamente a sociologia, vivem desde o início do século XX um grande embate que divide a reflexão entre marxistas e não marxistas. A questão da percepção acadêmica dos movimentos sociais não foge à regra.

Mas existem outras interfaces que convém ter presentes. Uma delas é com a ciência política. A mudança social passa de uma forma geral pelas relações de poder

de cada grupo social, no interior da sociedade. Da forma como as ciências humanas foram sendo construídas, no interior da academia, o poder é objeto de pesquisa da ciência política, o que leva a colocar o objeto mudança social no campo da política, com a observação de que o poder na sociedade é, em essência, poder institucionalizado ou, em outros termos, só ocorrem mudanças sociais quando elas são percebidas e adotadas pelas instâncias institucionais de poder (como o poder executivo ou o poder legislativo). Em outra perspectiva, as mudanças sociais começam e terminam no próprio âmbito da sociedade e o poder institucionalizado ou, mais especificamente, seus representantes se quiserem sobreviver politicamente terão que adotar as mudanças da própria sociedade.

Movimento social, num sentido genérico, faz referência a qualquer grupo de pessoas que se articula na busca de um objetivo específico que altera as relações sociais dentro de um determinado contexto. Tem um fundo claramente político, no sentido etimológico do termo, já que visa modificar a distribuição de poder na sociedade.

Para ultrapassar esta definição, quase profilática, torna-se necessário (a) perceber o objeto numa perspectiva histórica e (b) e inseri-lo coerentemente numa explicação macrosociológica ou, em outros termos, numa escola de pensamento legitimada entre os pares do meio acadêmico.

Com relação ao primeiro aspecto, os movimentos sociais são comumente associados ao desenvolvimento da democracia representativa liberal, numa relação que alterna situações de complementação e de confronto. O movimento social, portanto, é fruto da modernidade, das sociedades industriais e do desenvolvimento das democracias representativas. (BRINGEN, ETCHART, 2008; PERREIRA, 2012).

Com relação ao segundo aspecto a questão é mais controversa. Há uma diferença importante de abordagem. Desde a perspectiva das democracias liberais os movimentos sociais complementam as ações dos partidos políticos nos limites da representação formal, seja no Poder Legislativo e ou no Executivo. Neste sentido, os movimentos sociais tendem sempre à sua própria extinção, seja porque (a) ocorre uma desmobilização que leva a seu desaparecimento da cena social, (b) por que consegue, mesmo parcialmente, ver atendidas suas reivindicações, o que leva ao seu consequente esvaziamento ou (c) por que ele se transforma mudando a agenda de reivindicações e a sua estrutura interna. O fato definidor é que na perspectiva da democracia liberal toda mudança social vai ocorrer, sempre, através das formas institucionalizadas de representação. Ou seja, reivindicações populares só vão transformar efetivamente as

relações de poder na sociedade na medida que são incorporadas formalmente pelas instâncias de representação política do poder Legislativo, do Executivo ou, ainda, pelo Judiciário em situações de conflito entre os outros dois.

Desde a perspectiva marxista os movimentos sociais antecedem e ultrapassam a ação dos partidos burgueses, constituindo-se no elemento central da revolução comunista. Esta concepção está na própria origem do marxismo e vai inspirar as formas de luta dos partidos comunistas durante todo o século XX. Karl Marx em seu livro *A Guerra Civil na França* (2011), um dos seus textos mais pragmático onde introduz o conceito de ditadura do proletariado, aponta a importância das lutas e revoltas populares para tomada do poder pela classe trabalhadora e a vitória da revolução socialista. Esta estratégia é complementada (ou deturpada, dependendo da análise) por Lenin, somando as propostas de profissionalização da militância do partido comunista e as tentativas de ocupar espaços (aparelhar no jargão comunista) nas instâncias importantes da sociedade, como as forças de segurança, meios de comunicação de massas, universidades ou administração pública. O sucesso da revolução socialista, ou ainda da implantação do projeto do socialismo real, passa pela articulação de todos estes elementos, sob direção e controle do partido comunista e a ajuda dos sindicatos autênticos (ou simplesmente alinhados com os comunistas), movimentos sociais e a ação de órgãos representativos da sociedade civil organizada.

Nos casos mais emblemáticos de tomada do poder pelos comunistas, a revolução soviética na Rússia e a revolução maoísta na China, vamos encontrar estes fatores associados a uma forte crise de legitimidade do governo capitalista e o desgaste decorrente de um conflito militar externo. Mas, de uma forma geral, as tentativas comunistas de tomada do poder, bem-sucedidas ou não, passam pelos movimentos sociais.

A diferença entre as duas concepções de movimento social é clara. Na perspectiva liberal os movimentos sociais podem colaborar, ou até mesmo aprimorar, o funcionamento da democracia representativa, mas jamais poderão substituir suas formas institucionalizadas de consultas e tomada de decisões. Inclusive, em última instância, os movimentos sociais só poderão ter suas pretensões atendidas a partir do momento em que sejam acolhidas pelo poder político institucionalizado. Na perspectiva marxista os movimentos sociais, por sua vez, tendem a ultrapassar as formas burguesas de representação e a cumprir um papel importante na articulação que derruba o regime capitalista e impõe um governo revolucionário comunista.

Em termos conceituais mais gerais o movimento social se situa entre dois extremos: a guerra civil e a explosão pontual de violência política. No caso da guerra civil ocorre um esgarçamento do tecido social onde o estado não consegue mais exercer minimamente seu papel de conciliar os interesses dos diferentes grupos que compõem a sociedade, que partem para o conflito direto e armado. É a radicalização da ação dos movimentos sociais em luta uns contra os outros. Já as explosões pontuais de violência política se caracterizam por alastrarem-se rapidamente e, com a mesma rapidez, esgotar seu poder de manifestação. É o caso dos linchamentos, ações de vandalismo ou saques gerados por um fato pontual como, por exemplo, a morte de uma pessoa de uma comunidade pelas forças de segurança. É uma manifestação social que não chega a se constituir como movimento.

Existem muitas definições e tipologias do que é um movimento social. Podemos citar, por exemplo, a de SHERER-WARREN (2014) (movimentos sociais organizados, manifestações ou marchas dos movimentos sociais, manifestações amplas da cidadania e/ou “indignados”, manifestação bloqueio ou “formas de ação nas ruas”, ação manifesto sociocultural). Para efeito deste texto, a definição ampla apresentada no início parece suficiente.

EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NOS REGIMES DE DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO SÉCULO XX

O melhor exemplo de movimento social é, sem dúvida, o movimento feminista ou das mulheres. Surgido no final do século XIX, no esteio da busca de igualdade propugnada pela revolução francesa, vai se focar inicialmente nos direitos políticos, como a extensão do direito de voto para as mulheres e o acesso ao ensino. É um movimento vitorioso que tem suas reivindicações atendidas no tempo. Este sucesso, contudo, não diminui o movimento ou leva a uma desmobilização permanente. Pelo contrário, apesar de fortes conflitos e divergências internas, o movimento consegue se atualizar mantendo-se presente com novas questões para a agenda pública. Ele transita constantemente pelos diferentes campos aqui apontados, podendo focar-se tanto na política (o direito a voto, por exemplo), na economia (salários iguais) ou cultura (denúncia do preconceito ou agressões).

Outra linha de atuação importante para os movimentos sociais é a luta pela terra e a reforma agrária. No Brasil podemos destacar a atuação das Ligas

Camponesas e Francisco Julião no Nordeste, muito atuantes até o processo repressivo que se seguiu à tomada do poder pelos militares em 1964. Estas questões relacionadas com a ocupação da terra e a reforma agrária são retomadas, a partir dos anos 80, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, agora dentro de uma proposta fortemente influenciada pelo marxismo, com uma clara hierarquia interna, a divisão de tarefas entre militantes, quadros, dirigentes e ideólogos, escolas de formação política de quadros e a adoção de práticas clandestinas, ou semiclandestinas.

Outro exemplo de movimento social são as Sociedades Amigos do Bairro (SAB's) que se originam na Europa e chegam ao Brasil em torno de 1930. Com o início do regime militar em 1964 sofrem um processo complexo onde, por um lado, são mal vistas e eventualmente controladas pelo poder público e, por outro, principalmente a partir da flexibilização do regime na década de oitenta, são alvo de tentativas de utilização política por parte de setores da esquerda política.

Outro movimento importante, do final da década de setenta, foi o Movimento Contra a Carestia ou custo de vida (MCC). Numa interface com as associações de bairro e as Comunidades Eclesiais de Base (organizações ligadas à igreja católica e inspiradas na Teologia da Libertação que segue o Concílio Vaticano II) o MCC chega a fazer manifestações significativas, com suas lideranças ocupando um espaço político importante, vai desaparecer nos anos seguintes entre lutas internas, tentativas de instrumentalização política pela esquerda e a repressão do governo. Vamos perceber aqui, em função da conjuntura do fim do período militar, em geral, uma maior politização de todo o ambiente social.

Entre 1983 e 84 vamos assistir o movimento pela eleição direta para presidente da república, chamado Diretas Já e composto por um amplo leque de aliança entre a população em geral, órgãos da sociedade civil organizada e partidos políticos institucionalizados. Uma aliança parecida vai apoiar, e conseguir, o impedimento do presidente Fernando Collor em 1992. Estes movimentos também são classificados como movimentos civis, numa alusão ao conceito de cidadania, já que envolvem setores institucionalizados.

Os movimentos sociais no Brasil parecem seguir uma dinâmica própria, sem repetir necessariamente o que acontece em outros lugares. Na Europa Ocidental o movimento ecológico, por exemplo, parece ter muita mais história e penetração na sociedade do que no caso brasileiro. O movimento de ocupação de imóveis urbanos, chamado Okupa, também

tem pouca repercussão no Brasil. Só mais recentemente as ocupações de imóveis urbanos passam a ser mais importante, mas num modelo que se origina no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo chamado Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, e que traz marcas organizacionais típicas da sua origem.

Neste mesmo sentido, os movimentos sociais no Brasil não parecem alinhados com os movimentos nos Estados Unidos da América. O movimento dos direitos civis dos negros, muito importante na década de sessenta, não parece ter uma relação direta com a dinâmica dos movimentos nacionais. Da mesma forma, os movimentos contra a guerra do Vietnã e as manifestações hippies e de contracultura parecem ter tido menos repercussão no Brasil que em outros países ocidentais. Convém ter em mente o regime político que o país vive no período.

Mas, de uma forma geral, vamos encontrar aqui a interação proposta ao observar uma relação comum entre a mudança social e aspectos econômicos, políticos ou culturais.

EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NOS PAÍSES DO SOCIALISMO REAL NO SÉCULO XX

Os pesquisadores dos movimentos sociais têm, na maioria dos casos, uma formação teórica de esquerda e, portanto, tendem a se interessar mais pelos casos de confronto com os regimes capitalistas. Isto não impede que nos países de economia planificada, também chamados de comunistas ou ainda de socialismo real, também existam movimentos sociais.

Todo o carinho e admiração com que a esquerda olha os movimentos sociais nos países capitalistas não tem continuação quando ela chega ao poder. Os países comunistas sempre se caracterizaram, e ainda se caracterizam, por se constituírem em estados policiais que exercem um férreo controle político da população. Mesmo assim, há exemplos de movimentos sociais importantes.

As pesquisas dos movimentos sociais, que ocorrem nos países do socialismo real, apresentam um desafio epistemológico adicional. Como já foi colocado, a pesquisa clássica em sociologia parte das teorias de Durkheim, Marx ou Weber. Pois bem, os dirigentes dos países do socialismo real, qua-

dros dos partidos comunistas nacionais, argumentam que apoiam suas ações políticas e econômicas na interpretação do modelo marxista. Tendo em conta este fato, um movimento social que se contrapõe a um regime inspirado no marxismo pode ser estudado a partir das categorias de análise deste mesmo pensador? Tentando ter um mínimo de coerência, podemos pensar em duas alternativas:

1. Um movimento social que se contrapõe a um regime marxista, quando estudado da perspectiva marxista, deve ser por definição reacionário e contrarrevolucionário.
2. O governo que se auto intitula marxista pode não ser verdadeiramente marxista. Neste caso o referencial marxista pode ser usado com liberdade, embora possa ocorrer alguma confusão terminológica na análise.

De qualquer forma, convém ficar atento ao estudar movimentos sociais que atuam em regimes que se autodenominam marxistas, em função desta superposição entre a escola de pensamento adotada pelo pesquisador e a sua coincidência com relação à referência ideológica das práticas, ou pelo menos do discurso, dos agentes das ações sociais que compõem o objeto de pesquisa.

Vamos a alguns exemplos. Em Berlin, na Alemanha Oriental, em 1951, um forte movimento popular que conjugava a imigração para a região da cidade controlada pelos Aliados (EUA, Inglaterra e França) com a simpatia pela ideologia capitalista, levou à construção do famoso Muro de Berlim, uma construção de 66,5 quilômetros de paredes e grades, com mais de trezentas torres de vigilância. Sua derrubada, por um movimento popular, em novembro de 1989, constitui o mais forte símbolo do fim do comunismo soviético.

Em 1968, na antiga Tchecoslováquia, um movimento popular a favor de reformas políticas, como maior liberdade individual e autonomia com relação à URSS, leva a que o governo busque avançar nesta direção, num processo que só vai ser revertido pela ocupação militar do país pelas tropas do Pacto de Varsóvia (na prática, tropas da Rússia).

Outros movimentos parecidos vão surgir no Leste europeu. Talvez o mais interessante seja o movimento denominado Solidariedade na Polônia. Surgido de uma federação sindical original dos estaleiros Lenin, na cidade de Gdansk, ele vai se expandir até se transformar num forte movimento social reivindicando maior liberdade, direitos para os trabalhadores e mudanças políticas. A trajetória do Solidariedade é típica dos movimentos sociais, começa como expressão de anseios

populares, aumenta sua base política, transforma-se em partido político e seu líder original, Lech Walesa, se elege presidente da república em 1990.

Antes disso, em 1980, em Cuba ocorre o chamado Grande Êxodo de Mariel. Depois de um incidente com um funcionário, a embaixada do Peru se viu invadida por dez mil pessoas querendo deixar a ilha. Frente a esta situação o governo cubano libera o porto de Mariel para as pessoas que quisessem imigrar pudessem deixar o país. O processo é muito confuso e o governo de Cuba é acusado, até hoje, de misturar cidadãos comuns com presidiários e doentes mentais. Dos 125.000 cubanos que chegam a Miami calcula-se que, pelo menos, quinze por cento fossem delinquentes comuns.

A própria queda do regime comunista na Rússia, país hegemônico entre as nações comunistas do Leste europeu, é fruto de uma grande mobilização popular em torno de reivindicações de liberdade e mudanças políticas, em 1989.

Na China, também em 1989, ocorre uma série de manifestações populares em Pequim que levam à ocupação da Praça da Paz Celestial por manifestantes exigindo mudanças no regime e contra a corrupção. Esta manifestação inicia no dia 15 de abril e será violentamente sufocada no dia 4 de junho. Informações descontraídas falam entre quatrocentos e sete mil mortos.

Os movimentos sociais que ocorrem nos países ditos socialistas são, de uma forma geral, movimentos com forte ênfase na dimensão política, embora em alguns casos possam ser disparados pela limitação das liberdades individuais e uma relativa precarização das condições de vida. A forte censura exercida pelos governos da época tampouco ajuda a uma melhor compreensão da natureza e características destes movimentos sociais.

MOVIMENTOS SOCIAIS NO SÉCULO XXI

A falência do socialismo real com a queda do Muro de Berlim traz consequências profundas, cujos efeitos só poderão ser medidos com o passar do tempo (GUTIERREZ e BETTINE 2017).

Grande parte dos movimentos sociais, durante quase todo o século XX, vai se caracterizar por refletir a luta de classes típica do modo de produção capitalista, num conflito que coloca de um lado demandas dos trabalhadores e setores populares da sociedade, contra o capital e estado normalmente classificado de burguês.

Como foi apontado, já havia fissuras neste quadro, seja pelos movimentos sociais críticos que ocorrem no interior do socialismo real, também chamados países de economia planificada, seja por movimentos sociais com ênfase em questões culturais.

Há, porém, certo consenso no campo da pesquisa a respeito de que com a queda do Muro a perspectiva dos movimentos sociais parece ampliar-se, surgindo uma série de novos movimentos apoiados em questões culturais e de identificação social. O verbete Novos Movimentos Sociais da Wikipédia fala em “numerosas formas de identificação social autonomizadas como negros, gays, ambientalistas, ruralistas, feministas, pacifistas, veganistas, imigrantes, indígenas, consumidores, trabalhadores sem teto e sem-terra, ativistas antiglobalização, atingidos por barragens e inúmeros outros”.

Aqui parece importante apontar algumas questões. Em primeiro lugar, se efetivamente surgem novos movimentos sociais motivados por questões de identificação social e cultural, eles vão conviver e dividir espaço com movimentos anteriores marcados por (a) a questão tradicional das lutas de classe e distribuição da riqueza na sociedade capitalista, a exemplo do movimento dos trabalhadores sem terra ou sem teto e (b) movimentos antigos, cujas raízes históricas podem retroceder ao século XIX e que possuem uma forte identidade própria, como é o caso do movimento feminista.

Além disso, esta nova realidade pode ser mais multifacetada do que parece num primeiro momento. Neste sentido, convém refletir sobre a observação de Ferraz (2019) a respeito do cenário: “O avanço da constituição de movimentos sociais em torno dos direitos civis (movimento de mulheres, movimento LGBTI, movimento negro, quilombola e indígena) denunciava a invisibilidade social desses indivíduos e a profunda desigualdade, característica da sociedade brasileira e latino-americana. Vivenciamos no período o surgimento do que Ghon denominou política de identidade. Programas públicos e a criação de conselhos e secretarias voltados para determinados grupos populacionais (mulheres, população negra, população LGBTI, indígenas) no interior das políticas de saúde, educação e assistência social foram desenvolvidos por governos de orientação progressista. O que provocou o surgimento de um novo tipo de relação entre movimentos sociais e governos e o revigoramento do clientelismo político, em que as perspectivas de ganhos para os grupos redundam em apoio eleitoral e político para partidos e coalizões governantes”.

É sempre difícil trabalhar com a realidade contemporânea imediata, mas a autora traz aspectos interessantes para a reflexão. Não se trata apenas de uma mudança de sujeitos sociais (agora mais afastados das lutas da classe trabalhadora e setores populares, privilegiando grupos com identidades específicas), e de uma mudança na agenda de reivindicações (a substituição de questões mais coletivas como salário, serviços sociais ou custo de vida, por aspectos socioculturais e de direitos). Trata-se de perceber, também, uma nova forma de relacionamento entre os grupos sociais, a política pública e o poder institucionalizado. Se no século XX os movimentos sociais, de uma forma geral, enfrentavam o estado e as forças de segurança na busca da realização de seus objetivos, essa relação parece ter-se transformado profundamente no momento atual. Hoje, estes novos movimentos sociais dialogam com o poder público num processo de troca de apoios políticos, onde as forças de segurança não apenas não os reprimem, mas podem chegar a ter que defendê-los contra possíveis ataques de outros setores da população, que advogam posturas políticas, ou culturais, diferentes.

Não parece se tratar de uma simples mudança de atores e agendas, mas de uma transformação mais ampla, tanto na forma como os movimentos sociais atuam, como nas características da sociedade que os rodeia e, de certa forma, condiciona a natureza da interação.

Outro aspecto que precisaria ser analisado com mais atenção é a existência de um movimento social inspirado na oposição a outro movimento. Os organizadores da marcha com Jesus chegaram a tentar agendar a manifestação no mesmo local e data da parada pelo orgulho gay, o que foi obviamente impedido pelas autoridades.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre mudança social é de natureza multidisciplinar e, partindo de teóricos da sociologia, vai acabar dialogando com dimensões sociais da economia, política ou cultural e suas diferentes correntes teóricas e pensadores. Parece importante ter certa clareza ao desenvolver esta relação, tanto no que se refere à opção metodológica primeira em sociologia, como com relação às dimensões específicas com as quais a pesquisa vai interagir, tendo sempre presente que o que vai definir a técnica de pesquisa adotada é a característica do tipo de dado necessário para a conclusão da pesquisa.

A observação da mudança social na sociedade contemporânea parece apontar para uma diminuição da importância de agendas baseadas em questões econômicas e políticas para uma ênfase maior em questões de natureza cultural. Esta realidade, contudo, é bastante recente, por um lado movimentos sociais históricos continuam presentes e, por outro, novas e diferentes tendências podem se manifestar a qualquer momento, inclusive apontando para um maior nível de violência popular.

A sociologia é uma área de pesquisa muito complexa e ainda em desenvolvimento. A aproximação interdisciplinar a um objeto de pesquisa não ajuda a simplificar o cenário, pelo contrário, muitas vezes acabam se somando a relatividade conceitual de várias áreas de pesquisa diferentes. Neste sentido, a pesquisa interdisciplinar deve atender a (a) uma necessidade intrínseca para uma melhor compreensão do objeto estudado, (b) deve delimitar da forma mais clara possível a teoria de referência, os demais campos com que se relaciona, e os métodos e técnicas de pesquisa adotados e (c) desenvolver categorias de análise claras e, dentro de cada especificidade, rígidas, de forma a limitar a tendência (de resto inevitável) que a união entre uma área de pesquisa complexa, a multiplicidade de dados disponíveis no real e a flexibilidade da aplicação das teorias (pela falta do recurso empírico), termine levando o pesquisador a desenvolver uma narrativa desconectada do mundo real.

REFERÊNCIAS

BRINGEL. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”, Cad. CRH vol.21 no.54 Salvador Sept./Dec. 2008 *Print version* ISSN 0103-4979 *On-line version* ISSN 1983-8239 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300004>

FERRAZ, Ana T.Rodrigues. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. *Serviços Social & Sociedade*, nº 135, São Paulo, maio/ago 2019. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200346&lng=pt&tlng=pt

FEYERABEND, Paul. *Tratado contra el método*. Tecnos, Madrid, 2007, (trad. Diego Ribas).

GUTIERREZ, Gustavo Luis e Bettine, Marco Antônio. Por que os sociólogos erram sempre?, USP EACH, 2017, (<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/186>)

MARX, Karl. A guerra civil na França (trad. Rubens Enderle), Boi Tempo, São Paulo, 2011.

Novos Movimentos Sociais (verbete), Wikipedia: a enciclopédia livre, (https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_movimento_social)

PEREIRA, Marcus Abílio. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária, Opin. Publica vol.18 no.1 Campinas June 2012, <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100004>

REZENDE, Maria José. Teorias da mudança social: as perspectivas lineares e as cíclicas, Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, nº 32, p.349-378, outubro 2002. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/download/25269/22221>.

SHERER-WARREN, Ilsen. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI, Política & Sociedade – Florianópolis, vol. 13, nº 28, set-dez 2014. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p13>

TRATENBERG, Mauricio. A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder. Rumo, São Paulo, 1979.

CAPÍTULOS E AUTORES

PREFÁCIO

ROBERTO DONATO DA SILVA JÚNIOR

Cientista Social, Mestre em Sociologia (UNESP/FCLAr) e Doutor em Ambiente e Sociedade (UNICAMP/IFCH/NEPAM). Professor Doutor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp. Docente Permanente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (ICHSA) e do Doutorado em Ambiente e Sociedade (DAS).

roberto.junior@fca.unicamp.br

I - DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS TERRITORIAIS

APRESENTAÇÃO

ANDRÉ FELIPE SIMÕES

Prof. Dr. Associado da Universidade de São Paulo – USP; PhD em Planejamento Energético e Ambiental. Atuante nos cursos de Bacharelado em Gestão Ambiental - EACH/USP; PPGs em Energia do IEE/USP; Sustentabilidade - EACH/USP e ProMuSPP. afsimoes@usp.br

OS AGROTÓXICOS E OS HUMANOS: DOENÇAS E CONTAMINAÇÃO

DIAMANTINO PEREIRA

Mestre em Geografia pela USP, Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP, coordenador do ProMuSPP e Professor do Curso de Gestão Ambiental da EACH-USP. diamantino@usp.br

RUBIA FERNANDA PANEGASSI DOS SANTOS

Mestre pelo ProMuSPP. rubia.fernanda.santos@usp.br

**O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA SOBRE OS BABAÇUAIS
MARANHENSES:
IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NOS SABERES E FAZERES DAS
QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU**

FRANCISCA SILVA VIANA

Gestora Ambiental EACH-USP, Especialista em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular UNIFESP, Mestranda do ProMuSPP.
francisca.viana@gmail.com

SÍLVIA HELENA ZANIRATO

Doutora em História, Professora do curso de Gestão Ambiental, do ProMuSPP e do PPG em Ciência Ambiental, todos da Universidade de São Paulo.
shzanirato@usp.br

**SERVIÇOS AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:
GEOÉTICA E A GOVERNANÇA AMBIENTAL DA ÁGUA EM
MEGACIDADES**

ROSELY APARECIDA LIGUORI IMBERNON

Professor-associado 2 pela EACH-USP, orientadora do ProMuSPP e coordenadora do Projeto FAPESP 2017/22598-6. imbernon@usp.br

GABRIELA PENKAITIS

Mestre em Ciências pelo IGe-USP, colaboradora no Projeto FAPESP 2017/22598-6. gaguis@gmail.com

CLARA VASCONCELOS

Diretora do Programa de Doutorado em Ensino e Divulgação das Ciências; Presidente da Comissão Científica do Programa de Doutoramento em Ensino e Divulgação das Ciências, Unidade de Ensino das Ciências e DGAOT da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Instituto de Ciências da Terra, Porto, Portugal. cvascon@fc.up.pt

CRISTINA CALHEIROS

Doutora em Biotecnologia pela Universidade Católica Portuguesa, pesquisadora do CIIMAR - Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, Universidade do Porto. Porto. Portugal. cristina@calheiros.org

O RENASCIMENTO DA ECOPOLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

MARCOS BERNARDINO DE CARVALHO

Mestre em Geografia, Doutor em Ciências Sociais, Professor Associado da USP, vinculado ao curso de Gestão Ambiental, ao ProMuSPP e ao PPG em Geografia Humana da FFLCH-USP. E-mail: mbcarvalho@usp.br

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E COVID-19: VOLTA AO PASSADO OU É POSSÍVEL UM NOVO MUNDO?

LIVIA KALIL

Doutoranda contratual em Ciências Políticas, IHEAL (CREDA UMR 7227), Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris 3 em cotutela no PPG em Ciências Ambientais (PROCAM) da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do Polo Brasil do Instituto das Américas. liviamaria.kalil@gmail.com / pole.bresil@institutdesameriques.fr.

GUILHERME BARBOSA CHECCO

Doutorando do ProMuSPP, Mestre em Ciência Ambiental (ProcAM/IEE/USP) e Bacharel em Relações Internacionais (PUC/SP). Coordenador de Pesquisas no Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). guichecco@hotmail.com

EDUARDO DE LIMA CALDAS

Professor no ProMuSPP e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM). elcaldas@hotmail.com e eduardocaldas@usp.br

GESTÃO PARTICIPATIVA EM ÁREAS PROTEGIDAS: O CASO DO USO PÚBLICO DA ESTRADA PARQUE DOS CASTE- LHANOS NO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA, SÃO PAULO, BRASIL

SIDNEI RAIMUNDO

Mestre e Doutor em Geografia, Professor Associado da USP, vinculado ao curso de Lazer e Turismo, ao ProMuSPP e ao PPG em Turismo da EACH-USP. Coordenador no Brasil da rede UNITWIN - Cátedra UNESCO - Turismo, Cultura e Desenvolvimento. Desenvolve pesquisas sobre manejo em áreas protegidas e gestão de recursos naturais. sraimundo@usp.br

DANIELLA DE SOUZA MARCONDES

Doutoranda pelo ProMuSPP e Mestre em Desenvolvimento do Turismo (2018) - EACH/USP. Se dedica a processos de fortalecimento e organização comunitária em comunidades tradicionais caiçaras com atuação em turismo, áreas protegidas, governança e inclusão social. d.marcdes@gmail.com

II - EDUCAÇÃO, GÊNERO E SAÚDE

CONFLITOS INTERGERACIONAIS NO BRASIL ATUAL E A ESCOLA COMO CAMPO DE MEDIAÇÃO E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

VINICIUS FERREIRA DE CARVALHO

Mestrando do ProMuSPP. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Sociedade e Políticas Públicas – GEPESPP da EACH/USP. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. Procurador Municipal e Membro da Comissão dos Conselhos Municipais da Prefeitura de Ilhabela/SP. viniciusfc31@gmail.com

MARIA ELIZA MATTOSINHO BERNARDES

Doutora em Educação, Professora do ProMuSPP, líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Sociedade e Políticas Públicas – GEPESPP e do Laboratório de Educação de Desenvolvimento Psicológico USP. memberna@usp.br

PATRÍCIA JUNQUEIRA GRANDINO

Psicanalista, Mestre e Doutora em Educação USP. Líder do Grupo de Pesquisas em Psicanálise e Interdisciplinaridade para a Infância e Juventude (PSIIJuv). Professora do ProMuSPP. patjg@usp.br

SOBRE EXPERIÊNCIAS DE ACOMPANHANTES DE PESSOAS IDOSAS EM UM PROGRAMA PÚBLICO DE SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO

SILVIO RIBEIRO

Mestre pelo ProMuSPP, assistente social e professor universitário. silvio_ribeiro@usp.br

JULIANA PEDRESCHI RODRIGUES

Orientadora e docente do ProMuSPP. julianaprodriques@usp.br

DESAFIOS E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS COM AUTISMO NO BRASIL

SORAIA ANSARA

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do ProMuSPP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). so-raiansara@hotmail.com

MÁRCIA FRANCISCA LOMBO MACHADO

Mestre em Ciências pelo ProMuSPP. marciaflm@gmail.com

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES: TECENDO VISIBILIDADES

CLÁUDIA MEDEIROS DE CASTRO

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social, Doutora em Ciências, Coordenadora e professora do Curso de Obstetrícia, professora do ProMuSPP. claudia.medeiros@usp.br

CORINA EVELIN DEMARCHI VILLALÓN

Licenciada em Comunicação Social pela Universidade de Córdoba. Mestranda do ProMuSPP. Pesquisa sobre coletivos de mulheres imigrantes. coridemarchi@usp.br

MARIA PAULA BOTERO

Psicóloga, Mestranda do ProMuSPP. mariapaulabotero@usp.br

VIDA, MORTE E ÉTICA DO CUIDADO DE SI: APRENDIZADOS (IM) POSSÍVEIS COM A PANDEMIA DE COVID

ELIZABETE FRANCO CRUZ

Psicóloga Social, Doutora em Educação pela UNICAMP, Professora do Curso de Obstetrícia da EACH/USP e do ProMuSPP. Participa do Grupo de Pesquisa Relações entre filosofia e educação para a sexualidade na contemporaneidade: a problemática da formação docente e NEPAIDS-Núcleo de estudos para a prevenção da AIDS /USP. betefranco@usp.br

**O FUTURO ESTÁ ÀS NOSSAS COSTAS:
UMA BREVÍSSIMA REFLEXÃO SOBRE PROJETOS DE PESQUISA
NUM PRESENTE-PASSADO-(SEM)-FUTURO**

MARÍLIA VELARDI

Professora do ProMuSPP e do curso de Graduação em Educação Física e Saúde da EACH-USP. Líder do Grupo de Estudos ECOAR-Estudos em Corpo e Arte. marilia.velardi@usp.br

III - POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO PARTICIPATIVA

**MOVIMENTOS SOCIAIS:
PROPOSTA DE UMA CONCEITUAÇÃO DECOLONIAL LATINO-
AMERICANA**

DENNIS DE OLIVEIRA

Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, Professor do ProMuSPP e do Prolam (PPG em Integração na América Latina. Coordenador do CELACC (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação). Pesquisador do IEA-USP (Instituto de Estudos Avançados). Coordenador do GT Epistemologias de coloniais, território e cultura do CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais). dennisol@usp.br

FABIANA FELIX DO AMARAL E SILVA

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Pós doutora no ProMuSPP e no PLUR-UNIVAP. Professora e Pesquisadora do PPG em Planejamento Urbano e Regional - PLUR-UNIVAP (Mestrado e Doutorado). Membro do CELACC e do GT Epistemologias decoloniais, território e cultura do CLACSO. fabiana.amaral@gmail.com

**OS SENTIDOS DA EMANCIPAÇÃO EM HABERMAS E HANS JONAS:
DIÁLOGOS CRÍTICOS COM O CAMPO MARXISTA**

GUSTAVO DA COSTA MEYER

Bacharel em Gestão Ambiental (USP/EACH) e Mestre em Ciências pelo ProMuSPP. gustavocmeyer@gmail.com

GUILHERME DA COSTA MEYER

Graduado em Gestão Ambiental pela EACH-USP e doutorando do ProMuSPP. guicmeyer@usp.br

MARCO BETTINE

Professor do ProMuSPP e Coordenador do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte (PISE). E-mail: marcobettine@gmail.com

ANÁLISE DE MEMES CONSERVADORES DO FACEBOOK DURANTE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

JORGE MACHADO

Professor-associado da EACH/USP. É um dos coordenadores do COLAB (Co-Laboratório de Desenvolvimento e Participação). machado@usp.br

FELIPE GUARÉ

Graduado em desenho industrial pela Universidade do Estado da Bahia, especialista em tipografia pelo SENAC-SP e mestre em ciências pelo ProMuSPP.

O CAMINHO DOS MOVIMENTOS NEGROS NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL: SEU PROCESSO HISTÓRICO E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

ÚRSULA DIAS PERES

Doutora em economia de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Professora do ProMuSPP e do PMGPP. Pesquisadora Associada ao CEM/USP. uperes@usp.br

RODRIGO DE ARAÚJO MERIDA SANCHES

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas e mestrando do ProMuSPP. rodrigossanches504@gmail.com

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM QUESTÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DE COLETA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO: O CASO DE UBATUBA, SÃO PAULO

ESTELA MACEDO ALVES

Arquiteta e Urbanista e Pós-doutoranda do Instituto de Energia e Ambiente da USP. alvesestela@usp.br

ALINE LIS RAMOS PEREIRA

Bacharel em Ciências Sociais e Mestranda do ProMuSPP. alinelis@usp.br

ANA PAULA FRACALANZA

Professora Associada do curso de Gestão Ambiental, do ProMuSPP e do PPG em Ciência Ambiental da USP (PROCAM/USP). fracalan@usp.br

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DO ESPORTE E DA ATIVIDADE FÍSICA NO ENFRENTAMENTO À COVID-19

DOUGLAS ROQUE ANDRADE

Professor do ProMuSPP e do curso de Graduação em Educação Física e Saúde a EACH-USP. douglas.andrade@usp.br

MARIANA HARUMI CRUZ TSUKAMOTO

Professora do Curso de Graduação em Educação Física e Saúde da EACH-USP e do PPG em Letras, Literatura e Cultura Japonesa da USP. maharumi@usp.br

DAIANY FRANÇA SALDANHA

Mestranda do ProMuSPP e fundadora e Presidente do Instituto Esporte Mais. daiany@usp.br

MARÍLIA VELARDI

Professora do ProMuSPP e do curso de Graduação em Educação Física e Saúde da EACH-USP. Líder do Grupo de Estudos ECOAR-Estudos em Corpo e Arte. marilia.velardi@usp.br

EPISTEMOLOGIA DA PESQUISA EM MUDANÇA SOCIAL

GUSTAVO LUIS GUTIERREZ

Professor titular aposentado da UNICAMP, professor e orientador do ProMuSPP. gustavoluisgutierrez@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

- Abastecimento de água - 318-319-320-321-323-325-327
- Agenda Setting - 301
- Agricultura convencional - 23-35-42
- Agricultura sustentável - 23
- Agroecologia- 23
- Agrotóxicos - 25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-38-39-40-41-42
- Amazônia maranhense - 60
- Atividade Física - 332-333-334-336-339-340-341-343-344
- Colonialidade do poder e movimentos sociais - 248-255-256-257-256-263-264
- Conflitos geracionais - 151
- Conflitos socioambientais - 143
- Conhecimentos tradicionais - 43
- Conservadorismo - 285-295-298
- Contaminação - 33-40
- Covid19 - 118-119-120
- COVID19 - 222-230-234
- Covid-19 - 237
- Cuidado - 223-225-226-227-229-232-233-234-235
- Desmatamento - 106-107-108-109-110-111-112-113-114-116-117-118-119-121
- Direitos da natureza - 97-100-101
- Ecopolítica - 87-89-94-95-96-98-100-101
- Educação - 151-152-153-154-156-159-160-161-162-163-164-166
- Educação ao longo da vida - 167
- Educação não formal - 177-178-180-184-186
- Educação Social - 167

Educadores sociais - 167
Emancipação - 267-268-270-271-272-280-282-283
Envelhecimento - 167-168-169-170-171-172-173-175-178-179-180-181-184-185-186
Epistemologia da pesquisa em humanas - 347
Escola - 152-153-157-158-159-160-161-162-163-164-165
Esgotamento sanitário - 318-319-320-327-328
Esporte - 332-333-334-335-336-337-338-341-342-343-344-345
Estado plurinacional - 87-100
Estatuto da Criança e do Adolescente - 153-155-156-157-158-165
Ética do cuidado de si - 234
Famílias de autistas - 188-196-201
Feminização - 212
Gênero - 207-209-210-211-212-213-214-215-216-217-219
Geoética - 76-77-78-79-80-82
Geografia Política - 88-89-91-92
Gestão democrática - 152-153-157-162
Gestão participativa - 126-127-142
Governança ambiental - 76-81-83
Habermas - 267-268-269-270-271-272-280-281-282-283
Humor - 285-286-287-288-289-290-291-292-293-294-297-298-299
Identidade - 188-189-190-191-192-193-196-200-201-202-203
Igualdade Racial - 310-311-312-313-315
Impeachment de Dilma Rousseff - 292-298
Interseccionalidades - 207-212
Investigação baseada nas Artes - 237
Jonas - 267-268-272-273-274-275-276-277-278-279-280-281-282-283
Mães - 188-190-191-192-193-194-196-197-198-199-200-201-202
Manejo de áreas protegidas - 125
Memes - 285-286-287-288-289-291-292-293-294-295-297-298
Migração internacional - 208-210-212-217
Mobilidade ativa - 331
Movimentos Negros - 301-303-304-305-306-307-308-309-310-311-312
Movimentos no século XX - 347
Movimentos sociais - 350-351-352-353-354-355-356-357-358-359-360-361-362
Movimentos sociais e teorias decoloniais - 247

Movimentos sociais na América Latina - 250-251-258-260
Mudança social - 348-349-350-351-352-356-360-361-362
Mudanças climáticas - 106-107-108-111-112-113-114-115-116-118-119-120-122-123
Mulheres - 207-208-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218
Novas epistemologias - 237
Organizações da Sociedade Civil - 331-333-337-339-343-344
Pandemia - 115-116-118-119-120-121
Pandemia - 221-222-223-224-225-227-228-229-230-231-232-233-234
Parque Estadual de Ilhabela (SP) - 125
Participação cidadã - 319-321-323-327-328
Participação política - 189-190-194-195-196-201-202-203-204
Patrimônio cultural - 44-60
Percepções - 52
Pesquisa acadêmica - 237
Pesquisa em artes - 237
Políticas Afirmativas - 301-303-309-313-314
Políticas públicas - 107-111-115
Políticas públicas - 188-189-191-194-195-196-197-199-200-202
Políticas Públicas - 301
Quebradeiras de coco babaçu - 43-44-45-46-49-51-52-57-58
Recursos hídricos - 62-65-66-67-69-70-71-72-76-79-80-81-82-83
Redes Sociais - 285-293-297
Saneamento básico - 320-321-323-325-329
Serviços ambientais - 61-62-66-67-68-69-70-71-72-73-74-76-80-81-82-83-84-85
Serviços ecossistêmicos - 62-63-64-65-66-68-85
Socioambientalismo - 87
Sociologia - 347-348-349-351-356-360-361
Teoria Crítica - 270-271-281-283
Teoria Sociológica - 267
Teorias de movimentos sociais - 247
Teorias decoloniais - 247
Terceiro Setor - 332-333
Ubatuba - 317-318-319-320-323-324-325-326-327-328-329
Universidade - 222-224-225-227-228-235
Uso público - 136-141

Este livro, composto por textos oriundos do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da EACH-USP, se caracteriza por sua natureza interdisciplinar, apresenta abordagens diversificadas e busca ampliar as fronteiras dos olhares disciplinares.

Busca criar “as condições para contribuir de forma interessante para as recentes e crescentes preocupações sobre a necessidade de estreitamento da relação entre “ciência” e “sociedade”. E demonstra que este problema deve receber tratamento não apenas na esfera da comunicação científica, como se a apresentação de resultados de pesquisa científica em linguagem coloquial e lúdica fosse suficiente para resolver a questão. Trata-se aqui: de conceber e trabalhar a referida relação na convergência de interesses em torno dos mesmos problemas (ou seja, transformando mais diretamente problemas sócio-políticos em problemas de pesquisa), mobilizando-se diferentes perspectivas científicas em tratamento conjunto com diferentes esferas de política pública e setores da sociedade civil. Isso, de modo a contribuir com análises e enfoques que fundamentem e direcionem ações. Colocando a ciência a serviço dos problemas é que estaremos mais “próximos” da sociedade. A experiência inter e transdisciplinar presente nesta obra demonstra as potencialidades de tal afirmação.”

Roberto Donato da Silva Júnior

ISBN 978-65-5664-008-6



9 786556 484086

